

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - *CAMPUS* DE SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RÔMULO PROVASI FREITAS

PÓS-ANARQUISMO E GOVERNAMENTALIDADE: A EXPERIÊNCIA DA
RESISTÊNCIA ANTINEOLIBERAL NO CHILE EM 2019

SOROCABA/SP
1º SEMESTRE DE 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - *CAMPUS* DE SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PÓS-ANARQUISMO E GOVERNAMENTALIDADE: A EXPERIÊNCIA DA
RESISTÊNCIA ANTINEOLIBERAL NO CHILE EM 2019

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - *campus* Sorocaba, para a obtenção do título de Mestre em Educação como parte dos requisitos para aprovação.
Linha de concentração: Teorias e Fundamentos da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Souza Tarábola

SOROCABA/SP
1º SEMESTRE DE 2023

Provasi Freitas, Rômulo

Pós-anarquismo e governamentalidade: a experiência da resistência antineoliberal no Chile em 2019 / Rômulo Provasi Freitas -- 2023.
311f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Felipe de Souza Tarábola

Banca Examinadora: Marcos Roberto Vieira Garcia,
Elmir de Almeida

Bibliografia

1. Pós-anarquismo. 2. Neoliberalismo. 3. Chile. I. Provasi Freitas, Rômulo. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

RÔMULO PROVASI FREITAS

PÓS-ANARQUISMO E GOVERNAMENTALIDADE: A EXPERIÊNCIA DA
RESISTÊNCIA ANTINEOLIBERAL NO CHILE EM 2019

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - *campus* Sorocaba, para a obtenção do título de Mestre em Educação como parte dos requisitos para aprovação.

Linha de concentração: Teorias e Fundamentos da Educação.

Sorocaba, 09 de junho de 2023.

Orientador:

Prof. Dr. Felipe de Souza Tarábola
Universidade de São Paulo.

Examinador Titular:

Prof. Dr. Marcos Roberto Vieira Garcia
Universidade Federal de São Carlos.

Examinador Titular:

Prof. Dr. Elmir de Almeida
Universidade de São Paulo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFL-CIO - Federação Americana do Trabalho - Congresso de Organizações Industriais.

AFP - Sistema de aposentadoria baseado em fundos de pensão privados.

PARA – Aliança Popular Revolucionária.

AK-47 - *Avtomat Kalashnikova*, 1947.

BDSM - Bondage e Disciplina, Dominação e Submissão, Sadomasoquismo.

BREXIT – *British exit*.

CAP – Comissão Assessora Presidencial.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CIA - Central Intelligence Agency.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

CMI - Centro de Mídia Independente.

CNN – *Cable News Network*

CNV – Comissão nacional da verdade.

EHESS - *École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

Evópoli - Evolução Política.

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional.

FED – Federal Reserve System.

FEUSP - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

IEA - Institute of Economic Affairs.

IWW - Industrial Workers of the World.

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink.

LGE – Lei Geral de Educação.

LOCE – Lei Orgânica Constitucional de Ensino.

MTST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NO+AFP - Não Mais Administradoras de Fundos de Pensão.

OMC - Organização Mundial do Comércio.

ONG - Organização Não Governamental.

ONU – Organização das nações unidas.

ÖVP – *Österreichische Volkspartei*.

PCC – Partido Comunista do Chile.

PIB – Produto Interno Bruto.

PSL – Partido Socialista do Chile.

PRI - Partido Regionalista Independente.

PUC – SP – Pontifícia universidade católica de São Paulo.

S26 - Mobilizações amplas e autônomas para os protestos contra o FMI e o Banco Mundial em São Paulo no dia 26 de setembro de 2000.

TAZ – Temporary *autonomous zone*.

UDI - União Democrática Independente.

UFABC - Universidade Federal do ABC.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFF - Universidade Federal Fluminense.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNESP - Universidade Estadual Paulista.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

ZAP - Zona Autônoma Permanente.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, ao meu avô e pai, José Benedicto da Silva, pela sua presença constante, seu amor incondicional e sua dedicação permanente. Não apenas para mim, mas para toda a família, você tem sido o principal pilar de toda a história que construímos até agora. Ao longo de gerações, os membros da família sempre contaram com o seu cuidado e proteção. Você nunca negou refúgio a nenhum deles, nem mesmo a mim, o que possibilitou que eu fosse parte da primeira geração da família a alcançar o ensino superior e a pós-graduação. Agradeço pelo exemplo, pelo zelo e pelo amor que você investiu em mim. Obrigado!

À minha avó, Carmelina Francisca da Silva. Ela, a arquiteta do meu primeiro e mais significativo aprendizado, foi a força que me apresentou ao universo das letras, ensinando-me a ler e a escrever. Com seu amor e dedicação, esteve ao meu lado nos primeiros anos, fazendo questão de me levar e buscar da escola todos os dias. Sua influência foi e continuará sendo um marco em minha trajetória. Obrigado, vó, por tudo que fez por mim. Esta conquista também é sua.

À minha mãe, Sônia Maria da Silva. Foi ela quem me abriu as portas para as diversas formas de arte, o encantador universo do cinema e a fascinante mitologia grega, instigando em mim um interesse intelectual que foi decisivo para a minha formação como cientista das humanidades. Sua influência em meu caminho é inestimável e a paixão que ela despertou em mim pela exploração do conhecimento foi crucial para me trazer até este ponto. Obrigado, mãe, por todas as inspirações e por fazer parte da minha jornada. Esta conquista é também um tributo à sua incansável dedicação.

A minha companheira, agora esposa, Aline Gabriella Trotta Provasi Freitas, sua presença é um presente. Sua dedicação à nossa família e a carga que dividimos são os pilares para o futuro que estamos construindo juntos. Iremos construir algo maravilhoso.

Ao professor e amigo Felipe de Souza Tarábola, agradeço a companhia e orientação ao longo de toda a jornada. Foi uma verdadeira incursão na busca por autonomia, transgressões e dissidências político-epistemológicas. Muito obrigado!

Durante a presente pesquisa, em 22 de maio de 2022, ocorreu o falecimento de Peter Lamborn Wilson, ou como era conhecido, Hakim Bey, o que não poderia deixar de ser mencionado. Dedico a conclusão do presente trabalho também à sua memória e tributo. Que as utopias piratas e

suas zonas autônomas temporárias continuem a inspirar a todos: renegados, hereges, loucos, terroristas, encarcerados, periféricos, pessoas LGBTQIA+, negros, latinos, indígenas, mulheres, população em situação de rua, dependentes químicos e todos os povos colonizados. Que suas vozes transversais ecoem e sejam ouvidas nos pesadelos da civilização. Sigamos em busca do surgimento de novas zonas de autonomia e de novos caminhos de liberdade!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar expressando meu profundo respeito à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa concedida em um contexto adverso para a ciência. Através desse incentivo, pude contribuir para o avanço do conhecimento em minha área de Educação e ativismos, superando os desafios, incluindo a pandemia do novo Coronavírus, o negacionismo e a perseguição à Educação, Movimentos Sociais, Ciência, Arte e Cultura no governo de extrema-direita de 2019 a 2022. A CAPES desempenha de forma independente um papel fundamental no fomento à pesquisa e fortalecimento da ciência no Brasil. Sou extremamente grato por essa oportunidade e pelo compromisso contínuo de re-existência. A ciência e o empenho dos envolvidos são cruciais para superarmos obstáculos e trilharmos um caminho para um futuro melhor.

Preciso mencionar toda a gratidão à minha família, nomeadamente meus amados avós, José e Carmelina da Silva, à minha mãe, Sônia Maria da Silva, à minhas queridas irmãs, Regina Ribeiro de Freitas, Adriana Kuhl de Freitas e Mariana Ribeiro de Freitas Mantuanelli Faccion e à minha esposa, Aline, igualmente aos meus sogros, Sérgio Provasi e Mirian Trotta Provasi. Vocês são a base sólida que sustenta meu caminho, meu porto seguro e fonte constante de equilíbrio e acolhimento. Sou imensamente grato por tudo o que fazem por mim. Obrigado por estarem sempre ao meu lado, compartilhando alegrias, desafios e conquistas. Sou privilegiado por ter cada um de vocês em minha vida. Todo amor e gratidão a todos vocês.

Devo igualmente estender meus sinceros agradecimentos a todo o corpo docente do PPGED (Programa de Pós-graduação em Educação) da Universidade Federal de São Carlos, em especial ao meu orientador Felipe, à professora Maria Carla Corrochano e ao professor Marcos Roberto Vieira Garcia, por todos os direcionamentos e orientações ao longo dessa jornada. Sou grato também ao “Grupo de Estudos e Pesquisa Juventude, Gerações e Temas Contemporâneos”, do qual tenho o privilégio de fazer parte. Agradeço também às professoras Daniela Auad e Bárbara Sicardi Nakayama, pela presença e acolhimento que tornaram essa jornada ainda mais significativa. Agradeço também ao professor Anderson Aparecido Lima, pelas sugestões e apontamentos durante a minha qualificação. O apoio e dedicação de todos vocês foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico.

Acima de tudo, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao professor Márcio Fernando Gomes, meu orientador durante o trabalho de conclusão de curso na graduação, e ao professor Marcos de Oliveira Soares, meu supervisor no Projeto de Iniciação à Docência da Capes (PIBID). Eles desempenharam um papel fundamental ao mostrar-me o tipo de pesquisador e profissional que eu aspirava ser, contribuindo significativamente para minha formação ética e profissional. Além disso, meu sincero agradecimento à minha amiga Beatriz Brassaroto, com quem compartilhei parte importante da minha história, e cuja participação foi indispensável para o início, desenvolvimento e efetivação do presente projeto. Agradecer também aos meus fiéis companheiros de escrita, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, tranquilamente deitados sobre a mesa: meus gatos Thor e Loki. Sua presença constante foi reconfortante e inspiradora ao longo desse processo.

A todos vocês, gostaria de expressar meu sincero abraço fraterno, acompanhado de profunda gratidão, respeito e admiração. Obrigado!

*“I met a traveller from an antique land
Who said:—Two vast and trunkless legs of stone
Stand in the desert. Near them on the sand,
Half sunk, a shatter'd visage lies, whose frown
And wrinkled lip and sneer of cold command
Tell that its sculptor well those passions read
Which yet survive, stamp'd on these lifeless things,
The hand that mock'd them and the heart that fed.
And on the pedestal these words appear:
"My name is Ozymandias, king of kings:
Look on my works, ye mighty, and despair!"
Nothing beside remains: round the decay
Of that colossal wreck, boundless and bare,
The lone and level sands stretch far away...”
(Ozymandias: Percy Bysshe Shelley, 1818)*

*“Superarán otros hombres este momento gris y amargo, donde la traición pretende imponerse.
Sigan ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo abrirán las grandes
alamedas por donde pase el hombre libre para construir una sociedad mejor”.*
(el ultimo discurso: Salvador Allende, 1973).

*“O vento experimenta o que irá fazer com sua liberdade...”
(Turbulência: João Guimarães Rosa, 1936).*

RESUMO

Esta pesquisa realiza uma análise bibliográfica e tensiona conceitos teóricos, enfatizando a importância das estratégias pós-estatistas no cenário global contemporâneo. Estas estratégias, ao evitarem um confronto direto e violento com o poder estabelecido, favorecem experimentações livres visando a construção de novas formas de sociabilidade. A investigação se aprofunda nas formas atuais de ativismo, sob uma perspectiva foucaultiana e em diálogo com o pós-anarquismo em contraposição à governamentalidade neoliberal. Com base na interpretação de Foucault sobre o aforismo de Clausewitz, o estudo retrata a política como uma constante guerra no atual capitalismo. O Chile, como primeiro laboratório de neoliberalismo durante a ditadura de Pinochet, é o foco central da pesquisa. O levante social de 2019 no país, resultante das cicatrizes desse período, exemplifica as recentes lutas coletivas. O estudo destaca a resistência individual por meio de práticas libertárias, que conseguem postergar ou evitar a detecção pelo poder dominante. Esses levantes intensos e breves emergem como uma tática de resistência contemporânea frente ao direcionamento autoritário do neoliberalismo e seu uso do bio-necropoder.

Palavra-chave: Pós-anarquismo, governamentalidade, neoliberalismo, Chile, guerra.

ABSTRACT

This research undertakes a bibliographic analysis and theoretical tensioning, emphasizing the importance of post-statist strategies in the contemporary global scenario. By avoiding a direct and violent confrontation with the established power, these strategies favor free experimentation focused on constructing new forms of sociability. The investigation delves into current forms of activism, under a Foucauldian perspective and in dialogue with post-anarchism against neoliberal governmentality. Based on Foucault's interpretation of Clausewitz's aphorism, the study portrays politics as a constant war in today's capitalism. Chile, as the first laboratory of neoliberalism during the Pinochet dictatorship, is the central focus of the research. The 2019 social uprising in the country, resulting from the scars of this period, exemplifies recent collective struggles. The study highlights individual resistance through libertarian practices, which manage to postpone or avoid detection by the dominant power. These intense and brief uprisings emerge as a contemporary resistance tactic against the authoritarian direction of neoliberalism and its use of bio-necropower.

Keywords: Post-anarchism, governmentality, neoliberalism, Chile, war.

RESUMEN

Esta investigación realiza un análisis bibliográfico y tensiona conceptos teóricos, enfatizando la importancia de las estrategias pos-estatistas en el escenario global contemporáneo. Estas estrategias, al evitar un enfrentamiento directo y violento con el poder establecido, favorecen experimentaciones libres orientadas a la construcción de nuevas formas de sociabilidad. La investigación profundiza en las formas actuales de activismo, bajo una perspectiva foucaultiana y en diálogo con el pos-anarquismo contra la gobernabilidad neoliberal. Basándose en la interpretación de Foucault del aforismo de Clausewitz, el estudio retrata la política como una guerra constante en el capitalismo actual. Chile, como primer laboratorio de neoliberalismo durante la dictadura de Pinochet, es el foco central de la investigación. El levantamiento social de 2019 en el país, resultado de las cicatrices de este periodo, ejemplifica las recientes luchas colectivas. El estudio destaca la resistencia individual a través de prácticas libertarias, que logran posponer o evitar la detección por el poder dominante. Estos levantamientos intensos y breves emergen como una táctica de resistencia contemporánea frente a la dirección autoritaria del neoliberalismo y su uso del bio-necropoder.

Palabras clave: Pos-anarquismo, gubernamentalidad, neoliberalismo, Chile, guerra.

Sumário

Apresentação	16
Introdução	24
Capítulo I - De Walter Lippmann a Michel Foucault: uma arqueologia do neoliberalismo	27
1.1. A arqueologia foucaultiana	27
1.2. A gênese do neoliberalismo.....	32
1.3. A virada neoliberal.....	36
1.4. O laboratório neoliberal da contrarrevolução chilena.....	36
1.5. Os dispositivos de poder e o sujeito	40
1.6. A racionalidade estratégica neoliberal	43
1.7. A microfísica do poder e o sujeito neoliberal.....	48
1.8. A governamentalidade neoliberal	52
1.9. A Biopolítica e os acirramentos do neoliberalismo	59
Capítulo II - A guerra civil como condição da política na contemporaneidade	68
2.1. A guerra em Clausewitz: o limite da política.....	68
2.2. A inversão do aforismo de Clausewitz: a política como guerra	69
2.3. A guerra civil como pilar do capitalismo: a experiência das utopias piratas	76
2.4. O inimigo interno na guerra civil neoliberal.....	83
2.5. Necropolítica: a produção racional da morte	91
2.6. Bio-necropolítica: a produção da morte em escala demográfica	97
2.7. <i>Warfare</i> e os inimigos do neoliberalismo	102
2.8. A Máquina de guerra na contemporaneidade	106
2.8.1. O Lawfare como máquina de guerra neoliberal: o caso Brasil	110
Capítulo III - A cólera antineoliberal: a experiência dissidente no Chile	117
3.1. A Explosão Social em outubro de 2019	117
3.2. O horizonte imaginativo para uma política radical	132
3.3. A sombra de Salvador Allende.....	138
3.4. Da revolta dos pinguins à destituição do neoliberalismo	154
3.5. A juventude e a luta do movimento estudantil chileno: uma perspectiva teórica geracional.....	159
3.6. O protagonismo do movimento estudantil no Chile nas lutas contemporâneas	173
3.7. O protagonismo feminista no <i>Estallido Social</i> chileno	179
3.8. A face do Coringa: a precariedade como símbolo insurrecional	191
Capítulo IV - Pós-anarquismo e práticas libertárias: as formas pós-estatistas na contemporaneidade	196

4.1. Do Anarquismo ao Pós-anarquismo: uma contextualização.....	196
4.2. Heterotopias Anarquistas: contra-espços de resistêcia.....	208
4.3. Uma governamentalidade dissidente: o advento do sujeito radical.....	212
3.4. Territorialidade anarquista: a experiêcia histôrica das zonas autônomas temporárias.....	225
3.5. Imediatismo: a propulsão do anarquismo ontológico em Hakim Bey	233
3.6. A instauração das zonas autônomas temporárias: ação direta e terrorismo poético	240
3.7. Terrorismo poético na era da convergência.....	250
3.8. Globalitarismo e dissidências: ativismos contemporâneos e as formas de política pré-figurativas	257
4.8.1 O impacto pós-anarquista nos movimentos na década de 2010: um novo tipo de ativismo	277
4.8.2. A pertinência da zona autônoma permanente e o paleolitismo futurista: rumo à dissidêcia hodierna	291
Considerações finais: outubro de 2019 não ocorreu	295
Referências Bibliográficas	303

Apresentação

A presente pesquisa foi motivada pelo reconhecimento de que eventos recentes mudaram a nossa compreensão de liberdade individual e coletiva. O pré-projeto deste mestrado foi baseado na problematização geográfica das perspectivas teóricas as quais influenciaram os protestos da década de 2010. Assim, considerou-se naquele momento do pré-projeto, as mais recentes manifestações sociais insurrecionais. Estas, vistas como construções de um saber-poder e práticas libertárias. Tais movimentos nasceram das insatisfações com as direções político-econômicas atuais e da dissidência contra modos estabelecidos de ser no mundo. Tais grupos buscaram vocalizar suas demandas surgidas a partir das bases sociais.

Da proposta inicial, algumas ideias principais permaneceram, incluindo a análise dos processos que formam a individualidade, conhecidos como processos de subjetivação. Entendeu-se que esses processos estão ligados a como as individualidades são moldadas na sociedade ocidental. Características essas, intrínsecas à norma dominante no centro do capitalismo globalizado. Ponderou-se as racionalidades como formas de percepção ou maneiras de interagir com o mundo, que orientam o comportamento humano na sociedade pós-industrial. Essas racionalidades possuem um papel formativo circunscrito ao indivíduo neoliberal, uma identidade social intimamente ligada ao capitalismo contemporâneo.

Desta forma, evidencia-se a pertinência de estudar o poder e os processos de subjetivação aprofundados num cenário de integração econômica, cultural e social pós-guerra fria, para isso evocou-se a perspectiva foucaultiana a respeito de tais processos. Utilizando uma leitura mais específica de Dardot e Laval, autores segundos os quais o neoliberalismo é “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 17).

O capitalismo global enfrentou uma reviravolta significativa com a pandemia do novo Coronavírus, intensificando as contradições já existentes. Esta situação trouxe novas questões importantes. Para ilustrar essa mudança, observou-se globalmente a iminência de uma nova clivagem decorrente da crise sanitária. Todos os países adotaram uma

política rigorosa de isolamento social, resultando em um controle sistematizado dos espaços. Este fato chama atenção para as consequências de um evento social tão impactante quanto uma pandemia.

Vários meios de comunicação têm realizado exercícios de previsão sobre as consequências da pandemia. Um exemplo notável é a matéria intitulada "*How the world will look after the Coronavirus pandemic*" da revista americana *Foreign Policy*. Esse artigo explora as possíveis repercussões psicossociais, econômicas e políticas de uma pandemia global. Todos os autores convidados convergem para um ponto principal: a previsão de uma mudança substancial na condição humana nos próximos anos, já visível atualmente. O primeiro texto do artigo é do diplomata americano Stephen M. Walt, intitulado "Um mundo menos aberto, próspero e livre".

Walt expressa preocupação de que a crise de saúde possa fortalecer os aspectos disciplinares e nacionalistas dos governos. Ele afirma que muitos governos podem ser relutantes em renunciar aos poderes de emergência adquiridos durante a crise. Walt conclui que a gestão da crise sanitária global até aquele ponto gerou "um mundo menos aberto, menos próspero e menos livre". Ele atribui esse resultado a uma combinação de um vírus letal, planejamento inadequado e liderança incompetente (WALT, 2020, p.1, tradução nossa).

Na atual conjuntura, ainda existe perante as autoridades sanitárias a preocupação de controle dos espaços para a seguridade de saúde dos sujeitos sociais, preocupação intensificada pelos movimentos de irracionalismos espalhados ao longo do globo, fortalecendo narrativas extremadas e muitas vezes questionando as abstrações mentais as quais baseiam a sociedade contemporânea. A legitimidade e a confiabilidade de instituições como o Estado e a Ciência no gerenciamento da vida, foram colocados em xeque, em um confronto aberto travado pelos meios de comunicação tradicionais e independentes na internet.

Esse cenário de negacionismos e disputas narrativas e um futuro pós pandêmico de incertezas, provocou a reflexão sobre os agenciamentos de poder e quais os direcionamentos a humanidade presenciaria a seguir. Dessa forma mostrou-se legítima a preocupação de que as medidas de exceção adotadas para o combate ao contágio fossem incorporadas às políticas relacionadas à segurança pública. Considerando tais

probabilidades, potencializa-se o florescimento das experimentações de liberdade como as zonas autônomas temporárias frente a uma recontextualização da noção de “biopoder” tal qual apresentada por Foucault, conjuntamente com as técnicas de poder e o que elas evidenciam sobre sociedade cosmopolita atual em um contexto de acirramentos no jogo das forças em conflito, instituições, corporações, liberdade individual e coletiva e impactos de médio a longo prazo dessa opção e vislumbre do ambiente conflitivo como razão de organização político-social, conforme será discutido adiante, remontando o histórico dos pensamentos chave neste exercício analítico: Michael Foucault e o Pós-anarquismo.

A partir das disputas de forças presentes, com ênfase no atual contexto latino-americano, porém também perceptíveis em escala mundial, infere-se a pertinência do estudo do engajamento individual e coletivo em tais manifestações. De tal forma a poder caracterizar uma tônica para a presente pesquisa, uma vez que a preocupação se intensifica com a perspectiva de um aceleração no processo histórico de enquadramento da liberdade individual e coletiva sobre uma racionalidade de maior rigidez e hostilidade.

Ao considerar as necessidades objetivas na figura de forças sociais extremadas e violentas, tem se confrontado a organização institucional vigente, afinal seria esse caldo cultural o condutor das práticas cotidianas a definir as possibilidades futuras contrapondo-se a sublevações de processos de experimentações de liberdade em paralelo com práticas de violência e perigos de ruptura institucional.

Sobre o aprofundamento da violência causada pelos “movimentos regressivos”, conforme categorização realizada pela socióloga italiana Donatella Della Porta em seu texto “Política progressista e regressiva do neoliberalismo tardio” (2019), destaca-se que tiveram seu estopim no Brasil no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, quando grupos radicais de extrema-direita atacaram as sedes dos três poderes, Executivo, Judiciário e Legislativo, depredaram as edificações, danificaram obras de artes expostas e vandalizaram importantes símbolos nacionais do Estado brasileiro.

Segundo o alto comissário de Direitos Humanos da ONU, Volker Türk, o ataque ao “coração da democracia do Brasil” é na realidade a culminância de um longo período em que agentes políticos, econômicos e sociais que vêm distorcendo a realidade, negando

fatos e incitando violência como política, motivados pelo ódio, a divisão e a negação do resultado de uma eleição legítima, fazendo das manifestações um ato de ataque institucional, o qual buscava uma ruptura com o modelo democrático liberal vigente no país.

Segundo Türk, é extremamente necessária que a confiança na democracia seja restaurada por todos os espectros políticos representados no Brasil. Outro grande problema é que “os últimos ataques confirmam uma crescente tendência de agressão física contra jornalistas no contexto de violência política de grande nível”, evidenciando os conflitos também comunicacionais, elemento imprescindível na produção de racionalidades e subjetivações (TÜRK, 2023).

A questão então consiste em evidenciar uma racionalidade dissidente, estratégica e mais livre, uma prática formativa como convite para temas profundos a exemplo dos rumos via movimentos regressivos que o neoliberalismo tem fomentado no mundo, fenômeno esse demonstrado pelo uso das mídias sociais intermediadas por grandes corporações, acarretando fatos sociais de fortes conturbações, como por exemplo a saída do Reino Unido da União Europeia (BREXIT), as dramáticas eleições de 2016 nos Estados Unidos, as quais culminaram na vitória de Donald Trump, e as citadas acima, uma “onda de provincianismo que ameaça levar embora o sentimento cosmopolita antes dominante (DELLA PORTA, 2019, p.57).

As insurreições espalhadas ao longo do mundo, são fortalecidas com o levante do autoritarismo reacionário ao redor do mundo. Della Porta argumenta sobre as ocorrências de coalizões feitas na década de 2000, que integravam movimentos de uma direita populista, como ocorreu em 2002 na Áustria sobre o comando de Wolfgang Schüssel, do ÖVP (Partido Popular Austríaco do original *Österreichische Volkspartei*). O deslocamento das identidades das classes trabalhistas convertidas em classes médias, de estudantes aos desempregados, ergueu um perigoso ressentimento por parte dos vencidos da globalização neoliberal que evidenciaram suas frustrações em manifestações muitas vezes xenófobas envoltas de um nacionalismo tacanho e reacionário (DELLA PORTA, 2019, pp. 57-58).

O imbróglio entre poder estatal e poder corporativo neoliberal tem sido interpretado enquanto motivação central da insatisfação por detrás de tantos movimentos

regressivos cooptados pelo autoritarismo populista, como vem sendo denunciado nos últimos anos por diferentes pensadores ao exemplo de Nancy Fraser, cuja argumentação dirige-se aos “motins eleitorais” em rejeição à “globalização corporativa”, os quais podem facilmente ser apropriados por retóricas oriundas do populismo reacionário (FRASER, 2019).

Tais problemáticas vão além da abordagem do primeiro momento do pré-projeto de pesquisa, sendo diferente de uma aposta em um projeto político formal, optando assim por um ensaio teórico, explorando o anarquismo ontológico de Hakim Bey e sistematizando-o como base teórico-crítica em diálogo com diretrizes foucaultianas, mais precisamente na fase muitas vezes reconhecida como “Anarqueologia dos saberes” com relação ao poder do Estado e das relações entrelaçadas às técnicas de Poder e do Saber-Poder (AVELINO, 2010). Considera-se assim as resistências enquanto poder em exercício e acima de tudo o poder das subjetivações nas lutas sociais contemporâneas, sendo um ponto de primordial atenção aos ativismos na era das guerras de subjetividades do atual contexto de insatisfação e guinadas aos extremismos.

O ponto de partida para o direcionamento do debate e recontextualização, considerando as problemáticas postas, foi o do trabalho intitulado “TAZ (Zonas autônomas temporárias) como prática de resistência política” do filósofo brasileiro Alan dos Santos, o qual trata da abordagem das Zonas autônomas temporárias como “tática de guerrilha” termo empregado pelo anarquista estadunidense Hakim Bey, autor de grande preponderância nos protestos que ocorreram na década de 2010 em todo o mundo, seus escritos iam em direção das intervenções de cunho poético e buscas por vivências livres no mundo contemporâneo, assim, não confrontando diretamente o poder legítimo na figura do Estado, e demais forças do capitalismo global, como as megacorporações, que influenciam diretamente em mudanças significativas em decisões de políticas públicas nas casas legislativas dos Estados Nacionais através do lobby.

Para além da ideologia hegemônica capitalista, no campo das subjetividades, a TAZ evidencia seu potencial estratégico traçando um diálogo com Foucault nas relações de poder que não possuem origem nem fundamentação no Estado, mas no próprio corpo social, utilizando a analítica do poder foucaultiano, centrando na ideia de resistência e destacando seu potencial estratégico, como demonstra Santos ao dizer que:

A analítica do poder de Foucault como relação de forças, que se diferencia da concepção marxista do poder, possibilita que a resistência política seja uma prática criativa, apesar de específica e temporária. Postulamos que a modalidade de poder e de resistência elaboradas por Foucault são relevantes para que possamos, hoje, no tempo presente, praticar ou experimentar da liberdade (SANTOS, 2016, p. 120).

Santos (2016) aproxima a Zona Autônoma Temporária (TAZ) da analítica do poder de Foucault, criando uma teoria de resistência. Há uma tensão entre Bey e outros autores que estudam levantes sociais contemporâneos, e Foucault. O embate é visto como um exercício de poder em uma perspectiva produtiva. Bey argumenta sobre a questão da liberdade e demonstra preocupação com a autonomia cotidiana. Ele afirma: "dizer 'eu não serei livre enquanto todos os seres humanos (ou toda as criaturas sensíveis) não estiverem livres' é simplesmente ceder a uma espécie de estupor-nirvana, é abdicar da nossa humanidade, é definir a nós mesmos como derrotados" (BEY, 2018, p. 13).

A fim de estabelecer o caráter libertário do poder em Foucault, pretende-se interpretar sua visão no sentido de dispositivo de experimentações de liberdade. Em paralelo com eventos recentes, podemos exemplificar tais experimentações de liberdade carregadas de cunho político, em "movimentos contra a austeridade", mais fortemente após a crise financeira global de 2008, ao exemplo do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, ou mesmo os Indignados na Espanha, aos quais Della Porta provoca-nos a respeito da motivação no surgimento massivo e intempestivo ao redor do mundo com pautas similares em reação à ordem global capitalista neoliberal (DELLA PORTA, 2019, p. 57).

A partir da reflexão sobre as práticas de liberdade em Foucault, é estabelecido em Santos (2016), uma distinção entre processos de libertação e práticas de liberdade, por meio da interpretação do texto de Michael Foucault denominado "A ética e o cuidado de si como prática de liberdade". Inicialmente, Santos traça uma distinção entre processos de libertação e práticas de liberdade, se faz pertinente estabelecer os devidos limites teóricos, optando por uma perspectiva genealógica, com enfoque nos discursos e práticas sociais que legitimam a concepção moderna desse conceito tão amplo e instrumentalizado na sociedade burguesa: a liberdade. Assim, não incorrer em anacronismos é primordial para entender a complexidade das relações de poder na contemporaneidade (SANTOS, 2016, p. 87).

Infere-se que Foucault não ignora a importância dos processos de libertação, pois trata de povos colonizados, povos escravizados e categorias submetidas a uma opressão estrutural institucionalizada e reforçada por meio dos processos de assujeitamento advindos da legitimação de tais práticas de perpetuação ocidental. Para o filósofo francês, o sujeito é determinado por elementos externos a ele, como por meio de discursos, saberes, práticas, tecnologias, em suma, “dispositivos” que formam e engendram a égide de cada tempo histórico, assim como o espaço em qual determinada temporalidade decorre.

Segundo Revel, em uma busca por um conceito abrangente a ser empregado não somente no campo discursivo, mas também referente aos processos de subjetivação dos sujeitos sociais, surge a ideia de dispositivos de poder, que podem ser entendidos como mecanismos materiais que operam o poder, isso é, indo além dos meios legítimos como os pertencentes ao Estado, incorporando a ele “as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder” (REVEL, 2002, p. 39).

Pode-se entender como dispositivos, mecanismos além da dimensão discursiva e da institucionalidade estatal, os quais operam no campo das subjetividades de forma heterogênea com impacto na realidade tangencial, nas proposições, organizações e consensos inerentes a sociedade burguesa, como também o campo do não dito (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Não é uma coincidência que o conceito de dispositivo evoque as tecnologias, práticas, máquinas ou elementos de um jogo, tal conceito flui em “uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1979, p. 244), elementos num tabuleiro que influenciam diretamente no enunciado perpetrado no embrião da sociedade moderna, e influenciando também nas práticas do corpo social, na sexualidade, nos costumes e nas ideologias. Este conceito está presente enquanto ao longo da história como “dispositivo de controle-dominância da loucura, da doença mental, da neurose”, assim como na disciplinarização da sociedade burguesa (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Por meio da genealogia e a partir dos dispositivos de poder no espaço-tempo, é possível entender a pertinência de encarar o poder enquanto dispositivo de produção, tanto de opressão quanto de libertação e das práticas de liberdade. Pode-se dizer sem ressalvas que a analítica do poder de Foucault é capaz de redirecionar por completo a nossa percepção acerca das relações de poder. O poder deixa de ser negativo para tornar-

se produtivo, móvel e maleável; passível de quebra, passível de combate. E, para as instâncias do poder que, estas sim, operam pela repressão e somente por ela, não se deve confundi-las com as relações de poder (afinal, deixa de haver tensão entre forças), mas como estados de dominação, algo que transcende as possibilidades de combates inerentes aos jogos estratégicos dos poderes (SANTOS, 2016, p. 87).

Pensando no atual contexto político-social numa perspectiva mais abrangente, é importante compreender de forma histórica e geográfica como as forças se evidenciam, sendo pertinente a apropriação e tensionamento da análise diacrônica foucaultiana para traçar os objetivos prioritários de usos da TAZ como realização estratégica almejando uma artilharia robusta para um enfrentamento não direto com os agentes hegemônicos, tais lutas chamadas por Foucault de “lutas antiautoritárias”, justamente por não serem restritas a uma única realidade ou tipo de Estado, mas são globalizadas ou como o autor se refere “transversais”, as quais incidem as experiências de liberdade (FOUCAULT, 2009, p. 5).

Assim, contrapor as práticas de liberdade às tecnologias de poder, é contrapô-las aos tentáculos dos assujeitamentos do neoliberalismo. A problemática do sujeito caracteriza ponto de ascendência na obra de Foucault, segundo o autor a cultura ocidental administra agenciamentos delimitando as condutas humanas em diferentes interfaces, como a biológica, a patológica, a moral, a jurídica, a sexual; as diversas formas pelo que “um ser humano torna-se ele próprio um sujeito” (FOUCAULT, 2009, p. 1).

Este trabalho visou compreender práticas libertárias dissidentes na atualidade, considerando a perspectiva do anarquismo contemporâneo ou pós-anarquismo. Reconhecemos que essas práticas têm suas limitações e são, muitas vezes, esforços locais e temporários. Percebe que tais práticas, buscam ocupar e refrear certas relações de poder antes de se dissolverem, aproveitando-se de espaços marginalizados na sociedade atual. A literatura evidencia não apenas eventos recentes influenciados por ideias como as de Bey, mas também as mudanças notáveis nas formas de ativismo atual, alinhadas com a abordagem pós-anarquista.

Neste estudo, a compreensão do papel do neoliberalismo, em especial sua propensão a direções autoritárias, emergiu como fundamental. O contraponto com a democracia liberal, suporte essencial do capitalismo, foi reconhecido como um marco crítico. Destaca-se o caso do Chile, que evidência de forma notável as tensões emergentes

em um autêntico laboratório neoliberal, instituído após o golpe de 11 de setembro de 1973. Ressalta-se que os ecos desses eventos passados ainda pautavam as insurreições de 2019 contra avanços neoliberais, durante o terceiro mandato de Sebastian Piñera.

Assim, a partir da hipótese da correlação entre a dinâmica do poder neoliberal e suas repercussões, particularmente a inclinação à guerra civil e a resistência subsequente. A situação chilena ilustra essas questões de forma contundente, trazendo à tona os conflitos e tensões engendrados pelo neoliberalismo.

As práticas libertárias dissidentes, os esforços de resistência e a abordagem pós-anarquista se manifestam como recursos valiosos no enfrentamento e desafio à ordem vigente, sugerindo um percurso a ser seguido face às tendências autoritárias atuais. A pesquisa aqui apresentada visa contribuir para debates mais amplos acerca de resistência, poder e liberdade na era neoliberal.

Introdução

Neste estudo, buscou-se discutir as nuances e complexidades da aplicação do conceito de pós-anarquismo, como uma forma de oposição e crítica ao neoliberalismo contemporâneo, tomando como objeto de análise a explosão social ocorrida no Chile em outubro de 2019. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica extensa, englobando campos do conhecimento como Educação, Sociologia Política, Filosofia e Ciência Política, bem como uma análise documental de artigos de opinião.

A hipótese a qual fundamentou-se os argumentos aqui presentes, é a que o fenômeno que denominamos de "pós-anarquismo" tem se manifestado de maneira significativa nos movimentos sociais e nas novas formas de ativismo, especialmente no contexto chileno. A investigação se concentrou no estudo detalhado desse contexto, interpretando as diversas manifestações e ocupações das ruas como possíveis expressões do anarquismo atual. No entanto, é importante esclarecer que essa hipótese não é uma constatação definitiva, mas sim uma inferência derivada de revisão da literatura recente, sendo, portanto, ainda objeto de debate e disputa acadêmica.

Para explorar essa hipótese, adotou-se uma abordagem foucaultiana, que leva em conta o cenário atual de intensificação da política neoliberal, a qual tem cada vez mais

recorrido a soluções autoritárias. Com base nessa perspectiva, analisamos a contínua disposição de guerra na atual dinâmica política, utilizando a inversão do aforismo de Clausewitz proposta por Michel Foucault, que enxerga a política como uma guerra em curso dentro do contexto do capitalismo contemporâneo.

Assim, examinamos como o pós-anarquismo se insere neste cenário, avaliando suas ideias e práticas com o intuito de entender como estas podem contribuir para a resistência e transformação social. Esta análise procura lançar luz sobre os modos como o pós-anarquismo pode desafiar e potencialmente subverter as tendências autoritárias na política neoliberal hodierna.

O objetivo principal desta pesquisa é estabelecer um nexos explicativo que vinculasse estas reflexões teóricas à explosão social que ocorreu no Chile em 18 de outubro de 2019. Tais eventos ressaltam, de maneira contundente, como a aspiração por uma democracia efetiva transcende as técnicas de poder empregadas pelos Estados no contexto da globalização neoliberal. Além disso, evidenciam a intensificação e o uso da violência como instrumento político dentro dessa moldura.

Vale destacar que, neste estudo, o termo "guerra civil" é interpretado como uma referência aos caminhos iliberais da política contemporânea e aos acirramentos institucionais que resultam no uso recorrente da coerção por parte do Estado. Tais caminhos são influenciados por uma racionalidade política que se justifica como austera e puramente econômica, mas que, na prática, se manifesta através de estratégias heterodoxas e conflituosas.

Esse entendimento é fundamentado nos conceitos de guerra apresentados por Michel Foucault no curso "Em defesa da sociedade" (1976) e sobre as racionalidades políticas discutidas no curso "Nascimento da Biopolítica", ministrado entre janeiro e abril de 1979, ambos realizados no Collège de France. Nossa pesquisa, portanto, baseia-se fortemente nesses pressupostos teóricos, visando a uma compreensão mais aprofundada da complexa interação entre o pós-anarquismo e o panorama político atual, com ênfase no contexto latino-americano.

No domínio das racionalidades - compreendidas como orientações e modos de existência que conduzem as ações humanas na sociedade pós-industrial - salienta-se a influência destas na formação da identidade social do sujeito neoliberal no contexto capitalista contemporâneo. Tal perspectiva, aliada à investigação do pós-anarquismo,

amplia a compreensão sobre esta temática face à atual conjuntura latino-americana, marcada por insurgências frequentes desde o início do século XXI, nota-se uma demanda por estudos que avaliem o poder e os processos de subjetivação em um ambiente pós-Guerra Fria, caracterizado por integração econômica, cultural e social.

No que concerne ao neoliberalismo, o trabalho dos acadêmicos franceses Pierre Dardot e Christian Laval serve de base a presente pesquisa e suas proposições. Os autores definem o neoliberalismo como "o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que estabelecem um novo modo de governar os seres humanos, baseado no princípio universal da competição" (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 17).

Entretanto, é imprescindível reconhecer que a hipótese de que o pós-anarquismo, no contexto específico chileno, desempenha um papel significativo na resistência e nas transformações sociais frente à intensificação da política neoliberal, constitui apenas uma das inúmeras possibilidades interpretativas. Portanto, esta pesquisa busca enriquecer o debate contínuo e complexo sobre a dinâmica da sociedade contemporânea, para isso, optou-se por uma exploração do trabalho de autores como o filósofo político britânico Saul Newman, o filósofo político americano Todd May e o historiador americano Hakim Bey.

Ao sistematizar suas obras como base teórico-crítica, estabelece-se um diálogo com as diretrizes foucaultianas, considerando as resistências enquanto manifestações do poder e, especialmente, o poder das subjetivações nas lutas sociais contemporâneas. Torna-se, portanto, fundamental atentar-se aos ativismos na atual era de guerras de subjetividades, em um contexto marcado por insatisfação generalizada e viradas extremistas.

Em linha geral, confrontar as práticas libertárias com as tecnologias de poder implica no embate com os mecanismos de sujeição impostos pelo neoliberalismo. A questão da formação do sujeito ocupa um lugar central na obra de Foucault, que argumenta que a cultura ocidental administra diversos aspectos da conduta humana - biológico, patológico, moral, jurídico e sexual. Estas são as formas através das quais "um ser humano se torna um sujeito" (FOUCAULT, 2009, p.1).

A pesquisa também visa identificar as transformações perceptíveis nas formas de ativismo contemporâneo, para tal compreensão desses fenômenos, requiriu-se a análise

do papel do neoliberalismo e suas contínuas derivações autoritárias. Essa trajetória em direção à colisão com a democracia liberal, pilar fundamental do capitalismo moderno, constitui um ponto de inflexão de interesse para os atores hegemônicos. No entanto, é igualmente relevante considerar o lado oposto desta dinâmica - as resistências que emergem em resposta a essas tendências. A análise do poder do neoliberalismo, neste sentido, oferece uma abordagem apropriada para compreender a opção cada vez mais acentuada pela guerra civil. Dessa forma, é pertinente a apreensão das relações de poder por meio de uma arqueologia do neoliberalismo.

Capítulo I - De Walter Lippmann a Michel Foucault: uma arqueologia do neoliberalismo

1.1. A arqueologia foucaultiana

A arqueologia em Foucault, corresponde a uma escolha de recorte histórico predefinindo, articulando um projeto com início e um fim, uma análise concisa pensada para evitar anacronismos. Segundo a filósofa e tradutora francesa Judith Revel (2011, p. 16), delimita-se um recorte “vertical”; assim, pensando para além da leitura histórica a apreendendo a sedimentação de institucionalizações, discursos e práticas em direção ao presente, assim um projeto investigativo que progressivamente, complementa-se pela adoção da genealogia.

A arqueologia caracteriza-se exatamente pelo que o nome sugere, a postura de trazer à luz relações de poder dos saberes sobrepostos a outros pela historiografia legitimada ao longo da história do pensamento; uma investigação das formas de saber desconsagradas ao ponto de ser necessário desenterrá-las. Então, por meio dessa analogia, é fundamental escavar e reconstruir a história por meio dos elementos apresentados das diferentes formas de saber. Assim como um arqueólogo, encontrar os discursos obscurecidos dos saberes soterrados ou até mesmo as modulações nas torções teóricas das perspectivas validadas e amplamente aceitas, em um aceno claro ao perspectivismo nietzschiano.

Esse efeito foi percebido pelo filósofo brasileiro Roberto Machado, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) até sua morte em 2021, o qual

foi orientando do próprio Michael Foucault ao longo de sua formação. Em seu livro “Foucault, a ciência e o saber” Machado reconhece uma motivação teórica para o termo “Arqueologia”, sendo cunhado justamente a fim de diferenciar-se da “história da ciência e das ideias”. O autor prossegue alertando:

Não se deve pensar, no entanto, que se trata de um método cujos princípios básicos possibilitarão, pela aplicação a diferentes objetos de pesquisa, uma série de análises empíricas. Se pode ser considerada um método, a arqueologia caracteriza-se pela variação constante de seus princípios, pela permanente redefinição de seus objetivos, pela mudança no sistema de argumentação que a legitima ou justifica (MACHADO, 2007, p. 22).

O exemplo utilizado primeiramente por Machado é a obra “História da Loucura”, texto em que, segundo o autor, é feito um deslocamento teórico por Foucault que direciona para os processos de subjetivação da patologização e segregação espacial do louco. Assim, denuncia a produção dos discursos que criam o louco, ao contrário da tese central da história da psiquiatria que reivindica para si a criação das condições de tratamento da doença mental, como é possível compreender a partir do fragmento de Machado a seguir, o autor faz a seguinte ilação:

O livro está historicamente centrado na época clássica, detidamente estudada, tanto do ponto de vista da prática do enclausuramento do louco, quanto no que diz respeito à relação da teoria da loucura com a medicina: o estudo do Renascimento tem a função de balizar e esclarecer a concepção clássica de loucura e o confinamento do louco em instituições de reclusão. Mas toda a sua argumentação se organiza para esclarecer a situação da loucura na modernidade. E na modernidade loucura diz respeito fundamentalmente a psiquiatria (MACHADO, 2007, p. 22).

Ou seja, o ponto principal que Foucault traz à luz são os processos de subjetivação os quais impõem a razão moderna à loucura, produzindo simultaneamente o sujeito louco, como também estratificando as formas de saber-poder disciplinar do que é desejado e o que não é, o que deve ser deixado livre e o que deve ser escondido, encarcerado, nesse caso, trancafiado em instituições de uma medicalização social. Consiste no deslocamento da loucura “como saber que expressa a experiência trágica do homem no mundo em proveito de um saber racional e humanista centrado na questão da verdade e da moral” (MACHADO, 2007, p. 23). A partir da disposição dos indesejáveis a partir do evento histórico chamado “O Grande Enclausuramento”, Machado infere que:

O Grande Enclausuramento é, portanto, um fenômeno eminentemente moral, um instrumento de um poder político que, laicizando a moral e realizando-a em sua administração, não apenas exclui da sociedade aqueles que escapam a suas regras, mas, de modo mais fundamental, cria, produz uma população homogênea, de características específicas, como resultado dos próprios critérios que institui e exerce. (...) O ato de internar não é algo negativo, no sentido de unicamente separar, isolar, excluir. É muito mais do que isso: ele é positivo, não no sentido, é evidente, de um juízo de valor, mas no de criador de realidade e de saber. Institui um outro da sociedade, um estrangeiro aos olhos da razão e da moral, ao mesmo tempo que organiza um domínio novo de experiência que tem unidade e coerência (MACHADO, 2007, p. 24).

A análise sobre a arqueologia como metodologia de apreensão de detalhes soterrados traz uma reflexão mais profunda a respeito do trabalho de Foucault, o de sua real preocupação, não as relações de poder, mas os processos de subjetivação, colocação destacada pelo próprio autor ao debater os processos de assujeitamento, no texto “O Sujeito e o Poder”, de 1984.

Ao longo do texto, Foucault elucida pontos fundamentais que se apresentam como premissas de seu pensamento, prioritariamente a partir da década de 1970. A presente fase concentra-se nas técnicas de poder e nos elementos de subjetivação, o que permite ao indivíduo entender-se como sujeito, considerando os elementos discursivos e até em certo ponto o funcionamento das instituições as quais incidem uma organização das relações de poder.

Seguindo a perspectiva foucaultiana, o sujeito é determinado por elementos externos a si, como por meio de discursos, saberes, práticas, tecnologias, em suma, assujeitamentos que formam e engendram a égide de cada tempo histórico. Por meio da analítica do poder em Foucault, é possível entender a pertinência de encarar o poder enquanto procedimento de produção, tanto de opressão quanto de libertação e das práticas de liberdade.

O Poder permeia as relações sociais em sua totalidade, porém obtendo como principal enquadramento os processos de subjetivação nas formas como os sujeitos entendem a si mesmos e constituem-se dentro da sociedade ocidental, fundamentalmente organizada pelas diretrizes jurídicas advindas da modernidade, centralizadas acima de tudo na figura do Estado moderno.

Na contemporaneidade o poder é legitimado de forma a impor uma disposição vertical na sociedade; tais diretrizes e bases modernas são classificadas por Foucault como “tecnologias de poder” ao se referir de uma necessidade conceitual de propor uma “economia das relações de poder”. Tais tecnologias apesar de constituir o aparelho de

Estado, por si só não garantem o exercício do poder, entretanto possuem papel decisório na produção subjetiva dos indivíduos (FOUCAULT, 2009, p. 4).

O filósofo delimita sua preocupação no sujeito e tendo o poder como elemento relacional entre os sujeitos, tal modulação orienta algumas indagações, a principal é: como estudar o poder nesse quesito?; A conclusão baseia-se em compreender as relações existentes ao longo das disposições do poder, o que evidencia que os excessos do poder não escapam a sua dinâmica usual. Pode-se exemplificar por meio dos fascismos e do nazismo, os quais não configuram como patologias ou anomalias frente às relações de poder do Estado Moderno que, “apesar de suas singularidades históricas, não são originais. Elas utilizam e expandem mecanismos já presentes na maioria das sociedades”. O autor francês, termina com a ilação de que tais extremismos “utilizam amplamente as ideias e os artifícios de nossa racionalidade política” (FOUCAULT, 2009, p. 3).

Ao referir-se às racionalidades políticas, o autor traz luz aos efeitos das subjetivações nas articulações do poder no corpo social. Nesse sentido, ao exemplo dos efeitos de discursos extremados, os quais efetivam-se na afirmação das identidades de membros do corpo social. Nessa perspectiva, ainda destaca ser infrutífero uma dicotomia entre racionalidade e irracionalidades; um ponto importante é o não julgamento de valor moral e a não descaracterização dos elementos pulsionais atribuídos a uma não razão, ao contrário são elementos constitutivos de uma subjetivação. Negar tal ponto “nos condenaria a representar o papel arbitrário e enfadonho do racionalista ou do irracionalista” (FOUCAULT, 2009, p. 4).

Pode-se dizer sem ressalvas que a analítica do poder de Foucault é capaz de redirecionar por completo a percepção oriunda da modernidade acerca das relações de poder. Sendo assim, infere-se que elementos comuns à reprodução social ocidental carregam o que o filósofo francês, Éric Alliez e o sociólogo italiano, Maurizio Lazzarato denominam em seu livro “Guerras e Capital” (2020) como o “adestramento subjetivo”, transcendendo a dimensão que os autores denominam como ideológicas.

Em outras palavras, as tecnologias de poder, os dispositivos de saber-poder e as instituições disciplinares, passam a enquadrar os indivíduos em um “sistema de identidades” organizados por um jogo de “falsas representações”, sem que esses mesmos indivíduos tomem plena consciência; elementos como a célula familiar tradicional, operando assim nos espaços de livre decisões dos indivíduos (ALLIEZ; LAZZARATO, 2020, p. 128). Os autores realizam a análise das chamadas “guerras de subjetividades” ao definirem a razão governamental capitalista que motivaria tal assujeitamento:

A luta contra as infrações do proletariado que se recusa a obedecer às disciplinas e ao modelo de subjetivação do trabalhador assalariado não mobiliza apenas os dispositivos tradicionais da guerra civil. Em uma sociedade como a liberal, indexada pela propriedade privada, os proletários não são fixados ao aparelho de produção apenas pela obrigação econômica, sua sujeição não é obtida só pela “disciplina da fome” e pela ameaça de prisão, e seu comportamento não é “regularizado” unicamente pela pura e simples repressão (polícia dos costumes) ou pela brutal imposição de novas normas.

Dado que a passagem da condição de proletário expropriado à de trabalhador assalariado não é automática, o encontro entre o “homem do dinheiro” e os operários, que define o capitalismo industrial, requer um longo trabalho de conversão da subjetividade (ALLIEZ; LAZZARATO, 2020, p. 121).

É pertinente apontar a diferença entre razão governamental e governamentalidade está na abordagem e no enfoque de cada conceito. Ambos são termos cunhados pelo filósofo francês Michel Foucault e estão relacionados às formas de exercício do poder e ao modo como as sociedades são governadas. A Razão governamental refere-se aos princípios, estratégias e lógicas que fundamentam a maneira como o poder é exercido no governo de um Estado ou de uma sociedade.

A razão governamental é resultado de um processo histórico e de um conjunto de práticas que moldam e orientam a ação política. Foucault estava interessado em analisar as transformações na razão governamental ao longo do tempo, identificando diferentes formas de exercício do poder, como o absolutismo monárquico, o liberalismo e o neoliberalismo. Em resumo, a razão governamental foca nas lógicas e princípios que embasam o exercício do poder, enquanto a governamentalidade aborda a relação entre governo e governados, incluindo a autorregulação dos indivíduos e a produção de sujeitos específicos. Ambos os conceitos são importantes para compreender a análise de Foucault sobre o poder e a governança nas sociedades modernas.

O debate em Foucault a respeito das racionalidades políticas, e a apresentação do conceito de “governamentalidade”, refere-se ao governo das condutas dos indivíduos por meio de assujeitamentos que precedem a dimensão ideológica da vida dos indivíduos, tal elaboração encontra-se presente no curso de 1978 -1979, no *Collège de France*, publicado com o título “Nascimento da Biopolítica”.

Por meio da disposição das subjetividades as quais condicionam os indivíduos, é onde observa-se o surgimento do sujeito neoliberal, o qual constitui um elemento intrínseco a racionalidade governamental do neoliberalismo. E sobre esta perspectiva que será tratado a diante. Inicialmente, é pertinente um esforço arqueológico da gênese do neoliberalismo e sua razão estratégica.

1.2. A gênese do neoliberalismo

O termo neoliberalismo hoje é mais utilizado pelos críticos como um adjetivo que se aplica a um conjunto de políticas, pensamentos e práticas que vão em direção à implementação de políticas de austeridade que tendem a fragilizar a capacidade do Estado de exercer seu papel de mediador e por vezes regulador da economia. Por outro lado, os teóricos políticos e homens de negócio que recebem tal alcunha, não tendem a identificar-se com ela. Porém pode-se perceber em um retorno à história da transformação do pensamento liberal, até o Colóquio de Walter Lippmann, que essa esquivas ao aceitar o rótulo de neoliberal, nem sempre foi uma realidade entre tais intelectuais.

O liberalismo clássico ou “primeiro Liberalismo”, como chamado pelos sociólogos europeus Pierre Dardot e Christian Laval em sua obra “A nova razão do mundo” (2009), surge com Adam Smith em sua obra “A riqueza das nações” de 1776, cujo pensamento é voltado para os interesses dos indivíduos, os quais cada qual promovendo uma economia produtiva de suas necessidades e apetites, promoveriam conjuntamente um equilíbrio social.

Assim, segundo Smith, o auto interesse dos indivíduos seria responsável pelo movimento conjunto de uma “mão invisível” do mercado, que por si só, promoveria o bem-estar da sociedade como um todo; direcionando-se ao consenso de liberdade individual não mediada por nenhum grande poder centralizador. Essa é a base do conceito de *Laissez-faire*, palavra francesa cuja tradução é “deixar fazer”, conceito esse com origem incerta, porém cunhado em meados do século XVIII, que respalda a ideia de autorregulação do mercado conforme a oferta e demanda; as quais produzidas pelos indivíduos por meio dos produtos oferecidos, sempre voltados para uma mentalidade centrada em si e não no coletivo. Dardot e Laval definem as implicações filosóficas e históricas dessa primeira pulsão Liberal (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 33)

Avançando na história, conhecemos Walter Lippmann, jornalista vencedor de dois prêmios Pulitzer, famoso por seus comentários sobre política internacional durante as duas grandes Guerras Mundiais, autor da obra *The good Society* de 1937. Na obra em questão, Lippmann se contrapõe à proposição da autorregulação do mercado, evocando uma objetividade material as quais conceitos metafísicos não seriam suficientes para responder questões complexas.

Nesse ponto, o liberalismo inicia sua transição de teoria econômica, para estratégia de implementação de dispositivos jurídicos estatais, para que não o indivíduo, mas o Estado possa promover o bem-estar da sociedade, mediando a dinâmica econômica e produzindo os princípios de concorrência. Havia um conjunto de pensadores liberais no Colóquio Walter Lippmann, realizado por cinco dias em Paris - tendo início no dia 26 de agosto de 1938 - inaugurando a reinvenção do liberalismo, e adotando para si a alcunha de neoliberalismo, em referência à superação do *laissez-faire*, e à refundação intelectual do então novo-Liberalismo.

Importante frisar a crise do liberalismo nos anos de 1930 sequência direta da crise financeira de 1929 (Grande Depressão). A necessidade de reformulação era pragmática do momento histórico, o qual encontrava-se na iminência da segunda guerra mundial; o mundo ainda estava lidando tanto com os espólios, como com os custos de todos os eventos históricos definidores de tal época. Porém, em 1947, após a segunda guerra mundial, surgem os avanços do cosmopolitismo neoliberal, na forma da organização internacional de filósofos e economistas chamada de Sociedade *Mont Pèlerin*, encabeçada pelo economista austríaco Friedrich Hayek, mas que continha nomes famosos: como Milton Friedman, Karl Popper e Ludwig von Mises.

Diferentemente do Colóquio de Walter Lippmann, tais intelectuais resgataram o legado liberal, abandonando a alcunha de neoliberalismo. A inflexão dos termos “novo liberalismo” e “neoliberalismo” e todas as nuances existentes no discurso e como ponderar tais proposições (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 73). Mais à frente, é notório que o termo neoliberalismo é apropriado por autores de esquerda com um tom crítico; trazendo luz às contradições e insatisfações com tais políticas; principalmente tratando-se de demandas sociais: pensando nas convulsões sociais ocorridas na década de 1990 em toda a América Latina. Um autor importante para pensar a crítica de tais conjuntos de

práticas, políticas e mentalidades, é o geógrafo estadunidense David Harvey¹, em sua obra “O neoliberalismo: história e implicações” (2014), o autor traça uma linha cronológica da guinada Neoliberal dos principais expoentes econômicos do mundo, em grandes marcos no final da década de 1970 e início da década de 1980.

Em detrimento das consequências das diversas crises do período, houve o fenômeno de estagflação; justamente no final da década de 1970: tal fenômeno ocorre quando há uma alta dos preços concomitante com a queda da produção, gerando uma queda significativa no poder de consumo e qualidade de vida: porém em níveis globais, exigindo a revisão dos planos econômicos (HARVEY, 2013, p.11 - 12).

A solução veio na forma de uma resposta aos modelos até então adotados da forte presença de regulações estatais. Essa importância mudança no *zeitgeist*² ocorreria primeiramente em 1978, quando o líder chinês Deng Xiaoping anuncia um plano de liberalização de sua economia, tal abertura fortaleceu a China, reinserindo-a no cenário global, já no lado ocidental, em 1979, o economista estadunidense Paul Volcker, assume o comando do FED (*Federal Reserve System*) o Banco central americano, que por sua vez possui autonomia do governo dos Estados Unidos nas tomadas de decisões referentes a garantia de estabilidade monetária do sistema econômico do país (HARVEY, 2013, p.11 - 12).

No âmbito político-cultural, a chegada de Margareth Thatcher ao posto de primeira-ministra do Reino Unido em 1979, seguido da eleição do ex-ator hollywoodiano Ronald Reagan, famoso por filmes do gênero *Western* da década de 1940, identificando-se como um político conservador e forte crítico do comunismo chinês e soviético, esses foram os principais fatores segundo Harvey, do empoderamento neoliberal no ocidente durante toda a década de 1980 (HARVEY, 2013, p.11 - 12). O autor faz a seguinte definição;

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do

¹ David Harvey: professor da Universidade John Hopkins, em *Baltimore, Maryland* dos Estados Unidos

² *Zeitgeist* é uma expressão do alemão a qual refere-se ao "espírito do tempo" ou "espírito da época". Utilizada para descrever a atmosfera cultural, social e política que permeia uma determinada sociedade em um determinado momento histórico. O *zeitgeist* é influenciado por diversos fatores, como eventos históricos, avanços tecnológicos, movimentos artísticos e filosóficos, bem como pela opinião pública em relação a esses temas. Em outras palavras, o *zeitgeist* é a representação da mentalidade e dos valores predominantes de uma época, que afetam e são afetados por todas as áreas da vida em sociedade.

Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (...), mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas (HARVEY, 2013, p. 12).

Considerando a definição de Harvey, o papel do Estado na perspectiva neoliberal consiste na garantia das liberdades individuais e de dispositivos jurídicos de proteção da propriedade privada, porém em contraposição acaba por desarticular o estado de bem-estar social, e conseqüentemente nas garantias das formas tradicionais de trabalho, uma vez que “as intervenções do Estado nos mercados, (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo” (HARVEY, 2013, p.13). Omitindo-se das designações com cuidado social promovidos outrora pelo *Welfare State*³, dando lugar ao Estado neoliberal, cujo papel, consiste em garantir a acumulação de capital por meio de “desregulação, a privatização e a retirada do Estado” em setores de base não competitivos, os quais seriam parte das designações democráticas dos Estados (HARVEY, 2013, p.13).

Muito além de deliberações político-econômicas, Harvey também constata a face cultural do neoliberalismo, que se tornou hegemônico e influenciando os modos de ser no mundo, e nas condutas cotidianas e na maneira as quais elas leem e se projetam no mundo, os valores mercadológicos transformados em ética (HARVEY, 2013. p. 17). Porém, a gênese de um movimento tão complexo possui um respaldo intelectual e uma experiência material, contudo o preço foi um regime de exceção por meio do golpe de Estado em 11 de setembro de 1973 no Chile, resultante na deposição do então presidente democraticamente eleito Salvador Allende, e chegada ao poder do general Augusto Pinochet.

³ O *Welfare State* foi implementado principalmente pelos governos de países europeus e americanos durante o século XX, com o objetivo de proporcionar bem-estar social e reduzir as desigualdades econômicas e sociais. Configura-se como um sistema de Estado de bem-estar social que tem como objetivo garantir a seguridade dos cidadãos por meio de políticas públicas que incluam serviços de saúde, educação, assistência social, previdência social e outras formas protetivas. Esse sistema é financiado pelos impostos e outros recursos governamentais, e busca reduzir as desigualdades sociais e garantir o acesso aos serviços básicos para toda a população; comum em países desenvolvidos e tem sido alvo de críticas e debates em relação ao seu funcionamento e sustentabilidade.

1.3. A virada neoliberal

A ditadura chilena tem características bastante pertinentes à funcionalidade estratégica neoliberal, por exemplo a relativização da barbárie e violações dos direitos humanos em nome de uma pretensa liberdade econômica. A principal questão da modulação da ideia de liberdade, como demonstrado por Harvey (2013, p. 9), vem no enunciado dos valores basilares da civilização elegidos pelos fundadores do neoliberalismo, tanto no colóquio de Walter Lippmann quanto da Sociedade *Mont Pèlerin*, tais pensadores sublimaram a dignidade humana, porém de certa forma subsidiada pela liberdade individual como fundamento discursivo para o neoliberalismo.

Tal crença deu forma ao antagonismo de tais liberdades na figura do Estado, e sua capacidade de intervenção e regulações na sociedade, materializadas enunciativamente nos fantasmas do fascismo, do comunismo e qualquer movimento “que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos” (HARVEY, 2018, p. 8).

Ainda segundo Harvey (2013, p.9), a crença em tais pilares foram significativamente importantes na fundação nacional estadunidense, o que ironicamente foi incorporada ao discurso belicista do ex-presidente George W. Bush na guerra do Iraque (2003 a 2011), e incorporado oficialmente no documento de Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos, justificando tais ações pela obrigação moral "na qualidade de maior potência da terra temos a obrigação de propagar a liberdade".

Tais eventos são um dos demonstrativos que a funcionalidade estratégica neoliberal não possui compromisso, necessariamente com a paz e os demais valores acordados nas convenções de Genebra e Praga, e então retornamos ao caso do 11 de setembro chileno, e dos subsídios intelectuais que respaldaram o golpe de Pinochet (HARVEY, 2014, p. 9).

1.4. O laboratório neoliberal da contrarrevolução chilena

No caso do Chile, com receio das tendências socialistas de Salvador Allende, as elites comerciais associadas aos Estados Unidos, a CIA, e pelo secretário de segurança Henry Kissinger, patrocinaram o golpe de Estado executado pelas forças militares, que

passaram a instaurar um regime de violação constante aos direitos humanos, porém não ultrapassando limites condizentes ao receituário neoliberal capitaneado pelos Estados Unidos. Para a transformação neoliberal da economia chilena, um grupo denominado *The Chicago Boys*, os quais congregavam da vertente neoliberal de Milton Friedman, na época professor da Universidade de Chicago (HARVEY, 2014, p. 9). No trecho fragmento adiante, Harvey descreve tal implementação;

Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. (...) No começo dos anos 1970, as elites dos negócios organizaram a sua oposição a Allende através de um grupo chamado 'Clube de Segunda-Feira' e desenvolveram uma relação de trabalho com esses economistas, financiando através de institutos de pesquisa. Depois de o General Gustavo Leigh, rival de Pinochet para ocupar o poder, e keynesiano, afastado em 1975, Pinochet levou esses economistas ao governo, onde seu primeiro trabalho foi negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Trabalhando em parceria com o FMI, reestruturaram a economia de acordo com suas teorias (HARVEY, 2014, p. 9).

Outros intelectuais também se debruçaram sobre a singularidade histórica desse caso, na obra “A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo” (2021), dos sociólogos Pierre Sauvêtre, Christian Laval, Pierre Dardot e da filósofa Haud Guéguen. Na obra citada, os autores chamam a atenção para o fato que no caso do Chile especificamente, é perceptível a execução da funcionalidade estratégica dos subsídios intelectuais neoliberais sendo implementados na formação de um laboratório naquela época ainda desconhecido de seu resultado prático, que acabou acarretando na reversão de conquistas sociais alcançadas de outrora, e enfim a permitindo a execução do receituário dos “*Chicago Boys*”, uma “revolução capitalista” ou podendo-se chamar também de “contrarrevolução neoliberal”, que remodelou a sociedade chilena drasticamente (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 43).

É importante considerar a presença geopolítica imperialista que rondava toda a América Latina no período: o fomento pelo polo anglo-estadunidense de políticas externas voltadas a não permitir zonas de influências socialistas na região; intervenções evidenciadas pelo prestígio dos ideólogos do golpe que pôs fim a iniciativa da coalizão de Esquerda da Unidade Popular; governo iniciado em 1970 com a vitória de Salvador Allende, que teve sua deposição e morte, sucedidas pela consagração de seus algozes, que obtiveram reconhecimento notório por importantes atores políticos do bloco

capitalista, como Margareth Thatcher (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 43).

O ponto de maior evidência foi a premiação de Hayek em dezembro de 1974 com o prêmio Nobel de Ciências Econômicas, exatamente um ano e três meses após o Golpe no Chile. Em 1975, recém vitoriosa na direção do Partido Conservador inglês, Thatcher encontrava-se com Hayek, em entrevista no *Institute of Economic Affairs* (IEA), demonstrando uma relação íntima entre os acontecimentos; três personagens símbolos do neoliberalismo inseridos no mesmo contexto histórico: “o general, o prêmio Nobel e a Dama de Ferro”, nomeadamente Augusto Pinochet, Friedrich Hayek e Margareth Thatcher (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 44).

Friedrich Hayek, assume um papel de “inspirador político” do neoliberalismo, ganhador da consagração promovida pelo Banco da Suécia em 1969, o Prêmio das Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 45); o prêmio entregue em 1974 foi concedido conjuntamente também a outro economista, Gunnar Myrdal que diferentemente de Hayek, tinha uma visão teórica influenciada por John Maynard Keynes, intelectual defensor da regulação estatal na economia, além da garantia dos cuidados sociais que garantissem a dignidade dos trabalhadores.

Uma entrevista concedida ao jornal chileno *El Mercurio* em abril de 1981, demonstra com uma sinceridade acachapante a escolha da funcionalidade estratégica neoliberal em favorecimentos dos dispositivos que garantiriam sua continuidade, até mesmo acima de uma ordem social democrática liberal. Na entrevista Hayek afirma que um ditador poderia à revelia da barbárie, governar de forma liberal, enquanto numa democracia a economia poderia ser organizada fora dos preceitos do liberalismo, assim, Hayek coloca-se a favor do primeiro cenário, do “ditador liberal” (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 46 - 47).

A principal motivação da execução do golpe chileno, ocorreu pela experiência da coalizão da Unidade Popular, que segundo Sauvêtre, Laval, Guéguen e Dardot (2021), passará a adotar meios institucionais. Assim um novo espectro rondava a América Latina, dessa vez uma alternativa de esquerda que trocava a organização das guerrilhas, pelo reformismo por vias eleitorais (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 47). Dessa forma, os agentes políticos alinhados ao imperialismo anglo-estadunidense,

viram a necessidade de realinhar a ordem constitucional, promovendo uma funcionalidade estratégica que não aparelhasse os dispositivos legais que pudessem afastar-se significativamente das diretrizes geopolíticas interessadas ao polo capitalista; Sauvêtre, Laval, Guéguen e Dardot detalham:

Não satisfeito em impor a lei marcial, fechar o Congresso, suspender a Constituição e proibir a atividade de todos os partidos políticos, Pinochet deu, aos poucos, uma dimensão transnacional à repressão, estabelecendo uma coordenação com outros regimes militares da região, com apoio dos Estados Unidos, por meio da Operação Condor (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 50).

A doutrina de segurança nacional estadunidense que respaldara a presença imperialista na América Latina e legitimara o golpe em Allende possui uma dimensão fundamentalmente estratégica, que encontrou no Chile um laboratório de instauração de uma razão governamental, a qual toma corpo com a “Constituição impostora” de 1980. Ao mesmo tempo em que se reconhecia como República Democrática, delimitando a autonomia dos três poderes: o poder executivo na figura do presidente da República com mandato de oito anos; o poder legislativo, com um Congresso Nacional bicameral (Câmara dos Deputados e Senado); e o poder legislativo designado a uma suprema corte. Porém, a carta constitucional possuía algumas singularidades: centralizava um demasiado poder ao presidente da república, como a autoridade de implementar estado de sítio e a atribuição às Forças Armadas de guardadora da ordem institucional (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 56).

Tais disposições dos poderes garantiriam o pleno controle das regras do jogo, o ex-senador chileno Jaime Guzmán, escreve um texto intitulado “*El camino político*” em 1979, no qual pontua como a sedimentação da implementação de uma razão governamental profundamente enraizada nivelaria as alternativas institucionais na via eleitoral, fazendo delas sensivelmente próximas nas diretrizes econômicas basilares, isso é os “benefícios da propriedade privada e da iniciativa privada”, criando uma barreira intransponível, assim, não importa “quem governa, mas qual é a extensão de seu poder ao acessar a condução do Estado”.

Dessa forma, a funcionalidade estratégica neoliberal reduziria o horizonte de manobras possíveis a qualquer chefe de Estado, condicionando-o a máxima dos valores amplamente difundidos no ocidente até os dias de hoje (SAUVÊTRE; LAVAL;

GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 57). Tais valores podem ser exemplificados com a emblemática fala de Donald Regan, em seu discurso de posse do primeiro mandato, em janeiro de 1981, no qual dizia: “O governo não é a solução para o nosso problema, o governo é o problema”⁴. O direcionamento cultural descrito, influenciou e influencia muitas lideranças, como a opinião de milhares de pessoas ao longo do planeta, o que transcende apenas o discurso pragmático, e se torna uma fundamentação dos sujeitos na contemporaneidade.

1.5. Os dispositivos de poder e o sujeito

Alguns elementos colocados, como a sequência da neoliberalização do mundo por Harvey, direcionam-se para um cenário de ascensão global, porém não apenas no campo objetivo de ordem econômica. Assim, opta-se na presente pesquisa na adoção de conceitualizações foucaultianas, propriamente a respeito do tópico neoliberalismo na leitura de alguns autores os quais utilizam também de tal base de dispositivos de interpretação histórica; tal metodologia será trabalhada mais à frente na pesquisa, porém opta-se por enunciar o glossário conceitual de base foucaultiana abordado no presente texto, diferindo-se por exemplo da interpretação de cunho materialista histórico-dialética de David Harvey.

Um conceito relevante que permeia toda a obra do filósofo francês Michel Foucault é o de sujeito, porém é importante salientar que a filosofia foucaultiana não é homogênea e conceitos ecoam em toda sua obra, sofrem sensíveis mudanças de alocação ao longo de seu trabalho. O tema do sujeito é abordado mais veementemente na fase chamada por diversos intelectuais de o “último Foucault”, como trabalhado no texto "O último Foucault e o retorno transversal aos gregos", de Daniel de Oliveira Gomes⁵, na qual se considera que Foucault dedicou-se à questão da ética norteador a um retorno aos filósofos gregos, numa perspectiva de abordagem ontológica. Gomes (2012), faz uma breve descrição da cronologia das abordagens temáticas em Foucault:

⁴ Trecho do discurso de posse de Donald Reagan em janeiro de 1981. Citação e informações disponíveis no texto “Covid nos EUA: como a pandemia pode dar ao governo seu maior protagonismo em décadas de Alessandra Corrêa em 1º de maio de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56952908>. Acessado em: 22/05/2023.

⁵ Daniel de Oliveira Gomes: professor de literatura da Universidade Estadual do Centro-Oeste

Sabemos que ao primeiro período, a chamada fase arqueológica de Foucault, estão atribuídos os textos desde “Doença mental e personalidade” (1954) até “A ordem do Discurso” (1971); a segunda fase, a que trata das problemáticas relativas ao poder, iria desde então até o primeiro volume da “História da Sexualidade” (1976); a terceira fase, quando Foucault se dedica mais à subjetividade, visando a filosofia como um estilo de vida e não tanto uma caça da verdade, é quando rediscute a ética como um campo desvinculado da moral. Para a efetivação de tal torção conceitual, é pertinente anunciar a substituição do uso até o presente momento do recorrente termo de funcionalidade estratégica, para racionalidade política, e certamente estratégica. O conceito de racionalidade política foi inicialmente cunhado por Michel Foucault no curso ministrado no *Collège de France* de janeiro a abril de 1979 intitulado “Nascimento da biopolítica”, no qual Foucault anuncia o surgimento de uma razão governamental, impactando diretamente nas formas de assujeitamento a partir de uma genealogia do Liberalismo, tal discussão é a base da obra “A nova razão do mundo” de Dardot e Laval, citada anteriormente (GOMES, 2012, p. 37).

Dessa forma opta-se na presente pesquisa uma abordagem baseada na segunda fase de Foucault, referente à análise do Poder. No entanto, são introduzidas nuances teóricas que remetem à sua terceira fase, particularmente em relação às concepções geográficas apresentadas ao definir “espaços outros” ou heterotopias. Isso será discutido mais detalhadamente adiante. O filósofo brasileiro, Edson Passetti, em seu texto “Heterotopia, anarquismo e pirataria” (2005), oferece apontamentos por meio da obra de Foucault. Ele infere que todas as relações nas quais os seres humanos estão imersos são envolvidas pelo poder. O autor destaca esse ponto de maneira incisiva. Passetti prossegue:

Poder em Foucault é uma prática que sedimenta autoridades em posicionamentos, em movimentos que percorrem a vida na casa, no trabalho, nas relações amorosas e sexuais, na pesquisa, e que provoca resistências, práticas correlatas e múltiplas que podem *nomadizar* existências, provocando contra-posicionamentos, heterotopias, heterotopias anarquistas que realçam suas histórias e que dispensam o bolor acumulado advindo do culto aos registros da história passada (PASSETTI, 2005, p. 111).

O autor procede focalizando nas subjetividades, nas quais processos de tornar-se sujeito são acompanhados com “os devastadores efeitos dos assujeitamentos, a atenção para com a estilística da existência, o rompimento com a genialidade dos artistas, os objetos de exaltação do brilhantismo individual” (PASSETTI, 2005, p. 111).

Assim, a complexa apropriação de elementos de percursos investigativos de autores que possuem tal fluidez como característica primordial em sua postura filosófica, compõe parte da proposta da presente pesquisa, principalmente ao pensar as relações de poder para além dos embates interpessoais, mas também com os tensionamentos simbólicos das narrativas e dos processos de assujeitamento ao longo da história, em

outras palavras, daquilo que é passível de uma arqueologia, a fim de evidenciar a funcionalidade estratégica do neoliberalismo. Para o filósofo francês, o sujeito é determinado por elementos externos a ele, como por meio de discursos, saberes, práticas, tecnologias, em suma, “dispositivos” que formam e engendram a égide de cada tempo histórico, assim como o espaço em qual determinada temporalidade decorre.

Segundo Revel, em uma busca por um conceito abrangente a ser empregado não somente no campo discursivo, mas também referente aos processos de subjetivação dos sujeitos sociais, surge a ideia de dispositivos de poder, que podem ser entendidos como mecanismos materiais que operam o poder, isso é, indo além dos meios legítimos como os pertencentes ao Estado, incorporando a ele “as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder” (REVEL, 2011, p. 39).

Pode-se entender como dispositivos, mecanismos além da dimensão discursiva e da institucionalidade estatal, os quais operam no campo das subjetividades de forma heterogênea com impacto na realidade tangencial, nas proposições, organizações e consensos inerentes a sociedade burguesa, como também o campo do não dito, segundo o próprio Foucault:

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

O conceito de dispositivo em Foucault, caracteriza-se como um conjunto heterogêneo de elementos, que podem incluir instituições, discursos, leis, práticas, normas, saberes e até mesmo objetos físicos, que estão interligados e funcionam em conjunto para exercer e sustentar relações de poder. Foucault introduziu o conceito de dispositivo para explicar como o poder funciona de maneira difusa e capilar, ou seja, como ele se infiltra em todas as áreas da vida social e não está restrito apenas às instituições políticas ou estatais. Dispositivos são mecanismos através dos quais o poder é exercido e reproduzido, moldando a maneira como os indivíduos pensam, agem e se relacionam uns com os outros.

Os dispositivos são caracterizados por sua flexibilidade e adaptabilidade, pois podem mudar e se transformar ao longo do tempo e em resposta a diferentes contextos.

Eles não são fixos ou estáticos, mas estão em constante evolução e são sujeitos a contestação e resistência. Foucault estava interessado em examinar como os dispositivos operam em áreas específicas da vida social, como a sexualidade, a loucura, a medicina e a prisão, e como eles contribuem para a produção de sujeitos e formas específicas de conhecimento. É importante notar que, para Foucault, o poder não é apenas negativo ou repressivo; ele também é produtivo.

Isso significa que os dispositivos não apenas controlam ou limitam a ação humana, mas também criam possibilidades e formas de ser. Ao analisar dispositivos, Foucault buscava desvendar as complexas interações entre o poder, o conhecimento e a subjetividade e entender como eles moldam a experiência humana. Em resumo, o conceito de dispositivo em Foucault é uma ferramenta analítica usada para examinar a relação entre o poder, o conhecimento e a subjetividade nas sociedades modernas. Dispositivos são conjuntos heterogêneos de elementos interligados que funcionam em conjunto para exercer e sustentar relações de poder, moldando a maneira como os indivíduos pensam, agem e se relacionam uns com os outros.

Não é uma coincidência que o conceito de dispositivo evoque as tecnologias, práticas, máquinas ou elementos de um jogo, tal conceito flui em “uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1979, p. 244), elementos num tabuleiro que influenciam diretamente no enunciado perpetrado no embrião da sociedade moderna, e influenciando também nas práticas do corpo social, na sexualidade, nos costumes e nas ideologias. Este conceito está presente enquanto ao longo da história como “dispositivo de controle-dominância da loucura, da doença mental, da neurose”, assim como na disciplinarização da sociedade burguesa (FOUCAULT, 1979, p. 244).

1.6. A racionalidade estratégica neoliberal

O conceito de racionalidade estratégica foi esboçado por Dardot e Laval em seu livro “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” (2016). Nessa obra, os autores exploram a transformação do modo de governar que ocorreu a partir da década de 1970, com a ascensão do neoliberalismo, e argumentam que tal racionalidade é uma das características centrais desse novo modo de governar. A Razão Estratégica é um conceito que descreve como as estratégias políticas e econômicas são planejadas e implementadas de acordo com os objetivos dos agentes que as promovem. Essa razão é a

lógica que orienta ações políticas e econômicas, com o intuito de maximizar o poder, a influência e, conseqüentemente, o lucro.

Em outras palavras é o conjunto de práticas que permitem a conquista de vantagens competitivas em relação aos demais agentes, moldando a sociedade e a economia segundo os interesses de quem detém o poder (DARDOT E LAVAL, 2016). O termo é utilizado efetivamente no subtítulo “Uma racionalidade estratégica que se dobra ao contexto”, correspondente a introdução “As estratégias de guerra civil no neoliberalismo”, do livro “A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo”, lançado em 2021.

Porém, ao pensar sobre racionalidades é importante retomar o debate do racionalismo, e entender o deslocamento teórico feito durante a obra de Foucault, o qual impede “fechar os olhos ao entrelaçamento do saber e do poder” (ROUANET, 1987). Ainda segundo Sérgio Paulo Rouanet, diplomata e cientista político brasileiro, ex-ministro da cultura durante a gestão do presidente Fernando Collor de Melo; o autor que classificava-se como defensor de um retorno crítico aos princípios da Razão iluminista correspondente às bases da filosofia racionalista do século XVII, em oposição ao “irracionalismo” em ascensão do Brasil no final dos anos 1980, evento observado por meio da eclosão de movimentos sociais, culturais e políticos de diferentes ascendências em consequência direta das políticas neoliberais no Brasil e em toda América Latina no período.

Para o autor, trata-se de formas autoritárias e reativas que emergiam e incorporavam-se na cultura e nos modos de ser dos sujeitos os quais integravam o corpo social (ROUNAET, 1987, p. 124). A preocupação central na obra “As Razões do Iluminismo” (1987) era o Brasil do final da década de 1980, um Brasil recém redemocratizado, no qual percebia-se uma relação conflituosa entre as diferentes categorias em que se dividiam a sociedade; e um ressentimento crescente por parte dos setores burgueses que já ameaçava converter-se a um acirramento das políticas neoliberais e de um retorno à mentalidade autoritária a disputar espaço em nível cultural. Porém, como defensor do retorno à Razão, Rouanet trabalha o tema como elemento articulador de agenciamentos intelectuais e culturais.

A razão unidimensional descrita por Rouanet difere fundamentalmente da aplicação que Foucault utiliza do termo, apresentando racionalidades, no plural, uma multiplicidade de racionalidades governamentais em disputa. Foucault assim como, diversos autores contemporâneos baseiam-se em uma demarcação da crítica à razão instrumental, conceito de Adorno e Horkheimer em sua obra “Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos” de 1947, ao tratarem de uma pretensa racionalidade técnica. É importante compreender a intenção dos filósofos aos quais atribui-se a paternidade do racionalismo: segundo Franklin Leopoldo e Silva (1997), Bacon e Descartes buscavam a emancipação do homem tanto dos dogmas que guiavam suas condutas e perspectivas, como na autonomia frente as próprias forças da natureza, a razão então operaria como instrumento de modificação e dominação do mundo natural, elegida como novo ídolo e norte utópico a ser perseguido.

Inferre-se em seu cerne uma relação de poder e subjetividade, tal saber “cujo único instrumento é a razão. Afirma-se assim um poder indefinido de exploração intelectual da realidade que tem como consequência necessária o domínio técnico da natureza” (SILVA, 1997, p. 1). O capitalismo adiciona uma nova camada de complexidade à razão instrumental, Adorno e Horkheimer estabelecem então a dialética entre a ideias de progresso e regressão, sendo ambas consequenciais e não necessariamente opostas (SILVA, 1997, p. 8).

Considerando o cenário no qual Adorno e Horkheimer, filósofos alemães da Escola de Frankfurt, produziram suas obras, fica evidente que avanços técnicos não impediram o surgimento de uma fé cega que culminou em genocídio, destruição e morte. Após a Segunda Guerra Mundial, a razão técnica, em vez de garantir autonomia frente aos infortúnios naturais, serviu como subterfúgio para a perpetuação do capitalismo e a coisificação dos indivíduos, assumindo uma mentalidade padronizante. Tal contexto ressalta uma dimensão do conhecimento que permeia uma relação de poder, aspecto este também explorado por Foucault em sua análise do poder, conforme evidenciado na seguinte citação:

[...] O saber que é poder não conhecer nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa sua origem. Os reis não controlam a técnica mais diretamente do que os comerciantes: ela é tão democrática quanto o sistema económico com o qual se desenvolve. A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e

imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital (ADORNO E HORKHEIMER, 1947, p. 5).

Apesar das diferenças, a relação saber-poder se evidencia tanto em Foucault como em Adorno e Horkheimer, e em Rouanet. Na presente pesquisa, propõe-se referenciar o que Rouanet (1987) chama de irracionalismos, como elemento discursivo estratégico; ou seja, uma racionalidade política referente a um movimento histórico o qual ocorria desde a “crise do Liberalismo” no século XVIII, que explodiu na Primeira Guerra mundial (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 38). Assim, é pertinente debruçar-se sobre o conceito de governamentalidade, o qual refere-se a uma “racionalidade governamental”, como será aprofundado adiante (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 17).

Na presente questão da racionalidade governamental do neoliberalismo, precede sua dimensão ideológica por uma dimensão de subjetivação dos indivíduos, ocorre enquanto ação guiada por objetivos concretos e legitimados política e socialmente, consiste nas formas de governo não apenas como instituição, mas também como atividade; ou seja, a forma como ocorrem as relações entre os sujeitos sociais, e do sujeito com governantes legítimos.

Através desse prisma, pode-se inferir, que a lógica estratégica, como definido por Dardot e Laval, se insere nas relações nas quais os indivíduos têm o poder de deliberar e direcionar as condutas de outros (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 16). Os autores ressaltam o profundo impacto do modelo econômico atual sobre as condutas na sociedade contemporânea, um impacto que vai além de seu papel como escola econômica ou modelo de administração estatal. Segundo Dardot e Laval, o neoliberalismo é uma forma de governança que visa apropriar-se dos Estados e direcionar suas políticas de cuidado, influenciando assim as subjetividades presentes na sociedade. Eles alertam que: “Não podemos jamais esquecer que a expansão das finanças de mercado, assim como o financiamento da dívida pública nos mercados de títulos, são fruto de políticas deliberadas” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 19).

As dinâmicas presentes nas sociedades capitalistas possuem suas motivações profundamente enraizadas nos direcionamentos e intenções de mercado, ao passo que as ações “intervencionistas” do Estado neoliberal modificam sensivelmente as relações de poder na sociedade, alterando a lógica institucional de proteção social, também em níveis educacionais visando “orientar as condutas criando uma concorrência generalizada entre

os sujeitos, e isso porque eles próprios estão inseridos num campo de concorrência regional e mundial que os leva a agir dessa forma.” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 17).

Porém, é preciso entender a distinção entre racionalidade governamental e governamentalidade, a seguir, descrevo as principais diferenças entre esses dois conceitos: a racionalidade governamental se refere à forma como o poder é exercido por meio de práticas específicas de governo. Essas práticas se baseiam em técnicas de racionalização e de administração, que buscam maximizar a eficiência e a produtividade do governo em relação a seus objetivos políticos. A racionalidade governamental pode ser vista como uma forma de exercício do poder que se baseia em uma lógica instrumental e técnica, que visa a maximização do controle e da eficiência do Estado.

Por outro lado, a governamentalidade é um conceito mais amplo e complexo, que se refere ao conjunto de práticas, saberes e discursos que tornam possível a gestão do governo. A governamentalidade não se limita ao Estado ou ao exercício do poder, mas se estende a todas as esferas da vida social em que o poder é exercido, incluindo a economia, a cultura, a educação e a saúde. A governamentalidade se baseia em uma série de práticas, saberes e técnicas que buscam moldar os comportamentos e as subjetividades dos indivíduos, a fim de produzir um sujeito governável e disciplinado, que possa ser controlado e gerenciado de maneira eficiente.

Dessa forma, enquanto a racionalidade governamental se concentra no exercício instrumental e técnico do poder, a governamentalidade abrange uma série de práticas e saberes que buscam moldar e controlar os sujeitos governáveis, a fim de atingir objetivos políticos específicos. Em resumo, a principal diferença entre a racionalidade governamental e a governamentalidade em Foucault é que a primeira se refere ao exercício instrumental e técnico do poder, enquanto a segunda abrange um conjunto mais amplo de práticas, saberes e discursos que tornam possível a gestão do governo em todas as esferas da vida social.

Assim, pode-se dizer que a torção conceitual a respeito da ideia de “governo dos vivos”, corresponde ao autogoverno, diz respeito à ideia de governamentalidade, ou seja, não referente à instituição à frente do Estado, mas ao ato de governar que compõe as condutas dos sujeitos na microfísica do poder, ou seja em relação às instituições de impacto imediato no convívio social (a escola, a prisão, a fábrica, o hospital e o exército).

A governamentalidade não possui como objetivo moldar o caráter íntimo, mas o autogoverno em diretrizes protocolares de condutas e comportamentos condizentes à esfera social (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 18).

1.7. A microfísica do poder e o sujeito neoliberal

A esfera correspondente à qual dá dimensão as disputas de forças que se sucedem é justamente na dinâmica fractal do espaço geográfico, a microfísica do poder, que se destaca na alocação do corpo na sociedade disciplinar. Segundo Foucault, ao longo da historiografia a preocupação com o corpo surge desde estudos demográficos até cuidados fisiológicos, sanitários e microbiológicos, como por exemplo em controles pandêmicos. Propriamente o governo do corpo e da qualidade/gestão da vida pelos Estados é a técnica ou uma “tecnologia do poder do corpo” (FOUCAULT, 1987, p. 25).

O neologismo de biopoder, o qual será aprofundado mais a diante, pode ser entendido como uma tecnologia de poder que opera no assujeitamento dos corpos; para que os sujeitos sejam concomitantemente dóceis e disciplinados; ao que passo que concomitantemente saudáveis e economicamente viáveis e úteis. A seguir, Foucault descreve o funcionamento da dinâmica fluída o qual ocorre a microfísica do poder:

Além disso seria impossível localizá-la quer num tipo definido de instituição, quer num aparelho do Estado. Estes decorrem a ela: utilizam-na, valorizam-na ou impõe algumas de suas maneiras de agir. Mas ela mesma em seus mecanismos e efeitos, se situa num nível completamente diferente. Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças (FOUCAULT, 1987, p. 26).

A microfísica do poder é demonstrada como uma estratégia; algo que primordialmente se “exerce” ao invés de algo “que se possui”, uma disposição estratégica num jogo de relações de poder. Esse efeito passível de reprodução e manutenção, por meio dos processos de assujeitamento que os indivíduos se encontram em sua disposição, tanto de classe social como em outras formas de dominação “dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo”. O autor observa que “realmente

elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens” (FOUCAULT, 1987, p. 26).

É sugerida uma apropriação estratégica da microfísica do poder quando Foucault admite que “o poder produz saber (...) poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 27). Ou seja, esse saber-poder não possui valor moral, mas sim estratégico e não possui um comprometimento direto com o campo de poder que lhe deu respaldo ou origem nem “interessado” nem “desinteressado”, mas que incide no nível do corpo dos sujeitos.

A partir da perspectiva da dinâmica do poder foucaultiana, o cientista político britânico Saul Newman, proeminente autor do pós-anarquismo, em sua obra “Do anarquismo ao pós-anarquismo”, faz a seguinte provocação, que os aparatos neoliberais de subjetivação abrangem completamente as relações interpessoais, sendo uma forma totalitária de afirmação de poder por diversos campos da vida cotidiana, formando o que o autor denomina de “sujeito neoliberal” (NEWMAN, 2022, p. 52).

O autor percebe que a racionalidade governamental hodierna, opera através das lógicas de mercado, até mesmo com os estados não parecendo mais importar-se com a seguridade da qualidade de vida dos indivíduos, mas de providenciar o manutenção das sociabilidades capitalistas, assim como sua reprodução e afirmação material no contemporâneo. O autor descreve:

(...) estamos inseridos em um aparato que busca capturar cada faceta da existência e do desejo dentro de seus circuitos – de consumo, comunicação, espetáculo, hipervisibilidade, fruição idiota, trabalho interminável e sem sentido, dívida e constante insegurança – criando uma dependência ilimitada. Contudo, esse estado de dependência e controle é uma coisa curiosa porque assume a máscara formal de liberdade e independência (NEWMAN, 2022, p. 52-53).

Assim, o autor reafirma que o assujeitamento opera nos espaços de decisões livres, condicionando pelo convencimento e pela sedução, do consumo, e do modo de ser no mundo capitalista do século XXI. Tal autogoverno, que por meio do isolamento ao modular a preocupação dos recursos individuais de crescimento e alçar ao ideário capitalista do sucesso individual, traz uma conformidade a norma geral, perpetuando uma docilidade dos sujeitos – assim, a liberdade que é concedida aos sujeitos é condicionada

a um assujeitamento que obedece a governamentalidade neoliberal incorporada nas “práticas, comportamentos e rituais diários” (NEWMAN, 2022, p. 53 - 54).

A docilidade dos corpos é um contínuo nas dinâmicas da microfísica do poder dos assujeitamentos neoliberais; Newman também destaca como além da exposição voluntária constante, por meio da hiper conexão, e a lógica mercadológica com a qual governa-se os rituais cotidianos, existe em contraponto a preocupação com a segurança, física e de dados; é um temor constante, tanto as dissidências as quais os mecanismos de repressão sociais protegem as populações, como também a exposição, e do reconhecimento como “sujeito de risco”, e até mesmo como “indivíduo suspeito” (NEWMAN, 2022, p. 54).

Outra característica da produção subjetiva neoliberal em direção a docilidade dos corpos, segundo Newman, ocorre pelos hábitos de consumo, pelas novas formas de comunicação e pela constante pressão e precarização das formas tradicionais de trabalho, abarcando em doenças de “desordens mentais”, e autocobrança, acompanhada pela insegurança, com as possibilidades de dívidas, desemprego, pobreza; ou até mesmo formas flexíveis de trabalho os quais a captura é imersiva, e o ambiente de trabalho se perpetua na vida íntima, misturando-se e cooptando completamente a real liberdade de escolha dos indivíduos. O autor conclui, que o “sujeito precário é também um sujeito dócil e obediente”, o qual se autoimpõe uma nova forma de “servidão voluntária” (NEWMAN, 2022, p. 54 - 55).

O sujeito contemporâneo é um sujeito constantemente distraído. Muito foi escrito sobre os efeitos chocantes e desorientadores das informações e imagens supérfluas com as quais somos sobrecarregados hoje, é a dissonância cognitiva e infelicidade subjetiva produzida por tal imersão nos circuitos do capitalismo comunicativo. Sofremos de um tipo de transtorno de déficit de atenção tecnologicamente induzido. Não apenas somos superestimulados pela constante ativação semiótica, através de tecnologias comunicativas invasivas e onipresentes – além dos limites que o nosso organismo pode suportar – mas também, somos atraídos, por meio da participação em mídias sociais e blogs, para circuitos de *gozo* capitalístico acompanhado por redes de vigilância (NEWMAN, 2022, p. 55).

A gênese do sujeito neoliberal, pode ser entendida por meio de uma perspectiva histórico-sociológica; Dardot e Laval estabelecem um ponto de sedimentação do sujeito produtivo advindo da expansão das relações de mercado e constituição da indústria no século XVII, acompanhando uma tradição intelectual que retrata a medida humana por

meio do trabalho, o qual aos poucos passa por transformações em que o sujeito ocidental passa encontrar-se imerso na competitividade global, tornando-se o sujeito neoliberal (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 321 – 322).

Os autores tratam os elementos da vida humana os quais empurram os sujeitos a uma mudança de mentalidade frente as novas formas de organização social, política e econômica as quais estabeleciam um ambiente de tensionamentos de forças em disputa, como por exemplo a democracia liberal, que trouxe mudanças fundamentais nessas sociedades; remodelações que “permitiam e respeitavam o funcionamento heterogêneo do sujeito, no sentido de que asseguravam tanto a separação quanto a articulação das diferentes esferas da vida” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 323).

Essa separação de esferas trouxe em paralelo duas dimensões para a vida humana na modernidade: a “democracia política e o capitalismo”; assim os assujeitamentos a partir de diretrizes filosóficas dos direitos alienáveis concomitante com a potencialidade econômica da produção material, “o homem como fim e o homem como instrumento” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 323).

Porém, ambas esferas não desenvolveram com a mesma força, como pode ser percebido por Karl Marx, filósofo alemão do século XIX, a quem Dardot e Laval atribuem a percepção de que a liberdade subjetiva vinha acompanhada de uma outra forma de sujeição, por mecanismos de perpetuação do capitalismo. Os autores prosseguem:

O indivíduo liberal, a exemplo do sujeito lockiano proprietário de si mesmo podia acreditar que gozava de todas as faculdades naturais, do livre exercício de sua razão e vontade, podia proclamar ao mundo sua autonomia irreduzível, mas continuava a ser uma engrenagem dos grandes mecanismos que é a economia política clássica começava a analisar.

Nas relações humanas, essa mercantilização expansiva tomou a forma geral da *contratualização*. (...) O contrato tornou-se mais do que nunca a medida de todas as relações humanas, de modo que o indivíduo passou a experimentar cada vez mais na relação com o outro sua plena e total liberdade de compromisso voluntário e a perceber a “sociedade” como um conjunto de relações e de associação entre pessoas dotadas de direitos sagrados. Esse é o cerne do que se convencionou chamar “individualismo” moderno (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 324).

Porém, os autores evocam a Foucault, para trazer luz a questão da transição de uma lógica econômica a outra não ocorreria espontaneamente, era necessário o uso de técnicas de poder disciplinares que direcionassem a “liberdade subjetiva”, a implementação de uma razão estratégica, uma normatividade que consistiria não apenas

uma ação disciplinar, mas a elaboração de um governo das subjetividades, fazendo com que os sujeitos aceitassem conduzir-se por uma governamentalidade liberal.

1.8. A governamentalidade neoliberal

É importante atentar-se aos contornos que a ideia de “governo” assume em Foucault, e como tal perspectiva aplica-se na análise do neoliberalismo contemporâneo. O sociólogo alemão, Thomas Lemke⁶ aborda as racionalidades políticas a partir inicialmente na genealogia do Estado, na fase da anarqueologia e em um segundo momento, ao identificar uma genealogia do sujeito ao tratar de questões éticas.

O autor retoma a origem do neologismo Governamentalidade, que se origina do francês *gouvernemental*, significando tudo que é “relativo ao governo” originalmente empregada pelo sociólogo e semiólogo francês, Roland Barthes na década de 1950. Em um primeiro momento o sinônimo da plena eficácia de um governo segundo a mentalidade de veículos de comunicação de massa. Quando retomada por Foucault, ela passa a ser incorporada a seu glossário, perdendo seu sentido despolitizado e mítico e é ressignificada como racionalização da prática governamental efetivamente na ação política (LEMKE, 2017 p. 4).

A análise do tensionamento teórico foucaultiano a respeito da ideia de governo emerge com maior nitidez a partir do “elo semântico entre governo (*gouverner*) e modos de pensamento (*mentalité*) indica que não é possível estudar as tecnologias de poder sem uma análise da racionalidade política que as sustentam” (LEMKE, 2017b, p. 195). O governo em Foucault assume uma abordagem mais abrangente, aproximando-se de seu sentido mais antigo conhecido na Grécia clássica, relacionando “processos de subjetivação” com relações e “formas de poder” (LEMKE, 2017b, p. 195).

Assim, indo além da perspectiva hodierna que se restringe a uma institucionalidade política, tal sentido mais amplo referido por Foucault é identificado ao

⁶ Esses assuntos são abordados em sua obra “Foucault, governamentalidade e crítica”, e no artigo de mesmo nome, porém mais sintético, lançado na revista de sociologia da Universidade de São Paulo, “Plural”, ambos de 2017.

longo da história ainda até o século XVIII, concomitantemente com a implementação sistemática das diretrizes iluministas no grande sistema intelectual forjado na Modernidade. Lemke define o sentido de governo foucaultiano com seguinte descrição:

Governo era um termo discutido não apenas em tratados políticos, mas também em textos filosóficos, religiosos, médicos e pedagógicos. Além de gestão pelo Estado ou pela administração, “governo” também significava problemas de autocontrole, orientação para a família e para as crianças, gestão doméstica, direção da alma, e assim por diante. Por esse motivo, Foucault define governo como conduta, ou, mais precisamente, como “a conduta da conduta” e, logo, como um termo que vai do “governo de si” ao “governo dos outros”. De maneira geral, em sua história da governamentalidade, Foucault se empenha para mostrar como o Estado soberano moderno e o indivíduo autônomo moderno determinam reciprocamente suas emergências (LEMKE, 2017, p. 196).

O conceito de governamentalidade, relevante na analítica do poder foucaultiana, adiciona complexidade às relações de força. Ele expande o entendimento do poder para além da concepção moderna da política, entendida como consenso, e até mesmo da concepção pré-moderna, que centraliza tais relações na violência. Segundo Lemke, o conceito de governamentalidade "vincula tecnologias do eu às tecnologias de dominação, unindo a constituição do sujeito à formação do Estado". Ademais, ajuda a diferenciar o poder da dominação (LEMKE, 2017b, p. 196).

Na concepção do conceito de governamentalidade, Lemke entende uma subversão feita por Foucault ao reler a institucionalidade burguesa como forma de cooptação do poder em exercício por meio do “discurso jurídico-político”. O autor descreve:

Sua tese era que esse modelo de poder sustenta tanto as teorias liberais da soberania, quanto as concepções marxistas dogmáticas da dominação de classe. Enquanto aquelas alegam que a autoridade legítima é codificada na lei e está enraizada em uma teoria de direitos, estas localizam o poder na economia e consideram o Estado um instrumento da burguesia. A suposição comum dessas concepções bastante heterogêneas é a ideia do poder como algo que pode ser possuído (por uma classe ou pelo Estado, por uma elite ou pelo povo), que é primariamente repressivo em seu exercício e que pode ser localizado em uma fonte única e centralizada, como o Estado ou a economia (LEMKE, 2017b, p. 196).

Percebe-se uma re-modulação do entendimento da concepção jurídica de poder legítimo não como consenso, mas um deslocamento a partir da coação num contexto de guerra. A “hipótese Nietzsche” consiste justamente na aceitação do jurídico enquanto estratégia de exercício de poder, ou melhor como governo das condutas tendo as relações

de poder enquanto articulador principal, assim “ao invés de assumir a perspectiva macro do Estado e de centrar-se nos detentores de poder, ele preferiu investigar a microfísica do poder e as estratégias anônimas” (LEMKE, 2017, p. 197).

Por meio de um aprofundamento de tal concepção, Lemke propõe a “Hipótese Foucault”, considerando a governamentalidade enquanto forma de poder orientador, ou seja, “governar as formas de autogoverno” (LEMKE, 2017, p. 197). Porém a hipótese Foucault ocorre em simultaneidade com as concepções moderna e pré-moderna de poder, podendo ser centralizado por consenso e igualmente por violência enquanto instrumentos e técnicas de poder, mas dando atenção à microfísica de poder e assim ao autogoverno.

A governamentalidade ganha outro contorno a partir de tal inflexão, pois ela “é introduzida por Foucault para estudar a capacidade ‘autônoma’ de autocontrole do indivíduo e como isso está ligado a formas de dominação política e exploração econômica” (LEMKE, 2017, p. 198). O deslocamento teórico a partir da introdução do conceito de governamentalidade a respeito dos processos de subjetivação diretamente relacionados às técnicas de poder, ocorre como ampliação do sujeito dentro do debate geral, não somente como condicionamento de uma estrutura, como a estatal na ideia de corpos dóceis, mas uma continuidade considerando os agentes de poder que ganham destaque a partir do capitalismo contemporâneo.

Muito além da dominação, pode-se inferir a ocorrência do exercício de poder nas escolhas deliberadas dos indivíduos, os “jogos estratégicos” empregados nas “liberdades” e não somente na coerção, mas o direcionamento das condutas, Lemke percebe que “Foucault identifica três tipos de relações de poder: jogos estratégicos entre liberdades, governo e dominação” (LEMKE, 2017b, p. 199).

Os jogos estratégicos não possuem um valor moral intrínseco e nem tampouco ocorrem necessariamente contra a vontade ou interesses dos sujeitos envolvidos, pode ser entendido como por exemplo um convencimento ideológico, é justamente na ação deliberada dos sujeitos que se percebe esse tipo de poder. Lemke complementa dizendo que “pode resultar em um ‘empoderamento’ ou em ‘responsabilização’ dos sujeitos, forçando-os a tomarem decisões ‘livres’ em campos de ação” (LEMKE, 2017b, p. 199).

O jogo estratégico se difere fundamentalmente da relação de poder classificada como dominação. Esta última remete a uma relação de poder hierárquica, onde um ator

hegemônico subjuga outros atores. Tal dinâmica é comumente observada no antigo regime, onde o poder é exercido como dominação. O conceito de exercício de poder é entendido como a efetividade com a qual ele é aplicado, seja por meio de dominação, coerção de Estado, ou limitação das ações individuais livres por consenso, este último devido à governamentalidade.

O governo, tipo de poder objetivado na presente pesquisa, assume um sentido muito mais amplo que os aspectos institucionais no Estado, mas também em uma perspectiva do autogoverno das ações que cabem ao indivíduo, ou seja, um conceito que perpassa tanto uma análise política quanto ética do coletivo ao individual. Assim, o governo é entendido como uma tecnologia de poder, um modo de exercício de poder articulado a uma racionalidade adiciona ao debate sobre racionalidades políticas uma maior ênfase no debate a respeito do biopoder, e por isso uma racionalidade está sempre em disputa com outras racionalidades.

O governo é identificado como ação na genealogia do Estado, mas também no direcionamento das condutas dos sujeitos mediados por instituições como no poder pastoral ligado à religiosidade cristã enquanto racionalidade, Lemke descreve tal dinâmica:

(...) em suas conferências sobre a “genealogia do Estado”, Foucault distingue entre o pastorado cristão como um governo espiritual das almas orientado para a salvação em outro mundo, e a razão de Estado como um governo político dos homens garantindo bem-estar nesse mundo. De maneira muito próxima, o poder disciplinar ou o soberano são reinterpretados não como formas opostas de poder, mas como diferentes tecnologias de governo (LEMKE, 2017, p. 199).

Originário do cristianismo, o poder pastoral não era exercido sobre um território, mas sim sobre uma congregação. Esse poder coeso se exercia sobre indivíduos que compartilhavam características e uma identidade comuns. A condução da pastoral cristã era reforçada pela busca da salvação e pelo desejo de evitar os anseios corpóreos e o pecado. O poder, então, implicava no corpo, criando subjugação e uma racionalidade cristã. Esta se baseava na vanglória de resistir a "todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo", conforme descrito por Foucault (2012, p. 22).

Essa dinâmica promovia a detalhada confissão e direção espiritual, elementos essenciais à pastoral cristã. A partir dessa concepção do poder pastoral cristão, inferimos o desenvolvimento de uma governamentalidade. Essa é derivada da implementação de códigos de conduta originados do cristianismo, promovendo uma substituição gradativa das formas de exercício de poder do Antigo Regime. Nesse novo paradigma, a dominação é substituída por um jogo estratégico no Estado Moderno.

No período de transição do poder de dominação para o jogo estratégico, a violência se legitima como um instrumento do Estado, se estabelecendo como uma ação discursiva e deslocando a dominação. Testemunha-se, então, a instauração de um crescente jogo estratégico jurídico, acompanhado por aspirações e ideais relacionados à emergência do Estado Moderno sob a égide do Iluminismo. Contudo, as tecnologias de poder vinculadas ao Estado persistem em ocultar a guerra como condição primordial da política, mesmo na modernidade.

As racionalidades demonstram como tais jogos estratégicos são possíveis. Isso ocorre quando o sadismo dos suplícios é substituído pelo encarceramento compulsório. Esta mudança não é menos cruel, mas possui uma utilidade estratégica em relação aos discursos do momento histórico e à compreensão da violência de Estado pelas pessoas. Um exemplo reside na descrição da lógica funcional dos suplícios, capturando a correlação dessa prática com uma racionalidade específica presente nos discursos hegemônicos, e até mesmo em outros discursos que se opõem a ela.

Em "Vigiar e Punir" (1987), Foucault identifica uma "economia do poder" (Foucault, 1987, p. 32) nos rituais de degradação do corpo, que eram medidos e calculados em uma pretensa simetria entre a pena e o delito. Por mais cruéis que possam parecer em nosso contexto, os suplícios eram uma tecnologia de poder baseada em uma "produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para marcar as vítimas e manifestar o poder que pune" (Foucault, 1987, p. 32).

Os suplícios foram um elemento que buscou passar legitimidade ao uso da força pelo Estado, com todos os elementos estéticos e enunciativos que atribuem merecimento da pena ao condenado, a ostentação da violência é um "ritual político" uma "liturgia penal", aceitável devido a forma que a racionalidade da soberania legitimava o poder por dominação (FOUCAULT, 1987, p. 41). A sombra do poder soberano deveria parecer tão

grande quanto a violência impressa nos atos supliciais ostensivos, “os suplícios não restabeleciam a justiça: reativava o poder”, era uma tecnologia de coerção da vontade livre dos sujeitos (FOUCAULT, 1987, p. 41).

Porém, com a mudança profunda que o iluminismo e as revoluções burguesas respectivamente foram responsáveis por uma outra racionalidade em domínio, um outro direcionamento das condutas ocorre a partir aproximadamente do século XVIII. Importante considerar que os suplícios evidenciavam quem estava na verdadeira posição de poder, porém produziu-se constantemente sentimentos de empatia, e como o público detinha o papel de continuidade da pena do supliciado, tanto no exemplo até a exposição da vergonha, quando o elemento público buscava intervir a fim de evitar algum processo de suplício entendido como injusto, causava-se uma problemática política. Houve até mesmo condenados canonizados após a execução, o que questionava a autoridade do poder Régio e o objetivo do ressarcimento do poder por meio do vilipêndio do corpo (FOUCAULT, 1987, p. 49-56).

Essas re-modulações foram frequentes até ser necessária a descaracterização do suplício em seu caráter expositivo, transfigurado na dimensão subjetiva das instituições agora num jogo estratégico, a qual a autoridade e a liturgia são incorporadas discursivamente nas arquiteturas dos prédios públicos, na organização jurídica, organização institucional do poder público e na ética que a sociedade ocidental passa entender a si mesma (FOUCAULT, 1987, p. 49-56).

Na continuidade da organização da ideia foucaultiana de governo e racionalidades em disputa, em um momento já referente à sociedade disciplinar estabelecida sob a égide dos princípios e diretrizes da democracia liberal, é possível identificar que não há uma separação circunscrita entre a “arte de governar” e a “economia do poder”, Lemke pontua “a constituição de um espaço conceitual e praticamente distinto, governado por leis autônomas e uma racionalidade própria, é em si um elemento do governo ‘econômico’” (LEMKE, 2017, p. 204-205).

Uma das principais inflexões teóricas para a presente pesquisa incide justamente na concepção que Lemke identifica em Foucault a respeito do Estado. O autor infere que “combinando a “microfísica do poder” com a questão macropolítica do Estado. (...) Foucault está interessado na questão de como relações de poder puderam concentrar-se

historicamente na forma do Estado sem jamais serem redutíveis a ele” (LEMKE, 2017, p.205).

Uma característica principal do neoliberalismo, como racionalidade política, é sua apresentação discursiva como oposição a um Estado regulador de bem-estar-social. Entretanto, a questão fundamental não é se o Estado se retira das regulações econômicas, mas sim qual tipo de regulamentação será executada e sob qual tipo de prática de governamentalidade. Esta situação é uma "dimensão estratégica" da "economia de poder" entre agentes que, historicamente, se centralizavam no Estado. Ou seja, o Estado é concebido como "uma tática de governo, uma forma dinâmica e uma estabilização histórica das relações de poder da sociedade" (LEMKE, 2017, p. 206).

Atualmente, tais agentes influentes são frequentemente localizados em núcleos de poder, incluindo empresas transnacionais de comunicação e mídias sociais. Por meio do sistema financeiro, esses agentes exercem um impacto significativo nos Estados, moldando as políticas nacionais. Este aspecto será abordado com mais profundidade posteriormente no trabalho (LEMKE, 2017, p. 206). A concepção de governamentalidade proporciona ferramentas valiosas para a compreensão da dimensão estratégica de uma racionalidade política.

Esta racionalidade articula tanto as práticas estatais quanto as percepções subjetivas de auto culpabilização diante de uma estratégia de autoconhecimento. Conforme Lemke (2017, p. 206) esclarece, este processo está mais ligado à autoavaliação do que à autoestima, dado que o 'eu' precisa ser constantemente medido, julgado e disciplinado para alinhar o 'empoderamento' pessoal aos parâmetros coletivos.

Nesse contexto, as sociedades disciplinares hospedam o embrião da "fábrica do sujeito neoliberal". Dardot e Laval destacam a obediência das instituições a uma racionalidade de distribuição de espaço, bem como a formação subjetiva das condutas dos indivíduos a partir da internalização de elementos do poder subjetivado. A dominação é substituída por uma complexa implementação de um projeto político, que atua tanto nos micropoderes quanto nos macropoderes.

Portanto, tanto na face macropolítica ideológica dos grandes agentes globais quanto na produção de sujeitos que autogovernam suas condutas nas dimensões livres, observa-se uma conformidade com uma governamentalidade hegemônica em reafirmação

ao todo social. A governamentalidade contesta a tese do Estado como um ídolo morto, como os defensores do neoliberalismo tendem a proclamar, mesmo que essa ideia tenha penetrado o senso comum entre os críticos desses enunciados. No entanto, é necessário considerar outros polos de poder e possíveis cooptações dos dispositivos de resistência, bem como novas produções de verdade a partir da dimensão subjetiva da fábrica do sujeito neoliberal.

1.9. A Biopolítica e os acirramentos do neoliberalismo

Biopolítica é um termo usado por Foucault para descrever uma forma específica de governança que emerge na modernidade, na qual a vida e os processos biológicos da população tornam-se objetos de intervenção e controle político. O conceito de biopolítica está intimamente relacionado ao de governamentalidade, que descreve a maneira como o governo e os governados estão interligados na sociedade moderna. No contexto da biopolítica, a população é vista não apenas como um conjunto de indivíduos, mas como uma entidade coletiva com características próprias, como taxas de natalidade, mortalidade, saúde, produtividade e assim por diante.

A população é entendida como um recurso a ser gerido e controlado, de modo a garantir o bem-estar geral e a prosperidade da nação. Isso marca uma mudança em relação às formas anteriores de governança, que se concentravam principalmente no controle do território e na soberania do Estado.

Foucault sustenta que a biopolítica surge nos séculos XVIII e XIX, uma consequência do avanço de novas tecnologias e conhecimentos em áreas como estatística, demografia e medicina. Essas disciplinas proveram os governos com ferramentas e dados necessários para intervirem na vida e na saúde da população, estabelecendo políticas de saúde pública, programas assistenciais, regulamentações trabalhistas, entre outras medidas para aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Entretanto, a biopolítica também apresenta uma face mais obscura. Foucault enfatiza que o poder de controle e gestão da vida da população implica, também, na capacidade de decidir sobre vida e morte. Isso pode ocorrer por meio da implementação de políticas eugenistas ou do controle de imigração, por exemplo. Tal fato traz à tona questões éticas e políticas sobre o escopo e os limites do poder estatal sobre a vida dos indivíduos (FOUCAULT, 1997. p, 25 – 27).

O corpo na contemporaneidade deixa de ser a face em que se incorrem os suplícios e passa ser o corpo aparelho produtivo, uma “física do poder”. Segundo Revel, “não se trata mais de domesticar e de vigiar os corpos dos indivíduos, mas de gerir as ‘populações’, instituindo verdadeiros programas de administração da saúde, da higiene” (REVEL, 2011, p. 32). Assim, a biopolítica opera justamente na formação de uma política de gestão demográfica da vida. Importante considerar as diversas rupturas ocorridas na transição da Idade Média para a Modernidade para a apreensão da necessidade estratégica de uma gestão da vida em grande escala; mudanças de concepção a respeito do território e do corpo.

O corpo social é o que passa a ser o principal componente do neologismo de biopoder, diferentemente dá tônica da sociedade disciplinar. Tal enfoque é uma lógica inerente à sociedade burguesa no poder pastoral, e pela racionalização e organização das garantias de vida, mais especificamente na engenharia social proposta pela sociedade do biopoder e executada pela microfísica do poder (FOUCAULT, 1987, p. 26).

Um dos pontos de maior ascendência do biopoder, é a relação de saber-poder que como essa produção de conhecimento instrumentalizará para a garantia de médias sociais, um aparato científico capaz de prescrever decisões políticas a se implementar para as populações; a produção da vida em um ambiente de uma tecnologia médica ainda por se desenvolver⁷. A sociedade de normalização social organizada por meio de instituições disciplinares responsáveis por mensurar e garantir um corpo social saudável de acordo com as racionalidades estratégicas em vigor. Foucault inicia sua exploração do biopoder em seu curso "Segurança, Território e População" de 1978.

O biopoder se refere a uma política de modulação estratégica que associa poder às características biológicas básicas da vida humana. Esta dinâmica é evidente quando o Estado moderno capitalista incorpora práticas de medicalização social com o objetivo de gerir a saúde morfológica e fisiológica das populações. Isso ocorre por meio de instituições médicas estatais, incluindo médicos públicos e uma força policial médica (Furtado, Camilo, 2016. p. 36).

⁷ Cf: No texto “O conceito de Biopoder no pensamento de Michel Foucault” (2016), da psicóloga Juliana Aparecida de Oliveira Camilo, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do filósofo Rafael Nogueira Furtado.

O termo "polícia médica" sugere mecanismos estatais de assistência social atuais, como cartões de vacinação, agentes comunitários de saúde nos bairros e medidas sanitárias e infraestruturais de saneamento urbano na sociedade contemporânea. Outro aspecto do biopoder é a medicalização da sociedade na esfera terapêutica. Isso se manifesta em ambientes hospitalares, onde são incorporados mecanismos disciplinares, resultando em um poder-saber baseado em dimensões clínicas. Também há a conexão com formas de conhecimento estatístico, como os estudos epidemiológicos e demográficos, que permitem aos Estados mapearem e coletar dados sobre a saúde da população (Furtado, Camilo, 2016. p. 36).

Em seu curso "Em Defesa da Sociedade" de 1976, Foucault analisa as dinâmicas do poder soberano do século XVII. Ele delinea as repercussões que a sociedade moderna sofre em virtude dos excessos do absolutismo, período no qual os soberanos detinham poder sobre a vida e a morte de seus súditos. Em outras palavras, em nome de seus próprios interesses, os soberanos poderiam levar seus súditos à morte, mesmo que esses interesses estivessem vinculados ao território ou às suas próprias posses.

Além disso, cabia ao soberano decidir sobre as punições e os suplícios de seus subordinados. Nesse contexto, o ato de execução, ou quando conveniente, o ato de não matar, eram atribuições legítimas de um soberano. Com a transição para o Estado moderno, ocorre uma reconfiguração do poder, que resulta em uma inversão em favor da vida. Agora, o poder é exercido no sentido de viabilizar a vida e permitir a morte (Furtado, Camilo, 2016, p. 36).

Embora o Estado moderno tenda a viabilizar a vida por meio da medicina estatal, surgem novas formas de matar em massa na contemporaneidade. Em contraste com esse incentivo à vida, o saber-poder possibilita técnicas de extermínio, as quais equiparam vida e morte a partir de enunciados de agentes administrativos e governamentais. Como exemplo, há argumentos que defendem que o genocídio de alguns garantiria a vida de uma sociedade. Assim, o racismo de Estado se assenta nos pilares do biopoder (Furtado, Camilo, 2016, p. 36).

Importa esclarecer o tipo de morte ao qual Foucault se refere. Não se trata apenas da retirada da vida, mas de uma morte ontológica, que impõe e estabelece barreiras a determinados sujeitos. Enquanto justifica a morte, esta é efetivada e desejada subjetivamente, visando à manutenção de um tipo de vida normalizado. O que outrora no

poder soberano era o fazer morrer em concomitante em deixar viver, agora vigora como produzir a vida, e permitir a morte, por meio do racismo de estado, institucionalizando-se como elemento de exceção, conforme o fragmento a seguir:

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém. Para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Assim, regimes autoritários como o nazismo e o fascismo incorporaram o elemento mortífero da racionalidade ocidental, direcionando toda a artilharia do terror, antes reservada aos domínios coloniais, para os seus próprios cidadãos. Além disso, esses regimes utilizaram técnicas para tornar os corpos dóceis, empregando instrumentos de repressão, forças policiais e disputas discursivas sobre cuidados sociais. Essas disputas discursivas envolveram questões como migrações, expectativa de vida, taxas de natalidade e mortalidade. Neste contexto, a sistematização do biopoder surge como um jogo estratégico entre agentes institucionais, um fenômeno que passou a ser denominado biopolítica (FURTADO, CAMILO, 2016, p. 37).

A biopolítica influencia fortemente em processos de assujeitamento da sociedade, como a sexualidade, sendo parte essencial da reprodução humana, assim como a dimensão corporal primeira a qual impacta diretamente na sociabilidade entre os humanos, pois o “poder se ocupa da sexualidade, é menos para reprimi-la que para suscitá-la. Através de infinita verbalização, de um permanente fazer falar, o sexo é controlado mediante sua inserção no discurso” (FURTADO, CAMILO, 2016, p. 37).

Um outro momento da biopolítica é na disposição dos homens nas cidades contemporâneas. No curso “Segurança, território, população” (1977 – 1978), Foucault aponta o emprego das técnicas disciplinares, agora utilizadas sobre a égide da protetividade dos indivíduos, considerando cidades em expansão nas quais é priorizado o ordenamento das ruas, e estruturação a fim de garantir a higiene por meio do saneamento, edificações distribuídas a fim de possibilitar arejamento, regulando os elementos condizentes à dimensão biológica.

Concomitantemente, a biopolítica envolve a vigilância e gestão de indivíduos dentro de um ambiente controlado para a disciplina social. Este ambiente é geralmente definido por instituições de contenção social, como penitenciárias, escolas e hospitais. Importante ressaltar que o ambiente considera todos os elementos do espaço geográfico, desde as edificações até as características do meio físico. No entanto, ao invés de se responsabilizar por atores sociais individuais, a biopolítica se ocupa de populações - um conjunto amorfo que pode ser dimensionado, mensurado e quantificado (Furtado, Camilo, 2016, p. 38).

A biopolítica, ao abordar a temática da racionalidade política, adquire uma camada adicional de complexidade enunciativa, especialmente no curso "Nascimento da Biopolítica" de 1979, ministrado por Foucault. A análise dele sobre a transição do liberalismo - que entendia o mercado como um ambiente de troca - para o neoliberalismo - que enfatiza a livre concorrência e a regulação e estímulos à competição - revela uma crescente incorporação dessas ideias numa governamentalidade do corpo social. Nesse contexto, a "ética social da empresa" subjuga os indivíduos, orientando suas condutas (FURTADO & CAMILO, 2016, p. 40).

Toda essa dinâmica, cria o ambiente no qual o Estado diminui sua incidência no cuidado da vida, fazendo com que os indivíduos se tornem responsabilizados em caráter privatizado de uma maior dimensão de suas necessidades, sendo "empresários de si próprios" e invertendo a razão do *homo economicus* que como categoria conceitual analisa o comportamento e a relação com seus pares, na relação de troca e subsistência, para então se tornar um competidor em busca do lucro e não da coexistência (FURTADO, CAMILO, 2016, p. 41).

No curso "O Nascimento da Biopolítica", realizado em 1979 no Collège de France e mencionado anteriormente, Foucault dedica-se a analisar a racionalidade governamental do liberalismo e sua relação com a soberania política. Nesse contexto, ele propõe uma reformulação da ideia de Estado, não mais entendido como um aparelho de dominação de uma classe dominante, mas sim como um agenciador de técnicas de poder que exerce um efeito concreto na realidade, especialmente por meio da microfísica do poder.

Destaca-se que, para a racionalidade governamental liberal, o foco reside no exercício de determinações econômicas delimitadas por sua governamentalidade, desconsiderando as possíveis distorções excessivas que o Estado possa assumir. A

diferença marcante do neoliberalismo se reflete na produção de subjetividades e nas demandas de políticas públicas. Estas últimas voltam-se cada vez mais à satisfação calcada na efetivação desse ideário liberal e na concorrência como medida normalizadora da sociedade. Ainda segundo Foucault:

[...] O Estado não é universal, o Estado não tem em si uma fonte autônoma de poder. O Estado nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, etc. Em suma, o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas (FOUCAULT, 2008, p. 106).

O neoliberalismo em resumo é uma “arte de governar”, uma gestão das liberdades individuais, e restringindo-as de acordo com os riscos de seguridade populacional do biopoder. Porém, com o passar do desenvolvimento técnico científico os dispositivos de segurança precisaram ser mais efetivos. Assim, a relação dos discursos de autonomia do Liberalismo, estão amalgamados com os dispositivos estatais de saber-poder incumbidos na produção e garantia da vida na “prática governamental” (FOUCAULT, 2022, pp. 3-4).

Um dos exemplos históricos utilizados por Foucault para delimitar a retórica de afastamento do Estado, ao menos enunciativamente que os pensadores neoliberais adotaram, indo na contramão do paradoxo da necessidade de regulações estatais nas políticas de controle e disciplinarização, como demonstrado por Foucault, foi justamente a antítese histórica do Estado totalitário, função primeira do neoliberalismo alemão, chamado de “ordoliberalismo”, implementado permeado pela desconfiança do Estado nazista, necessitando a refundação dos dispositivos estatais pós-guerra, e garantia de liberdades e do biopoder. Para isso, Foucault conclui que há um deslocamento do papel do estado e um funcionamento estratégico dentro da lógica neoliberal alemã, segue:

(...) em vez de aceitar uma liberdade de mercado definida pelo Estado e mantida de certo modo sob vigilância estatal – o que era, de certo modo, a fórmula inicial do liberalismo: estabeleçamos um espaço de liberdade econômica, circunscrevamo-lo e deixemo-lo ser circunscrito por um Estado que o vigiará -, pois bem, dizem os ordoliberais, é preciso inverter inteiramente a fórmula e adotar a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador do Estado, desde o início da sua existência até a última forma das suas intervenções. Em outras palavras, um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado.” (FOUCAULT, 2008, p. 158/159).

Os ordoliberais propõem uma série de reformulações conceituais e afastam-se das diretrizes neoliberais estadunidenses, adotadas pelos "Chicago Boys". Tal análise abrange, entre outros elementos, a implementação de uma governamentalidade marcada pela desconfiança política, que tem alimentado a virada do neoliberalismo autoritário nos últimos anos. Conforme discutido pela filósofa Wendy Brown, professora da Universidade da Califórnia em Berkeley, em seu livro "Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente", verifica-se o recrudescimento do neoliberalismo em direção ao que ela denomina ascensão antidemocrática (BROWN, 2021).

Os ordoliberais do pós-guerra são partícipes dessa trajetória. Sua contribuição inclui a defesa de uma "constituição econômica", cujo objetivo é "devotar o Estado ao liberalismo econômico" (BROWN, 2021, p 93). Esses teóricos defendem a promoção do princípio da concorrência pelo Estado, orientando-o a operar em prol do mercado. Assim, rearticulam até mesmo os meios de segurança estatal e, conseqüentemente, as instituições de repressão social. A doutrina ordoliberal alemã exerce influência sobre diversos economistas que trabalham para a União Europeia, pautados em uma lógica tecnocrática. Comparativamente a outros tipos de neoliberalismo, a retórica despolidizada permanece, mas sem a renúncia da soberania do Estado (BROWN, 2021, p 93).

A autora menciona o político e economista alemão Franz Böhm, um dos fundadores da revista *ORDO*, que nomeou o movimento neoliberal alemão no pós-guerra. Na concepção de Böhm, é importante reconhecer que "as economias capitalistas não são autossustentáveis" e que "não podem fornecer a direção que a economia requer" (BROWN, 2021, p 96).

O ordoliberalismo imprime um sentido conflitivo inato a gestão estatal que ele requer, um direcionamento que para Brown, ressignifica o sentido dos estados europeus no século XXI, e uma escolha clara para uma condição de guerra no neoliberalismo contemporâneo. Diferentemente dos *Chicago Boys*, a corrente ordoliberal a qual a razão governamental europeia está calcada hodiernamente, o "autoritarismo-tecnocrático" não é uma condição estratégica conjuntural, mas sim parte integrante da própria razão governamental em um dos principais centros do capitalismo em escala planetária, a Europa. Porém, Brown pontua que esse estado tecnocrático antidemocrático, não

necessita constituir formalmente uma democracia antiliberal, mesmo em face da manifestação clara de seus direcionamentos, isso porque a permanência de medidas de “austeridade e outras políticas que atacam, desenraizam ou destituem certas populações podem evitar tocar nas liberdades pessoais” (BROWN, 2021, p. 96).

Ao retornarmos a Michel Foucault, percebemos, conforme apontado por Laval em sua obra "Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal" (2018), que o debate sobre democracia é um "ponto cego". Essa temática nunca se configurou como um objeto central ou uma preocupação em sua obra, e assim, escapou à análise dos conflitos que o neoliberalismo provoca nas democracias. Esse tema é abordado por Wendy Brown em sua obra já citada. A omissão desse tema é surpreendente, uma vez que se torna notável entre importantes autores neoliberais selecionados para a interpretação da biopolítica. Por exemplo, Hayek desdenha a "soberania popular", justificando-a até mesmo em face das ditaduras na América Latina (LAVAL, 2022, p. 145).

O esvaziamento progressivo da democracia liberal em detrimento de uma referência ao “capital humano”, trazendo à tona velhas formas de poder como “religião, fascismo, racismo, soberanismo” (LAVAL, 2022, p. 146), escapou a Foucault, porém a perspectiva que o neoliberalismo contemporâneo constitui a escolha pelo embate nos permite inferir diversas provocações; Tais embates operam por meio das governamentalidades em disputa, aludidas também enquanto “arte de governar”, como sugerido na seguinte finalização do curso “Nascimento da biopolítica”:

Arte de governar pautada pela verdade, arte de governar pautada pela racionalidade do Estado soberano, arte de governar pautada pela racionalidade dos agentes econômicos de maneira mais geral, arte de governar pautada pela racionalidade dos próprios governados. São todas essas diferentes artes de governar, essas diferentes maneiras de calcular, de racionalizar, de regular a arte de governar que, acavalandose reciprocamente, vão ser, *grosso modo*, objeto do debate político desde o século XIX. O que é a política, finalmente, senão ao mesmo tempo o jogo dessas diferentes artes de governar com seus diferentes indexadores e o debate que essas diferentes artes de governar suscitam? É aí, parece-me, que nasce a política” (FOUCAULT, 2022, p. 415).

A partir da presente leitura, os conceitos de arte de governar (ou arte política) e o conceito de governamentalidade são duas noções importantes na obra de Michel Foucault. A seguir, apresento as principais diferenças e aproximações entre esses conceitos. A arte de governar se refere à forma como os governantes exercem o poder sobre os governados. Segundo Foucault, a arte de governar implica a adoção de técnicas específicas de controle

e de gerenciamento da vida social, que visam garantir a estabilidade e a continuidade do poder. A arte de governar se baseia em práticas de disciplina e de controle dos corpos, dos comportamentos e das subjetividades dos indivíduos, que visam a produção de sujeitos governáveis e obedientes.

Por outro lado, a governamentalidade é um conceito mais amplo e complexo, que se refere ao conjunto de práticas, saberes e discursos que tornam possível a gestão do governo. A governamentalidade não se limita ao Estado ou ao exercício do poder, mas se estende a todas as esferas da vida social em que o poder é exercido, incluindo a economia, a cultura, a educação e a saúde. A governamentalidade se baseia em uma série de práticas, saberes e técnicas que buscam moldar os comportamentos e as subjetividades dos indivíduos, a fim de produzir um sujeito governável e disciplinado, que possa ser controlado e gerenciado de maneira eficiente.

Embora os conceitos de arte de governar e governamentalidade sejam distintos, há uma série de aproximações entre essas duas noções. Ambas as abordagens enfatizam a importância do controle e do gerenciamento das práticas sociais, a fim de garantir a estabilidade e a continuidade do poder. Além disso, ambas se baseiam na adoção de práticas disciplinares e de controle dos corpos e das subjetividades dos indivíduos. Enquanto a arte de governar se concentra nas práticas específicas de exercício do poder, a governamentalidade abrange um conjunto mais amplo de saberes e técnicas que visam moldar e controlar os comportamentos e as subjetividades dos indivíduos, a fim de produzir um sujeito governável e disciplinado.

Em resumo, a ideia de população em Foucault é fundamental para a compreensão da biopolítica e da governamentalidade. A população é vista como um recurso a ser gerido e controlado pelos governos, que intervêm na vida e na saúde dos cidadãos com o objetivo de promover o bem-estar geral e a prosperidade nacional. Ao mesmo tempo, essa forma de governança também levanta preocupações sobre o alcance e os limites do poder do Estado sobre a vida dos indivíduos.

Porém, importantes flancos de debate abrem-se a partir de tal ponto, por exemplo quando Brown debruça-se sobre as “mobilizações políticas” e sobre as “experimentações de democracia radical”, como respostas objetivas à “degenerescência democrática” (LAVAL, 2022, p, 145). Assim, para pensar em governamentalidades dissidentes e instrumentalizar os meios subjetivos com os quais os sujeitos se prostam à arte de

governar neoliberal, se faz relevante pensar nas propostas teóricas de autores radicais, e primeiramente, como proposto a seguir, compreender a condição permanente de guerra do neoliberalismo.

Capítulo II - A guerra civil como condição da política na contemporaneidade

2.1. A guerra em Clausewitz: o limite da política

Na literatura especializada, o conceito de "guerra" recebe diferentes interpretações e aplicações. Aqui, propõe-se uma abordagem a partir da definição de Carl Von Clausewitz, um estrategista militar e teórico prussiano do século XIX. Ele é autor da obra "Da Guerra", na qual conceitua a guerra como um duelo - um confronto direto de forças cujo principal objetivo é forçar o adversário a sucumbir à sua vontade. Segundo Clausewitz, "a guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade" (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75).

Conforme Clausewitz, o objetivo é a subjugação e neutralização do risco apresentado pelo adversário. Na sua visão, as tecnologias do poder de natureza jurídica e as formas de subjetivação são vistas como obstáculos menores, que podem ser anulados pela força. Esta perspectiva difere da concepção contemporânea da guerra, que vê tais fatores como aliados estratégicos.

A violência é um método comum em ambas as visões. Clausewitz sustenta que os "erros decorrentes da bondade são os piores". Para ele, o uso da força máxima é inerente à própria guerra, e considera isso como a estratégia com maior probabilidade de sucesso. Nesse contexto, o massacre anularia a racionalidade na batalha, fazendo com que cada agente "leve seu oponente ao extremo, sendo os únicos limitadores os contrapesos inerentes à guerra" (CLAUSEWITZ, 1984, p. 76).

Contudo, há convergência em relação ao tratamento da violência, que não é necessariamente pulsional ou instintiva, como seria nas sociedades "selvagens". Clausewitz reconhece que "as intenções hostis muitas vezes não são acompanhadas por sentimentos hostis - pelo menos nenhum predominante". Assim, é perceptível nas sociedades ocidentais imperiais um "ódio violento uns pelos outros" inerente à sua constituição (CLAUSEWITZ, 1984, p. 76).

Ao longo de seu desenvolvimento técnico, as sociedades não fizeram nada para romper com a guerra. A conclusão é que a guerra tem como objetivo a manutenção da ordem de poder vigente contra outras forças no campo de batalha, tendendo cada vez mais ao que o autor designa como "extremo", termo utilizado em referência ao uso total da força. Um aspecto fundamental é que a guerra é um contínuo, nunca um ato isolado ou um golpe brusco, mas sim uma constante a ser regulada e instrumentalizada pelo poder legítimo em exercício. "A decisão na guerra consiste em diversos atos sucessivos, de forma que cada um deles, quando visto no contexto, fornece uma maneira de avaliar os subsequentes", direcionando-se ao extremo (CLAUSEWITZ, 1984, pp. 78-80).

Portanto, a guerra, como método de exercício do poder, nunca chega ao seu fim. Clausewitz considera qualquer resultado de um embate como meramente circunstancial, sendo capaz de servir como motor político para uma reorganização e uma possível contraofensiva que pode desestruturar o status quo e reorganizá-lo sob uma nova configuração. Assim, as relações diplomáticas entre os Estados também devem ser consideradas como precedentes de um potencial conflito, e o propósito político deve ser avaliado "na influência que ele poderá exercer sobre as forças que pretende mobilizar" (CLAUSEWITZ, 1984, p. 82).

Dessa forma, ao considerar as motivações, as condições objetivas e as estratégias de um conflito, Clausewitz enxerga a guerra como um jogo estratégico que demanda sorte e probabilidades favoráveis para determinadas decisões, dependendo de uma configuração propícia. No entanto, essa visão sempre é motivada por uma perspectiva política. A afirmação de Clausewitz de que "a guerra é um ato de política", concebe a guerra como um método extremo a ser utilizado quando os acordos políticos entre Estados e a diplomacia falham. Trata-se de uma tensão sempre presente caso o consenso não seja alcançado, um instrumento de imposição quando os limites da persuasão são encontrados. Ou seja, a guerra é um meio a ser utilizado politicamente: "a guerra é meramente a continuação da política por outros meios" (CLAUSEWITZ, 1984, pp. 90 - 91).

2.2. A inversão do aforismo de Clausewitz: a política como guerra

A partir das proposições teóricas do aforismo de Clausewitz, Foucault propõe uma inversão, a qual realoca o sentido da guerra não como continuação da política quando o

consenso falha, mas a própria política como guerra em curso, uma re-modulação em seu caráter permanentemente conflitivo inserida numa geografia de guerra. Considera-se as dinâmicas e estratégias mesmo dentro das instituições republicanas, uma incorporação sabida e deliberada da guerra civil, colocando em xeque a visão moderna da política como coalizão pacífica de interesses entre diversos setores da sociedade, mas reconfigurando a como “deslocamentos da própria guerra. Sempre se escreveria a história dessa mesma guerra, mesmo quando se escrevesse a história da paz e de suas instituições” (FOUCAULT, 2000, p. 22), ou seja, a política como proposição de guerra, como condição do fazer política e não pelo consenso.

Porém é importante enfatizar que o conceito de “guerra civil” aparece propriamente pela primeira vez em Foucault no livro "Microfísica do Poder", publicado originalmente em 1979. Nesta obra, Foucault analisa as formas como o poder se manifesta nas relações sociais cotidianas, em contraposição às abordagens que o viam como uma entidade monolítica exercida apenas pelo Estado ou pelas elites dominantes.

Em "Microfísica do Poder", Foucault argumenta que a guerra civil é uma forma de conflito que se desenvolve dentro da própria sociedade e envolve as relações de poder em todos os níveis, desde o nível microscópico das relações interpessoais até o nível macroscópico das instituições políticas e econômicas. Segundo Foucault, a guerra civil não é um evento isolado, mas uma luta constante pelo controle e pela direção das práticas sociais e culturais.

O conceito de guerra civil é central para a análise de Foucault sobre as formas como o poder se manifesta e é resistido na sociedade, além de ser um elemento-chave em sua teoria mais ampla do poder e da resistência. O conceito de guerra civil é retomado em outras obras de Foucault, como em "História da Sexualidade: a vontade de saber", em que é usado para analisar as formas como as normas e os valores culturais são criados e mantidos por meio do poder.

Porém, é verdade, a ideia de guerra já aparece em "Defesa da Sociedade", publicada em 1976, três anos antes de "Microfísica do Poder". Em "Defesa da Sociedade", Foucault analisa a formação do Estado moderno na Europa a partir do século XVII e a relação entre poder, guerra e política. Na obra, Foucault argumenta que a guerra é uma dimensão central da política moderna, que se baseia na noção de soberania e no controle do território. Ele argumenta que a guerra não é apenas um evento pontual, mas uma

dimensão contínua da política, em que a luta pelo poder e pela dominação se manifesta em diferentes níveis e em diferentes formas de conflito.

Embora a ideia de guerra civil não seja explicitamente mencionada em "Defesa da Sociedade", a análise de Foucault sobre a relação entre poder, guerra e política sugere que a guerra é uma dimensão fundamental do conflito social, que se desenrola tanto no interior da própria sociedade quanto entre as nações. Assim, embora o conceito de guerra civil não apareça explicitamente em "Defesa da Sociedade", a obra já apresenta as bases para a análise de Foucault sobre a relação entre poder, conflito e resistência, que serão desenvolvidas posteriormente em "Microfísica do Poder".

Portanto, dediquemo-nos ao entendimento da "hipótese Nietzsche" (FOUCAULT, 2000, p. 24). Nessa hipótese, a repressão figura como estratégia na produção da verdade como discurso. Essa estratégia envolve até mesmo o que não é expressamente dito, manifestando-se através da supressão e da designação de um espaço marginalizado para determinados discursos. Esta dinâmica ocorre "através de sua disseminação e incorporação ao indivíduo" (FOUCAULT, 2012, p. 51).

Por outro lado, a interdição, outro mecanismo crucial, requer uma presença constante, embora frequentemente oculta. A compreensão disso é que "exige uma troca de discursos através de perguntas que arrancam confissões e confidências que vão além da inquisição" (FOUCAULT, 2012, p. 51).

O dispositivo da produção de verdade implica no poder não como repressão, mas sim como o embate direto do conjunto de forças em uma disputa permanente por vezes camuflado pelas táticas do Estado no exercício do poder legítimo, o que busca eclipsar o estado permanente de guerra na sociedade civil, ou como é empregado por vezes, estado de "guerra civil", o poder não está no que se esconde ou se evita que venha a público mas "como um mecanismo de apelação, atraí, extraí essas estranhezas pelas quais se desvela" (FOUCAULT, 2012, p. 52). Foucault expõe tal estratégia ao dizer:

A repressão não é o que era a opressão em relação ao contrato, ou seja, um abuso, mas, ao contrário, um simples efeito e um simples prosseguimento de uma relação de dominação. A repressão nada mais seria que o emprego, no interior dessa pseudopaz solapada por uma guerra contínua, de uma relação de força perpétua. (...) A oposição pertinente não é a do legítimo e do ilegítimo, como no esquema precedente, mas a oposição entre luta e submissão. (FOUCAULT, 2000, p. 24).

Ao estudar o “como do poder”, ou a forma em que o poder é exercido na sociedade Ocidental, Foucault encontra uma diretriz bastante significativa, a que o sistema jurídico enquanto dispositivo de poder na organização social Ocidental desde a idade Média é pautado no “Poder Régio”, ou seja, o poder se baseava no princípio da soberania do Rei, o poder como produção de verdade e de governo por parte de ações e de sujeição deliberada por aceitação dessas verdades.

O desenvolvimento do poder régio ao longo dos séculos subsequentes está intrinsecamente ligado à concentração das técnicas e afirmações de poder, bem como à produção de verdades em um único polo: o Estado. Segundo Foucault, é atribuído ao Estado a absorção de todas as características belicosas e instáveis das relações de épocas anteriores, manifestas nas disputas territoriais provincianas. Foucault, denomina essa absorção de "soberania", considerando-a o embrião do biopoder e das sociedades disciplinares. Essa concepção retrata como a centralização do poder no Estado tem raízes profundas nas dinâmicas de poder históricas e como ela influencia a configuração das sociedades contemporâneas (FOUCAULT, 2012, pp. 53-54).

Assim, tratando-se das sociedades disciplinares, é pertinente debruçar-se sobre o uso da expressão “monopólio legítimo da violência”, afirmação utilizada por Max Weber e Hans Kelsen em termos similares. Para Weber, o Estado poderia encontrar sua definição não no conjunto de instituições às quais por meio dele articulavam-se para a organização da sociedade, mas em algo muito mais simples, no monopólio da violência como especificidade e definição do que é em suma o Estado, assim o belicismo seria inerente à centralização de poder em níveis que outrora eram administrados pelo Estado.

Em Kelsen, outra expressão também é cunhada, a de “coerção de Estado”, o emprego de tal termo evidencia as bases do pacto jurídico que abarca toda a sociedade, uma vez que o Estado por não ser um ser físico, teria atos cometidos por homens e mulheres que o representassem, vinculados aos tentáculos do Estado no corpo social. Tais atos de violência cometidos diretamente pelas mãos de homens e mulheres pertencentes

a órgãos de Estado recebem o nome de imputação pelo Direito (PINHEIRO, 1998, p. 332). Para o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro⁸:

O Estado exerce assim a coerção por intermédio de homens, que são considerados como órgãos do Estado. Mas há também atos de coerção cometidos por indivíduos que não tem a qualidade de órgãos do Estado. Esses atos, que não serão imputados ao Estado, mas aos próprios indivíduos, são, entretanto, autorizados ou mesmo prescritos pelo Estado. No caso da legítima defesa, os indivíduos estão autorizados a desempenhar atos de violência física, em certas situações, em certas condições e numa certa medida determinados pelo direito. Enfim, há numerosos atos do Estado que não são atos de coerção física, mas que prescrevem ou autorizam o emprego da força, por exemplo uma ordem dada à polícia. Monopólio significa não o exercício exclusivo da violência, mas o direito exclusivo de prescrever e em consequência proibir ou permitir a violência (a função ideal do monopólio é a ausência de toda violência efetiva). Monopólio é, portanto, o direito exclusivo de definir e de distinguir por meio de prescrições e de autorizações a coerção legítima e a coerção ilegítima. A afirmativa de que o Estado exerce a coerção física é, portanto, uma simples metáfora segundo a qual os órgãos do Estado têm o poder de prescrever ou de autorizar atos de coerção. É esse poder de prescrever que se chama em definitivo de “poder de coerção”, ainda que ele não seja em si mesmo um ato de coerção física (PINHEIRO, 1998, p. 333).

Com a expansão dos regimes democráticos no mundo ocidental, houve desconcentrações do poder e da autoridade na figura de um soberano, poder distribuído a mais instituições de governo, porém é necessário considerar algumas especificidades do Estado moderno, o qual por ser a materialização do pacto social perene e acrônico, configura um poder soberano.

Dessa forma, existe uma dupla interface do monopólio da violência: a face dos membros da sociedade sob suas regulações e julgo, e para aqueles que controlam seus aparelhos e artilharias, que necessitam ser garantidores da ordem pública tanto quanto guardiões do grau de liberdade aos indivíduos da sociedade, indivíduos os quais estão perpetuamente ameaçados de terem a violência virada contra si. Ao pensar na contemporaneidade, compreende-se que as “áreas de terror” não foram desarmadas, pois:

Muitos Estados convivem com altos níveis de homicídio, incapazes de assegurar a segurança da população. A existência em todos os países de graves violações de direitos humanos, cometidas no interior das sociedades nacionais, pelos operadores da violência, atesta que a pacificação anunciada pela concentração da violência está longe de ter sido realizada (PINHEIRO, 1998, p. 332).

⁸ Paulo Sérgio Pinheiro: ex-secretário de direitos humanos e membro da Comissão Nacional da Verdade (CNV)

A partir da leitura dos mecanismos de soberania do Estado, entende-se como forma de contenção da vontade insurrecional da plebe a razão jurídica das sociedades burguesas, Foucault as identifica enquanto caracterização de um ordenamento estratégico de interdição o qual condiciona as manifestações de poder que se encontram em oposição enquanto negação reativa, por vezes perpetuada por meio das instituições as quais mantém e legitimam a engenharia social do poder na sociedade (família, Estado, relações de produção e educação).

Essa condição de resposta reativa admite ao poder em exercício, enquanto resistência, surgir na forma de transgressão, “a operação fundamental do poder como um ato de fala: enunciação da lei, discurso da interdição. A manifestação do poder reveste a forma pura do “tu não deves (FOUCAULT, 2006, p. 246)”. As técnicas de poder burguês expressadas através da interdição na razão jurídica ao centralizar o poder por meio de instituições legítimas, também o pressupõe enquanto inerente ao corpo social. Foucault demonstra esse efeito:

Seu entrecruzamento (do poder) delinea fatos gerais de dominação, que essa dominação se organiza em estratégia mais ou menos coerente e unitária: que os procedimentos dispersados, heteromorfos e locais de poder são reajustados, reforçados, transformados por essas estratégias globais, e tudo isso com numerosos fenômenos de inércia, de intervalos, de resistências; que não se deve, por tanto, pensar um fato primeiro e maciço de dominação (uma estrutura binária com, de um lado, os “dominantes” e, do outro os “dominados”), mas, antes, uma produção multiforme de relações de dominação que são parcialmente integráveis a estratégias de conjunto; que as relações de poder “servem”, de fato, porém não porque estão “a serviço” de um interesse econômico dado como primitivo mas porque podem ser utilizadas em estratégias; que não há relações de poder sem resistências; que essas são mais tão reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é por tanto, como ele, múltipla e integrável às estratégias globais. (FOUCAULT, 2006, p. 248 -249).

A expressão da plebe se associa à ideia de um ambiente de conflito constante, que permite a aplicação de diversas técnicas de poder e estratégias. Foucault desenvolve o axioma da "guerra civil" baseando-se na ideia de "guerra de todos contra todos", uma alusão ao estado de caos ou estado natural em Hobbes. Essa ideia se articula como uma racionalização estratégica para o surgimento e a necessidade do Estado como figura de poder régio.

Foucault direciona sua crítica a Hobbes por associar a "guerra de todos contra todos" a um estado primitivo natural. A partir dessa visão, o Estado recebe o papel de protetor da sociedade civil, e o monopólio da força é exaltado como elemento de segurança das instituições. Isso evitaria a desintegração desse polo de força, cuja ruptura evidenciaria uma linha tênue entre a violência legal e a marginal, descaracterizando, assim, o jogo estratégico da guerra civil.

Nessa perspectiva, destaca-se como o axioma da guerra civil é comumente suprimido de forma deliberada. Para Foucault, essa negligência voluntária encobre que "a guerra civil é a matriz de todas as lutas pelo poder; de todas as estratégias do poder e, conseqüentemente, a matriz de todas as lutas em torno do poder e contra ele" (FOUCAULT, 2015, p. 13).

Ou seja, a partir dessa perspectiva tanto os dispositivos a propósito do poder quanto o poder em exercício como resistência são estratégias de poder ligadas diretamente ao axioma da guerra civil, uma vez que ao contrário do estado natural de caos em Hobbes, Foucault enxerga a guerra civil como um "processo cujos personagens são coletivos", o autor prossegue, "a guerra civil não é anterior a constituição do poder; tampouco é aquilo que marca necessariamente seu desaparecimento ou enfraquecimento" (FOUCAULT, 2015, p. 28).

Conclui-se que existe um jogo de estratégias; o poder nesse contexto é exercido e cooptado por diferentes atores, tanto como exercício do poder legítimo estatal, como também nas forças de oposição e resistência a esse cooptação de grandes agentes de centralização de poder frente ao corpo social, tais procedimentos baseiam-se no "apoderamento" que algumas "unidades coletivas", resultantes de sublevações violentas e não violentas (FOUCAULT, 2015, p. 28). O autor continua:

Em resumo, para Foucault, a guerra civil não se refere apenas a uma situação de conflito armado entre dois grupos ou facções, mas a uma forma de conflito mais ampla, que abrange todas as dimensões da vida social. A guerra civil é uma forma de conflito que se desenrola no interior da própria sociedade, envolvendo não apenas o Estado e as instituições políticas, mas também as relações sociais, as práticas culturais e as formas de subjetividade.

Conforme Foucault, a guerra civil é vista como um conflito persistente que se centra no poder e nas relações de poder na sociedade. Isso diverge da perspectiva de um embate entre poder e resistência, pois a guerra civil é entendida como uma batalha entre diferentes formas de poder. As relações de poder, assim, são continuamente reorganizadas em resposta às mudanças nas estruturas sociais e culturais. A organização biopolítica do Estado moderno, portanto, não deve ser vista como um instrumento de contenção da guerra civil (FOUCAULT, 2015, p. 29).

Ao contrário, deve ser interpretada como uma apropriação estratégica dessa guerra em sua essência. A guerra não é considerada um elemento a ser evitado, mas um recurso estratégico a ser utilizado. Os mecanismos estatais de coerção violenta indicam que a guerra, mesmo em uma sociedade liberal democrática, pode ser evocada quando necessário. Assim, essa análise destaca a presença constante de conflitos e lutas pelo poder no coração de nossas sociedades, independentemente do nível de estabilidade ou harmonia aparente (FOUCAULT, 2015, p. 29).

2.3. A guerra civil como pilar do capitalismo: a experiência das utopias piratas

No prefácio da versão brasileira do livro "A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo" (2021), obra já mencionada e escrita pelos sociólogos Pierre Sauvêtre, Christian Laval, Pierre Dardot e pela filósofa Haud Guéguen, o filósofo brasileiro Edson Telles⁹, redige um ensaio intitulado "Do poder soberano ao inimigo íntimo" (2021).

Neste ensaio, Telles parafraseia Ailton Krenak, ativista e intelectual indígena da tribo Krenak, situada na área do Médio Rio Doce, no município de Resplendor, Minas Gerais. Krenak propõe que, tanto para os povos originários quanto para certos grupos dissidentes na sociedade capitalista contemporânea, a guerra constitui uma condição permanente de existência (TELLES, 2021, p. 9).

O autor pondera que na aurora da sociedade moderna, o discurso liberal foi utilizado como subterfúgio e justificativa de toda barbárie cometida pelos impérios

⁹ Edson Telles: professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

coloniais europeus, a partir do século XV até meados do século XIX. Formou-se na governamentalidade liberal moderna, a implementação da necessidade de uma “nova dinâmica política para garantir a ordem e as leis do mercado. Da teoria à prática, o século seguinte viu surgir a gestão neoliberal de controle da sociedade” (TELLES, 2021, p, 9). Toda a história da produção de condições da biopolítica nas sociedades ocidentais, foi acompanhada pela subjugação e perseguição às pulsões insurrecionais logo no embrião do Capitalismo.

Por meio de um exercício arqueológico, é possível uma análise minuciosa sobre as dinâmicas de poder soterradas ao longo da história do Ocidente, tal postura é essencial para o desenvolvimento da compreensão de como o capitalismo desde os seus primórdios opta pelo estado permanente de guerra civil. Em reafirmação à análise de Telles, é pertinente olhar com atenção a questão da pirataria no século XV. Tema que embasou conceitualmente um dos principais nomes do anarquismo contemporâneo: Hakim Bey.

O pesquisador e poeta anarquista Peter Lamborn Wilson, também conhecido por seu pseudônimo de Hakim Bey, em sua obra “Zonas Autônomas Temporárias (TAZ, do original em inglês *Temporary Autonomous Zone*)”, livro escrito como um ensaio direcionado ao ativismo anarquista nos Estados Unidos no final da década de 1980, porém amparado numa base filosófica de autores contemporâneos, a qual o próprio autor referêcia ao longo de todo seu texto.

A TAZ é proveniente de uma extensa pesquisa de cunho genealógico realizada por Bey, sobre uma peculiar dinâmica entre navios corsários do século XVIII, cuja amplitude territorial ocorria desde a América Central nas regiões caribenhas até a África Setentrional. Ainda segundo o autor, piratas da região do que hoje é o Marrocos, formaram um sistema de convivência político-social sofisticada, arquitetada em similaridade a uma democracia horizontal, porém antes da implementação de tal sistema pela Europa Ocidental pós-revoluções burguesas. Segundo Hakim Bey:

OS PIRATAS E CORSÁRIOS do século XVIII montaram uma "rede de informações" que se estendia sobre o globo. Mesmo sendo primitiva e voltada basicamente para negócios cruéis, a rede funcionava de forma admirável. Era formada por ilhas, esconderijos remotos onde os navios podiam ser abastecidos com água e comida, e os resultados das pilhagens eram trocados por artigos de luxo e de necessidade. Algumas dessas ilhas hospedavam "comunidades intencionais", mini-sociedades que conscientemente viviam fora da lei e estavam determinadas a continuar assim, ainda que por uma temporada curta, mas alegre (BEY, 2018, p. 11).

O autor identifica nesses grupos a formação de redes de contato para abastecimento e recreação. Deste modo, comunidades como Salé e Argel, estabeleceram-se sem pretensões de durabilidade, apenas de sobrevivência e experimentação dos espaços de liberdade, mesmo temporariamente frente aos belicosos Impérios Coloniais da Europa. Tais comunidades foram denominadas pelo autor como “Utopias piratas” (WILSON, 2001); – nome também do livro que se propõe a uma arqueologia do processo de identificação das chamadas zonas autônomas temporárias, no período de constituição do capitalismo, evidenciando o potencial anti-hegemônico e anticapitalista do receituário teórico conceitual, chamado pelo autor de “anarquismo ontológico”, que se origina de tais movimentos dissidentes.

O autor, ao referir-se ao método empregado ao longo da pesquisa e de seus levantamentos, aponta uma “história nietzschiana” em referência à genealogia, o que evoca a arqueologia foucaultiana (WILSON, 2001, pp. 19–20). Ao utilizar de tal abordagem, refere-se a “enclaves”, termo que sugere uma relação deliberadamente secreta a todos os envolvidos nela. Nesse momento da história, ainda era possível encontrar frestas territoriais e ilhas livres de domínios estatais. Por meio do esforço em identificar a “proliferação de sistemas descentralizados de experimentos de vida”, em decorrência da “decadência dos sistemas políticos” no estágio embrionário do capitalismo, é possível identificar o uso de uma genealogia da pulsão libertária presente na TAZ (BEY, 2018, p. 12).

A finalização da obra “Utopias Piratas” (2001), é eloquente em cravar um problema filosófico genealógico, inferindo a identificação do fenômeno de territorialidades autônomas possíveis mesmo que clandestinas. Na conclusão da obra entende-se que as ações de subversão eram não somente organizadas como possuíam um propósito estratégico, perceptível ao observar a não passividade com que tais movimentos de resistência foram subjugados e vitimados ao limbo da historiografia.

Ao considerar o caminho legitimado historicamente com caráter eurocentrado, é possível inferir que a organização social arquitetada nas utopias piratas, foram usurpados em seus avanços civilizatórios em direção a uma sociedade com maior sofisticação em sentidos tanto discursivos quanto práticos na experimentação de um sistema político horizontal. Bey evidencia que os enclaves livres produziram condições históricas de

possibilidades da insurreição como governamentalidade libertária em sua formação. Assim, conclui-se que as zonas autônomas temporárias das utopias piratas, foram subjugadas de fora e nunca eclodidas de dentro.

O embate de governamentalidades que levou a subjugação das utopias piratas, é percebido também ao apreender o fenômeno da apostasia. As conversões ao Islã indicavam uma nítida decisão política; Bey refere-se as conversões como “ranterismo”¹⁰ e “meio de escapar (e de se vingar) de uma civilização econômica e sexualmente indigente – de um cristianismo presunçoso baseado na escravidão, na repressão e no privilégio da elite” (WILSON, 2001, p. 184); – o autor prossegue com especial reverência:

Séculos de resistência à hegemonia europeia-cristã nada significam. Nenhum dos textos que eu li sobre o assunto se quer a possibilidade de intencionalidade e resistência, quanto menos a noção de uma ‘utopia pirata’ (WILSON, 2001, p. 184).

A existência de uma racionalidade impressa aos atos dissidentes dos piratas, até mesmo como articuladores de uma resistência arquitetada, e muito provavelmente consciente das limitações objetivas de vitória; é saudada por Bey, ao questionar a forma como os piratas são entendidos pela literatura secular:

A História tem tido a tendência a ver a história dos renegados como sem sentido, como apenas um percalço no progresso suave e inevitável da cultura europeia na direção da dominação do mundo (...) os piratas eram incultos, pobre e marginalizados – e, portanto, (presume-se) não poderiam ter dito ideias ou intenções de verdade. São vistos como partículas insignificantes varridas da corrente principal de história por um redemoinho caprichoso ou um turbilhão de irracionalidade exótica (WILSON, 2001, p. 184).

O registro das utopias piratas foi resgatado por corsários mulçumanos; a percepção de organizações em rede de regimes horizontais e abertos, próximos a uma república democrática, segundo Bey, teriam sido cooptados pelos europeus em suas violentas

¹⁰ O ranterismo é um movimento religioso radical que surgiu na Inglaterra no século XVII, durante a Revolução Inglesa. Os ranters eram um grupo de dissidentes religiosos que defendiam a liberdade individual, a igualdade social e a comunidade sem hierarquia. Hakim Bey, faz referência ao ranterismo como uma influência para a criação das utopias piratas, que são espaços autônomos e temporários que desafiam as estruturas de poder existentes e criam alternativas de vida e subjetividade. Bey argumenta que os ranters eram uma forma de resistência à ordem estabelecida, e que seu exemplo pode ser útil para aqueles que buscam criar alternativas autônomas e criativas de vida e subjetividade nos dias de hoje. Assim, o ranterismo é visto como uma inspiração para a criação de espaços autônomos e temporários que desafiam as estruturas de poder existentes e buscam criar alternativas de sociabilidade.

incursões nas regiões, em que hoje são as periferias do capitalismo. O autor nos provoca a pensar a possibilidade de que, se tantas abstrações intelectuais foram apropriadas enquanto dispositivo de autoria, a própria razão instrumental pode ser em si um desses elementos usurpados.

Concomitantemente a historiografia secular acusa tais renegados de “selvagens” e de não capazes do mérito de criação de sociabilidades. Os renegados foram por vezes relacionados a uma “irracionalidade exótica”, o que é incondizente com as ações encontradas por Bey em sua pesquisa, como se nota na seguinte passagem:

A apostasia dos renegados como auto-expressão – apostasia em massa como expressão de classe – e os renegados como uma espécie de “vanguarda” protoproletária. (...) A “vanguarda” fracassou, os renegados desapareceram, e sua cultura insipiente se evaporou com eles. Mas a existência deles não foi sem sentido, nem merece ser enterrada no esquecimento. Alguém deve saudar-lhes o fervor insurrecionário, e suas “zonas autônomas temporárias” às margens do rio Bou Regreg, no Marrocos. Que esse livro sirva de monumento a eles. E que por meio dele os renegados re-entrem nos pesadelos da civilização (WILSON, 2001, p. 184).

A conclusão surpreendente de Wilson converge, em termos de tempo histórico, com os estudos de Foucault sobre as mudanças nas legislações penais europeias no final do século XVIII. Foucault observa um processo que inicia a "fabricação da delinquência", percebendo uma engenharia social voltada para a "moralização das classes pobres" ou a criação de uma "legalidade de base" (FOUCAULT, 1997, pp. 236-237).

Essa "legalidade de base" se manifesta como uma forma de governamentalidade, uma estratégia empregada por agentes e instituições de controle social. A abordagem utilizada varia conforme o tipo de delinquência que se busca suprimir em um determinado contexto. Essa análise aponta para o papel da lei e do sistema legal como instrumentos de controle social e de manipulação das estruturas sociais. Recorreu-se a processos mais particulares para alimentar a hostilidade da população contra os delinquentes (usando os antigos detentos como indicadores, espias, furadores de greve ou homens de ação). Pode-se compreender tal detalhamento no trecho a seguir:

Foram sistematicamente confundidos os delitos de direito comum e aquelas infrações à pesada legislação sobre as carteiras de reservista, as greves, os conluíus, as associações para as quais os operários pediam o reconhecimento de um estatuto político. Com muita frequência as ações operárias eram acusadas de serem animadas, senão manipuladoras, por simples criminosos. Mostrou-se nos veredictos muitas vezes maior severidade contra os operários

que contra os ladrões. [...]. Em resumo, toda uma tática de confusão que tinha como finalidade um estado de conflito permanente. (FOUCAULT, 1997, p. 237).

As instituições produzidas a partir da sociedade moderna no capitalismo liberal criaram os critérios técnicos e semânticos para delimitar a delinquência, a partir de um cenário já posto e sabido. O capitalismo perpetuou-se impondo pesados custos humanos, entre os principais a exploração no trabalho das populações fragilizadas concentradas nas cidades. No período analisado por Foucault, do século XVI até meados do século XIX, que incorre no período da colonização, buscou-se refrear os dispositivos, técnicas e as racionalidades dissidentes que poderiam se insurgir contra o modelo legitimado da razão instrumental moderna, a qual proclama a si própria, o dispositivo de autoria de ideias de progresso e de vitória da civilização ocidental como a liberdade, democracia e solidariedade. A contradição de maior expressão, é que tais diretrizes totalizantes são negadas à “vanguarda protoproletária” (WILSON, 2001, p. 184), e ao “sujeito patologizado” (FOUCAULT, 1997, p. 237).

Em outras palavras os sujeitos dissidentes como o louco, o drogado, o delinquente, o renegado, o pirata, o apóstata, o mulçumano, o terrorista, o encarcerado, a pessoa em situação de rua – a todos esses foram negados o status de dignidade, sendo assujeitados ao constante controle do corpo, em uma arquitetura social que vai de uma “uma arte de punir a outra” (FOUCAULT, 1987, p. 215). Esses sujeitos possuem uma utilidade estratégica da lógica de circulação e manutenção do corpo social, uma vez que sua condição marginalizada é deliberadamente incorporada a um jogo estratégico. Foucault elucida tal dinâmica:

(...) os castigos, não se destinam a suprimir as infrações; mas antes a distingui-las, a distribuí-las, a utilizá-las; que visam, não tanto tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não “reprimiria” pura e simplesmente as ilegalidades; ela as “diferenciaria”, faria sua “economia” geral. E se podemos falar de uma justiça, não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação. Os castigos legais devem ser recolocados numa estratégia global das ilegalidades (FOUCAULT, 1987, p. 227).

O condicionamento enunciativo das ilegalidades percebidas por Foucault, evidencia uma estratégia de articular as ilegalidades de base, de acordo com o grau de necessidade do poder soberano na efetivação do biopoder, visando não a cura para um problema social, mas sua administração estratégica. A existência de delinquentes mais ou menos graves de acordo com o direcionamento dos interesses em disposição. Tal distinção existente nos dispositivos de controle incorpora as diversas formas de exercício de poder, a alocação das delinquências por motivações econômicas, políticas e enunciativas, a que e a quem tal estigma seria empregado. Ainda sobre a delinquência Foucault discorre:

(...) “delinquência útil”; a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Esta é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades. É um instrumento para a ilegalidade que o próprio exercício do poder atrai a si. A utilização política dos delinquentes – sob a forma de espias, denunciadores, provocadores – era fato sabido bem antes do século XIX. Mas depois da revolução essa prática tomou dimensões completamente diversas: a infiltração em partidos políticos e associações operárias, o recrutamento de homens de ação contra os grevistas e amotinados, a organização de uma subpolítica – que trabalha em relação direta com a política legal e suscetível, em último caso, de se tornar uma espécie de exército paralelo - todo um funcionamento extralegal do poder foi em parte realizado pela massa de manobra constituída pelos delinquentes: policia clandestina e exército de reserva do poder. (...) Pode-se dizer que a delinquência, solidificada por um sistema penal centrado sobre a prisão representa um desvio de ilegalidade para os circuitos de lucro e de poder ilícitos da classe dominante (FOUCAULT, 1987, p. 232-233).

Não foi apenas na dimensão do corpo que a violência imperialista incorreu, mas no apagamento dos saberes, a fim de uma direção epistemológica legitimada e única da história Ocidental. O vilipêndio simbólico provoca a inviabilização e deslegitimação do saber-poder dos colonizados, assim como dos marginalizados na sociedade disciplinar, dando a aparência de superioridade técnica e cultural, essa técnica de violência foi denominada de “apagamento epistêmico” ou “epistemicídio” pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos, ou seja, “o epistemicídio, (...) a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena (SANTOS, 2009, p. 10).

Fora a organização da biopolítica na Europa, a disposição de uma engenharia social, e implementação de uma razão governamental das condutas entre os delinquentes, e dos sujeitos patologizados, houve também outra organização estratégica deliberada que pertencia a uma economia dos poderes e um uso estratégico de funcionalidade monetária:

a ocupação arbitrária de territórios e a formação da periferia do capitalismo, a continuidade do imperialismo e do colonialismo vitimaram as utopias piratas e reforçaram a condição de guerra civil, a qual promovia a estratificação das ilegalidades de acordo com sua funcionalidade tática dentro da sociedade disciplinar.

O processo de implementação sistemática da biopolítica ocidental, incorreu na moralização de sujeitos e organização das dissidências, com isso determinar quais delinquências passaram a ser toleradas e até assimiladas pelos dispositivos de poder vigente. Por meio de uma reflexão sobre a violência como imposição de uma sociabilidade, as utopias piratas demonstram como as ações não mediadas possibilitaram experiências perenes, mas acima de tudo, livres, divergindo da violência estatal e da governamentalidade de apagamento e assujeitamento disciplinar do capitalismo moderno.

Embora Foucault não tenha relacionado diretamente a guerra civil com o neoliberalismo, é possível interpretar que a ênfase na competição individual, a flexibilização das relações de trabalho, a privatização de serviços públicos e a redução dos investimentos em políticas sociais, que são características do neoliberalismo, as quais podem ser interpretadas como expressões da guerra civil, que envolvem os indivíduos em uma luta constante contra os dispositivos de poder hegemônicos.

2.4.O inimigo interno na guerra civil neoliberal

No texto citado anteriormente, Telles argumenta que desde o período de estabilização pós grandes guerras mundiais, e o início da disposição geopolítica da guerra fria, os Estados de ascendências neoliberais, criaram articulações para que as racionalidades de mercado fossem protegidas da democracia de massa, uma ordem popular verdadeiramente capaz de horizontalizar o poder. Por outro lado, o Ocidente ocupou-se em construir um “Estado forte, por meio da aliança entre as normas de mercado e o autoritarismo” (TELLES, 2021, p, 10).

Recorrendo à memória das intervenções imperialistas na América Latina, como o exemplo já citado do Chile, Telles afirma que a solução autoritária por parte dos principais atores do capitalismo global, foi a maneira encontrada de proteger “democracia liberal da política das massas” (TELLES, 2021, p, 10), evidenciando claramente que até mesmo as

protetividades institucionais, não eram garantidoras de uma experiência democrática efetivamente horizontal. O autor exemplifica com o caso das ditaduras latino-americanas:

(...) as diferenças entre as violências das ditaduras e das democracias, como as que experimentamos na América Latina, configuram-se como graus da mesma prática, e não divergências quanto a natureza do Estado. Para o neoliberalismo, entre a ditadura e a democracia não há diferença de valor, mas de eficácia na garantia do direito privado dos indivíduos e da ordem de mercado (TELLES, 2021, p. 10).

O Estado forte e suas forças de coerção, são direcionadas em defesa da racionalidade governamental do neoliberalismo contra os seus inimigos, os quais muitas vezes não se caracterizam somente os dissidentes autoproclamados, mas também todos os renegados hodiernos, os quais pelos esforços de democratização real, firmam-se como agentes do caos contra a “normatividade imposta” (TELLES, 2021, p, 10).

No texto “Da guerra civil”, do filósofo brasileiro Peter Pal Pelbart¹¹, alguns dos inimigos da razão governamental neoliberal são nomeados:

Estamos em guerra. Guerra contra os pobres, contra os negros, contra as mulheres, contra os indígenas, contra os transexuais, contra os craqueiros, contra a esquerda, contra a cultura, contra a informação, contra o Brasil. A guerra é econômica, política, jurídica, militar, midiática. É uma guerra aberta, embora denegada, é uma guerra total, embora camuflada, é uma guerra sem trégua e sem regra, ilimitada, embora queiram nos fazer acreditar que tudo está sob a mais estrita e pacífica normalidade, institucional, social, jurídica, econômica. Ou seja, ao lado da escalada generalizada da guerra total, uma operação abafa em escala nacional. Essa suposta normalização em curso, a denegação, a pacificação pela violência – eis o modo pelo qual um novo regime esquizofrênico parece querer instaurar sua lógica, na qual guerra e paz se tornam sinônimos, assim como exceção e normalidade, golpe e governabilidade, neoliberalismo e guerra civil. Nada disso é possível sem uma corrosão da linguagem, sem uma perversão da enunciação, sem uma sistemática inversão do valor das palavras e do sentido do próprio discurso, cujo descrédito é gritante. Nossa cólera dirige-se contra aqueles que destroem impiedosamente o que nos é caro, devastam nossa riqueza natural, social, subjetiva, afetiva, política (PELBART, 2018, p. 190).

Esse forte trecho traz luz a uma expansão do inimigo outrora no colonialismo, pois a evolução predatória do capitalismo contemporâneo não se basta apenas dos povos colonizados, não se basta mais de invasões territoriais, não se basta mais da supremacia

¹¹ Peter Pal Pelbart, professor do departamento de filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP)

entre estados-nações; hodiernamente, a própria população é o alvo numa “guerra de classes, de raças, de sexos, de subjetividades” (PELBART, 2018, p. 190).

O objetivado na atual condição da guerra civil não se configura apenas pela manutenção, mas pelo aprofundamento da cisão estratificada do poder, em escala planetária, no que Pelbart chama de “endocolonialismo” (PELBART, 2018, p. 190). Ou seja, no interior das sociedades quais partes da população são deliberadamente esgarçadas para além da legitimação das regras do Estado Democrático de Direito, e sofrem com uma ferocidade empregada pelos agentes de coerção estatais, por uma permissão implícita oriunda da negligência sedimentada sistematicamente, visando assim “atacar os esforços de democratização da sociedade” (TELLES, 2021, p. 10), numa condição em que “a paz e a guerra se tornam indistintas” (PELBART, 2018, p. 191).

Pelbart retoma a inversão do aforismo de guerra feita por Foucault a partir da obra de Clausewitz, agregando ainda as contribuições de Alliez e Lazzarato. Ele argumenta que agentes econômicos transnacionais, por meio de lobby e interferência indireta, manipulam as políticas estatais em favor dos seus interesses financeiros. A essa prática, Pelbart denomina "terrorismo financeiro" (PELBART, 2018, p. 191), indicando uma usurpação do poder executivo em uma escala global. Em seguida, o autor prossegue em seu argumento:

A fórmula de Clausewitz é então revertida. A guerra não é a continuação da política por meio do sangue: a política do Capital é a continuação da guerra por todos os meios colocados à sua disposição. O sistema de representação, nesse contexto, não passa de um teatro televisivo, e os parlamentos apenas legitimam a guerra do Capital. Mas, paradoxalmente, esta guerra não tem por objetivo a guerra, e “transforma a paz numa forma de guerra para todos” (PELBART, 2018, p. 191).

Segundo Pelbart, a guerra civil enquanto ambiente de condição que amalgama os enfrentamentos coletivos, culturais e de assujeitamentos, é capaz de condicionar a inflexão do poder. A partir de tais potencialidades ocorreriam as disputas de governamentalidades, pois por meio da instrumentalização da guerra civil o capitalismo tem se fortalecido e perpetuado ao longo do ocidente, trazendo as guerras “como as nuvens trazem as tempestades” (ALLIEZ & LAZZARATO, 2020, p. 11).

Alliez e Lazzarato, ao comentarem sobre as posições públicas do Papa Francisco e as demandas dos analistas, políticos e intelectuais que criticam o capitalismo contemporâneo, descrevem o atual estado de coisas como uma "guerra mundial fragmentada em mil partes". Esta guerra é voltada para a governança, a hegemonia e o controle dos recursos humanos e naturais, em um cenário contínuo de disputa pela soberania.

Segundo eles, o capitalismo é constituído pelas dimensões monetárias, pelos Estados e pela guerra civil. A economia não busca substituir a guerra, mas sim incorporá-la. Dessa maneira, as tecnologias de poder inerentes ao Estado, tais como a regulação monetária, as forças legitimadas para exercer a violência e o endocolonialismo, passam a integrar a própria lógica do capitalismo (ALLIEZ & LAZZARATO, 2020, pp. 13-15).

Os autores prosseguem:

A concentração e monopolização dos títulos de propriedade pelo Capital e a concentração e monopolização de força pelo Estado são processos que se alimentam reciprocamente. Sem o exercício da guerra no exterior e fomento da guerra civil no interior das fronteiras do Estado, o capital jamais poderia se constituir. E também o inverso: sem a captura e a valorização da riqueza operada pelo capital, o Estado jamais poderia exercer as funções administrativas, jurídicas e de governamentalidade, nem organizar exércitos cada vez mais poderosos. A expropriação dos meios de produção e a apropriação dos meios de exercício da força são as condições da formação do Capital e a da constituição do Estado, que se desenvolvem paralelamente (ALLIEZ; LAZZARATO, 2020, p. 15).

Os autores tecem sua tese em direção semelhante àquela da conclusão de Hakim Bey ao estabelecer a razão que sustentou o violento fim das utopias piratas pelos agentes imperialistas europeus: a guerra segundo os autores é a fundamentação do princípio de organização social ocidental. Esta é a razão pela qual desde o início as guerras de classes, raças, gêneros e subjetividades serem constitutivas em contraste dos valores positivos da civilização moderna, tornando o Estado uma “megamáquina” de poder, capaz de subjugar pela força ou cooptar pela subjetividade (instituições de Estado, ou ainda por meio de um receituário intelectual em partidos políticos, ou movimentos coletivos relacionados a ambos os atores sociais descritos) (ALLIEZ & LAZZARATO, 2020, p, 16 - 18).

Portanto, a guerra civil neoliberal mostra-se como o momento atual de um objetivo contínuo do capitalismo desde os seus primórdios, o que sintetiza a guerra no interior das sociedades em territórios outrora coloniais, como a América Latina. A ordem

de mercado alicerça-se na violência colonialista desde o século XV até o XXI (TELLES, 2021, p, 14). Em outro texto de Telles, intitulado “Direitos humanos, ação política e as subjetivações oceânicas” (2018), busca-se estabelecer um sentido objetivo para a ação política dentro de um contexto conflitivo da guerra civil neoliberal enquanto imperativo para as lutas e expressões políticas, considerando o contexto de sociedades advindas do colonialismo como a latino-americana, utilizando a realidade institucional brasileira como exemplo.

O autor expressa a preocupação e enquadramento no contexto das políticas de produção de morte e viabilização da violência, muitas vezes institucionalizadas, efeito que reforça a crítica a visão moderna da política como consenso e conciliação, atestando a emergência de criar possibilidades de resistências de sociabilidades contra o vilipêndio dos corpos de diversas categorias pertencentes ao corpo social. A tradição filosófica moderna pensa a democracia como triunfo do diálogo, como demonstração máxima da possibilidade de consensos na criação de instituições que regulem de forma virtuosa a intermediação dos conflitos, produzindo assim processos de subjetivação que orientam a uma governamentalidade do “sujeito cidadão”, isso inclui “os valores burgueses, religiosos e morais, (...) uma ação política com eficientes subjetivações como a nacionalista, a racista, a fascista, a democrática, o duelo esquerda/direita, a onda autoritária ou os avanços progressistas” (TELLES, 2018, p. 240 - 241).

Existe um dilema importante ao qual Telles traz luz: a constituição do social possui em seu cerne a potência tanto para uma ação política conservadora, dirigindo o governo das subjetividades, quanto uma ação dissidente, de experiência de afetos, ambos são ações políticas diretas em exercício de poder igualmente produtivo. Deve-se considerar a reafirmação da governamentalidade neoliberal, enquanto consenso e vanglória do “diálogo entre singulares”, constitui uma técnica de “produção de subjetividades” do capitalismo contemporâneo (TELLES, 2018, p. 241).

O contexto brasileiro, como exemplo latino-americano que sofreu com ações imperialistas ocidentais durante a guerra fria, é marcado por profundas desigualdades sociais e violência de Estado, cujas situações escapam às soluções das institucionalidades democráticas, tanto por condições históricas, como por deliberação em não agir, como provoca Telles:

O acontecimento político certamente tem uma pretensão ou uma reivindicação e o direito tem a função de julgar a legitimidade desta demanda. Quando um coletivo ocupa uma avenida, toca fogo em pneus ou ônibus após a morte de um jovem negro e pobre morador do bairro de vielas apertadas e com esgoto sem tratamento, o que se pretende? Com que direito realizam o ato? Qual a consciência política dos indivíduos deste coletivo? Haveria um outro direito, uma outra ação política, para estas minorias paralelas? A revolta, em especial na tradição do pensamento político brasileiro, é desqualificada como sendo um profundo sentimento subjetivo de injustiça, embebido no ressentimento do indivíduo paralisado pelo evento passado, e incapaz de encontrar expressão coletiva por carecer de organização e propósito político (TELLES, 2018, p. 243).

Ao referir-se aos “coletivos paralelos” Telles alude à possibilidade de resistência e dissidência, “movimentos e eventos que fazem uso de certo vocabulário de Direitos Humanos e de suas estratégias mantendo, contudo, percursos autônomos” (TELLES, 2018, p. 243). O paralelismo em Telles caracteriza como um chamado à instrumentalização de tais movimentos, uma estratégia de pressionar o surgimento de uma democracia efetiva das massas (TELLES, 2018, p. 244).

A problemática central da necessidade de considerar os meios de ação paralelos como refere-se Telles sucedeu por esbarrar nas limitações da institucionalidade. As limitações foram percebidas pelo autor quando propostas baseadas em saberes de movimentos autônomos, nomeadamente aos Direitos Humanos no contexto da busca por desaparecidos da ditadura civil-militar brasileira, não foram adiante, frente aos pactos de governabilidade institucional da Nova República iniciada em 1985 (TELLES, 2018, p. 246).

Ao refletir sobre as técnicas de poder as quais respaldam a chamada Nova República do Brasil, fundamentalmente baseadas em acordos em consonância com antigas oligarquias políticas e financeiras, com o surgimento de novos atores igualmente comprometidos com a manutenção da guerra civil como condição primordial da política brasileira, a manutenção do ambiente conflitivo como jogo estratégico (TELLES, 2018, p. 246 - 247).

Uma reflexão crucial na recente democracia brasileira diz respeito ao quanto medidas de exceção, baseadas em dispositivos autoritários, continuam a ser incorporadas, assimiladas e reproduzidas. Um exemplo claro dessa expressão de guerra vem das forças policiais militarizadas, doutrinadas a partir da tese do "inimigo interno" e com uma

postura agressiva em relação à população civil, muitas vezes marginalizada ou em desacordo com normativas conservadoras (TELLES, 2018, p. 247).

Se infere a prática de uma técnica que ostenta o terrorismo de Estado como forma de poder socialmente legitimado. Tal prática é embasada discursivamente na ideia de que, para consolidação democrática e estabilidade, é preciso aceitar limites no trato com o passado autoritário. Isso, por sua vez, mantém o espectro deste passado presente, a fim de evitar instabilidades. Esta realidade reflete-se claramente na ausência de julgamentos penais contra figuras conhecidas do período militar, responsáveis por tortura e mortes, cujas vozes ainda ressoam no debate político nacional brasileiro (TELLES, 2018, p. 248).

Telles aponta para a emergência da incorporação dos Direitos Humanos como forma de subjetivação inserida, segundo Foucault, em uma "economia política do corpo". Isso implica um direcionamento das demandas em um contexto em que a violência é usada como um instrumento político racionalizado. Telles percebe uma apropriação positiva dos Direitos Humanos como estratégia, observando como os grupos sociais, por ele denominados de "coletivos atípicos", utilizam tais pautas para não cooptação das tecnologias de Estado e, simultaneamente, para a produção de subjetividades. No entanto, eles não abandonam a pressão sobre as instituições de Estado, buscando sempre ampliar as vozes e os corpos que ecoam tais demandas (TELLES, 2018, pp. 249-250).

Os "coletivos atípicos", de acordo com Telles (2018, p. 250), são grupos cujas subjetividades são vistas como vulneráveis e em estado de sofrimento social sob a ótica de uma gestão governamental. A precariedade desses grupos exigiria cuidados, e os recursos para tratar dessa "doença" social viriam da institucionalização dos direitos humanos nas políticas públicas. A definição de "atípicos" desses coletivos emerge em oposição à normatividade de um sujeito considerado típico na política pós-ditadura no Brasil. Esse sujeito típico seria o "brasileiro" produzido discursivamente de forma totalizante, cuja subjetividade circula em torno de atributos como cordialidade, orgulho, felicidade, nacionalismo moderado e liberalismo político. Estas características podem variar ligeiramente dependendo da região ou do contexto político (TELLES, 2018, p. 250).

O encontro entre dispositivos institucionalizados se faz pertinente justamente nos impactos sociais de grupos ditos como atípicos quanto dos coletivos paralelos, justamente pela forma discursiva cujo vocabulário está também presente nos Direitos Humanos: a

valorização e resistência da vida em toda sua multiplicidade “por ser o corpo, a vida e suas relações o mobilizador, suas subjetividades” (TELLES, 2018, p. 251). O autor prossegue:

[...] há que se ressignificar a noção de direitos humanos, ampliando sua concepção para além de uma ação de governo e de medidas de diminuição do sofrimento dos atingidos. Parece ser o caso de retomar o sentido de resistência e de estratégias de lutas para além da esfera dos direitos e do Estado. Para tanto, seria interessante alargar o conceito do que seja a ação política (TELLES, 2018, p. 252).

O autor denomina como “ação política alargada” e considera dinâmicas cotidianas, considerando a forma que sucedem as relações de poder no território somado a imprevisibilidade quando se trata de corpos, sujeitos e motivações que assumem formas políticas nos territórios, saberes que podem enquadrar tanto o campo cultural, quanto a identificação ao redor de pautas comuns na “produção de lutas”, as quais articulam “táticas e técnicas de poder” (TELLES, 2018, p. 252).

Assim, pensar na guerra civil e como ela impacta em determinados grupos, leva ao questionamento de como foi o início desse processo em solo latino-americano, no modo pelo qual se deu toda a extremização ascendente nos últimos anos. Além disso, reflete-se como se constitui e qual abordagem de análise para tais relações de poder está à disposição para apreender como o neoliberalismo perpetua-se em territórios outrora vítimas da colonização.

No biopoder foucaultiano, o poder de deixar morrer aparece como exceção, porém para o filósofo Joseph-Achille Mbembe, um dos principais referenciais da filosofia política contemporânea, a remodelação do fazer morrer ativamente é uma estratégia constitutiva em determinadas sociedades; para o autor, a medicalização social não é a tônica do controle populacional nessas sociedades, mas o poder de produção de morte, sendo promovido por dispositivos de Estado para o controle dessas populações.

A biopolítica de Foucault, nessa ótica, não consegue explicar completamente os conflitos intensificados pelo neoliberalismo, como exemplificado pelo golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile. Mbembe, então, sugere uma alternativa explicativa: a necropolítica. Este mecanismo de poder, alimentado também pelo racismo de Estado e pela hierarquia racial e das subjetividades associadas a tais populações, merece uma análise detalhada. O conhecimento-poder que esses grupos possuem realça a importância

de se entender a necropolítica para captar de maneira mais precisa o tipo de capitalismo vivido por sociedades latino-americanas.

2.5.Necropolítica: a produção racional da morte

Na obra “Necropolítica” (2018), Mbembe ao cunhar o termo homônimo ao título, passa a articular o poder soberano do Estado na decisão não pela vida, mas na deliberação sobre de quem a morte seria aceitável. Por meio de tal tensionamento passa a ser passível de questionamento a forma pela qual são criadas condições para o exercício do poder de deliberar sobre a morte, ativamente ou indiretamente, assim escolhendo quem é legítimo que viva.

Novamente a questão do sujeito e da subjetividade é colocada, principalmente observando como se efetiva tal exercício de poder, como se dá a implementação da condenação e diferenciação de quem exerce o necropoder, ao considerar a guerra como condição da política, a partir da inversão do aforismo de Clausewitz realizado por Foucault, pois:

A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se considerarmos a política uma forma de guerra, devermos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder? (MBEMBE, 2018, p. 6).

A teoria do biopoder e a concepção de poder soberano se aproximam quando analisamos o estado de exceção, comumente associado a regimes totalitários. Nestes contextos, uma autoridade central exerce controle direto e decisivo sobre a vida e a morte de indivíduos, tal como observado no Holocausto e nos campos de concentração. Nesses casos, a manifestação do biopoder se assemelha ao exercício da soberania. No entanto, é importante destacar que a soberania se expressa não apenas nessas situações extremas, mas também na produção de normas que moldam o corpo social e os indivíduos de maneira geral, permeando espaços de deliberação coletiva.

O biopoder incide fortemente nos discursos trazidos pelos arautos da Modernidade, e da perspectiva da política enquanto consenso, ao qual “homens e mulheres são considerados sujeitos completos, capazes de autoconhecimento,

autoconsciência e autorrepresentação” (MBEMBE, 2018, p. 9). Porém, a observação central de Mbembe é relacionar o biopoder nas práticas deliberadamente totalitárias do Estado, o que reside na prática comum de uma racionalidade do poder que legitima formas de morte.

No Estado de exceção, ao exemplo do regime Nazista, todas as motivações e anseios populares de identificação com uma industrialização dos processos de matar, o imperativo da necessidade da morte do Outro para existência primeira de uma ordem política, uma técnica de poder exercida a partir de um Estado que se consolida ao redor do Direito de Matar. Para determinar o inimigo desse Estado, consiste considerar o “racismo de Estado”, no qual a complexidade do Estado Nazista e da “solução final” demonstra não ser uma anomalia do exercício do Biopoder, principalmente ao olhar em perspectiva as técnicas de soberania utilizadas durante o período da colonização e do neocolonialismo, no qual matar o outro é uma garantia de reforço da potência da “minha vida”, uma condição de existência em uma estratificação das vidas legítimas e do inimigos outros (MBEMBE, 2018, pp. 18-20).

O ato de matar assistido sobre critérios de um racismo de classe, resulta na criação discursiva de racionalidades políticas que afirmam a política como guerra, assim o nazismo constitui-se como “arquétipo” do tensionamento das técnicas de poder até a nítida legitimação política e moral do direito de matar; o poder hegemônico exerce em determinadas espacialidades e temporalidades a produção da morte como medida de existência de determinados sujeitos passíveis de morrer.

Dessa forma, não é difícil perceber com certa estranheza, as técnicas de soberania exercidas pelo Estado que remeta ao imaginário nazista. A escolha pela guerra civil, articulada a partir do próprio Estado, por meio de técnicas e racionalidades do racismo, e da violência de Estado, estão presentes no cerne da modernidade (MBEMBE, 2018, p. 18-20):

Realmente, do ponto de vista antropológico, o que essas críticas discutem implicitamente é uma definição de política como relação bélica por excelência. Também desafiam a ideia de que, necessariamente, a racionalidade da vida passe pela morte do outro; ou que a soberania consista na vontade e capacidade de matar para possibilitar viver (MBEMBE, 2018, p. 20).

Além do genocídio judeu pelos nazistas, a instrumentalização da guerra contra grupos marginalizados e sua linhagem histórica, os novos renegados do

endocolonialismo; o racismo institucional não é a única técnica empregada para se viabilizar determinadas mortes, a burocracia do Estado e o uso da racionalidade instrumental, visando impessoalizar as relações e as contradições do capitalismo, em prol da criação de instituições formadas sobre uma pretensa neutralidade, a qual produziram uma gradativa e progressiva desumanização, - a exemplo das fábricas, do exército e das prisões, em que se dá a formação de uma subjetivação aludindo a um sujeito pragmático, técnico, alienando os indivíduos da crítica ética na constituição do próprio sujeito.

Esse é o ponto que aproxima os trabalhadores da sociedade urbana industrial, assim como os demais inimigos internos elegidos pelo neoliberalismo. Muitos destes sujeitos, permeados por conflitos e contradições relacionadas ao racismo institucional, e as demais categorias que formavam uma continuidade histórica dos renegados dos impérios coloniais, “as ligações entre a modernidade e o terror provêm de várias fontes. Algumas são identificáveis nas práticas políticas do Antigo Regime. (...) a paixão do público por sangue e as noções de justiça e vingança é crítica” (MBEMBE, 2018, p. 21 - 22).

A literatura moderna, tem interpretado o terror como anômalo e até mesmo uma irracionalidade em oposição ao caminho para o progresso; entretanto, nota-se o reconhecimento de pontos específicos na história ocidental onde o terror aparece como justificável, como uma ação necessária para estabilização de uma era pacífica. A Revolução Francesa é o marco que Mbembe destaca como exemplo dessa inflexão em respaldo a cultura ocidental.

Porém, a provocação permanece: tais técnicas e inflexões discursivas são usadas para admitir a legitimidade da violência quando se é para a afirmação do mundo eurocentrado, e em defesa da razão iluminista, pois, a “selvageria” dos renegados é relegada apenas como “aberração do corpo político”. Resumindo, o terror é empregado nesse sentido como necessário contra resistências de um obstáculo civilizatório; uma irracionalidade a ser combatida, um “inimigo a ser eliminado” (MBEMBE, 2018, p. 23), continuando:

Assim, o terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errante de criar um espaço em que o “erro” seria reduzido, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado.²⁶ Finalmente, o terror não está ligado exclusivamente à utópica crença no poder irrestrito da razão humana. Também está claramente relacionado a várias narrativas de dominação e emancipação,

sustentadas majoritariamente por concepções iluministas sobre a verdade e o erro, o “real” e o simbólico (MBEMBE, 2018, p. 23).

Os horrores da Segunda Grande Guerra, segundo Mbembe citando a filósofa política alemã Hannah Arendt, demonstraram que o mundo Ocidental “civilizado” também era capaz da “selvageria” anteriormente atribuída somente aos bárbaros e aos renegados. A Europa em um processo antropofágico evidenciou a perversidade da burocratização e automação da produção da morte. A Segunda Guerra Mundial representou a expressão máxima do exercício do biopoder em matar deliberadamente, toda potencialidade de violência e morte revelados no período colonial voltado contra a própria Europa, dessa vez, sem um inimigo externo, nem subterfúgios para responsabilizar (MBEMBE, 2018, pp. 34 - 35). Mbembe prossegue:

No fim, pouco importa que as tecnologias que culminaram no nazismo tenham sua origem na fazenda ou na colônia, ou que, pelo contrário – a tese foucaultiana – nazismo e stalinismo não tenham feito mais do que ampliar uma série de mecanismos que já existiam nas formações sociais e políticas da Europa ocidental (subjugação do corpo, regulamentações de saúde, darwinismo social, eugenia, teorias médico-legais sobre hereditariedade, degeneração e raça). Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno e também na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim” (MBEMBE, 2018, p. 37).

Mbembe refere-se como “ficção” à hipótese dos “meios de guerra” ou “fins de guerra”; a racionalidade da *realpolitik* Ocidental é a guerra, e pronto. Esse *modus operandi* não se limita ao passado, a ocupação colonial e todas as redes geográficas constituídas a partir dela (as quais encontra-se ainda hoje): países e setores sociais diretamente privilegiados por tal exercício do necropoder (MBEMBE, 2018, p. 33).

Portanto, é demonstrado por Mbembe como ocorre os mecanismos de imposição de uma governamentalidade estrangeira, oposta a qualquer possível potência criativa que possa brotar da colônia, ou daqueles que nelas residem ou resistem ao longo da história. Por exemplo pelo emprego de técnicas jurídicas, como o estado de exceção, que basicamente assume que “matar ou negociar a paz eram funções proeminentes de qualquer Estado” (MBEMBE, 2018, p. 33). Essa perspectiva, evidencia que mesmo no consenso democrático liberal, há o germe da guerra como *modus operandi* da política e

do exercício do necropoder pelo Estado neoliberal, e por todas as redes as quais tais instituições estão amalgamadas.

A geografia colonial, segundo Mbembe é uma das demonstrações da violência como modo de exercer o poder soberano, denominado como “princípio da exclusão recíproca”; por exemplo a constituição de redes geográficas em uma infraestrutura de hierarquia urbana, voltada para vias e fluxos que desconsideram a presença dos indesejáveis e renegados, a “criação de limites tridimensionais no interior” do território (MBEMBE, 2018, p. 43).

A lógica da exclusão e segregação espacial, encontra-se em processo de massificação, e presente na atual fase da globalização; que por sua vez, se impõe aos países mais pobres, as regiões mais pobres de cada bloco econômico, e as regiões mais pobres dentro dos próprios territórios nacionais. A exclusão e violência são efetivamente realizadas com auxílio de técnicas e tecnologias cada vez mais sofisticadas e precisas, porém dentro do objetivo de produzir a morte de determinados grupos (MBEMBE, 2018, p. 43 - 47).

Tais zonas de violência estendem-se para além da terra, pois todo milímetro de espaço geográfico pertence a algum território nacional, mesmo que inabitável; as técnicas jurídicas do poder soberano impõem-se ao longo da crosta terrestre. Um policiamento ostensivo é realizado por toda extensão geográfica na descontinuidade entre “terra e o céu” e, ainda: “os limites no espaço aéreo dividem-se entre as camadas inferiores e superiores. Em todo lugar, o simbolismo do topo (quem se encontra no topo) é reiterado” (MBEMBE, 2018, p. 47 - 48).

É importante um deslocamento teórico das técnicas disciplinares, do biopoder e do necropoder utilizadas em um “Estado de sítio”, ao qual inviabiliza a vida de sociedades autônomas como o exemplo utilizado por Mbembe da sistemática orquestração de uma subalternização dos “símbolos culturais e político-burocráticos do proto-Estado” palestino, na “guerra infraestrutural” (MBEMBE, 2018, p. 47), pois permite a criação e apontamento da delinquência do inimigo até mesmo internamente. Tais técnicas de dominação, não se resumem somente ao Estado de sítio, mas podem ser observadas nos processos de assujeitamentos em uma normatividade na sociedade contemporânea:

A afirmação de uma autoridade suprema em um determinado espaço político não se dá facilmente. Em vez disso, emerge um mosaico de direitos de governar incompletos e sobrepostos, disfarçados e emaranhados, nos quais

sobejam diferentes instâncias jurídicas de facto geograficamente entrelaçadas, e nas quais abundam fidelidades plurais, suseranias assimétricas e enclaves. Nessa organização heterônima de direitos territoriais e reivindicações, faz pouco sentido insistir na distinção entre os campos políticos “interno” e “externo”, separados por limites claramente demarcados (MBEMBE, 2018, p. 52 – 53).

A partir dessa análise, Mbembe atribui esse cenário flexível do poder no território ao longo do continente africano em detrimento da descolonização tardia pós-guerra e de todas complexas mudanças políticas do final do século XX, regadas a interferência externa durante a Guerra Fria, impossibilitando a reivindicação de diversos Estados africanos ao “monopólio da violência” em seu próprio território. Em consequência, ocorreu a formação de um poder multipolar distribuído ao longo dos territórios da “era da mobilidade global”, com um ostensivo e marcante exercício do necropoder em operações muitas vezes paramilitares (MBEMBE, 2018, pp. 53 – 54). Infere-se a existência de uma relação de agenciamentos de poder, na forma de redes geográficas em paralelo ao Estado; a serviço de interesses do poder estatal, o qual não poderiam deixar registros de seus rastros. Dessa forma gerindo uma multiterritorialidade do poder a partir da “fragmentação espacial”, por volta da década de 1970 criando uma ação em cadeia até os anos finais do século XX (MBEMBE, 2018, pp. 55 - 56).

É possível notar um movimento de incorporação do poder paralelo pelos agentes do poder formal, o que caracteriza algo com maior notabilidade em Estados de exceção com fortes convulsões sociais, porém um aparato com replicabilidade em sociedades organizadas dependendo do grau de violência institucionalizada ao longo de sua constituição, como o caso das sociedades latino-americanas, vítimas da interferência imperialista que atrasaram consideravelmente a maturação da experiência democrática liberal.

Em contraste ao biopoder ocorrido ao longo das sociedades eurocentradas, o necropoder ocorre nas guerras contemporâneas, advindas segundo Mbembe, da insuficiência do biopoder para descrever os cenários advindos da violência e do terror como política legítima:

Se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas. Como já vimos, o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais tardo-modernos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade. Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar;

construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites desde o anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão, repetindo slogans ofensivos, batendo nas portas frágeis de lata para assustar as crianças, confiscando papéis ou despejando lixo no meio de um bairro residencial; guardas de fronteira chutando uma banca de legumes ou fechando fronteiras sem motivo algum; ossos quebrados; tiroteios e fatalidades – um certo tipo de loucura (MBEMBE, 2018, p. 68–69).

A conclusão da obra “Necropolítica” é uma ode às experiências de liberdade e a resistência de afirmação da vida em resposta a imposição da morte pelos agentes do poder hegemônico exercidos nos territórios, sejam estatais sejam corporativos e econômicos. O poder político ocorre como guerra e os agenciamentos positivos desse contexto de um “mundo de morte” urgem em afirmar a vida e uma outra racionalidade (MBEMBE, 2018, p. 71).

2.6. Bio-necropolítica: a produção da morte em escala demográfica

É importante considerar a colonialidade do saber-poder na construção das sociedades advindas do colonialismo e nas continuidades que perpassam as subjetividades nas constituições de dispositivos jurídicos e controle populacional, ao passo que para reforço da segurança social cria-se paralelamente uma insegurança sistêmica em determinados setores dessa sociedade. Os dispositivos estratégicos de segurança, ocorrem em detrimento de seu reverso social, vitimando parte da população marginalizada no território.

A partir desse debate, a antropóloga brasileira Maria de Fátima Lima Santos¹², trabalha em seu texto “Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe” (2018), as questões contemporâneas e seus atravessamentos por tais políticas populacionais, como aponta a seguir:

Assim, nos contextos brasileiros, o poder micropolítico se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos apartheids urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão dos

¹² Maria de Fátima Lima Santos: professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares (LIMA, 2018, p. 28)

É pertinente considerar todos os elementos constitutivos da microfísica do poder, que sedimentam uma forma de se conceber a sociedade, ecoando também de políticas públicas, amplamente apontada como único caminho possível enquanto dispositivo de segurança. Por meio da capilaridade do poder, presencia-se as atuações do poder de coerção do Estado nas autorizações de morte para determinados sujeitos sociais, permeados por diversas características de indivíduos não brancos.

Considerar a questão étnica e como se instaura no contexto endocolonial é uma provocação também realizada por Pelbart, em seu texto “Necropolítica tropical: fragmentos de um pesadelo em curso” (2018). O autor inicia a obra comparando trechos do livro "*Mein Kampf*" de Adolf Hitler, fundador do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores da Alemanha em 1920, com discursos públicos do ex-presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro, figura representativa da extrema-direita latino-americana. Hitler, cuja ideologia é conhecida como Nazismo, incorporou o racismo de Estado, o antisemitismo, o anticomunismo e o rechaço à democracia liberal em suas práticas políticas, deixando um legado de genocídio e barbárie.

Por outro lado, Bolsonaro ficou conhecido por sua postura belicista e truculenta, especialmente contra determinados setores da sociedade brasileira, incluindo a comunidade LGBTQIA+, a população negra, as mulheres e os povos originários. Durante seu mandato, Bolsonaro chegou a implementar medidas de retaliação contra esses grupos. As semelhanças entre os discursos desses dois políticos são destacadas e analisadas pelo Pelbart.

Após a comparação, o autor provoca se tais normalizações e truculências destinadas a uma parcela anunciadamente rival das prospecções neoliberais para o país, não são verdadeiramente algo externo, mas sim parte germinal da identidade local, não “importado”, mas sim “prata da casa” (PELBART, 2018, p, 13). O argumento baseia-se em que as técnicas de soberania implantadas por meio da barbárie em sociedades como a brasileira, inicia-se muito antes do nazismo, inicia-se na *plantation* da história colonial (PELBART, 2018, p, 13).

O primeiro laboratório do bio-necropoder, para as sociedades que possuem ancestrais africanos importados como mercadorias, cujas vidas eram sistematicamente deslegitimadas ontologicamente em prol da ordem social e da produção de vida dos grupos tidos como legítimos. Assim, as condições de vida dos grupos hegemônicos, ocorriam em detrimento das mortes e quase-vidas dos negros escravizados presentes no território. Esse momento histórico foi acompanhado pelo emprego de técnicas de subalternização, como “procedimentos de esterilização forçada, interdição de casamentos mistos, até o extermínio” (PELBART, 2018, p, 14).

Importante destacar que a necropolítica (ou mesmo a chamada bio-necropolítica) é racializada, porém para além de remeter às técnicas empregadas ao racismo de Estado, também abrange a raça em sua dimensão social, se expandindo para não negros; abarcando todos os renegados na sociedade, a qual se estabelece sobre a égide da segurança e do controle demográfico. Pelbart prossegue:

É o devir negro do mundo, que abarca desempregados, descartáveis, favelados, imigrantes, mas em contextos agudos, podemos acrescentar: mulheres, gays, trans, drogaditos, esquizofrênicos etc. Que a política seja declinada como a necropolítica, como política de extermínio, diz algo da sobrevivência da matriz colonial no contexto contemporâneo. Como se perpetuássemos a convicção escravocrata de que um negro perambulando solto só pode ser foragido da senzala – um bandido deve ser morto, sempre! Eis como assim se gestou em nossos trópicos (PELBART, 2018, p. 16).

Em retorno a Foucault é pertinente atentar-se no modo pelo qual o autor articula os conceitos de biopoder-biopolítica, destacando-se esse tensionamento teórico como forma de mediação dos dispositivos de poder em sua dimensão fractal. Assim é pertinente considerar o constructo socio-racial como saber-poder numa disputa de forças. Dessa forma o conceito de população construído entre os séculos XVII e XIX, ganha notoriedade no presente debate, pois os dispositivos de poder passam a adentrar a sociedade de segurança, prezando pelo controle demográfico da população (LIMA, 2018, p, 22).

Para pensar as dimensões populacionais e como isso desenvolve a forma em que uma sociedade entende a si mesma, Foucault aponta o problema da escassez alimentar, e sua evolução ao longo dos séculos. Iniciado a partir do século XVIII, quando a fome era um problema que abarcava toda a sociedade, normalmente relacionado a fenômenos

climáticos ou de pestes, os quais promoviam um determinado nível de solidariedade entre o todo social, denominado pelo autor de “escassez flagelo” (FOUCAULT, 2023, p. 41).

Porém, com o surgimento do urbano, as revoltas por questões administrativas de Estado passam a ser uma preocupação dos governantes; a fome como flagelo, poderia desencadear crise por parte do poder soberano, chamado por Foucault de “escassez carestia” (FOUCAULT, 2023, p. 41). Pode-se inferir numa leitura histórica, dois grandes exemplos da escassez como propulsão de convulsão social: a Revolução francesa de 1789, movimento de coalizão integrado pela burguesia, os camponeses e as classes trabalhadoras urbanas; possível citar também a Revolução Russa de 1917, também conhecida por Revolução Bolchevique, nome do partido de Vladimir Lenin, liderança de destaque que veio a tornar-se o primeiro mandatário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Tal convulsão ocorreu em resposta aos desmandos da monarquia autocrática czarista e mais recentemente na América Latina, mais precisamente numa ilha localizada na América Central, e dentro do contexto da Guerra Fria, a Revolução Cubana de 1959 - liderada pelo líder revolucionário Fidel Castro e pelo médico e intelectual argentino Ernesto Che Guevara, que tornar-se-iam respectivamente, presidente e ministro da indústria de Cuba. A revolução ocorreu por meio da luta de guerrilha com apoio social, em resposta a ditadura de Fulgêncio Batista. Apesar de resultados distintos, todos movimentos citados, caracterizam-se como a insurgência motivada pela escassez enquanto flagelo imposta a suas respectivas nações.

Nesse momento da escassez flagelo, presente fundamentalmente em sociedades ainda em processo de urbanização, passam a apresentar-se com novas camadas de complexidade, ao passo que a sociedade se organiza na modernidade disciplinar, constituída na égide do liberalismo. Assim, o problema da fome torna-se uma “quimera”, pois, em detrimento dos dispositivos jurídicos de responsabilização e gestão pela economia dos cereais, os indivíduos acabam por dissociar tais problemas a uma questão naturalizada que necessitava de uma autorregulação. O problema da fome não existe mais como algo individual e coletivo passível de solidariedade, mas como uma consequência circunstancial de um *laissez-faire* (FOUCAULT, 2023, p. 55). Foucault prossegue:

De modo que já não haverá escassez alimentar em geral, desde que haja para toda uma série de pessoas, em toda uma série de mercados, uma escassez, uma certa carestia, uma certa dificuldade de comprar trigo, uma certa fome, por conseguinte, e afinal de contas é bem possível que algumas pessoas morram

de fome. Mas é deixando essas pessoas morrerem de fome que se poderá fazer da escassez alimentar uma quimera e impedir que ela se produza com aquele caráter maciço de flagelo que a caracterizava nos sistemas precedentes. De modo que o acontecimento-escassez é assim dissociado. A escassez-flagelo desaparece, mas a escassez que faz os indivíduos morrerem não só não desaparece, como não deve desaparecer (FOUCAULT, 2023, p, 55 - 56)

Assim, é preciso a descaracterização da multiplicidade de indivíduos e a formação de uma amalgama sem rosto: a população. Pois a não individualização traz a aceitabilidade da morte de uma série de indivíduos, para a manutenção da vida do todo social (FOUCAULT, 2023, p, 56). Tal conceito, adentra a necessidade de pensar as disciplinas e como tais instituições constituem uma economia geral do poder, e como suas racionalidades estratégicas colaboram para a formação da população como um dado demográfico e estatístico, perdendo seu caráter político-social (FOUCAULT, 2023, p, 160).

A partir disso, Foucault discorre sobre o conceito de governamentalidade, o qual potencialmente estaria para o Estado assim como os métodos de segregação estavam para a psiquiatria, como a disciplinarização estava para o sistema penal e até mesmo a biopolítica para as instituições médicas: uma relação de intersecção (FOUCAULT, 2023, p, 164). Assim, a governamentalidade é um elemento de poder formativo, importante para a dissociação e aceitação de determinadas formas de morte.

Desta forma, o encontro entre Foucault e Mbembe nos permite traçar uma dimensão mais aprofundada dessa chamada “quimera”, constituída pelas políticas de produção de vida, e de morte. Fátima Lima (2018), vai nessa direção conceitual:

A oferta que Mbembe nos proporciona a partir das noções de Necropoder-Necropolítica permite alargar as reflexões Foucaultianas de que o poder se situa e é exercido no nível da vida. Sendo o poder a ação sobre a ação do outro como nos diz Foucault, é exercido também no nível da morte, na possibilidade de matabilidade e na ideia de que qualquer um/a pode ser soberano/a e decidir pela morte do outro. Esse deslocamento conceitual-metodológico merece ser tomado com um pouco mais de agudez porque talvez nos informe transformações contemporâneas nos diagramas de poder e possamos, a partir daí pensar e nos posicionar sob e sobre o que tem sido designado como a vida (LIMA, 2018, p, 30).

Por meio de tais apontamento, Lima propõe o acoplamento dos diagramas “poder – soberania-disciplina-biopoder-biopolítica-necropolítica – se configurando numa Bio-necropolítica” a fim de uma denominação que respalde todas a microfísica do poder em

sua capilaridade nas dimensões subjetivas de continuidade da produção de morte, nas sociedades com heranças escravocratas do colonialismo, as quais o constructo de racialidade se faz presente no cotidiano das políticas públicas e na negligência do acesso a serviços fundamentais a determinadas populações. A morte ao invés da vida, destaca-se como elemento frequente na organização dos territórios e marcador das relações de poder na sociedade ocidental (LIMA, 2018, p,22).

Concluindo, pode-se inferir que o conceito de bio-necropoder refere-se à forma como o poder opera sobre a vida e a morte na sociedade contemporânea, como desenvolvido por Mbembe. O bio-necropoder se baseia na ideia de que o poder contemporâneo não apenas busca controlar e gerenciar a vida dos indivíduos, mas também tem o poder de decidir quem deve viver e quem deve morrer. Isso pode ser visto em contextos como a guerra, o terrorismo, a violência policial, as políticas de migração, o acesso desigual à saúde e a outros fenômenos sociais que envolvem a violência e a morte.

O bio-necropoder se diferencia do conceito de biopoder de Michel Foucault, que se refere ao poder que opera sobre a vida, mas não necessariamente sobre a morte. No bio-necropoder, a morte é uma dimensão central do poder, pois o poder não apenas regula a vida, mas também decide quem vive e quem morre. Em suma, o conceito de bio-necropoder se refere à forma como o poder contemporâneo opera sobre a vida e a morte e como essa dimensão da morte é central para a compreensão da lógica do poder na sociedade contemporânea.

Refletir a respeito do bio-necropoder nos impulsiona a pensar as motivações enunciativas do atual momento do neoliberalismo na criação de seus inimigos e quais significados sociais e econômicos são eleitos como alvos a serem superados. Assim ocorre a declaração de guerra em retórica e direcionamento do arsenal neoliberal contra determinados conjuntos de tecnologias de poder de Estado, deixando nítido quem são os inimigos do neoliberalismo contemporâneo, a razão estratégica por trás da opção pelo autoritarismo hodierno.

2.7. Warfare e os inimigos do neoliberalismo

O neoliberalismo lido como uma racionalidade estratégica imposta verticalmente de cima para baixo, como feito por Sauvêtre, Laval, Guéguen e Dardot (2021), possui nitidamente um conjunto de diretrizes a qual ele antagoniza, todas as expressões as quais fortalecem uma insurreição e organização das bases sociais. Tais inimigos identificáveis podem ser nomeadamente o “socialismo, o sindicalismo, o Estado-providência; tudo que se assemelhe de perto ou de longe a dirigismo e coletivismo” (SAUVÊTRE, LAVAL, GUÉGUEN & DARDOT, 2021, p, 135).

Para isso, a razão econômica baseia-se em um cientificismo aparente, cujo objetivo é a garantia da liberdade e, acima de tudo, da propriedade privada. Tais objetivos foram claramente enunciados pelos intelectuais que formavam a Sociedade *Mont-Pèlerin*. Esses reforços teóricos operam de forma claramente estratégica, por vezes defendidas como um caminho legítimo e unidimensional em direção ao progresso e a estabilidade social, diferentemente das irracionalidades apocalípticas do colapso do capitalismo pelos teóricos heterodoxos, mas um diagnóstico preciso e passível de reversão em prol dos ídolos elegidos pela modernidade como fundamentos ocidentais inexoráveis (SAUVÊTRE, LAVAL, GUÉGUEN & DARDOT, 2021, p, 135).

A tese defendida por intelectuais como Hayek era justamente inviabilizar qualquer política de desenvolvimento e seguro social, incluindo o fomento de uma governamentalidade de antiestatismo, ao passo que buscava enfraquecer o monopólio das condições de investimento estatais nas áreas previdenciária, beneficiária, educacional e de saúde pública (SAUVÊTRE, LAVAL, GUÉGUEN & DARDOT, 2021, p, 151).

Tais posições incluíam uma postura diferencial em contraste aos ordoliberais alemães, ao passo que os neoliberais da Sociedade *Mont-Pèlerin* eram contra o fortalecimento dos sindicatos e demandavam do Estado políticas cujo objetivos consistiam em refrear o poder de negociação e perturbação da ordem institucionais promovidos pelos sindicatos; apoiando os dispositivos jurídicos de interdição dos sindicatos, entre outras posições, dialogavam com o patronato dos Estados Unidos, os quais também foram contra as medidas de investimento do *New Deal* (1933 -1937), plano de recuperação econômica que contava com diversos pacotes de investimentos estatais em setores estratégicos de desenvolvimento social e econômico como forma de lidar com

a crise de 1929, projeto implementado pelo presidente Franklin Delano Roosevelt. Segue o raciocínio no fragmento a seguir:

Porque para os neoliberais, e isso desde que apareceram na cena política, não se trata apenas de denunciar uma ameaça distante ou um sistema estanho, mas de combater, passo a passo, tudo que pudesse estender a influência do socialismo em nossa sociedade. Os piores socialistas não seriam, afinal, aqueles que querem aclimatá-lo em pequenas doses, para finalmente conseguirem impô-lo em sua totalidade? A institucionalização progressiva dos dispositivos sociais e a adesão que a população demonstrou em relação a eles, longe de amenizarem a posição dos neoliberais, no fundo não mudaram nada (SAUVÊTRE, LAVAL, GUÉGUEN & DARDOT, 2021, p, 152).

Certamente a interface neoliberal de embate direto ao estado providência, o equiparando ao socialismo, possui fragilidades do ponto de vista histórico, uma vez que o *Welfare* (Estado de bem-estar social promovido pelo *New Deal*), serviu e muito para a manutenção do capitalismo global em tempos de guerras totais. Em um exercício de biopoder, o estado-providência incumbia-se da garantia de sobrevivência social, enquanto essa mesma sociedade era exposta à morte, mais precisamente na duração da segunda grande guerra mundial. Segundo Alliez e Lazzarato (2020), o *welfare* ocorreu como continuação do *warfare* (estado de guerra) por outros meios. Os autores apontam que a grande novidade do *New Deal* foi justamente “a tentativa de construir uma nova economia de guerra, em tempos de paz” (ALLIEZ & LAZZARATO, 2020, p, 220).

Um retorno às condições históricas que levaram os Estados Unidos a entrada na Segunda Guerra Mundial, a partir da perspectiva do conjunto de guerras que encontraram vazão em uma grande guerra civil na Europa, uma disputa no seio da sociedade ocidental, dela contra si mesma, porém com uma realização inédita do biopoder advindo de uma sociedade de segurança populacional garantida pelo Estado-providência, que por sua vez era mantido pelos custos da guerra.

O preço a pagar pelo pleno emprego e assistência estatal era em vidas sacrificadas no *front* das guerras totais do período. Em resumo, observou-se os esforços do governo estadunidense em manter abastecida as famílias dos soldados, conjuntamente com o incentivo do papel da mulher como procriadora, nesse contexto, tão importante quanto do soldado no campo de batalha, um cálculo demográfico biopolítico (ALLIEZ & LAZZARATO, 2020, p, 220). Os autores prosseguem:

O *welfare* é ainda uma condição fundamental à produção material e subjetiva de soldados para as guerras do capital, pois é preciso que os nascimentos

compensem as mortes e que os alistados estejam aptos a combater! Estrutura-se uma nova economia da vida, que se conjuga ao direito do cidadão à morte, em uma relação de forças a princípio mais favorável do que a que presidira à primeira constituição da força de trabalho. O Estado deve agora associar a “quantidade” da população à sua qualidade, a começar pelo recrutamento das mulheres numa política (natalista) da maternidade como serviço nacional e trabalho social que merece – sob uma forma ou outra – “alocações” que tornam a mãe que aleita o bebê o equivalente ao soldado que arrisca a vida pela pátria. (...) Desnecessário acrescentar que nem a igualdade nem a diferença dos sexos, e tampouco a igualdade na diferença, serão reconhecidas enquanto tais (ALLIEZ & LAZZARATO, 2020, p, 222).

Interessante notar que o que viabiliza a execução do *welfare* é justamente a existência concomitante de um *warfare*, pois a lógica econômica neoliberal normativa possui muito mais que motivos pragmáticos, mas também uma governamentalidade de disciplinarização das classes pobres e de controle populacional de suas demandas. Uma das evidências para o presente argumento encontra-se no fato dos lucros maiores em um contexto de pleno emprego em contraste com o *laissez-faire*, então, há sistemáticas críticas argumentando que é preferível políticas voltadas para o consumo ao Estado-providência, porém, tais críticas cessam quando confrontadas com a necessidade de produção bélica e respaldo sociais para os soldados nas vésperas das guerras totais (ALLIEZ & LAZZARATO, 2020, p, 231).

O plano Marshall foi um projeto de reconstrução de países aliados e forma de dissuasão de inclinações a alianças com URSS, evitando que mais nações ao redor do mundo adotassem o socialismo, cujo objetivo era conter a expansão soviética nas zonas de influências dos Estados Unidos e uma medida econômica pensada e batizada com o nome do secretário de estado estadunidense George Marshall, implementada em sequência no período conhecido como pós-guerra. Tal medida operou como reterritorialização e implementação de uma nova geografia de guerra, a qual a organização dos territórios e as governamentalidades impostas a eles definiriam os rumos históricos até os nossos dias, ao passo que transformou os Estados Unidos “tanto em potência militar quanto grande gerente e credor do mundo” (ALLIEZ & LAZZARATO, 2020, p, 230).

Este movimento histórico propagou o neoliberalismo globalmente, solidificando-o como a única alternativa racional aceita de maneira ampla, e frequentemente, internalizada como a governamentalidade a ser seguida. Além disso, é uma disposição geográfica, onde a guerra civil ressoa eloquentemente. Neste contexto, a relevância do

conceito de "máquina de guerra", de Deleuze e Guattari, surge. Este conceito sugere um sistema dinâmico de resistência e desafio ao Estado estabelecido, um fenômeno que se alinha com a expansão contínua e a conseqüente resistência ao neoliberalismo. Assim, a máquina de guerra serve como uma lente analítica valiosa para compreender as complexidades e desafios que acompanham o entrelaçamento global do neoliberalismo.

2.8.A Máquina de guerra na contemporaneidade

No início do texto “Tratado de nomadologia: a máquina de guerra” (1997), do filósofo Gilles Deleuze e do psicanalista Félix Guattari, ambos franceses, é apresentada uma analogia utilizando dois jogos de estratégia, o Xadrez e o Go. Iniciando com o Xadrez, o qual os próprios autores o definem como um “jogo de Estado”, pois suas peças respondem a uma hierarquização e um ordenamento tático, seus movimentos e afrontamentos possíveis respondem a uma ordem anterior condicionante dos rumos possíveis do jogo. Os autores exemplificam:

As peças do xadrez são codificadas, têm uma natureza interior ou propriedades intrínsecas, de onde decorrem seus movimentos, suas posições, seus afrontamentos. Elas são qualificadas, o cavaleiro é sempre um cavaleiro, o infante um infante, o fuzileiro um fuzileiro. Cada uma é como um sujeito de enunciado, dotado de um poder relativo; e esses poderes relativos combinam-se num sujeito de enunciação, o próprio jogador de xadrez, ou a forma de inferioridade do jogo (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 9).

Os autores concluem que o xadrez, em todo seu ordenamento belicoso e militarizado, opera como “efetivamente uma guerra, porém uma guerra institucionalizada, regrada, codificada, com um front, uma retaguarda, batalhas” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 9). Já o Go operaria efetivamente como o que os autores chamam de máquina de guerra; o Go, é um jogo de tabuleiro criado na China, talvez um dos jogos mais antigos existentes e baseia-se em ocupar o maior número de inserções, uma vez alocada, não pode ser movida, apenas retirada do tabuleiro quando cercadas por peças adversárias perpendicularmente – ambos os jogos se diferem em suas potencialidades estratégicas e formas de efetivação de movimentos estratégicos. Os autores prosseguem:

Os peões do go, ao contrário, são grãos, pastilhas, simples unidades aritméticas, cuja única função é anônima, coletiva ou de terceira pessoa: "Ele" avança, pode ser um homem, uma mulher, uma pulga ou um elefante. Os peões do go são os elementos de um agência-mento maquínico não subjetivado, sem

propriedades intrínsecas, porém apenas de situação (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 9).

As relações de poder atribuídas às peças em ambos os jogos são distintas; enquanto no Go as pedras podem sozinhas “aniquilar sincronicamente toda uma constelação, enquanto uma peça de xadrez não pode”. Dessa forma o go opera “uma guerra sem linha de combate, sem afrontamento e retaguarda, no limite sem batalha: pura estratégia” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 9).

Trata-se de uma tática de quase guerrilha: bater e retirar, não necessariamente afrontar, ou não de forma direta, ocupar espaços em aberto, sem necessidade de mover-se em pontos pré-determinados, distribuir-se sem necessariamente um ponto de chegada. Os autores complementam:

Espaço "liso" do go, contra espaço "estriado" do xadrez. Nomos do go contra Estado do xadrez, nomos contra polis. É que o xadrez codifica e descodifica o espaço, enquanto o go procede de modo inteiramente diferente, territorializa o e o desterritorializa (fazer do fora um território no espaço, consolidar esse território mediante a construção de um segundo território adjacente, desterritorializar o inimigo através da ruptura interna de seu território, desterritorializar-se a si mesmo renunciando, indo a outra parte...). Uma outra justiça, um outro movimento, um outro espaço-tempo (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 9 - 10).

A relação entre a dinâmica rizomática da máquina de guerra com a figura do nômade, a qual é referenciada pelos autores, é bastante imediata, visto que o nômade no imaginário comum, também se move pelo espaço sem necessariamente um rumo pré-determinado, assim, transgredindo as grades pré-determinadas dos dispositivos de controle estatal, e a experiência livre de encontros conjunturais, porém efêmeros. É exatamente a lógica referenciada por Hakim Bey (2018), em sua apologia aos contra-espaços enquanto dissidência ao próprio Estado, este inserido num sistema-mundo-moderno-colonial.

Pode-se concluir que a máquina de guerra de Deleuze e Guattari é um conceito que se refere a uma forma específica de organização social e política que opera de modo descentralizado e flexível, baseada na criatividade e na adaptação. Isso contrasta com a ideia de uma máquina de estado, que é hierárquica e rígida. A máquina de guerra é uma forma de resistência e de libertação, que pode ser utilizada por grupos minoritários ou dominados para enfrentar as forças do poder estabelecido.

. Os filósofos Alliez e Lazzarato (2020) observam uma distinção importante em relação à Foucault. Enquanto este último, apesar de sua intensa crítica ao Estado, não se separa da territorialidade gerada pelo sistema mundial europeu - onde ocorrem as guerras civis e as guerras totais - Deleuze e Guattari propõem uma perspectiva mais abrangente. Eles invertem o aforismo de Clausewitz para considerar dinâmicas histórico-geográficas universais, evidentes na frequente invocação de exemplos mitológicos de várias partes do mundo, e na adoção da figura do nômade em "Mil Platôs: volume 5" (1997).

Deleuze e Guattari diferenciam a origem e a lógica dos aparatos estatais dos agenciamentos da máquina de guerra, associando-os a experiências exteriores e livres. Interessantemente, apesar do nome, a máquina de guerra, uma herança nômade, "não tem a guerra como seu objetivo. Ela só se define pela guerra no sentido de guerra contra o Estado" (ALLIEZ & LAZZARATO, 2020, p. 306).

Alliez e Lazzarato descrevem a máquina de guerra como uma ferramenta do capitalismo moderno, capaz de mobilizar e dominar as forças sociais para seu benefício. Segundo eles, a lógica do capitalismo é fundamentada em uma máquina de guerra que mobiliza todas as esferas da vida social - trabalho, comunicação, cultura, tecnologia - visando à acumulação de capital. A adaptabilidade, flexibilidade e habilidade para se apropriar de diferentes formas de produção de valor são características marcantes dessa máquina de guerra capitalista.

A diferença crucial entre as perspectivas de Deleuze e Guattari e de Alliez e Lazzarato é que, enquanto os primeiros veem a máquina de guerra como uma força social que procura resistir e subverter o poder estabelecido, os últimos a veem como uma força que busca controlar e mobilizar as forças sociais para acumular capital. Em ambas as interpretações, porém, a máquina de guerra é uma força social com a intenção de mobilizar e transformar radicalmente as relações sociais.

Entretanto, a natureza "polimórfica" e "difusa" da máquina de guerra, junto ao seu caráter móvel, pode levar a possíveis apropriações pelo Estado, ou até mesmo transformá-lo em uma máquina de guerra. Mbembe alerta para isso em sua análise das guerras contemporâneas, concluindo que o direito de matar se estende aos exércitos regulares atualmente, não se restringindo ao monopólio interno legítimo da violência pelas forças policiais (MBEMBE, 2018, p. 52 - 54).

Mbembe traz o exemplo das forças paramilitares que surgiram no século XX em todo o território africano. Segundo ele, essas forças emergiram da incapacidade dos Estados em estabelecer estruturas de governança eficazes. A situação se tornou mais crítica na década de 1970, período marcado pela fragmentação territorial e por crises monetárias, fatores que impediam a formação de um aparato estatal eficaz e de um monopólio legítimo da violência (MBEMBE, 2018, p. 58).

Na década de 1980, esse contexto adverso favoreceu o surgimento de milícias armadas transnacionais, as quais Mbembe identifica como máquinas de guerra. Juntamente com movimentos rebeldes, essas milícias conseguiram estabelecer uma territorialidade coesa e sofisticada, provocando diásporas e expropriando as populações locais. O caso de Ruanda, mencionado pelo autor, exemplifica essa situação (MBEMBE, 2018, p. 58). O filósofo camaronês, discorre:

Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás de máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou as organizações como milícias. Em casos nos quais dissidentes armados não tomaram completamente o poder do Estado, eles produzem partições territoriais, alcançando o controle sobre regiões inteiras pelo modelo feudal, especialmente onde existem depósitos minerais (MBEMBE, 2018, p. 60).

Deleuze e Guattari, bem como Achille Mbembe, empregam em suas obras o conceito de máquina de guerra, embora de maneiras e com aplicações distintas. Na perspectiva de Deleuze e Guattari, a máquina de guerra é entendida como uma força coletiva contrária à lógica do Estado e do poder. Ela é vista como uma força construtiva, voltada para a criação de novas possibilidades de vida e resistência, funcionando como um contrapoder que não aspira a conquistar e manter o poder, mas a gerar formas alternativas de vida e organização social.

Já Mbembe conceitua a máquina de guerra de outra forma. Em sua obra, ela representa um mecanismo de destruição e aniquilação em massa, historicamente utilizado para submeter e dominar populações inteiras. O autor aplica o conceito para analisar a dinâmica da violência em conflitos armados, especialmente em contextos coloniais e pós-coloniais. Portanto, a máquina de guerra, para Mbembe, é uma manifestação de violência

extrema, destinada a subjugar e destruir populações inteiras, gerando um estado de exceção onde a lei e a ordem são suspensas.

Em contrapartida ao poder centralizado e a favor da criação de novas formas de vida, Deleuze e Guattari lançam mão do conceito de máquina de guerra. Já Mbembe o utiliza para analisar a violência em conflitos armados e as estratégias de dominação e destruição empregadas pelos poderosos para submeter populações inteiras. Ambos os usos são críticos aos dispositivos de poder, porém suas aplicações e preocupações teóricas são distintas.

Alliez e Lazzarato argumentam que a máquina de guerra não depende de burocracia e polícia para se afirmar, como o Estado necessita. Eles salientam que, por vezes, a máquina de guerra captura o próprio Estado, fazendo com que a guerra passe a ser objeto deste (ALLIEZ; LAZZARATO, 2020, p. 306). Dessa forma, a máquina de guerra emerge como uma forma de poder que busca expandir e manter o domínio sobre a sociedade, seja através da acumulação de capital (como argumentam Alliez e Lazzarato), seja por meio da violência e morte (como postula Mbembe).

A partir da interpretação de Alliez e Lazzarato (2020, p. 306), a máquina de guerra é concebida como um potencial marcial presente desde os impérios da antiguidade, apropriado pelo Estado e submetido a uma disciplinarização e territorialização. Ela assume um papel de contenção da guerra civil, assim como das ameaças externas de guerra total, dentro de um limite burocratizado estatal. Contudo, a máquina de guerra apresenta um potencial insurrecional e a possibilidade de ativação de outras máquinas de guerra no corpo social. Bey (2018) propõe contra-espacos como maneira de restringir o poder do Estado, mas é possível identificar outras dinâmicas nas quais a máquina de guerra captura o Estado, não apenas pela violência de milícias.

2.8.1. O Lawfare como máquina de guerra neoliberal: o caso Brasil

O filósofo francês Gilles Deleuze e o psicanalista e filósofo Félix Guattari na obra "Mil Platôs: volume 5" (1997), no capítulo intitulado "Os aparelhos de captura", discutem as formas como o Estado e outras instituições sociais buscam capturar as forças sociais que atuam em oposição ao poder estabelecido, transformando-as em uma ordem regulada e controlada pelo poder. Em contraposição a máquina de guerra, o Estado se caracteriza pela imobilidade, pela rigidez e pela necessidade de controle centralizado.

Assim, o direito pode ser entendido como forma de apropriação da máquina de guerra pelo Estado. Isso ocorre porque o direito é uma instituição que busca fixar e codificar as relações sociais, a fim de garantir a estabilidade e a continuidade do poder estatal. O direito é uma forma de imobilizar e controlar as forças sociais, transformando-as em um sistema regulado e controlado pelo Estado.

Tal forma contemporânea de captura ocorre de dentro do Estado Democrático de Direito; ruindo seus alicerces, respaldando-se nos dispositivos jurídicos, e é nesse campo que se trava inúmeras batalhas no contemporâneo, como percebido por Sauvêtre, Laval, Gueguen e Dardot, no capítulo intitulado “O Direito como máquina de guerra neoliberal” (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 263). Os autores prosseguem:

A guerra não é única nem necessariamente militar; ela atravessa todos os campos, todas as instituições, todos os discursos. Ela é eminentemente “social”, constitutiva das relações de poder, parte de formas de repressão exercidas pelos dominantes e também formas de resistência e de revolta dos dominados. O direito é simultaneamente campo e instrumento de guerra (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 264).

Um dos principais marcos dessa nova forma de guerra, é o *Lawfare* (guerra do direito), conceito primeira vez empregado em 1975, num texto de John Carlson e Neville Yeomans, referindo-se “um uso estratégico do direito destinado a criar efeitos similares á aqueles tradicionalmente procurados em uma ação militar convencional” (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 269).

Utilizado como fim a eliminação ou neutralização de adversários, no campo político a guerra do direito assume uma faceta difusa, pois com o verniz de normalidade judicial, articula-se dos dispositivos jurídicos para subverter a ordem legal. O resgate de tal conceito foi realizado pelo advogado Rafael Valim, um dos advogados do atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o qual foi vítima de manobras jurídicas, em um dos casos mais exemplares de *Lawfare* da história recente, segundo Sauvêtre, Laval, Guéguen e Dardot (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 269).

O caso brasileiro, remonta ao ano de 2016, quando ocorreu “um golpe parlamentar de Estado contra Dilma Rousseff” (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 277), eleita em 2014 como mandatária sequencialmente aos dois mandatos anteriores de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo os autores, um pretexto baseado em manobras contábeis usuais, com bancos públicos para pagamentos de contas, que foram recusadas

pelo tribunal de contas da União, interpretado como ilegais procedimentos como empréstimos de bancos públicos, o processo de impeachment foi para o Congresso Nacional, onde o argumento foi mantido, e um massacre de reputação ocorreu subsequentemente, os autores prosseguem:

Essa constitucionalização sem precedentes na história do Brasil não deixa de atingir os sistemas de educação e da saúde. A estratégia da guerra do direito foi aqui colocada diretamente a serviço dos objetivos do neoliberalismo (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 277).

Porém o *Lawfare* progrediu para a próxima fase de proteção da agenda neoliberal, uma vez após a destituição de Dilma Rousseff, os atores políticos a direita, passaram a trabalhar a inegibilidade de Lula visando para a eleição de 2018, sendo um dos exemplos nítidos de interferência de um processo eleitoral recente, como colocado pelos autores:

Custosas financeira e politicamente, as intervenções, que tensionavam interromper ou negar o processo democrático, tornam-se inúteis, se o efeito político-estratégico desejado pode ser obtido pelas formas legais. É o caso, quando o processo judicial pode “corromper” o processo eleitoral democrático, principal vitrine do “liberalismo”, desqualificando os potenciais candidatos, destituindo os responsáveis em seus cargos ou modificando as condições de expressão pluralista do corpo eleitoral. Os procedimentos judiciais permitem, assim, contornar o risco político da “soberania popular” (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 269).

Dessa forma os golpes militares tradicionais das décadas passadas na história brasileira e na América Latina, foi substituído por um processo com aparência de normalidade jurídica, porém, o caso de Lula e Allende possuem equivalências reais, as quais são específicas de seus contextos histórico-geográfico. Os autores apresentam a tese, que a autonomia crescente do judiciário da Polícia Federal no Brasil, durante os governos subsequentes de Lula e Dilma (ambos do Partido dos Trabalhadores - PT, de centro-esquerda e mais forte força do espectro progressista no país), acabaram por “atingir um limiar de isolamento burocrático que permitirá agir politicamente em seu próprio nome” (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 275).

Ativando assim, uma máquina de guerra a qual capturou o Estado para forçar uma redistribuição de forças, a qual ganhou rosto com a operação Lava Jato, iniciada em 2014 “pelo juiz Sérgio Moro, forneceu o quadro dessa nova ofensiva” (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 277). Importante salientar que após inviabilizar a candidatura de Lula em 2018, Sérgio Moro abandonou a magistratura e tornou-se ministro

da justiça do governo de Jair Messias Bolsonaro, representante da extrema-direita e principal beneficiário do crepúsculo do campo progressista brasileiro; atualmente, senador da república, Sérgio Moro permanece sendo ativamente uma voz em oposição ao terceiro mandato de Lula.

O *Lawfare* sofrido por Lula, possuiu diversos indícios que remetiam a uma conspiração a qual apresentou-se com o objetivo de restaurar o protagonismo estratégico das velhas oligarquias políticas e econômicas do país; os autores detalham:

Todas as táticas possíveis foram utilizadas para tentar desacreditar Lula e fazê-lo perder popularidade graças a estreita aliança entre as mídias e o aparelho judiciário: em março de 2016, em flagrante desrespeito a seus direitos constitucionais, o ex-presidente foi preso diante das câmeras dos principais canais de televisão e, em setembro do mesmo ano, os procuradores federais da força-tarefa da Lava Jato organizaram uma coletiva de imprensa para apresentá-lo como chefe de uma organização criminoso. A perseguição foi ainda agravada com recurso ao Tribunal Regional Federal da quarta região (TRF-4), (...). Todos os recursos jurídicos foram negados com o argumento de que o direito de defesa já havia sido garantido em primeira instância. Os juízes do TRF-4, que aumentaram a pena de Lula, fazendo-a passar a doze anos e um mês de prisão, entregaram-se ao uma defesa ideológica da operação Lava Jato, colocando a pretensa “luta anticorrupção” acima das regras do Estado de Direito e dos princípios do Código Penal Brasileiro (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 278).

Os autores concluem que a “perversão neoliberal do estado de direito” (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 279); ocorrem a partir da expansão na sociedade da forma-empresa, descrita por Foucault em “O nascimento da Biopolítica” (1979), no qual teria a implicação direta de instituições judiciárias para mediação dos conflitos entre empresas, maior seria a ação jurídica, sendo assim parte integrante dessa nova lógica. Dessa forma, ao passo que os partidos políticos nas sociedades contemporâneas assumem um estatuto empresarial, surgem “partidos-empresas que tornam necessário o recurso crescente de arbitragem do Judiciário” (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 280).

Os autores concluem que “o estado de direito privado requer uma judicialização de toda a sociedade” (SAUVÊTRE; LAVAL; GUÉGUEN; DARDOT, 2021, p. 277), dessa forma o uso instrumental do direito, é a consequência direta do aprofundamento da sociedade-empresa, o que levou a crescente judicialização de processos políticos, e trouxe para dentro da institucionalidade estatal, a guerra civil. O golpe contra o presidente chileno Salvador Allende em 1973 e o processo de impeachment de Dilma Rousseff em

2016, e a prisão do ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva em 2018 apresentam algumas semelhanças em termos de táticas políticas utilizadas pelos setores conservadores e de direita para consolidar seu poder.

No caso de Allende, o golpe foi liderado pelo general Augusto Pinochet, com o apoio dos Estados Unidos e de setores da elite chilena, que estavam insatisfeitos com as políticas de esquerda implementadas pelo governo de Allende. O golpe foi precedido por uma campanha midiática que buscava deslegitimar o governo de Allende, bem como por ações de sabotagem e desestabilização da economia chilena. Já no caso de Lula, as acusações contra ele foram lideradas por setores da elite brasileira e apoiadas por grandes veículos de mídia e pelo sistema judiciário. Lula foi acusado de corrupção e lavagem de dinheiro em conexão com o escândalo conhecido como "Lava Jato", embora haja controvérsias quanto à consistência das acusações e às motivações políticas por trás delas. Lula foi condenado e preso, impedindo-o de concorrer às eleições presidenciais de 2018, que foram vencidas por Jair Bolsonaro.

Um ponto apresentado pelo cientista político brasileiro Luiz Felipe Miguel, professor da Universidade de Brasília (UNB), em seu texto “A democracia à beira do abismo”, prefácio da primeira edição do livro “A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam” (2018) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; consta a interpretação de que Lula foi “vítima de seu próprio êxito” (MIGUEL, 2018, p. 16), onde é chamado a atenção as técnicas de comunicação da grande mídia, as quais teriam projetado a imagem de Lula como um radical de esquerda, o que defere-se frontalmente a sua trajetória como conciliador político em seus dois mandatos anteriores. O autor diz:

Ao dobrar as apostas contra o ex-presidente, os golpistas também anunciaram sua disposição de queimar as pontes para uma eventual repactuação da democracia no país. Lula, por vezes pintado como um “radical”, construiu-se muito mais como conciliador. Seu projeto, calcado numa prudência extrema e numa avaliação muito desencantada da correlação de forças no Brasil, é o de uma saída não traumática para a conjuntura aberta com o golpe, reduzindo as tensões e evitando os embates mais diretos. Essa “recomposição negociada” da institucionalidade anterior ao golpe não é uma saída incontroversa – assim como Lula não é uma figura incontroversa – para a esquerda brasileira (MIGUEL, 2018, p. 16).

O autor segue apresentando como o Partido dos Trabalhadores (PT), tem sua história umbilicalmente relacionada a redemocratização brasileira, e não teria representado um risco real a institucionalidade no Brasil, porém, a percepção de risco ao

ordenamento neoliberal relacionada a Lula, veio das políticas de cunho sociais, as quais ocorreram nas gestões de 2003 até meados de 2016, anterior a deposição da então presidenta Dilma Rousseff, mesmo que essas tenham sido respaldadas em uma base parlamentar heterógena e acordos que escapavam as diretrizes programáticas da esquerda, o que entre tudo afirmavam o caráter democrático do governo petista e sua consonância a democracia oligárquica brasileira. O autor argumenta:

O caminho adotado foi abrir mão de tudo para garantir um ponto: o combate à miséria extrema, por meio de políticas de transferência de renda para a população mais pobre, cujo maior emblema, foi o programa Bolsa família. Este, criticado à direita por seu paternalismo (“invés de dar o peixe, devia ensinar a pescar”), e à esquerda por seu caráter meramente compensatório, representou, para dezenas de milhões de pessoas, a diferença entre permanecer ou não em situação de inanição. Esse sentido de urgência, de que a ação política deve encontrar soluções imediatas para os problemas mais prementes das maiorias, fez com que o “lulismo” adotasse uma feição oposta ao principismo do PT original (MIGUEL, 2018, p.18).

Assim, entende-se que os acirramentos de forças numa lógica de guerra, levou a institucionalidade brasileira a limites nunca tensionados dessa forma, outro indicativo foi a série de reportagens realizadas por Glenn Greenwald, vencedor do prêmio Pulitzer de jornalismo pelo caso de Edward Snowden¹³. A Vaza Jato foi uma série de reportagens publicadas pelo site *The Intercept* Brasil, em parceria com outros veículos de comunicação, que expôs conversas privadas entre membros da Operação Lava Jato, uma investigação sobre corrupção na Petrobras e outros setores do governo brasileiro.

As conversas revelaram uma série de comportamentos inadequados e possíveis irregularidades por parte dos investigadores, incluindo a suspeita de que eles teriam agido com motivações políticas, conspirando contra alguns políticos e interferindo na eleição presidencial de 2018. As reportagens da Vaza Jato foram baseadas em um arquivo de mensagens vazados, enviados por uma fonte anônima. As conversas envolviam principalmente o ex-juiz federal Sergio Moro, que era o responsável pela condução dos

¹³ Edward Snowden foi um ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos que, em 2013, divulgou informações confidenciais sobre os programas de vigilância em massa da NSA. As informações reveladas por Snowden incluíam detalhes sobre a coleta de dados pessoais de cidadãos americanos e estrangeiros sem mandados judiciais e a espionagem de líderes mundiais por parte dos Estados Unidos. A divulgação das informações por Snowden gerou grande controvérsia nos Estados Unidos e em todo o mundo, levantando questões sobre a privacidade, a segurança nacional e a liberdade de expressão. Snowden enfrentou acusações criminais nos Estados Unidos e viveu exilado na Rússia desde então. Algumas pessoas consideram Snowden um herói da privacidade e da liberdade de expressão, enquanto outras o veem como um traidor da segurança nacional. O caso Snowden continua sendo um ponto de debate e discussão na sociedade e na política em todo o mundo.

processos da Lava Jato na época, e o coordenador da força-tarefa da operação, Deltan Dallagnol.

As reportagens também revelaram a participação de outros membros da equipe da Lava Jato, assim como de autoridades do Judiciário e do Ministério Público. A Vaza Jato gerou grande repercussão no Brasil e no mundo, levantando dúvidas sobre a conduta dos investigadores e sobre a imparcialidade da Lava Jato como um todo. A divulgação das conversas levou à abertura de investigações por parte das autoridades brasileiras e gerou controvérsia sobre o papel do jornalismo na exposição de informações sensíveis. Mais tarde, tais fatos colaboraram para o anulamento do julgamento de Lula, tornando-o novamente elegível, e abrindo caminho para sua vitória presidencial em outubro de 2022.

Durante o período que esteve preso, Lula concedeu diversas entrevistas que demonstravam consciência da tese de *Lawfare* em seu caso. Em entrevista concedida aos jornalistas Juca Kfourri, Maria Inês Nassif e Gilberto Marigoni, também professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC), em fevereiro de 2018, e abre o livro “A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam” (2018), no texto intitulado “Lula por Lula”, na entrevista, Lula fala incisivamente; “A lei é feita para ser interpretada corretamente, não para ser interpretada politicamente”; além da percepção a respeito da leitura de golpe de estado em uma democracia liberal, que segundo Lula, “civilizaram o golpe, modernizam o golpe” (LULA DA SILVA, 2018, p. 47- 96).

Assim como a máquina de guerra, o *Lawfare* busca o enfraquecimento ou a derrota do adversário, utilizando-se de táticas e estratégias que visam a desestabilização e a deslegitimação do oponente. O *Lawfare* também se baseia em uma lógica estratégica, que busca a maximização dos efeitos políticos da utilização do sistema jurídico. No entanto, é importante destacar que também apresenta características próprias, que o distinguem da noção clássica de máquina de guerra. Visto que tal prática, concentra na utilização estratégica do direito para fins políticos.

Além disso, o *Lawfare* também se baseia na manipulação do sistema jurídico, o que o diferencia da noção de máquina de guerra como uma forma mais ampla de resistência social, o que o exemplo brasileiro evidencia, uma vez que é o Estado neoliberal que se apropria de tal estratégias, seguindo a problemática do Estado-débil descrita por Haesbaert (HAESBAERT, 2006, p. 28). Embora o termo *Lawfare* não seja comumente

associado à noção de máquina de guerra, pode-se argumentar que essa prática compartilha certas características com a máquina de guerra, na medida em que se baseia na utilização de táticas e estratégias de guerra para fins políticos.

Assim, com os dispositivos jurídicos e políticos constitucionais cada vez mais comprometidos com a governamentalidade e a ordem neoliberal, uma outra forma de democracia popular se faz necessária, assim como uma máquina de guerra libertária, como convocada por Bey. Uma vez, que a máquina de guerra em Deleuze e Guattari e a racionalidade estratégica identificada em Dardot e Laval relacionam-se ao tratar da dimensão estratégica da política e da guerra. Porém, a máquina de guerra se opõe, em certa medida, à lógica da razão estratégica, ao defender a criação de novos campos de força e o rompimento com os arcaísmos sociais e burocráticos existentes.

De fato, existem indícios de que movimentos de pressão social por uma democracia radical estão ocorrendo ao redor do mundo, com destaque na América Latina. Tais aspectos serão objeto da análise subsequente nesta pesquisa, em que serão exploradas as diretrizes conceituais detectáveis nos contra-poderes na implementação de resistências no espaço liso neoliberal contemporâneo.

Particularmente relevante e emblemático deste cenário, é a explosão social no Chile em outubro de 2019. Este fenômeno será abordado em sequência, como uma ilustração concreta das dinâmicas em jogo e das formas emergentes de resistência em um contexto neoliberal.

Capítulo III - A cólera antineoliberal: a experiência dissidente no Chile

3.1. A Explosão Social em outubro de 2019

Em outubro de 2019, a República do Chile foi palco de um conjunto de protestos em larga escala, fenômeno denominado "*Estallido Social*". A ignição para a série de revoltas foi o incremento no preço das tarifas do metrô de Santiago, mas a amplitude dos protestos rapidamente excedeu essa questão específica, evoluindo para uma demonstração de

descontentamento amplo e profundo em relação ao modelo econômico e social do país, uma realidade que se constituiu após anos de sedimentação do laboratório neoliberal

Segundo a jornalista e historiadora brasileira, Sylvia Colombo, em seu livro, “O ano da cólera: protestos, tensão e pandemia em cinco países da América Latina” (2021); mesmo após muito tempo, era possível perceber a atmosfera insurrecional de insatisfação. A jornalista descreve:

Eles haviam estado nas ruas desde o dia 18 de outubro do ano anterior. Parando apenas por alguns meses por conta da pandemia do novo coronavírus. Seu grito havia ficado marcado nas pedras. Os muros da cidade, virgula, portas de lojas e estátuas e pontes estavam cheios de pichações com gritos de guerra e mensagens contra o governo. Uma das mais comuns era que dizia: “Não são trinta pesos, são trinta anos”. Ela fazia referência ao fato de que as manifestações não haviam começado apenas por conta de um aumento nas tarifas do metrô, mas sim por toda a injustiça social presente na sociedade, desde o período da redemocratização (COLOMBO, 2021, p. 29 – 30).

O termo "*Estallido Social*", que pode ser traduzido para o português como "Explosão Social", foi empregado para caracterizar os eventos ocorridos, dado o caráter abrupto e intenso das manifestações. "*Estallido*", no contexto linguístico hispânico, é frequentemente utilizado para indicar uma explosão ou a súbita ruptura de algo sob pressão, assim como um aumento repentino em intensidade. Segundo Colombo (2021), no caso específico chileno, a expressão alude à forma como as tensões sociais e econômicas, que se acumulavam há anos no país, emergiram subitamente em uma série de protestos de larga escala. Este termo encapsula a natureza imprevisível e explosiva das manifestações, bem como a diversidade de questões sociais e econômicas levantadas durante os protestos.

O Chile, conhecido por sua estabilidade e prosperidade entre as economias da América Latina, vivenciou, paradoxalmente, um aumento da insatisfação popular. Tal insatisfação se deveu ao elevado custo de vida, salários insuficientes, ineficiência do sistema de aposentadoria (baseado em fundos de pensão privados, os AFPs), e à privatização de serviços essenciais, como saúde e educação. Grande parte da população chilena percebeu que o crescimento econômico do país não se traduziu em melhorias tangíveis em suas vidas, afinal, amostragens matematizadas buscavam reafirmar a razão neoliberal e não trazer efetivamente melhorias democráticas horizontais e populares.

Os protestos iniciaram-se em 18 de outubro de 2019 e, rapidamente se espalharam por toda a nação. Espontâneas e intensas, as manifestações variavam desde pacíficas marchas populares até violentos confrontos, que incluíram saques e incêndios. A resposta governamental assumiu uma postura belicista e truculenta (como o usual), que abrangeu a implementação de toques de recolher e a mobilização militar, foi objeto de severas críticas devido à sua intensidade e ao uso desproporcional da força. Entretanto, no final de outubro, o presidente Sebastián Piñera¹⁴ propôs uma série de reformas socioeconômicas na tentativa de apaziguar os protestos. No entanto, muitos manifestantes consideraram tais propostas insatisfatórias.

Em novembro de 2019, o governo chileno consentiu em realizar um plebiscito nacional para determinar se a constituição vigente, que remonta à era do ditador Augusto Pinochet, deveria ser reescrita. O plebiscito foi realizado em outubro de 2020, e a maioria expressiva dos chilenos votou pela elaboração de uma nova constituição, fato que foi interpretado como uma vitória significativa para o movimento de protesto. No entanto, as tensões socioeconômicas que catalisaram os protestos persistem como desafios significativos no Chile, indicando a necessidade de reformas mais profundas e abrangentes.

Segundo Colombo (2021), simbolicamente a nação ainda vive sob o espectro de fantasmas passados, a laceração na sociedade chilena, ainda em processo de cicatrização, teve início em 11 de setembro de 1973. Nesse momento, o exército desencadeou operações para coagir Salvador Allende, presidente socialista e democraticamente eleito, a abandonar sua posição de liderança. Desde novembro de 1970, Allende conduzia o país com uma perspectiva de reduzir a desigualdade crônica que sempre assolou a nação chilena. Durante sua campanha eleitoral, contudo, setores descontentes - notadamente a elite capitalista e as velhas oligarquias, preocupados com a perda de privilégios - uniram esforços para obstruir sua ascensão ao poder (COLOMBO, 2021, p. 29-30).

¹⁴ Sebastián Piñera (1 de dezembro de 1949), é um empresário e político chileno; foi presidente do Chile em dois mandatos não consecutivos. Seu primeiro mandato foi de 2010 a 2014, e novamente eleito para o cargo em 2017, assumindo o poder em março de 2018. Piñera é membro do partido de centro-direita “Renovação Nacional”. Antes de entrar para a política, ele fez uma carreira atuou em diversos setores, incluindo televisão, companhias aéreas e cartões de crédito. Considerado um dos homens mais ricos do Chile, como presidente implementou uma série de reformas econômicas neoliberais e, recebeu críticas significativas por sua resposta aos protestos, incluindo a implementação de toques de recolher e intervenção. Os manifestantes também criticaram o que percebiam como a falta de ação de seu governo em relação às demandas por maior igualdade social e econômica.

Um paralelo realizado pela jornalista, diz respeito a disseminação de desinformação, conceito contemporaneamente conhecido como *fake news*, foi uma tática primordial adotada por seus adversários. Acusações infundadas de que Allende instauraria um regime autoritário de cunho proletário, alteraria a economia nacional e incentivaria transformações via conflitos armados permearam o discurso oposicionista. Contrariando tais afirmações, o presidente era um socialista democrata, tanto para alcançar quanto para exercer o poder. Em registros obtidos por Colombo (2021), encontra-se do emblemático Che Guevara, em um gesto simbólico, um autografo de um livro para Allende com a seguinte dedicatória: "Para Allende, que por outros caminhos busca conseguir o mesmo" (COLOMBO, 2021, p. 30).

Colombo conta a respeito dos registros divulgados ao longo das décadas subsequentes, os quais confirmaram a interferência estadunidense nas eleições chilenas, com suporte aos opositores de Allende. Nessas informações, constavam que os interesses dos Estados Unidos incluíam a preservação de suas corporações mineradoras, focadas na exploração de cobre, recurso de exportação primordial do Chile, país que detém a maior produção mundial desse metal, correspondendo a 28% do mercado global. Contudo, essa não representou a única motivação para a ingerência estadunidense no contexto político chileno (COLOMBO, 2021, p. 31).

A época era marcada pela Guerra Fria, e para os Estados Unidos, a existência de uma revolução socialista em Cuba, sob influência da União Soviética, já constituía um problema considerável de perda das zonas de influência na América Latina por parte da política externa de Nixon, influencia esta, conquistadas sacrificando as democracias regionais. A emergência de outra nação com orientação socialista na América Latina representaria um pesadelo para a política externa norte-americana. Com a vitória eleitoral de Allende, seus adversários foram compelidos a alterar sua estratégia. Afinal, sua eleição, ancorada nos princípios democráticos, despertou entusiasmo em grande parcela da população, principalmente as camadas populares (COLOMBO, 2021, p. 31).

Tornava-se imperativo, portanto, encontrar alternativas para contrapor seu projeto de governo. O objetivo passou a ser a sabotagem das possibilidades de implementação das políticas propostas por Allende em campanha. Nesse contexto, o apoio do governo de Richard Nixon foi mantido. Apesar de os Estados Unidos não terem deslocado tropas nem, até onde se sabe, efetuado disparos em território chileno, há evidências irrefutáveis de sua participação significativa no apoio diplomático, logístico e de inteligência aos

agentes que, primeiramente, articularam a estratégia de minar a governabilidade de Allende. Posteriormente, participaram do golpe militar que, em 11 de setembro de 1973, destituiu o presidente (COLOMBO, 2021, p. 31).

A partir de então, o Chile experimentou 16 anos de uma ditadura que se impôs de maneira brutal. Estima-se, segundo organizações de direitos humanos, que mais de 3000 pessoas foram mortas e outras 35000 torturadas. Ademais, cerca de 200000 chilenos foram obrigados a abandonar o país. Alguns retornaram somente após a redemocratização, enquanto outros jamais tiveram a oportunidade de fazê-lo. Embora o golpe militar não tenha tomado a população chilena completamente de surpresa - considerando que rumores de uma traição na alta hierarquia militar e de um possível levante para depor Allende já circulavam há meses - a violência desencadeada nos primeiros dias e nos anos subsequentes ao golpe superou todas as expectativas (COLOMBO, 2021, p. 32).

A truculência das operações conduzidas pelo exército, pela marinha e pelos carabineiros (força policial militarizada vinculada ao Ministério do Interior) foi desencadeada sobre uma oposição vulnerável, a qual se previa que carecia de tempo e recursos para uma resistência efetiva. A incredulidade diante deste cenário foi eloquentemente capturada pelo compositor Victor Jara. Sequestrado no dia posterior ao golpe, Jara foi transportado para o Estádio Chile e submetido a três dias de tortura. Em 16 de setembro, já gravemente lesionado, o artista foi violentamente assassinado, alvejado por 44 tiros. Essa quantidade de disparos evidencia os abusos perpetrados pela repressão. Colombo, questiona-se "Que perigo um músico, que só tinha sua poesia e seu violão, poderia oferecer para que fosse calado de maneira assim tão brutal?" (COLOMBO, 2021, p. 32).

Testemunhos e narrativas apreendidos pela jornalista, sugerem que, poucas horas antes de enfrentar sua derradeira sessão de tortura, na qual viria a perder a vida, Jara requisitou a um colega prisioneiro, que por fim sobreviveu, papel e lápis. Naquele mesmo local, o Estádio Chile, Jara expressou em palavras seus sentimentos frente à desmedida violência que lhe era imposta, assim como aos demais centenas de prisioneiros ali confinados. Colombo registra:

Conta-se que, poucas horas antes de ser levado para a última sessão de tortura, na qual seria morto, Jara pediu papel e lápis a um amigo que também estava preso com ele, mas que acabou sobrevivendo. E escreveu ali mesmo, no

estádio, sobre como se sentia diante da violência tão desmedida que era usada contra eles e outras centenas de prisioneiros que estavam ali. Assim diz o poema, que se chama 'Estádio Chile', em referência ao local onde os dois estavam presos: "*Canto, qué mal me sales/Cuando tengo que cantar espanto/ Espanto como el que vivo/ Como el que muero, espanto*" (COLOMBO, 2021, p. 33).

A jornalista brasileira, aponta que os militares mobilizados em um primeiro momento, eram predominantemente jovens, e inexperientes. Seus superiores, dotados de maior experiência e autoridade, não hesitaram em ordená-los a executar atos de extrema brutalidade nas ruas e nos locais de detenção. As consequências de tais ações foram vis e sádicas, extrapolando a execução (que por si só, era de extrema crueldade), e subsequente desaparecimento de corpos - muitos desfigurados antes de serem descartados no mar ou enterrados no deserto. Há relatos documentando práticas de tortura de extrema crueldade e violência. Relatos esses, os quais incluem o abuso sexual de filhas e esposas na presença de pais e maridos, a inserção de ratos nos órgãos genitais femininos e mortes resultantes de dias de mutilações, privações de sono e comida, choques elétricos, enforcamento, bem como homicídios por espancamento (COLOMBO, 2021, p. 33).

Testemunhos e resquícios desse período, como o poema de Jara, evidenciam o terror causado na sociedade pela desmedida brutalidade com que as forças armadas impuseram seu poder. Colombo chama atenção para o fato de que tal desproporcionalidade, uma vez que não havia forças estrangeiras invasoras no país, nem um adversário à altura em níveis de resistência bélica que justificasse tal nível de violência. A hipérbole parece ter sido um componente estratégico da campanha que constituiu a ilusão de que tal inimigo interno, embora inexistente na prática, era uma ameaça tratada como real pelos agentes que detinham o monopólio da violência estatal (COLOMBO, 2021, p. 33).

Aspectos da brutalidade eram explicitamente perceptíveis naquele contexto histórico, devido aos cadáveres desconsiderados e expostos no curso do rio Mapocho¹⁵. Sua tonalidade habitual em castanho turvo, era frequentemente substituída por uma nuance rubra intensa, manchada pelo sangue das vítimas. À medida que os atos de rapto e execução se intensificaram, os atores operativos da opressão optaram por transportar os

¹⁵ O Rio Mapocho é um importante curso d'água que atravessa a Região Metropolitana de Santiago, a capital do Chile. Ao longo da história chilena, o rio tem desempenhado um papel significativo tanto na infraestrutura urbana quanto nos eventos socioculturais da cidade. Durante a ditadura militar (1973-1990), tornou-se um símbolo trágico da violência do regime, quando os corpos das vítimas de execuções e torturas eram frequentemente descartados em seu leito.

remanescentes humanos para áreas mais isoladas. Inúmeras famílias passaram décadas em busca dos vestígios de seus parentes desaparecidos, eventualmente localizando membros de corpos mutilados isoladamente, em meio à aridez do deserto do Atacama (considerado o mais árido do mundo). Tal procedimento era devido à constante realocação desses resquícios de cadáveres pelos militares, numa tentativa de ocultação das provas de suas atrocidades (COLOMBO, 2021, p. 33).

Segundo Colombo, para compreender a situação sociopolítica contemporânea do Chile, é indispensável remontar aos episódios históricos, uma vez que estes estabeleceram um precedente. De maneira particular, a percepção de legitimidade em táticas de brutalidade, ainda evidentes na formação dos carabineiros, é uma consequência direta dessas contingências históricas. Em pleno século XXI, ao testemunharmos a repressão de movimentos em defesa da democracia e cidadania pelas forças estatais, é inevitável a constatação da persistência desses ecos do passado. Isso aponta para a necessidade urgente de reavaliar a interação entre o estado e a sociedade chilena. A pergunta que se impõe é: o que confere a um protesto ou divergência política um grau de ameaça tal que justifique a aplicação de violência desmedida? Tal questão levanta sérias implicações para a concepção de democracia e direitos civis no contexto chileno atual (COLOMBO, 2021, p. 34).

Colombo destaca que a transição democrática no Chile, iniciada em 1990, foi marcada por uma escassa exploração da realidade vivida durante os anos de repressão. A democratização, de fato, só foi possível mediante a aceitação civil de não responsabilizar os militares por atos atroz, um pacto que persiste, evidenciado na constituição vigente desde 1981. Para garantir sua impunidade, as forças repressivas estabeleceram uma lei de anistia em 1978, ainda em vigor, que, combinada com pactos de silêncio entre os militares, resultou em uma cortina de obscuridade sobre as violações do estado e obstruiu a busca pela verdade das famílias das vítimas (COLOMBO, 2021, p. 34 - 35).

Outro ponto, é a impunidade em face de crimes de estado no Chile foi progressivamente desafiada, embora de forma limitada. Advocacia e organizações de direitos humanos, confrontando a lei de anistia, implementaram o conceito de "crime continuado", aplicável aos casos de desaparecidos. Isso implica que, se o corpo de uma vítima não é recuperado, o crime persiste além do limite temporal estabelecido pela anistia, permitindo seu potencial persecução judicial. Adicionalmente, o Estatuto de

Roma, estabelecido nos anos 1990, proclamou a imprescritibilidade de crimes de lesa-humanidade, possibilitando seu julgamento mesmo diante de leis de anistia vigentes (COLOMBO, 2021, p. 35).

Por fim, Colombo destaca o quanto é crucial destacar que a dissolução dos acordos de silêncio, principalmente por militares envelhecidos e movidos por variados motivos pessoais, permitiu o surgimento de novas informações para a investigação de casos obscuros. Apesar disso, a abordagem dos crimes da ditadura chilena nunca se tornou uma política estatal generalizada. A lei de anistia continua em vigor e a busca por respostas das famílias dos desaparecidos permanece. No entanto, o Chile fez mais progressos que outros países, como o Brasil, na busca por justiça e reparação para as vítimas da ditadura (COLOMBO, 2021, p. 35 - 36).

Este elemento, segundo a jornalista, torna-se notável dentre os fatores que compõem o efervescente cenário que precipitou os levantes de 2019. As gerações emergentes se opõem categoricamente aos pactos de silêncio e à lei de anistia. Essas novas gerações clamam por uma justiça que não esteja a serviço de um governo, mas de um estado, e que seja mais igualitária. Elas também exigem esforços ampliados para a reconstituição da história. A compreensão dos protestos de 2019 requer a percepção de porque as cicatrizes da ditadura permanecem expostas (COLOMBO, 2021, p. 36 - 37).

A conclusão de Colombo, incide no argumento que, uma sociedade incapaz de reconciliar-se com seu passado, por meio do esclarecimento da verdade, enfrenta dificuldades para conviver pacificamente consigo mesma e para conjugar soluções para seus problemas. Tal ferida aberta intensifica a polarização, resultando em efeitos colaterais percebidos por todos. Eventualmente, isso pode gerar mais violência política (COLOMBO, 2021, p. 36 - 37).

Tendo em perspectiva a truculência histórica no Chile, Colombo traça uma correlação entre as manifestações ocorridas em 2011 e as que se iniciaram em 2019, ambas ocorrendo durante os mandatos do político de centro-direita Sebastián Piñera. Vale importante ressaltar que não se busca atribuir responsabilidade exclusiva a ele, uma vez que protestos também ocorreram durante os governos de Michelle Bachelet. No entanto, Bachelet, atual Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, demonstrou maior sensibilidade em relação às demandas populares e empreendeu

algumas iniciativas para mitigar os efeitos negativos do modelo em vigor. Embora essas ações não tenham sido suficientes, é possível identificar avanços e uma busca por uma postura mais conciliadora (COLOMBO, 2021, p. 52).

Como um empresário bem-sucedido proveniente de uma das famílias mais abastadas do país, Piñera é potencialmente um fator de aceleração da crise que explodiu em 2019. Piñera, que governou entre 2010 e 2014 e, retornou ao poder em 2018, foi o presidente mais rico das Américas. Sua fortuna pessoal ultrapassa a do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O político e empresário chileno, acumulou sua riqueza por meio de investimentos em diversos setores, incluindo sua participação acionária na companhia aérea LAN Chile, sua propriedade da emissora de televisão Chilevisión, sua posição como sócio proprietário de um dos clubes de futebol mais populares do país, o Colo-Colo, e seu envolvimento na introdução dos cartões de crédito no Chile durante a década de 1980 (COLOMBO, 2021, p. 52 - 53).

O ex-presidente Sebastián Piñera, liderou a coalizão de centro-direita “Chile Vamos”, composta pelo partido Renovação Nacional, a UDI (União Democrática Independente), o Evópoli (Evolução Política) e o PRI (Partido Regionalista Independente). Piñera conquistou apoio significativo da ala mais conservadora da direita chilena, embora também tenha expressado suas facetas mais moderadas publicamente. Ele enfatizou ao longo de seu mandato, o voto pelo “não” no plebiscito de 1989, que perguntava aos chilenos se desejavam ou não continuar sendo governados por Pinochet durante o fim da ditadura militar. No entanto, é importante destacar que Piñera é um político de direita com valores e posições conservadoras, sendo contrário ao aborto, por exemplo (COLOMBO, 2021, p. 53).

As posições políticas de Piñera têm foram alvo de críticas e controvérsias, especialmente de setores progressistas da sociedade chilena. Sua postura conservadora em relação a questões como direitos LGBTQIA+, igualdade de gênero e políticas sociais progressistas tem foi questionada, principalmente durante as manifestações e demandas por mudanças sociais e políticas no Chile. A divergência entre as posições de Piñera e as demandas da sociedade chilena gerou um ambiente de tensão constante, somada a uma intensa polarização política, influenciando o debate público e as ações dos movimentos sociais no Chile (COLOMBO, 2021, p. 53).

Sebastián Piñera, é casado com Cecília Morel desde 1973 e possui quatro filhos; casal conhecido sustentar um padrão de vida ostensivamente luxuoso e desconectada da realidade cotidiana do Chile, o que foi objeto de fomento das revoltas entre os manifestantes. Em um incidente notório, Cecília Morel comparou as manifestações a uma "invasão alienígena" durante uma conversa privada que vazou para o público. Por sua vez, Piñera adotou uma postura que enfatizava a questão da segurança pública em vez de abordar a situação como um problema social, chegando a se referir aos manifestantes como um "inimigo poderoso". Tais atitudes demonstraram um evidente distanciamento em relação à sociedade. Colombo ressalta que, um dia antes do início dos protestos, em uma entrevista ao jornal *Financial Times*, Piñera descreveu o Chile como um "oásis" em comparação com outros países da região, que enfrentavam tensões sociais e populismos. No entanto, a imagem do presidente desfrutando de uma refeição em família em um restaurante de luxo, capturada por um transeunte e divulgada amplamente, gerou ainda mais indignação entre os manifestantes que estavam nas ruas (COLOMBO, 2021, p. 54).

As manifestações tiveram início quando um pequeno grupo de jovens pulou as catracas do metrô em protesto contra o aumento de 30 pesos na tarifa, equivalente a um aumento de 3,7% em relação ao valor anterior. Conforme o movimento ganhava força, esses atos de pular catraca evoluíram para protestos mais intensos e, por vezes, violentos. Com o passar dos dias, o número de pessoas nas ruas aumentou e, além das manifestações pacíficas, ocorreram episódios de depredação de estações de metrô, prédios públicos e monumentos, bem como ocorrências de saques (COLOMBO, 2021, p. 54).

Em resposta aos protestos, Piñera adotou medidas enérgicas, como a declaração de estado de emergência, toque de recolher e o envio do exército às ruas; no entanto, sua abordagem foi criticada por tratar os protestos como um problema de segurança pública, negligenciando a insatisfação popular subjacente. Tais medidas, evocaram lembranças do período de repressão da ditadura militar, porém, não foram suficientes para conter os protestos, os quais espalharam-se de forma descentralizada por todo o país, sem liderança definida ou planejamento centralizado. Em Santiago, a Praça Itália, renomeada posteriormente como Praça da Dignidade, tornou-se o epicentro dos protestos, onde as pessoas se reuniam espontaneamente formando grandes aglomerações. Nesse local está localizada a estátua do general Manuel Baquedano, um militar do século XIX (COLOMBO, 2021, p. 55). Colombo descreve:

A escolha do lugar não é casual: a praça Itália, de certa forma, sempre dividiu Santiago em duas partes. Ao Norte dela, estão os bairros de classe média alta; ao sul, a classe média e os bairros mais humildes. Baquedano está ali, separando as duas Santiagos, a mais abastada e a menos favorecida.

Baquedano foi pichado, pintado de vermelho e transformado inúmeras vezes ao longo dos protestos, mas sempre foi prontamente restaurado pelas autoridades. Assim que cada protesto chegava ao fim, um grupo de restauradores e pintores, protegidos pelos carabineiros, se aproximava para repintar a estátua em sua cor original e limpar as pichações (COLOMBO, 2021, p. 56).

Segundo Colombo, as manifestações no Chile foram caracterizadas por um contexto de violência e repressão, resultando em um elevado número de indivíduos feridos, incluindo quatrocentos e cinco pessoas com lesões oculares, muitas das quais irreversíveis. Além disso, a jornalista relata, que de acordo com o Instituto Nacional de Direitos Humanos, mais de três mil e seiscentos civis foram feridos e houve trinta e quatro óbitos, conforme registros oficiais. Tais excessos perpetrados pelas forças de segurança geraram graves preocupações, levando a organizações como a *Human Rights Watch* e a Oficina do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas a denunciarem "graves violações dos direitos humanos" no contexto da repressão aos protestos (COLOMBO, 2021, p. 56).

No decorrer das manifestações, o presidente Piñera empreendeu esforços para atribuir responsabilidades e buscar soluções entre os envolvidos, sugerindo a presença de forças estrangeiras e elementos desestabilizadores infiltrados nos protestos. Em entrevista concedida à emissora CNN, Piñera afirmou que havia ocorrido uma "campanha de desinformação, divulgação de notícias falsas e criação de montagens com o intuito de gerar um sentimento de caos e crise total", insinuando a participação de governos e instituições estrangeiras. Contudo, tais alegações carecem de fundamentação probatória, apesar de parte da direita regional ter aderido a esse discurso, apontando o chavismo na Venezuela e, grupos de esquerda colombianos como possíveis responsáveis (COLOMBO, 2021, p. 57).

Diante da crescente pressão e insatisfação popular, Piñera promoveu alterações ministeriais e anunciou pacotes de medidas populares, tais como o aumento do salário-mínimo e das aposentadorias, a redução das tarifas de serviços públicos, a diminuição dos gastos parlamentares e investimentos na área da saúde. No entanto, tais ações foram percebidas como tardias e insuficientes para acalmar a insatisfação e atender às demandas

dos manifestantes (COLOMBO, 2021, p. 57). Colombo descreve as zonas de autonomia criadas durante as manifestações chilenas:

As pessoas simplesmente já não saíam das ruas, especialmente às sextas-feiras à tarde. Era como se houvesse um encontro marcado na Praça da Dignidade: ao redor, embaixo e, às vezes, também em cima da estátua do general Baqueadano, que incrivelmente resistiu e não desabou durante todo esse período (COLOMBO, 2021, p. 57).

Diante dos protestos e da crescente insatisfação popular, o presidente Piñera empreendeu diversas estratégias para mitigar a agitação social, tais como reformulações ministeriais no governo executivo, implementação de medidas de cunho social e adoção de um discurso mais moderado. Contudo, essas iniciativas não foram capazes de conter as manifestações, intensificando as demandas pela renúncia presidencial. Nesse contexto, como derradeira tentativa de solucionar a crise, Piñera anunciou a realização de um plebiscito para que os cidadãos chilenos pudessem deliberar acerca da elaboração de uma nova Constituição, incumbida de uma nova assembleia constituinte (COLOMBO, 2021, p. 58)

Após um período de mais de um mês marcado por protestos maciços, caracterizados por frequência quase diária, distúrbios, repressão e significativa deterioração da reputação internacional do país, Piñera comunicou, em 15 de outubro de 2019, que ocorreria, em abril de 2020, uma consulta popular para determinar a vontade da população acerca da substituição da atual Carta Magna, legado do regime Pinochet (COLOMBO, 2021, p. 58 - 59)

Embora um certo alívio tenha sido observado, grupos insatisfeitos persistiram em exigir a renúncia do presidente Piñera. Todavia, as manifestações gradualmente perderam ímpeto, enquanto o foco se direcionava para o aguardado mês de abril. Nesse ínterim, a eclosão da pandemia de coronavírus veio a agravar o desgaste governamental e impôs a necessidade de adiamento da votação planejada para abril de 2020, postergada para o dia 25 de outubro. O país, embora tenha experimentado uma redução das tensões sociais, passou a confrontar-se com um novo pesadelo, o da pandemia (COLOMBO, 2021, p. 59).

Colombo relata que, inicialmente, o governo chileno implementou uma estratégia de quarentena "seletiva e estratégica" com o intuito de evitar a interrupção da atividade econômica, alinhada à sua abordagem neoliberal. No entanto, essa abordagem não obteve

sucesso imediato e, posteriormente, a situação se tornou mais complexa. Em maio, houve um surto significativo de casos, especialmente na região metropolitana de Santiago, onde reside uma população de aproximadamente sete milhões de pessoas. Diante dessa escalada, o governo federal optou por abandonar a política de quarentena seletiva e implementou um lockdown nessa região. No entanto, mesmo com essa medida, os casos continuaram a aumentar nos meses de junho e julho. Em agosto, o país ultrapassou a triste marca de dez mil mortes e, de forma inesperada durante o período de lockdown, os protestos foram retomados (COLOMBO, 2021, p. 60).

Essas manifestações apresentaram características distintas em relação às anteriores, embora ainda envolvessem demandas preexistentes. O foco principal passou a ser nas pessoas que dependiam de empregos informais, tinham acesso limitado aos serviços de saúde e não recebiam assistência governamental. Esses grupos populacionais saíram às ruas em meio ao lockdown, demandando proteção governamental e reivindicando a retomada de suas atividades laborais, incluindo trabalhos temporários. Como resultado, novos confrontos e atos de repressão ocorreram. A partir de setembro, o governo começou a implementar medidas de flexibilização e reabertura em algumas regiões, seguindo uma abordagem gradual. No entanto, as manifestações populares já haviam se reiniciado, com encontros semanais contra o governo ocorrendo na Praça da Dignidade às sextas-feiras (COLOMBO, 2021, p. 60).

A pandemia desempenhou um papel significativo na erosão do modelo chileno. Em julho, o Congresso Nacional aprovou a medida que permitia aos cidadãos retirarem 10% de suas pensões e aposentadorias depositadas em fundos privados, como uma resposta aos desafios econômicos decorrentes da crise sanitária e das restrições impostas pela quarentena. Embora tenha enfrentado críticas de setores da direita, esse espectro político revelou-se dividido, com vários líderes adotando posturas menos conservadora e mais inclinadas ao populismo. Como resultado, um dos pilares do modelo chileno, o sistema de previdência com baixo custo para o Estado, começou a enfraquecer (COLOMBO, 2021, p. 60).

A jornalista relata, que à medida que a data do plebiscito constitucional se aproximava, durante a primavera, manifestações voltaram a ocorrer nas ruas do Chile, algumas mais pacíficas que outras, enquanto os muros eram novamente pichados. Observaram-se mensagens de grande porte nas ruas centrais, com apelos para o "aprovo",

enquanto os defensores do "rejeito" adotaram uma abordagem mais discreta, organizando manifestações em locais afastados do centro e recorrendo a argumentos comuns. Expressavam receios de que, se a nova Constituição fosse aprovada, o país poderia seguir o caminho da "Venezuela", com a introdução de leis que permitiriam o aborto e ameaçariam os "valores da família chilena". Essa estratégia propagandística exercia forte influência em diferentes estratos da população (COLOMBO, 2021, p. 63).

No dia 18 de outubro de 2020, marco do primeiro aniversário do início dos protestos, as celebrações iniciaram-se de forma pacífica na Praça da Dignidade. Entretanto, ao longo do tempo, episódios de violência emergiram, culminando no incêndio de duas igrejas. A primeira a ser afetada foi a Igreja de São Francisco de Borja, frequentemente utilizada pelos Carabineiros em suas cerimônias e eventos institucionais, a segunda foi a Igreja de *La Asunción* (COLOMBO, 2021, p. 63).

Nos dias subsequentes, a tensão social aumentou, levando os Carabineiros a permanecerem em alerta em vários pontos do centro e próximos às pontes. Segundo Colombo, o clima ameno e o relaxamento das medidas de quarentena foram fatores de incentivo para a população motivar-se a ocupar as ruas novamente: grupos, casais e amigos sentavam-se na grama às margens do rio Mapocho, pessoas caminhavam e conversavam, corredores, ciclistas. Além disso, debates políticos, ensaios de danças por grupos feministas e jovens entoando batuques e gritos de guerra eram comuns (COLOMBO, 2021, p. 63 - 64).

Na Ponte Pío Nono, um incidente de grande repercussão ocorreu em 2 de outubro de 2021, quando um adolescente de 16 anos foi empurrado por um Carabineiro e caiu de uma altura de 7,5 metros no leito do rio. Em resposta a esse incidente, foram deixadas homenagens e flores no local. Além disso, novas inscrições indignadas surgiram contestando a versão dos Carabineiros, afirmando que o jovem foi empurrado, e não simplesmente caiu. Embora o adolescente tenha sobrevivido, esse incidente se tornou um marco significativo na história desse conflito, contribuindo para a discussão em torno da reforma dos Carabineiros, que certamente será abordada na próxima assembleia constituinte (COLOMBO, 2021, p. 64).

Em 25 de outubro, os chilenos participaram de um plebiscito com duas cédulas. A primeira pergunta era sobre a aprovação de uma nova Constituição, enquanto a segunda

perguntava se ela seria elaborada por uma nova assembleia constituinte ou por uma combinação de membros do Congresso existente e novos representantes eleitos. As coalizões de esquerda, como a Concertação, a Nova Maioria e a Frente Ampla, em sua maioria, apoiaram o "aprovo", enquanto a maioria dos partidos de direita apoiou o "rejeito". O plebiscito obteve sucesso, ocorrendo durante a pandemia de COVID-19, com medidas de segurança implementadas. As opções vencedoras foram a aprovação de uma nova Constituição e a eleição de uma nova assembleia constituinte, ambas com ampla maioria de votos favoráveis (COLOMBO, 2021, p. 64).

Na perspectiva de Colombo (2021), o plebiscito realizado no Chile em 2020 resultou na vitória da opção "aprovo" para a elaboração de uma nova Constituição. Esse resultado refletiu a rejeição generalizada à classe política, transcendendo as divisões ideológicas. A postura do presidente Sebastián Piñera durante o plebiscito foi questionada devido às críticas à sua gestão das manifestações anteriores.

No entanto, o plebiscito não representa o fim dos desafios políticos e sociais no Chile. A implementação de uma nova Constituição é um processo complexo e demorado, e as demandas da população vão além desse marco. É necessário um compromisso contínuo para enfrentar os problemas sociais e políticos do país (COLOMBO, 2021, p. 66). Colombo conclui compartilhando seus receios a respeito da nova realidade que se impõe no Chile:

A vírgula, por sua vez, está relacionada à reparação dos abusos dos direitos humanos. Até agora, existe uma dívida pendente em relação à repressão durante a ditadura militar, que envolve a prestação de esclarecimentos e a busca pela justiça em relação aos acontecimentos daquele período. Também permanecem em aberto os abusos cometidos pelas forças de segurança, incluindo os Carabineiros, durante o período mais recente.

Em 2023, completam-se 50 anos do golpe de estado que derrubou o governo de Allende. Será que nessa ocasião o Chile finalmente poderá reconciliar-se com seu passado e com sua própria sociedade? Essa pergunta paira no ar (COLOMBO, 2021, p. 67 - 68).

Certamente, muitos abusos foram cometidos pelas forças de segurança pública e muitas as demonstrações de impossibilidade de lidar com a grave crise que o neoliberalismo impõe ao Chile, assim como a toda América Latina. Porém, muito se demonstrou a respeito dos atores sociais responsáveis pela criação de enclaves livres, e contra-espços de uma democracia popular, um espaço constituinte de uma nova perspectiva política radical, entre esses atores, encontram-se jovens, grupos feministas e

diversas outras manifestações e lutas antiautoritárias, de fato, grande é os percalços ainda a superar. Porém, um horizonte alternativo foi traçado.

3.2. O horizonte imaginativo para uma política radical

A argumentação de Colombo vai de encontro com as colocações de Joana Salém Vasconcelos, doutora em história pela Universidade de São Paulo (USP), e autora de obras relacionadas a América Latina, cujo texto intitulado “A normalidade era o problema”, para o prefácio brasileiro do livro “Chile em chamas: a revolta antineoliberal” (*Chile despertó: la revuelta antineoliberal*, no original) de 2021, que por meio de fragmentos de falas, percebe algumas importantes inflexões naquele ambiente conturbado de outubro de 2019.

Por meio da análise de Jorge Sharp. Prefeito de Valparaíso; Vasconcelos ressalta a intensidade dos eventos desencadeados em 18 de outubro de 2019 no Chile, indicando a complexidade em alcançar uma resolução em um horizonte temporal imediato. Essa revolução social, conforme interpretado por Javiera Manzi da Coordenadora Feminista 8M e Alondra Carrilio, conduziu à emergência de uma revisão histórica abrangente, inserindo um crucial momento de desconstituição. Este fenômeno marca a inauguração de uma fase de inovadora imaginação política radical (VASCONCELOS, 2021, p. 9).

Em um contexto similar, a autora traça um panorama, por meio da percepção de Luis Mesina, representante do movimento NO+AFP. articula a demanda crescente por um modelo democrático mais inclusivo, evidenciando a insatisfação popular com a atual configuração representativa. Mesina então, conjectura que o paradigma neoliberal, dominante no Chile, pode ser subvertido através da mobilização cidadã. Para completar, apresenta-se a interpretação do coletivo Vitrina Dystópica, que reconhece um componente compartilhado em todas as manifestações populares, caracterizado por uma generalizada insatisfação. Eles apontam para a significativa contribuição do movimento estudantil secundarista, o qual serve como catalisador dessa transversalidade, especialmente em sua crítica às precárias estruturas de endividamento que permeiam a sociedade chilena (VASCONCELOS, 2021, p. 9).

Entre outubro de 2019 e março de 2020, uma ampla gama de participantes, incluindo feministas, estudantes, aposentados, trabalhadores desempregados, indígenas insatisfeitos, pessoas empobrecidas e endividadas, inundaram as ruas do Chile. Esta manifestação maciça, evocando a letra da canção "*Baile de los que sobran*" (dança dos marginalizados) de Los Prisioneros¹⁶ em 1986, testemunhou uma expressiva mobilização dos marginalizados. Os jovens na vanguarda dos protestos, chamados de “Primeira linha” armados com pedras e escudos coloridos, foram acolhidos pela opinião pública, fortalecidos por uma década e meia de confrontos contínuos com os carabineiros. Este setor da população, anteriormente marginalizado, foi pela primeira vez aclamado como heróis anônimos de uma rebelião de massas contra o sistema neoliberal do “modelo chileno” vigente (VASCONCELOS, 2021, p. 9 - 10).

A revolta chilena conseguiu politizar a insatisfação generalizada e, como consequência direta, proporcionou uma oportunidade histórica para erradicar o neoliberalismo, um legado de Augusto Pinochet, Sérgio de Castro e Jaime Guzman. Isso implicou a possibilidade de revogar a Constituição atual, estabelecida em 1980 pela ditadura, e rejeitar o princípio de subsidiariedade do Estado. Este processo tem potencial para permitir a refundação do país, assentado em bases profundamente populares e autenticamente democráticas (VASCONCELOS, 2021, p.10). A respeito das vozes que encontraram eco nas transgressões de outubro de 2019, as quais relaciona-se com as diretrizes pós-anárquicas e ao reaparecimento de zonas de autonomia e resistência, Vasconcelos prossegue:

Nas periferias dos territórios espoliados, das vidas precárias, dos sem-teto e sem aposentadoria, são as vozes dos transgressores daqueles que conscientemente querem escapar ao controle neoliberal e, para isso, confeccionar uma nova historicidade solidária que alimenta a luta coletiva. São os criadores de uma poética da rebelião, artífices da disputa pelo poder que se expressa com simbolismo nas pichações, nas performances feministas, nos murais, na derrubada dos monumentos em cada palmo dos territórios convertidos ao utilitarismo do capital (VASCONCELOS, 2021, p.10).

¹⁶ *Los Prisioneros* foi uma destacada banda de rock do Chile, conhecida por sua postura crítica em relação ao regime militar de Pinochet. Em 1986, eles lançaram "*Pateando Piedras*", um álbum emblemático com letras que expressavam a frustração e a resistência da juventude chilena as imposições neoliberais do “modelo chileno”. As canções politizadas dessa banda, como "*Maldito Sudaca*" e "*¿Por qué no se van?*", renderam-lhes censuras, mas também os consagraram como uma das bandas mais influentes da América Latina.

Por cerca de três décadas, o modelo econômico chileno, louvado por suas liberdades de capital e desenvolvimento, tem sido retratado pelas elites neoliberais latino-americanas como um paradigma de sucesso. Contudo, Vasconcelos demonstra que desde a irrupção da 'Revolta dos Pinguins' em 2006, movimento estudantil contra a educação neoliberal e a crescente dívida, o aparente êxito tem sido posto em xeque, evidenciando as falácias do 'pinochetismo sem Pinochet'. Tal sistema, caracterizado por uma desvinculação profunda do trabalho, desintegração do associativismo solidário, propagação do individualismo social, capitalização da previdência e prevalência do endividamento como estratégia de controle social, tem consequências diretas sobre a população (VASCONCELOS, 2021, p.11).

No contexto chileno, a garantia de direitos sociais é inconstitucional, uma vez que os mecanismos de gratuidade e seguridades do estado são vistos como infratores das liberdades de mercado. Ademais, o caráter subsidiário do estado limita a utilização dos fundos públicos para benefício coletivo, reduzindo a classe trabalhadora a consumidores empobrecidos e desprovidos de apoio (VASCONCELOS, 2021, p.11).

Durante um período substancial, que se estende para além de três décadas, conforme alegado pelos povos indígenas, por mais de quinhentos anos, o descontentamento chileno foi intensificado. Os elementos dominantes eram a exaltação do mérito individual, a usurpação dos territórios e a normalização da delinquência entre as classes mais ricas. O pacote de medidas também incorporou o cinismo das promessas voltadas para o individualismo, a prevalência do egoísmo e uma generalizada sensação de desesperança popular. Vasconcelos alerta por meio dos dados oficiais, os quais tornam imprescindível a recordação que para a instauração do assim chamado modelo chileno, a ditadura de Pinochet perpetrou uma série de violações aos direitos humanos, conforme documentado pelas comissões da verdade dos anos de mil novecentos e noventa e um, dois mil e um, dois mil e quatro e dois mil e onze (VASCONCELOS, 2021, p.11 - 12).

As atrocidades incluíram o extermínio de, pelo menos, três mil duzentas e dezesseis pessoas, a tortura de trinta e oito mil duzentas e cinquenta e quatro, o despojo de mais de sete milhões de hectares de terras de comunidades camponesas indígenas, o desligamento de duzentos e trinta mil trabalhadores e o exílio de duzentos mil compatriotas chilenos (VASCONCELOS, 2021, p.11). A truculência do governo chileno para defender seu modelo, tornou-se tradicional, incorporando enquanto técnica de poder estatal, o

vilipêndio dos corpos, até mesmo dentro da democracia liberal recente, o ambiente de perpetuação da guerra civil neoliberal, é observável. Vasconcelos prossegue descrevendo:

Entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, para proteger o modelo, o governo do presidente Sebastian Piñera prendeu 22.000 pessoas, feriu 4.000, incluindo 282 crianças, e torturou mais de 1.000 cidadãos - este número se refere aos que tiveram coragem de denunciar. Além disso, causou traumas oculares em 460 chilenos, violou sexualmente 183 vítimas e tirou a vida de 27 pessoas. Tudo isso aconteceu em 4 meses, dentro de uma democracia que se apresenta como protegida e blindada contra experimentos populares de tipo allendista (VASCONCELOS, 2021, p.12).

O contexto chileno, designa as forças de esquerda um papel central na transformação das abordagens centralistas e estatistas do século XX em direção à valorização da diversidade, das práticas libertárias, das economias do cuidado pós-estatistas e da reconstrução comunitária, como demonstrado por Vasconcelos. Tais práticas que emergem do contexto de luta, rejeitam os dispositivos hierárquicos em favor de abordagens horizontais, apostando na pluralidade de vozes anônimas, as quais desconfiam do poder excessivamente individual que busca competir com o poder popular. No entanto, a revolta chilena não se limita à destituição. Ela também possui um caráter constituinte (VASCONCELOS, 2021, p.12 - 13).

Porém, tal caráter vai além da criação de uma nova Constituição. Segundo Vasconcelos, esse movimento foi impulsionado por um giro epistemológico das esquerdas chilenas, influenciado por movimentos antiautoritários transversais. Uma das principais influências nesses movimentos foram os feminismos alternativos, ecológicos, indígenas, plurais, cuidadores e combativos. Os feminismos e as perspectivas indígenas desempenham um papel pedagógico fundamental na reinvenção das infraestruturas do bem-estar comunitário (VASCONCELOS, 2021, p.12).

Em entrevista ao coletivo Vitrina Dystópica, intitulada “A revolta nos obrigou a pensar nas instituições que criamos” (2021), é proposto uma perspectiva dissidente a respeito de todos os eventos advindos da explosão social chilena, é dito na entrevista que os protestos foram direcionados principalmente contra as diretrizes neoliberais intrincadas na percepção de mundo dos sujeitos, o modo de vida insustentável, a cultura do "masoquismo do mérito" e a pressão social por reconhecimento. Além disso, a revolta refletiu o descontentamento com a violência policial e aprofundou críticas ao

entrelaçamento político-institucional que, no contexto chileno, tem sido particularmente implacável (DYSTOPICA, 2021, p.154).

O Chile enfrenta um sistema maciço de endividamento, no qual bancos, instituições financeiras, farmácias e supermercados oferecem uma infinidade de opções de cartões de crédito aos consumidores. Essa proliferação de linhas de crédito tem resultado em uma flexibilidade excessiva, exacerbando ainda mais o problema do endividamento. Curiosamente, a resposta dominante às dificuldades financeiras tem sido um aumento no endividamento, representando uma forma cada vez mais fácil de hipotecar o futuro dos indivíduos. Diante da falta de soluções palpáveis para essa problemática, a sociedade chilena se viu diante de um ponto de ruptura. A atual conjuntura se caracteriza por uma explosão generalizada de indignação, na qual a luta contra a privatização total se torna mais visível e fervorosa. A mobilização popular expressa um clamor por mudanças profundas e um desejo de reverter as consequências da privatização desenfreada no país (DYSTÓPICA, 2021, p. 155 - 156).

Historicamente, no Chile, tem existido uma desconfiança em relação às instituições políticas e sociais, possivelmente decorrente do legado pós-ditadura e da forma como alguns partidos políticos se adaptaram e se integraram à governabilidade neoliberal. Em particular, os estudantes das escolas emblemáticas têm demonstrado críticas ao modelo educacional vigente, buscando desenvolver práticas alternativas de autoeducação e ensino-aprendizagem. Essa desconfiança em relação às instituições políticas também é alimentada pela percepção de que elas tendem a reproduzir a lógica neoliberal, evidenciada por episódios recentes, como o voto favorável de parlamentares do Frente Ampla a leis repressivas (DYSTOPICA, 2021, p.169).

Desde 2006 até os dias atuais, houve um intenso debate sobre o engajamento nos dispositivos institucionais e representativos versus a continuidade da radicalidade fora dos espaços formais da política. Essas duas abordagens estiveram em constante tensão. No entanto, a revolta de outubro de 2019, tem a particularidade de mesclar e desafiar as posições estabelecidas, exigindo uma abordagem estratégica e uma “re-imaginação” das instituições (DYSTOPICA, 2021, p.169).

Nesse contexto, é importante ressaltar que a polaridade anteriormente estabelecida entre dispositivos tradicionais de representação e a radicalidade foi questionada. A revolta

sugere que a abordagem dualista não é mais viável, uma vez que as formas tradicionais de representação, como o parlamento, a polícia, os sindicatos e até mesmo o movimento político do Frente Ampla, não são mais consideradas efetivas ou adequadas para a concretização das demandas sociais. Em vez disso, surgiram as chamadas "coordenadoras", grupos menores e mais horizontais, que têm desempenhado um papel significativo na organização e mobilização social (DYSTOPICA, 2021, p.170).

O poder de destituição que emerge das manifestações de rua revela uma dialética inerente às lutas pós-estatistas contemporâneas, na qual a necessidade de dismantlar o poder vigente do neoliberalismo em seu núcleo requer, ao mesmo tempo, a construção de novos significados solidários para a vida popular e a re-modulação das estratégias anticapitalistas no calor da batalha. Destituir e constituir tornam-se componentes interligados dos mesmos gestos políticos, pois agora, independentemente dos resultados futuros; “O modelo chileno está virando do avesso. Agora somos nós, os precários do Brasil e da América Latina, que podemos aprender com o Chile” (VASCONCELOS, 2021, p. 13).

Segundo Colombo (2021), a democracia pós-Pinochet no Chile pode ser caracterizada como uma democracia negociada (característica que o Brasil compartilha com seu vizinho sul-americano), que mantém resquícios do período autoritário. Apesar da transição para o regime democrático, a persistência da brutalidade, especialmente por parte dos carabineiros, não é surpreendente, considerando o precedente estabelecido durante o regime militar. O sistema político estabelecido após a ditadura reforçou as injustiças sociais já existentes, sem realizar as reformas necessárias. Por exemplo, a exclusão dos direitos e até mesmo da existência das comunidades indígenas, representando 12,8% da população do país, revela a lacuna na democracia negociada. Políticas de gênero e direitos humanos também receberam pouca atenção. Além disso, os militares mantiveram seus privilégios e a anistia por seus crimes (COLOMBO, 2021, p. 38).

Diante desse contexto, as manifestações recentes no Chile evocam a figura de Allende como um símbolo de um projeto de mudança profunda no convívio dos chilenos. Esse projeto englobava reformas trabalhistas, igualdade entre os cidadãos e acesso equitativo à saúde e educação. No entanto, as forças políticas contrárias dificultaram a implementação dessas reformas, levando a um impasse (COLOMBO, 2021, p. 38).

Allende se tornou um ícone de luta pacífica e busca por soluções institucionais. Sua imagem presente nos cartazes dos manifestantes reflete a percepção de que sua mensagem e o sonho de justiça social ainda são relevantes e podem ser resgatados para o país. Assim, a trajetória da democracia chilena pós-Pinochet revela desafios persistentes na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as sequelas do período autoritário continuam a influenciar as dinâmicas políticas e sociais (COLOMBO, 2021, p. 38).

Porém, há uma apropriação de símbolos com diferentes significados geracionais, porém, inegavelmente, um contínuo histórico, uma cicatriz que inaugurou o modelo chileno, em 11 de Setembro de 1973, vinculando toda a história do arbítrio chileno, ao fantasma de Salvador Allende Gossens.

3.3. A sombra de Salvador Allende

“As sombras de Allende e Pinochet continuam pairando sobre nossas cabeças”, é o título da entrevista concedida ao jornal *El País*, no dia 29 de outubro de 2021, por Ricardo Brodsky¹⁷, atual diretor do Museu *Vicuña Mackenna*¹⁸. Durante a entrevista, no período anterior a eleição presidencial de 2021, que foi disputada no segundo turno entre Gabriel Boric, e o líder da extrema-direita chilena, o advogado, José Antonio Kast¹⁹: ex-deputado, atualmente membro do partido político independente chamado *Acción Republicana*. Reconhecidamente Kast possui posições conservadoras e de ultradireita. Já foi membro do tradicional, União Democrática Independente (UDI), entretanto, posteriormente desligou-se e fundou o *Acción Republicana* em 2016. Kast foi eleito deputado em 2002 e

¹⁷ Ricardo Brodsky possui formação acadêmica em Literatura e desempenhou o cargo de embaixador durante o governo de Ricardo Lagos. Entre os anos de 2011 e 2016, assumiu a direção do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, instituição dedicada a relatar o golpe de Estado e o período ditatorial sob o regime de Augusto Pinochet, por meio da perspectiva das vítimas.

¹⁸ *Vicuña Mackenna* é um museu localizado no Chile que leva o nome do escritor, historiador e político chileno Benjamín Vicuña Mackenna. O museu é dedicado à preservação e exposição de artefatos históricos, documentos e obras de arte relacionadas à história e cultura chilena; oferece aos visitantes a oportunidade de explorar e compreender diversos aspectos da história do país, desde o período pré-colombiano até eventos mais recentes, como a ditadura de Augusto Pinochet. O *Vicuña Mackenna* desempenha um papel importante na educação e na promoção do patrimônio cultural chileno.

¹⁹ O termo ultradireita é empregado a Kast na presente pesquisa, pois apesar de suas posições extremadas, sua postura com o processo institucional não foi disruptiva, ao exemplo de outros líderes das américas como Jair Bolsonaro e Donald Trump. por isso furtou-se de chamá-lo de extrema-direita. Disponível em: "Quem é José Antonio Kast, o ultraconservador católico que radicalizou a direita do Chile": <https://oglobo.globo.com/mundo/quem-jose-antonio-kast-ultraconservador-catolico-que-radicalizou-direita-do-chile-1-25325377>. Acessado em: 20/05/2023.

serviu no cargo até 2018. Durante seu mandato, defendeu políticas conservadoras em questões sociais, econômicas e imigratórias, se destacando por sua postura crítica em relação a temas como aborto, direitos LGBTQIA+, imigração e identidade de gênero.

Atualmente, Kast é considerado uma figura polêmica na cena política chilena, porém com base de apoio significativa entre os setores conservadores do país, o que o faz um dos principais quadros eleitorais e lideranças políticas a ecoarem socialmente, contraditoriamente ao considerar todos os movimentos recentes ocorridos no Chile. Em contraste a Kast, o atual presidente do Chile, Gabriel Boric, foi forjado das manifestações populares da juventude chilena, no início do século XXI, como veremos mais à frente. Ao debater o cenário hodierno e pensar as vias alternativas do Chile frente as constantes crises e recessões neoliberais, Brodsky chega à seguinte conclusão:

De alguma maneira as sombras de Allende e Pinochet continuam pairando sobre nossas cabeças. O trauma continua presente e não se vê muito claramente como conjurá-lo. Eu diria que é um problema da memória traumática do Chile e dos usos e abusos dessa memória. No Chile a direita e parte da esquerda recorrem à memória traumática que submete o presente ao passado, que nos deixa presos no conflito, em vez de buscar nessa memória o que é exemplar, nas palavras de Todorov. Precisamente, o exemplar poderia ser suspender por um instante as afrontas recebidas para reconhecer as responsabilidades compartilhadas na crise política que levou ao fim de nossa democracia (BRODSKY, 2021).

Para compreender melhor a amplitude de tal perspectiva, é pertinente um breve retorno ao contexto o qual emergiu a Unidade Popular allendista, e as principais razões pelas quais o rosto de Salvador Allende emerge como símbolo de luta para as novas gerações, e encarar o questionamento, se por acaso, tal adoção simbólica representa factualmente um anseio por um retorno a política representativa do século XX, ou se tal símbolo carrega o germe da revolta antineoliberal, imprimindo sentido ao estigma da injustiça histórica, e da tentativa de uma via própria frente ao grande jogo do tabuleiro geopolítico; liderado por grandes nações estrangeiras, sufocando as possibilidades objetivas de uma democracia popular, pauta que retorna em outubro de 2019.

Salvador Guillermo Allende Gossens nasceu em vinte e seis de junho de 1908, na cidade de Santiago, no Chile, em uma família pertencente à classe média alta. Devido às diversas ocupações jurídicas de seu pai na administração pública chilena, Allende frequentou escolas em várias localidades do país durante sua infância e adolescência, incluindo *Tacna* (atualmente Peru), Iquique, Valdivia, Santiago e, por fim, Valparaíso.

Entre os anos de 1924 e 1926, Allende alistou-se voluntariamente no Regimento *Coraceiros de Viña Del Mar*, solicitando posteriormente a transferência para concluir o serviço militar no regimento *Lancers de Tacna*, onde obteve a patente de oficial da reserva do exército chileno (ALLENDE, 2022, p. 184).

Em 1926, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Chile, graduando-se como médico cirurgião em 1932 com a apresentação de sua tese intitulada "Higiene mental e delinquência". Foi nesse período que iniciou sua militância política e aprofundou seu interesse pelo marxismo, tornando-se presidente do centro de estudantes de medicina e da federação de estudantes do Chile, além de liderar o grupo de esquerda denominado Avance e participar de manifestações contra o governo ditatorial de Carlos Ibáñez, o que levou à sua suspensão da universidade em 1931 (ALLENDE, 2022, p. 184).

Entre 1932 e 1936, Allende atuou como médico na assistência pública de Valparaíso e como anatomopatologista em hospitais da cidade de Puerto Montt. Paralelamente, durante os anos de 1935 e 1936, exerceu funções como relator oficial do Congresso, médico de *Viña Del Mar* e presidente da Conferência Médica Pan-Americana. Em 1933, Allende fundou o Partido Socialista do Chile (PSL) e, nas décadas de 1930 e 1940, ocupou cargos públicos e dentro do partido, incluindo o de ministro da saúde (1939-1942) durante o governo de Pedro Aguirre Cerda. Realizou a primeira aliança entre seu partido e o Partido Comunista do Chile (PCC). Em 1939, publicou a obra "*La realidad médico-social chilena*", que foi premiada com o Prêmio *Van Buren* em 1940. No ano seguinte, viajou ao Peru, onde se encontrou com militantes da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). Ao longo de sua carreira política, visitou a União Soviética e outros países do bloco socialista, estabelecendo laços de amizade com Fidel Castro durante sua visita a Cuba em 1959 e mantendo diálogo com o Che Guevara. Após a morte do guerrilheiro, viajou à Bolívia para acompanhar e proteger os sobreviventes do grupo (ALLENDE, 2022, p. 184 - 185).

Allende foi eleito senador em 1945 e reeleito em todas as eleições parlamentares subsequentes, até sua eleição como presidente da República em 1970, com a sua eleição presidencial, Allende tornou-se o primeiro presidente marxista a ser eleito democraticamente no Ocidente. No entanto, sua presidência foi interrompida em 11 de setembro de 1973, quando ocorreu um golpe civil-militar no Chile. Allende fez um apelo às forças democráticas da sociedade chilena em um discurso transmitido pela Central

Única dos Trabalhadores (CUT), enquanto as tropas cercavam e bombardeavam o Palácio de *La Moneda*, onde ele se encontrava. Posteriormente, seu corpo foi encontrado no palácio (ALLENDE, 2022, p. 185).

Segue o trecho derradeiro de Allende, que inegavelmente passou a ser lido como chamado ao levante, frente a tirania:

Me dirijo à juventude, àqueles que cantaram e entregaram sua alegria e seu espírito de luta. Me dirijo ao homem do Chile, ao operário, ao camponês, ao intelectual, àqueles que serão perseguidos, porque em nosso país o fascismo já está presente muitas vezes nos atentados terroristas, (...) diante do silêncio dos que tinham a obrigação de agir. Estavam comprometidos. A história os julgará. (...) continuarão me ouvindo sempre estarei com vocês, pelo menos a minha lembrança será a de um homem digno, que foi leal com a pátria. O povo deve se defender, mas não se sacrificar. O povo não deve se deixar arrasar nem crivar, tão pouco se humilhar.

(...) Outros homens hão de superar este momento sombrio e amargo em que a traição pretende se impor. Saibam sempre, que, mais cedo do que se imagina, de novo se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre para construir uma sociedade melhor.

Viva o Chile! Viva o povo! Viva os trabalhadores!

Essas são minhas últimas palavras. Tenho a certeza de que o meu sacrifício não será em vão. Tenho a certeza de que, pelo menos, será uma lição moral que castigará a felonía, a covardia e a traição (ALLENDE, 2022, p. 159 – 160).

O legado de Salvador Allende é marcado por sua militância política desde a juventude, seu compromisso com o marxismo e sua liderança como presidente do Chile. Sua eleição e posterior derrubada por um golpe militar tiveram um impacto significativo na história política do país. Seu governo buscou implementar reformas sociais e econômicas com o objetivo de promover a justiça social e a igualdade, mas também enfrentou desafios e oposição interna e externa. Sua morte e o golpe militar resultaram em um período de ditadura no Chile, liderado pelo general Augusto Pinochet. Allende é lembrado como uma figura importante na história política chilena, representando a luta pela justiça social em um contexto de turbulência política (ALLENDE, 2022, p. 185).

A jornalista Sylvia Colombo, chama a atenção pelo fato de que na manhã do dia 11 de setembro de 1973, no Palácio de *La Moneda*, Salvador Allende buscou estabelecer contato com as forças políticas e sociais que o apoiavam, buscando reforços para preservar a democracia. No entanto, suas tentativas foram em vão, uma vez que as próprias forças armadas avançaram sem poupar a integridade do Palácio, que foi alvo de bombardeios. Apesar de sempre ter optado pela via institucional e democrática, Allende,

confrontado com a situação, viu-se obrigado a empunhar uma AK-47 na tentativa de defender seu cargo (COLOMBO, 2021, p. 37).

Contudo, não obteve sucesso. Após assegurar que todos que estavam presentes no edifício tivessem a chance de sair, ainda que muitos deles fossem posteriormente presos e assassinados, Allende dirigiu-se a uma sala do Palácio, onde atentou contra a própria vida. Antes disso, transmitiu seu último discurso por meio do rádio (COLOMBO, 2021, p. 37). A jornalista observa:

A mensagem de ânimo de Allende é hoje um dos documentos mais importantes da história recente da esquerda latino-americana. Infelizmente, sua previsão, que apontava para "muito mais cedo que tarde", estava errada. Demorou 16 anos para que o país conseguisse recuperar a democracia (COLOMBO, 2021, p. 37).

Ainda no intuito de aprender o contexto que sedimentou a chegada de Allende até o palácio de *La Moneda*, é pertinente recorrer ao posfácio da obra “Discursos de Salvador Allende: a revolução desarmada” de 2022, o texto do filósofo e professor da Universidade do Chile, Rodrigo Karmy Bolton, no qual é traçado um panorama geral, partindo de uma premissa histórica e material, demonstrando os fatos históricos que levaram ao governo da Unidade Popular liderado por Salvador Allende Gossens no Chile (BOLTON, 2022, p. 165).

Bolton conta que desde o início do século XIX, a República chilena foi caracterizada por um paradigma autoritário que subestimava o povo, considerado carente de virtude cívica. Segundo o filósofo chileno, o poder era exercido por um governo forte e centralizador, representado por uma oligarquia que alegava possuir as virtudes que faltavam ao povo. Esse paradigma foi imposto a partir de 1830, durante a modernização do Estado, e se consolidou ao longo dos séculos XIX e XX, embora tenha sofrido transformações e turbulências. A política no Chile era compreendida dentro desse paradigma autoritário e centralizador, que negava ao povo a capacidade de autogoverno e tomada de decisões. Conhecido como "paradigma portaliano", limitava a participação popular na governança do país (BOLTON, 2022, p. 165).

A ascensão de Allende está relacionada à Guerra Civil de 1891, na qual o presidente José Manuel Balmaceda confrontou as forças oligárquicas representadas no Congresso Nacional. O conflito, possibilitado pelo sistema parlamentar em vigor na época, resultou no trágico suicídio do presidente e na vitória das forças oligárquicas parlamentares. Após

o conflito, foi estabelecida uma ordem política que restaurou um regime autoritário. O novo presidente, Arturo Alessandri Palma, em resposta ao colapso do sistema parlamentar no final do século XIX, propôs uma nova constituição com uma abordagem altamente presidencialista. Essa constituição, fruto de um acordo entre os partidos políticos da época, estabeleceu as bases legais para uma concepção "desenvolvimentista" do Estado e da economia (BOLTON, 2022, p. 165).

Em relação aos eventos expostos, desde o final da Primeira Guerra Mundial, uma turbulência econômica se manteve. A indústria do nitrato foi seriamente afetada pela criação de um composto "sintético" mais barato e pela depressão econômica de 1929, ocasionando uma retração aproximada de 14% no PIB chileno. Ao longo do século passado, a exportação de cobre progressivamente suplantou a do nitrato, facilitada pela colaboração do Chile com grandes corporações dos Estados Unidos que investiram na infraestrutura necessária para sua extração.

A Carta Magna autocrática de 1925 e as recorrentes instabilidades econômicas instauraram um panorama complicado. As classes trabalhadoras e rurais, diretamente prejudicadas por essas instabilidades, tinham escassa participação na esfera política nacional. Neste cenário, em decorrência da mobilização dos trabalhadores, emergiram novas agremiações políticas no começo do século passado, tais como o Partido Comunista do Chile em 1922 e o Partido Socialista em 1933 (BOLTON, 2022, p. 166).

Na década de 1930, ocorreram eventos de significativa importância. Os partidos progressistas e de esquerda, como o Partido Comunista e o Partido Socialista, inspirados pela luta antifascista internacional, forjaram uma coalizão ampla denominada "Frente Popular", com Pedro Aguirre Cerda como seu primeiro presidente. De 1939 a 1942, Salvador Allende Gossens, um jovem médico eleito deputado em 1937 e membro fundador do partido socialista chileno, assumiu a liderança dessa coalizão. Em 1945, Allende foi eleito senador, sendo reeleito até 1969 (BOLTON, 2022, p. 166).

Esse período testemunhou uma transformação geopolítica fundamental na trajetória política do Chile, impulsionada pelo desfecho da Segunda Guerra Mundial, que estabeleceu os Estados Unidos como uma potência global. Gradualmente, a influência "antifascista" que caracterizou os governos radicais foi cedendo espaço diante do emergente cenário da Guerra Fria (BOLTON, 2022, p. 166).

A eleição de Gabriel González Videla como presidente da República (1946 a 1952) desempenhou um papel crucial nesse contexto, pois sancionou um pacto geopolítico entre o Chile e os Estados Unidos. Uma das primeiras manifestações dessa nova conjuntura foi a proposta de "defesa da democracia" (conhecida também como "lei maldita"), que ilegalizou o Partido Comunista chileno. Os militantes desse partido, incluindo Pablo Neruda²⁰, foram obrigados a se exilar ou, pela primeira vez, foram submetidos a campos de concentração, como o de Pisagua²¹, que posteriormente voltaria a operar durante a ditadura de Pinochet (BOLTON, 2022, p. 166).

No ano de 1952, logo após o término do mandato de González Videla, o senador Salvador Allende lançou-se como candidato à presidência pela Frente Nacional do Povo (Frenap), uma coalizão que congregava o Partido Comunista (ainda ilegal na época), o Partido Socialista e outras organizações de esquerda. Contudo, Allende obteve apenas 5,45% dos votos, sendo que o Partido Socialista se dividiu, e o recém-criado Partido Socialista Popular apoiou Ibañez Del Campo, ex-comandante das forças de Polícia (Carabineiros), que se sagrou vitorioso com 46,79% dos votos (BOLTON, 2022, p. 166).

Em 1956, Allende fundou a Frente de Ação Popular (Frap), uma aliança entre partidos de esquerda que o lançou novamente como candidato presidencial. Todavia, em 1958, o engenheiro civil Jorge Alessandri Rodríguez, filho de Arturo Alessandri Palma, presidente em 1925, triunfou com uma proposta tecnocrática. Por fim, em 1964, Allende voltou a concorrer pela Frap, obtendo 39% dos votos, mas foi derrotado por Eduardo Frei Montalva, candidato do novo partido que, desde o início da década de 1960, conquistou a identificação das camadas médias: a Democracia Cristã. Cabe ressaltar que a vitória de

²⁰ Pablo Neruda (1904-1973) foi um renomado poeta chileno, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1971. Sua poesia abrange uma variedade de temas, destacando-se por sua linguagem poética vívida e sua paixão pela justiça social. Neruda também foi um ativista político e membro do Partido Comunista, deixando um legado duradouro na literatura latino-americana. A exumação de seus restos mortais, revelou evidências de envenenamento, contrariando a versão oficial de que sua morte foi causada por câncer de próstata. A presença da bactéria *Clostridium botulinum* em uma quantidade significativa foi identificada nos testes realizados nos restos mortais, sugerindo possível intervenção por terceiros. Análises dos restos mortais foram conduzidas em vários países, e em 2015, um documento do Ministério do Interior do Chile classificou como "altamente provável" o envolvimento de terceiros na morte de Neruda. Uma equipe de 16 especialistas afirmou, dois anos depois, ter 100% de certeza de que a morte de Neruda não foi resultado de complicações do câncer: Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/poeta-chileno-pablo-neruda-foi-envenenado-concluem-cientistas/>. acessado em: 22/05/2023.

²¹ Pisagua é uma cidade no norte do Chile, conhecida por ser um importante centro de detenção política durante a ditadura militar liderada por Augusto Pinochet (1973-1990). Lá, muitos opositores políticos foram presos, torturados e alguns desapareceram. Pisagua também abrigou o infame "Cemitério de Pisagua", onde vítimas da ditadura foram sepultadas em covas rasas e sem identificação. A cidade tornou-se um símbolo trágico dos abusos aos direitos humanos ocorridos durante esse período sombrio da história chilena.

Frei se deveu a dois fatores cruciais. Primeiramente, a aliança estabelecida com a direita por meio da Democracia Cristã (BOLTON, 2022, p. 167 - 168).

Em segundo lugar, o apoio financeiro dos Estados Unidos, que aportaram vultuosos recursos à campanha de Frei, visando impedir a ascensão de Allende. Tal momento revelou-se decisivo, uma vez que Allende jamais alcançaria uma porcentagem maior de votos. Somente na eleição de 1970, com 36% dos votos, Allende sagrou-se presidente da República (BOLTON, 2022, p.168).

Salvador Allende teve uma destacada carreira política ao longo do século XX, ocupando cargos de deputado, ministro da saúde, senador e candidato presidencial em quatro ocasiões. Sua vitória em 4 de setembro de 1970, ratificada pelo Congresso, não foi apenas resultado de suas qualidades pessoais, mas sim de um processo de construção de forças liderado por Allende, que englobou a formação de uma coalizão política entre partidos de esquerda e a mobilização das forças trabalhistas e camponesas (BOLTON, 2022, p.168).

O projeto da Unidade Popular, liderado por Allende, foi notável por romper com o paradigma estabelecido pelo pacto oligárquico de 1925, conhecido como "portalino", que excluía as classes trabalhadoras da influência política significativa. O objetivo da Unidade Popular era permitir que operários e camponeses tivessem participação ativa na política nacional. Para alcançar esse propósito, a coalizão adotou um discurso audacioso, referindo-se à "segunda independência" (BOLTON, 2022, p. 168 - 169).

Em 1810, durante a Capitania-Geral do Reino do Chile, uma primeira junta de governo foi estabelecida em resposta à invasão napoleônica à Espanha e à queda do rei Fernando VII. Essa junta é considerada o marco inicial do processo de independência, liderado por Bernardo O'Higgins, que se uniu às forças independentistas do general San Martín. O'Higgins é reconhecido como o líder da luta do Chile pela independência do domínio espanhol e é conhecido como o "pai da pátria". Embora tenha se tornado o primeiro diretor supremo, ele acabou sendo exilado no Peru (BOLTON, 2022, p. 168 - 169). Bolton prossegue:

No imaginário Allendista, O'Higgins foi quem possibilitou a Independência política do Chile, mas não sua Independência econômica. "Somos países potencialmente ricos", afirmou Allende em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas. "Vivemos na pobreza." A tarefa da unidade popular, portanto, seria complementar o processo de Independência rumo à

Independência econômica. Isso implica, é claro, pôr fim aos privilégios das oligarquias fundiárias chilenas e, portanto, transferir aos trabalhadores e ao povo em seu conjunto o poder político e o poder econômico. Um processo como esse geraria conflitos, mas para além disso, estes poderiam ser solucionados no interior da institucionalidade existente. (BOLTON, 2022, p. 169).

Bolton destaca que Allende, em seu discurso do estado nacional em 1970, declarou que o Chile, em sua singularidade, possuía as instituições sociais e políticas necessárias para concretizar a transição do atraso e da dependência para o desenvolvimento e autonomia por meio do socialismo. Foi enfatizado enunciativamente que essa transição não se basearia no modelo cubano de tomada violenta do poder através de uma revolução. Em vez disso, Allende destacou a singularidade chilena, que consistia na busca de uma revolução pacífica e transformadora dentro dos limites legais e institucionais existentes. Essa abordagem implicava a necessidade de modificar a institucionalidade vigente, porém, dentro dos próprios parâmetros dessa institucionalidade (BOLTON, 2022, p.169 - 170).

Essa premissa fundamental permeava tanto o pensamento quanto a ação de Allende. Ele argumentava que a violência era inerentemente contrária ao socialismo, sempre sendo empregada pelas elites políticas e pelo imperialismo. A via chilena para o socialismo, portanto, era concebida como um processo longo e democrático, que emergia das bases populares para transformar de maneira genuína as condições do país. Dessa forma, o projeto da unidade popular abria uma nova temporalidade, conectando o triunfo de 1970 à força libertadora da independência de 1810. Por meio dessa perspectiva, Allende assumia o papel de um novo O'Higgins, enquanto a unidade popular se tornava a força libertadora contemporânea (BOLTON, 2022, p.170).

Conforme Bolton (2022), a transformação do Chile em benefício da maioria exigiu a implementação de diversas medidas por parte do governo da Unidade Popular, as quais fortaleceram tanto os trabalhadores rurais quanto os urbanos. Em seu discurso sobre a questão da propriedade agrária em 1971, Allende simbolizou a essência desse projeto conjunto ao declarar que "o cobre é o ordenamento do Chile, a terra é seu pão". Essa frase simples encapsula a convergência das forças camponesas e operárias em um único e coerente empreendimento. No âmbito dos trabalhadores, a nacionalização do cobre, cujo processo havia sido iniciado com a política de "chilenização" adotada por seu antecessor Frei, contava com amplo apoio político. Allende deu continuidade a essa medida, conseguindo promulgar uma reforma constitucional em 1º de julho de 1971, o

que desencadeou um conflito imediato com os Estados Unidos, que haviam se beneficiado da exploração do cobre desde o início do século por meio de grandes corporações. Essas corporações, com a colaboração da CIA, já haviam desenvolvido um programa para bloquear créditos internacionais e fomentar a instabilidade interna, questões que Allende denunciou enfaticamente em seu discurso perante as Nações Unidas em 1972 (BOLTON, 2022, p. 170).

Adicionalmente, no escopo da transformação do sistema econômico, incluía-se a estatização do setor bancário, visando a utilização da taxa de juros como um instrumento efetivo para direcionar o desenvolvimento econômico, em contraposição ao seu papel anterior como fonte de lucro que beneficiava predominantemente a oligarquia dominante e suas instituições bancárias. O propósito subjacente era fortalecer o desenvolvimento produtivo das pequenas e médias empresas, possibilitando, assim, a redistribuição do acesso ao crédito para setores que haviam sido negligenciados anteriormente (BOLTON, 2022, p. 171).

Bolton elucida os pontos que tangem o ao campesinato, o governo da Unidade Popular adotou medidas mais abrangentes em relação à reforma agrária, ampliando as iniciativas previamente estabelecidas pela Aliança para o Progresso. A pressão exercida pelos Estados Unidos sobre o então presidente Alessandri, visando modernizar a agricultura em benefício das corporações estadunidenses, resultou na assinatura de um compromisso de reforma em 1961, cuja implementação só ocorreu durante o governo democrata-cristão de Frei (1964-1970).

Segundo Bolton, para Allende, a reforma agrária representava um importante meio de assegurar o acesso à terra pelo campesinato, porém, era necessário também vencer o desafio da produtividade, como expresso em seus discursos. Dessa forma, a reforma agrária foi concebida inicialmente como um processo de modernização capitalista do setor rural, porém, acabou por catalisar o surgimento do campesinato como uma força histórica e política, impulsionada pela Unidade Popular como parte das transformações necessárias (BOLTON, 2022, p. 171).

Adicionalmente, uma outra transformação de extrema relevância almejada pela Unidade Popular consistia na substituição da Constituição liberal em vigor, promulgada em 1925, por uma nova Constituição de cunho socialista. Esse anúncio foi feito por

Allende em seu discurso em 21 de maio de 1971. Conforme detalhado na proposta do governo da Unidade Popular, a nova Constituição visava transferir o poder político e econômico para os trabalhadores, buscando assim concretizar o processo de uma "segunda Independência". Contudo, é importante ressaltar que esse projeto de uma nova Constituição socialista não chegou a ser efetivamente implementado (BOLTON, 2022, p. 171 - 172).

O projeto da Unidade Popular tinha como objetivo alcançar uma forma de democracia econômica, termo cunhado por Allende. Em virtude dessa proposta, a ordem oligárquica chilena, entrelaçada com o imperialismo dos Estados Unidos, foi abalada. Essas transformações, voltadas para as grandes majorias, somente puderam se concretizar devido ao crescente engajamento e imaginação popular que desafiavam o paradigma "portaliano". Esse paradigma sustentava um governo autoritário que preservava e aprofundava a ordem oligárquica, conforme estabelecido pela Constituição de 1925, uma tendência que já se fazia presente desde o governo de Alessandri Palma. O projeto da Unidade Popular transcendia esse paradigma, ao introduzir processos de democratização em diversos aspectos da vida nacional. Nesse sentido, a Unidade Popular representou um momento crucial para a estrutura do Estado chileno, uma vez que essa estrutura estava fundamentada em uma concepção de poder exercido de cima para baixo, não contemplando a participação popular e o exercício de poder de baixo para cima (BOLTON, 2022, p. 172).

Pelo prisma de Bolton (2022), a chegada do projeto da Unidade Popular ao poder levanta a questão de sua viabilidade. Em primeiro lugar, o século XX foi caracterizado por um aumento progressivo da imaginação popular e uma recomposição efetiva das forças sociais e políticas associadas a esse movimento. Nesse contexto, a ascensão das majorias durante esse período provocou uma ruptura no pacto oligárquico estabelecido em 1925, o que culminou na eleição de Salvador Allende como presidente em 4 de setembro de 1970. O pacto oligárquico não foi capaz de conter o avanço das forças populares e suas demandas democratizadoras. Como resultado, esse pacto recorreu à sedição pró-imperialista, que se materializou no golpe de estado ocorrido na manhã de 11 de setembro de 1973 (BOLTON, 2022, p. 172).

Na fatídica manhã, Allende chegou ao *Palácio de La Moneda* e foi informado das operações golpistas em andamento. O país estava sob cerco militar e, apesar dessa

situação adversa, Allende optou por permanecer no Palácio, defendendo o mandato que lhe fora conferido. No entanto, tanto a via chilena para o socialismo quanto os mecanismos políticos para a resolução de conflitos foram suprimidos pela violência. Esse trágico evento marcou o encerramento do período populista e marcou o início de uma nova fase caracterizada por perseguições sistemáticas. Os trabalhadores foram duramente afetados, suas organizações foram desmanteladas e o campesinato sofreu repressão severa. Essa escalada autoritária foi facilitada pelo apoio constante e estratégico da CIA à oligarquia chilena (BOLTON, 2022, p. 173).

Para Bolton, Allende, ao insistir na via pacífica da revolução socialista e recusar a convocação para ações armadas, demonstrou sua postura de resistência definitiva, chegando ao ponto de sacrificar sua própria vida. Para ele, esse sacrifício não era o de um indivíduo comum, mas o de um líder que abraçava os valores eternos da humanidade e buscava conduzir o povo chileno em direção à sua "segunda Independência". A essência de seu último discurso, o foco de Allende reside no desapego, pois se posiciona como uma peça de menor valor, inserida em um amplo processo de elevação dos diferentes povos chilenos. Para Bolton, e por muitos chilenos insurgentes nas ruas nas últimas décadas os quais adotaram Allende como símbolo, a questão se trata do processo coletivo em gestação (BOLTON, 2022, p. 175).

Ao pensar o processo de explosão social em outubro de 2019, cabe notar a perspectiva do antropólogo Rodrigo Ruiz, membro do gabinete da prefeitura de Valparaíso, assim como o prefeito Jorge Sharp²², foi um dos fundadores do Movimento Autonomista. O Movimento Autonomista foi um partido político chileno fundado em 2016; integrava a coalizão política chamada Frente Ampla, que buscava representar uma alternativa às forças políticas tradicionais no país. O Movimento Autonomista se apresentava como uma organização de esquerda e defendia princípios como a autonomia, a participação popular e a justiça social, emergiu como resultado das mobilizações estudantis e sociais que ocorreram no Chile a partir de 2011, conhecidas como o movimento "Chile Despertou"; defendia a descentralização política, a valorização da democracia direta e a ampliação dos direitos sociais. Assim, opondo-se ao modelo

²² Jorge Sharp foi eleito prefeito de Valparaíso em 2016, aos 30 anos de idade, tornando-se o prefeito mais jovem da história da cidade. Durante seu mandato, Sharp buscou implementar uma abordagem participativa e progressista, enfatizando a inclusão social e a promoção de políticas urbanas sustentáveis. Sua gestão foi marcada por medidas voltadas para a descentralização, a participação cidadã e a revitalização da cidade de Valparaíso.

econômico neoliberal predominante no Chile, defendendo a necessidade de uma redistribuição mais equitativa da riqueza e o fortalecimento do Estado como agente regulador da economia.

Embora o Movimento Autonomista tenha tido uma presença política significativa durante a formação da Frente Ampla e nas eleições municipais de 2016, enfrentou desafios em relação à sua consolidação e expansão. No entanto, seu surgimento e participação no cenário político chileno contribuíram para o debate e a diversificação das opções políticas no país, atualmente é uma das correntes que formaram o partido Convergência Social, o qual foi fundado em maio de 2019. O partido Convergência social é atualmente quem abriga Gabriel Boric, presidente em exercício do Chile.

A reflexão de Rodrigo Ruiz, intitulada “É necessário constituir novamente uma Esquerda com pensamento estratégico” (2022), no qual reflete o caráter destituente da figura de Allende também em 18 de outubro de 2019. Para Ruiz (2022), foi inaugurado um ciclo de transformações de longa duração. Contudo, considerar tal fato como mero lugar-comum ou algo óbvio seria simplista, para Ruiz, o ponto menos óbvio consiste em reconhecer que, nesse contexto, não ocorrerá um desfecho definitivo.

Deve-se assim, evitar a expectativa de que esse ciclo breve conduza a um encerramento completo, pois frente a todas as forças de cooptação neoliberais impostas ao país em todos os anos pós Pinochet são extremamente profundas. De fato, alguns encerramentos parciais têm ocorrido, a exemplo do Acordo pela Paz e da promulgação de uma nova Constituição, no entanto, o aspecto fundamental reside no processo que se desencadeou para o povo chileno, o processo de reconhecer uma forma política radical e horizontal possível (RUIZ, 2022, p. 293).

Faz-se assim, oportuno a retomada da discussão acerca dos povos do Chile. Há uma multiplicidade de povos, todos manifestaram seu desejo de avançar em direção a um modo de vida distinto. A expressão mais autêntica desse anseio provém, sem dúvida, dos jovens, em especial das mulheres, pois são elas que vivenciam de forma mais intensa a desigualdade; nelas, há uma condensação do imaginário do futuro, que leva em conta, por exemplo, a questão ecológica somada as lutas sociais imediatas (RUIZ, 2022, p. 293).

Ruiz, percebe ao analisar os diversos grupos com pautas transversais que somaram vozes as quais ecoam ainda, no momento presente; a urgência de promover

transformações profundas, pois a humanidade enfrenta ameaças iminentes. No Chile, a partir do dia 18 de outubro, tem início um ciclo abrangente de mudanças que demanda uma análise cuidadosa. Trata-se de um processo extenso e significativo que remonta à implementação do modelo neoliberal no país, sendo também uma resposta à derrota de um importante momento de inovação política representado pelo governo de Allende (RUIZ, 2022, p. 294).

Naquela época, o Chile se destacou por conceber um caminho para o socialismo que se diferenciava dos padrões existentes no mundo, representando uma "revolução com empanadas e vinho tinto" com projeção global. Tal distinção não se limita à escolha entre luta armada ou luta eleitoral, mas sim à busca por uma abordagem latino-americana distinta do modelo soviético. Tanto Che quanto Allende tinham em mente essa visão, no entanto, o projeto foi derrotado, resultando na destruição de quarenta anos de construção de classe e movimentos populares a partir de 1973. Esse momento marcou uma contrarrevolução histórica que instalou o modelo neoliberal, aniquilando um nível significativo de imaginação histórica que havia se desenvolvido desde a década de 1920, quando a dominação oligárquica no Chile entrou em colapso. Então, para Ruiz, novamente presencia-se uma ruptura (RUIZ, 2022, p. 293).

Ruiz equipara o ciclo político iniciado em 2019, a profundidade histórica das décadas de 1920 e 1930, momento quando a esquerda chilena emergiu também com uma imaginação fervilhante de formas libertárias de dissidência, com a fundação do Partido Comunista e do Partido Socialista, delineando o modelo da Unidade Popular e o governo de Allende, à época, marcados pela visão de socialismo e pela associação com a revolução acompanhada de empanadas e vinho tinto. Atualmente, para o antropólogo, existiria forças políticas em amadurecimento, porém com uma longa disputa frente a contraofensiva neoliberal à frente (RUIZ, 2022, p. 294).

Indubitavelmente, a tradução dessas reflexões em uma ação política imediata revela-se uma empreitada desafiadora. Para Ruiz, demonstra-se imperativo reconstruir a esquerda no contexto chileno com uma perspectiva de uma razão estratégica. O antropólogo elege como maior obstáculo enfrentado pela esquerda chilena, após a derrota de 1973, a incapacidade de impulsionar um projeto dotado de uma vocação estratégica, a exemplo do que fora alcançado pelos comunistas, socialistas e anarquistas no alvorecer do século XX. Necessita-se forjar um projeto estratégico que se imponha diante da

trajetória histórica, que confronte as dinâmicas do capitalismo no século XXI. Cabe a esquerda, apreender tais ondas de longo prazo no intuito de construir um projeto de luta e de uma nova sociedade, por meio da modulação que se demonstra das experiências imediatistas. A conjuntura atual apresenta-se como um terreno fértil para tal abordagem (RUIZ, 2022, p. 294).

Possivelmente, a culminância dessa conjuntura ocorrerá por meio do processo constituinte. Todavia, esse desfecho abre espaço para um momento subsequente de relevância, que se estende por um período mais prolongado e implica em discussões específicas e formas de organização distintas. Curiosamente, destaca-se a menção aos "independentes" e ao lugar que ocupam no contexto do processo constituinte; no entanto, emergiu uma espécie de minoria nova, à qual se reserva, de maneira paternalista, espaços especiais, e que cabe o cuidado para não margear a antipolítica e o surgimento de aprofundamentos de assujeitamentos neoliberais (RUIZ, 2022, p. 295).

Ruiz conclui que os movimentos progressistas não vinculados a política institucional, e os partidos de esquerda, necessitam imprimir uma racionalidade estratégica face a esse mundo em condições não escolhidas, as quais os dispositivos de assujeitamento e convencimento neoliberais fervilham. Esta é a arena na qual irão ser travadas as batalhas, mesmo sem termos projetado suas características, nem definido as regras ou a duração do jogo. A luta nas ruas que acompanharam o processo Constituinte, para Ruiz deve refletir o imaginário de transformação que permeia as mobilizações atuais. Em outras palavras, deve abraçar um conteúdo pós-neoliberal de maneira radical (RUIZ, 2022, p. 295).

E nesse ponto que a juventude se faz especialmente pertinente, e o uso da imagem de Allende, traz diferentes camadas, dependendo do recorte geracional que o observa. O atual mandatário do Chile, Gabriel Boric, que se tornou conhecido como líder estudantil durante o movimento estudantil conhecido como "Revolta dos Pinguins" ou "Revolução dos Pinguins" no Chile, sendo um dos muitos estudantes que participaram e se envolveram nas manifestações.

A Revolta dos Pinguins ocorreu em 2006 e foi um movimento estudantil massivo no Chile, caracterizado por protestos e manifestações em todo o país. Os estudantes secundaristas chilenos organizaram-se para exigir melhorias na qualidade da educação, como acesso mais amplo à educação gratuita e de qualidade, e reformas no sistema

educacional chileno. Gabriel Boric era estudante secundarista na época e participou ativamente das mobilizações estudantis. Tal evento, impulsionou significativamente a entrada de jovens ativistas na política chilena, e Gabriel Boric, posteriormente, seguiu carreira política, tornando-se um político influente no país; foi eleito deputado em 2013 e, mais tarde, em 2021, foi eleito presidente do Chile, tornando-se o chefe de Estado mais jovem na história do país.

No prefácio do livro “Discursos de Allende: a revolução desarmada” (2022), Boric traz considerações importantes referentes ao recorte geracional;

Meu interesse por Allende não decaiu com o passar dos anos e, pelo contrário, se estende a novas latitudes e gerações. Creio que isso se deva, em parte, à coerência de sua biografia e seu gesto final, consistente com seus valores ideais, mas também à sua lealdade explícita com as pessoas, especialmente as negligenciadas. Em tempos de "política líquida", essa coerência provoca uma justificada admiração, especialmente nas gerações mais jovens (BORIC, 2022, p. 9).

Para Boric, Allende defendeu a conjunção entre socialismo e democracia, buscando transformações estruturais através das instituições e da legalidade democrática. Ele enfatizou a importância de uma sociedade civil forte e organizada, representada por sindicatos poderosos, para promover mudanças progressivas e conscientizar o povo como sujeito político. Sua abordagem foi pacífica, baseada na força social e no apoio de um movimento comprometido com as transformações (BORIC, 2022, p.9).

Allende trouxe uma nova abordagem para a esquerda chilena, rompendo com ortodoxias estabelecidas. Seu pensamento foi moldado por meio de discursos que estabeleceram uma relação pedagógica com o movimento social, desenvolvendo uma visão distinta do socialismo e da transição para esse sistema. Seu discurso de vitória em 4 de setembro de 1970, na sacada da Federação de Estudantes da Universidade do Chile, marcou o clímax de um processo iniciado em 1952. Após quatro tentativas, Allende finalmente triunfou nas urnas. Naquela noite, Allende exortou o povo a voltar para suas casas com alegria pela vitória alcançada, mas também alertou para os desafios futuros. Ele transferiu o protagonismo para o povo e pediu que retornassem em paz, evitando qualquer ato de vandalismo. A celebração terminou pacificamente, atendendo ao seu pedido (BORIC, 2022, p.10).

Para Boric, Allende acreditava que o Chile possuía uma história democrática e um compromisso com a legalidade, o que o levou a buscar a construção de uma nova

sociedade dentro das instituições e da legalidade existente. Ele via as condições históricas e institucionais do Chile como maduras o suficiente para permitir essa transformação. Boric conclui que a experiência da Unidade Popular, liderada por Allende, refletia o contexto e os anseios de sua época e, não sendo um modelo replicável no presente, entretanto reconhece em Allende, uma potente imaginação política e originalidade. Conclui conclamando intelectuais e agentes políticos, a responsabilidade de apreender a temporalidade presente e os projetos políticos urgentes em sintonia com a era histórica contemporânea (BORIC, 2022, p.11 - 12).

Assim, Allende simboliza hoje, um chamado a revisão das estratégias e dos símbolos políticos, mas acima de tudo, ainda é a imagem de sacrifício de um projeto político popular atropelado pela condição de guerra do capitalismo selvagem do contexto da guerra fria. Porém, que não se faz menos feroz hodiernamente. A juventude, em sua ressignificação de Allende como mártir, mas não enquanto receituário a ser replicado, demonstra um entendimento sofisticado e profundo da realidade de enfrentamento do neoliberalismo e sua sanha pelo autoritarismo em sua forma contemporânea. Ainda assim, a sombra de Allende converteu-se em um símbolo de dissidência e das lutas populares no Chile.

3.4. Da revolta dos pinguins à destituição do neoliberalismo

Primeiramente, é pertinente remontar a "Mobilização Estudantil Chilena de 2006", retratada pelo jornalista Richard Romancini, professor de comunicação da Universidade de São Paulo (USP), no artigo intitulado: "Ativismo e juventude: os protestos estudantis chilenos (2006 e 2011) e brasileiro (2015)" de 2019, o qual trata das relações entre os ativismos juvenis contemporâneos no Chile. Coloquialmente conhecida como a "Revolta dos Pinguins", ocorrida durante o primeiro mandato de Michele Bachelet em 2006. Tal manifestação representou um ponto crítico na história política e social do Chile. O nome derivou do traje escolar preto e branco tipicamente usado pelos estudantes, semelhante à aparência dos pinguins.

Tal movimento de protesto, iniciado predominantemente por estudantes do ensino médio em maio de 2006, opôs-se vigorosamente à Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE), instituída no último dia do regime ditatorial de Pinochet, em 1990 (ROMANCINI, 2019, p. 2 – 3). Os manifestantes argumentavam que a LOCE contribuía

para a perpetuação de uma profunda desigualdade no acesso à educação, uma vez que a lei transferiu uma parcela significativa da administração da educação pública para as autoridades locais.

Tal descentralização resultou em uma notável disparidade na qualidade da educação entre áreas socioeconômicas distintas, favorecendo as regiões mais abastadas em detrimento das mais carentes. Conseqüentemente, os estudantes demandavam uma reforma substancial no sistema educacional, visando garantir equidade de oportunidades educacionais (ROMANCINI, 2019, p. 3).

Deve-se notar, entretanto, que em 2011, durante o primeiro mandato de Sebastián Piñera, ocorreram outros protestos estudantis significativos no Chile, cujo foco era a luta por uma educação gratuita e de alta qualidade para todos os cidadãos. Tal evento, embora separado, é frequentemente associado à "Revolta dos Pinguins" de 2006 devido à similaridade de suas demandas educacionais. A Insurreição Estudantil Chilena de 2011, constituiu uma sequência de manifestações nacionais lideradas por estudantes do ensino médio e universitário.

Essas manifestações foram instigadas por uma variedade de preocupações relacionadas à estrutura educacional chilena. Os manifestantes expressaram seu descontentamento em relação ao custo proibitivo do ensino superior, ao nível de endividamento estudantil, à qualidade insatisfatória do ensino público, à segregação socioeconômica e ao gerenciamento do sistema educacional, que havia sido largamente privatizado durante o regime ditatorial de Pinochet (ROMANCINI, 2019, p. 4).

Os estudantes solicitavam uma reforma substancial do sistema educacional, que incorporasse os seguintes aspectos: educação pública, gratuita e de qualidade para todos os cidadãos, abrangendo desde o ensino primário até o superior. A eliminação do lucro na educação, visto que muitos estabelecimentos educacionais pertenciam a entidades privadas. E, a inclusão dos estudantes no processo decisório relativo ao sistema educacional. As manifestações tiveram início com ocupações de instituições de ensino, tanto escolas quanto universidades, e se expandiram até incorporar marchas massivas que, em certos casos, mobilizaram centenas de milhares de indivíduos (ROMANCINI, 2019, p. 4).

Tais manifestações foram caracterizadas por frequentes confrontos com forças de segurança e consequente repressão, que incluíram o uso de gás lacrimogêneo e canhões de água. Embora a insurreição estudantil de 2011 não tenha obtido pleno êxito em todas as suas reivindicações, ela alterou significativamente o discurso público acerca da educação no Chile. Esse movimento elevou a conscientização sobre as desigualdades e injustiças intrínsecas ao sistema educacional chileno e exerceu influência sobre políticas e eleições subsequentes no país. Interessante notar o germe dissidente pós-anarquista nos dispositivos de resistência acionados pela juventude chilena, Romancini prossegue:

O movimento foi chamado por alguns de “Inverno chileno” – em alusão à “Primavera árabe”, que ocorria quase no mesmo período – e também foi associado por outros ao dos “indignados” espanhóis, entretanto as raízes do protesto estão nas condições sociais do Chile, relacionadas à desigualdade, mencionadas. Diferentemente de 2006 quando houve ampla “tomada” dos colégios, em 2011 os estudantes chilenos privilegiaram a ocupação de espaços públicos, em marchas e concentrações, houve ainda a utilização de novas práticas de protesto carregadas de simbolismo, como a realização de *flash-mobs*, utilização de máscaras e fantasias pelos manifestantes e ocupações de espaços como a sede do Partido Democrata Cristão, como forma de demonstração do protesto, além de campanhas virtuais na internet (ROMANCINI, 2019, p. 5).

No livro “A nova América Latina” do sociólogo boliviano Fernando Calderón e do sociólogo espanhol Manuel Castells (2021), no qual tratam dos principais eventos recentes ocorridos ao longo da América Latina e, buscam apreender igualmente os principais motores dos movimentos sociais chilenos. Os autores descrevem:

Recuperando a memória de Salvador Allende em La Alameda (“Se sente, se sente, Allende está presente!”), os jovens chilenos tentavam projetar um novo tipo de vida, de educação e de política. Suas múltiplas demandas tinham como centro, nem mais nem menos, o papel estratégico de uma educação inclusiva e viva de qualidade numa sociedade inovadora e democrática (CALDERON & CASTELLS, 2019, p. 242).

Calderón e Castells, chamam atenção para as pautas das manifestações ocorridas em maio de 2011, na qual jovens estudantes universitários chilenos iniciaram um movimento de protesto em defesa da educação pública gratuita e de qualidade. Suas demandas específicas incluíam o aumento e pagamento das bolsas estudantis, a redução dos juros dos empréstimos educacionais, a participação dos estudantes no planejamento das políticas educacionais e das universidades, e um maior controle estatal sobre as instituições de ensino privadas. Apesar de centrado na área educacional, o movimento despertou reflexões e debates na sociedade, obtendo gradualmente legitimidade. Em

agosto de 2011, 76% dos chilenos concordavam com as reivindicações dos estudantes universitários. Além disso, movimentos estudantis secundários surgiram em apoio às demandas apresentadas (CALDERON & CASTELLS, 2019, p. 242).

O movimento de protesto levado a cabo pelos estudantes universitários chilenos em maio de 2011 extrapolou a esfera educacional e passou a questionar outros aspectos do poder público. Além das demandas relacionadas à educação, surgiram críticas ao sistema de saúde, problemas habitacionais e o sistema de pensões, buscando um novo modo de vida mais alinhado à identidade latino-americana. Esse movimento rejeitava a perspectiva neoliberal no campo das políticas públicas e visava alcançar inclusão e justiça social, bem como expandir a participação cidadã e aprofundar a democracia, tanto em termos de extensão quanto de reconhecimento de direitos (CALDERON & CASTELLS, 2019, p. 242).

Além disso, o engajamento dos manifestantes abrangeu questões relacionadas à ação do Estado em relação às minorias étnicas, em especial o povo Mapuche, bem como críticas à degradação ambiental e às problemáticas do racismo e do sexismo presentes na sociedade chilena. O movimento estudantil não apenas desafiou os limites do sistema de partidos políticos, mas também lançou questionamentos sobre sua eficácia e representatividade, resultando em uma reconfiguração da participação política (CALDERON & CASTELLS, 2019, p. 243). Os autores prosseguem:

Correntes de esquerda, como comunistas e anarquistas, bem como estudantes independentes, mostraram-se desejosos de participar na construção de uma universidade e sociedade distintas, afastadas das lógicas ditadas pelos mercados. O caráter democrático do movimento pode ser evidenciado pelos debates públicos realizados e pelas decisões tomadas por maioria nas assembleias.

Embora o movimento ainda não tenha alcançado todas as suas metas, é inegável o impacto das mudanças que ele trouxe para a agenda política e cultural do Chile. (CALDERON & CASTELLS, 2019, p. 243).

Um marco importante apontado por Calderón e Castells (2022), ocorreu na eleição nacional de 2017, quando o movimento decidiu se estabelecer como uma nova força política autônoma, fundando o partido já citado Movimento Autonomista, hoje fundido ao Convergência Social. Em 2017 obteve uma porcentagem de votos superior a 20%, no entanto, devido à exigência institucional de idade mínima de 35 anos para ocupar a presidência, nenhum dos líderes do movimento pôde se candidatar. Para contornar essa

limitação, recorreram à jornalista feminista Beatriz Sánchez, que concorreu como uma candidata independente. Essa situação reflete a disparidade entre a antiga dinâmica política chilena e a realidade das novas lideranças emergentes. (CALDERON & CASTELLS, 2019, p. 243 - 244).

O antropólogo Oscar Aguilera Ruiz, professor da Universidade do Chile, autor da obra “*Generaciones: movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal*” (Gerações: movimentos juvenis, políticas de identidade e disputas por visibilidade no Chile neoliberal) de 2014, propõe compreender o movimento estudantil chileno no período de 2006 a 2011, considerando a construção histórica da presença dos jovens na sociedade e no campo intelectual. Diversos eventos e movimentos ao longo da história, como as vanguardas literárias, a candidatura presidencial de Vicente Huidobro em 1925 e o surgimento do movimento contracultural na década de 1960, moldaram o cenário em que o movimento estudantil se desenvolveu. No entanto, apesar dessas referências históricas, algumas narrativas desconsideraram a agência política dos jovens, retratando-os como desmotivados e apáticos em relação à política (RUIZ, 2014, p. 9).

O antropólogo aponta que, a partir da revolta dos pinguins, houve uma mudança significativa na compreensão da juventude e do movimento estudantil. O amplo processo de mobilização estudantil iniciado em maio de 2006 no Chile teve um impacto global, destacando-se pela participação massiva e clareza comunicativa dos estudantes secundaristas que questionaram o sistema educacional em uma sociedade neoliberalizada. As manifestações, ocupações de instituições educacionais e discussões midiáticas sobre a educação como um direito provocaram uma resposta institucional por meio da criação da Comissão Assessora Presidencial (CAP), composta por diversos setores políticos (RUIZ, 2014, p. 9).

Para Ruiz, embora o relatório emitido pela CAP²³ tenha carecido de legitimidade política, foi eficaz na elaboração da nova Lei Geral de Educação (LGE), substituindo a antiga Lei Orgânica Constitucional de Educação (LOCE), que pouco modificou a

²³ A sigla "CAP" refere-se à *Comisión Asesora Presidencial* (Comissão Consultiva Presidencial, em português). A CAP é uma instância consultiva formada por representantes de diferentes setores políticos e sociais, convocada pelo presidente do Chile para fornecer recomendações e assessoria em determinadas questões de interesse nacional. Sua composição pode variar de acordo com o tema em discussão, e suas conclusões geralmente têm o objetivo de embasar decisões políticas ou a elaboração de políticas públicas.

concepção, gestão e sentido da legislação anterior. Já em 2011, os estudantes universitários mobilizados identificaram e reivindicaram questões relacionadas aos pilares do modelo neoliberal, como o papel subsidiário do Estado no financiamento da educação e a compreensão da educação como um bem de consumo regulado por interesses privados (RUIZ, 2014, p. 10 - 12).

O governo, inclusive, falhou em fiscalizar práticas de lucro em universidades privadas, como demonstrado pelo caso do fechamento da *Universidad del Mar* e investigações subsequentes. É pertinente uma leitura geracional das principais razões da juventude afirmar-se com um setor de constantes dissidências frente a configuração neoliberal das políticas públicas do Estado chileno, e cabe apropriar-se da perspectiva teórica de Ruiz, a fim de apreender a funcionalidade estratégica de tais manifestações no contexto chileno (RUIZ, 2014, p. 10 - 12).

3.5. A juventude e a luta do movimento estudantil chileno: uma perspectiva teórica geracional

Segundo Ruiz (2014), a ação coletiva e os movimentos sociais têm sido objeto de estudo de diversos autores, que se preocupam em compreender por que as pessoas se unem, quando o fazem e com quais resultados. Esses estudos apresentam duas orientações principais: uma abordagem funcionalista que vê os comportamentos coletivos como resultado de desajustes nas estruturas sociais, e outra que enfatiza o papel dos sujeitos e suas capacidades em relação ao contexto em que estão inseridos. Dentre as abordagens que enfocam o papel dos sujeitos e sua agência, destacam-se a Teoria de Mobilização de Recursos e a Estrutura de Oportunidades Políticas. Essas teorias analisam os aspectos racionais e objetivos das práticas coletivas, considerando fatores como a abertura dos sistemas políticos e a capacidade dos grupos em provocar transformações em seus ambientes imediatos. Elas fornecem instrumentos conceituais para uma compreensão mais instrumental e operacional dos movimentos sociais, considerando seus objetivos e as formas específicas que suas ações coletivas assumem (RUIZ, 2014, p. 13).

Segundo Ruiz, essa abordagem mais instrumental e expressiva contrasta com perspectivas culturais e de sentido, que consideram as dimensões simbólicas e significados atribuídos às ações coletivas. É importante ressaltar que, no contexto do movimento estudantil, essa segunda orientação permite uma análise mais aprofundada,

considerando tanto preocupações de ordem instrumental quanto expressiva. A compreensão dos movimentos sociais requer uma abordagem que leve em conta tanto as metas buscadas quanto as formas concretas como essas ações coletivas se manifestam (RUIZ, 2014, p. 13).

As perspectivas sobre a ação coletiva e os movimentos sociais variam entre abordagens funcionais e culturais. Enquanto algumas teorias enfatizam os aspectos racionais e objetivos das práticas coletivas, como a Teoria de Mobilização de Recursos e a Estrutura de Oportunidades Políticas, outras destacam as dimensões simbólicas e culturais presentes na sociedade. Essas perspectivas culturais examinam os significados atribuídos à ação coletiva e o papel das identidades e adstrições comunitárias. No entanto, é importante notar que as visões antagônicas sobre o surgimento da ação coletiva muitas vezes deixam de abordar aspectos importantes (RUIZ, 2014, p. 14).

Essa separação implícita entre movimentos instrumentais e movimentos expressivos-identitários não captura a complexidade da ação coletiva, onde elementos instrumentais e identitários coexistem e se interligam. A compreensão dos movimentos sociais requer uma abordagem que leve em conta tanto os objetivos racionais e operacionais quanto as dimensões culturais, simbólicas e identitárias das ações coletivas. Esses elementos estão intrinsecamente ligados e contribuem para o processo coletivo, independentemente do foco específico do movimento social em questão (RUIZ, 2014, p. 14 - 15).

Essa distinção entre visões antagônicas sobre o surgimento da ação coletiva revela a necessidade de abordar a complexidade desse fenômeno. Enquanto alguns enfoques privilegiam aspectos instrumentais e transformadores das instituições políticas e econômicas, outros enfatizam a importância dos valores, normas, identidades e compreensões coletivas presentes nos movimentos sociais. É crucial reconhecer a interação desses elementos no processo coletivo, independentemente do tipo de movimento em questão. Além disso, é necessário adotar uma abordagem situada das práticas políticas juvenis, considerando tanto os contextos socioculturais mais amplos quanto os processos específicos que moldam a formação de comunidades juvenis. Dessa forma, ao integrar as perspectivas da Teoria da Mobilização de Recursos, da Estrutura de Oportunidades Políticas e dos Marcos Identitários, podemos obter uma compreensão mais abrangente e aprofundada da ação coletiva juvenil (RUIZ, 2014, p. 15).

A perspectiva teórica da Estrutura de Oportunidades Políticas, parte do reconhecimento do sistema político institucionalizado, composto pelo governo e sistema de partidos, como um facilitador e promotor do surgimento de ações coletivas e movimentos sociais. Essa abordagem concentra-se nas relações entre política institucionalizada e ação coletiva, destacando que as oportunidades políticas proporcionadas pela estrutura institucional em momentos históricos específicos são determinantes para o surgimento de ações políticas não institucionalizadas, há alguns importantes estudos sobre a mobilização estudantil secundária no Chile em 2006, baseados nessa perspectiva. Ruiz, aponta que um conceito teórico relevante nesse contexto é o de "oportunidade política", que permite analisar as variáveis sociopolíticas que influenciam a constituição de atores e ações coletivas. No caso chileno, destaca-se o sistema político restritivo, caracterizado pelo sistema eleitoral binominal, que favorece grandes blocos políticos e não oferece representação proporcional, excluindo grupos minoritários a menos que se juntem a esses blocos hegemônicos (RUIZ, 2014, p. 15 - 16).

A estabilidade política na classe governante no contexto chileno é caracterizada pela existência de um sistema eleitoral que promove consensos entre o governo e a oposição, resultando em uma baixa relevância dos movimentos sociais em termos político-institucionais; entretanto, essa estabilidade foi constituída às custas da exclusão de partidos não inscritos nos grandes blocos e da autoexclusão dos jovens, que não participam ativamente das eleições. Além disso, a política de coalizão no país é praticamente inexistente devido à natureza endogâmica do sistema político, impedindo a classe política de estabelecer acordos com setores cidadãos para a implementação de projetos específicos. Essa falta de diálogo e representatividade é exemplificada pela criação do Comissão Consultiva Presidencial (CAP) em resposta à mobilização estudantil de 2006, cujas propostas não contemplaram as principais demandas dos estudantes devido à representação majoritária das elites políticas (RUIZ, 2014, p.16).

Adicionalmente, a tendência do Estado e do governo chileno é reprimir manifestações e protestos, priorizando a estabilidade e a ordem pública em detrimento do direito de livre expressão e manifestação dos cidadãos. Embora nos últimos anos tenha havido uma maior permissão para manifestações públicas, a polícia mantém o poder de intervir e dispersar qualquer manifestação considerada uma perturbação da ordem pública. Tais dimensões analíticas evidenciam a importância de compreender o contexto político e social em que as ações coletivas ocorrem, bem como as oportunidades e

restrições que moldam a eficácia e o fortalecimento dos movimentos sociais diante das autoridades institucionais. Mostra-se essencial reconhecer que os movimentos sociais e as formas de ação coletiva assumem diferentes configurações conforme as oportunidades e limitações políticas presentes no contexto específico (RUIZ, 2014, p. 16 - 17).

Segundo Ruiz, a perspectiva teórica da mobilização de recursos baseia-se na premissa de que a racionalidade dos atores sociais direciona e define os objetivos das ações coletivas. Esta abordagem focaliza menos nas disposições institucionais favoráveis à emergência de ações coletivas, e mais na capacidade intrínseca de grupos e movimentos sociais de alcançar seus objetivos. A partir desse prisma, a racionalidade atua como um marcador para ações coletivas, desafiando teoricamente a hegemonia da psicologia de massas que inspirou os primeiros esquemas interpretativos dos movimentos sociais. Neste contexto, a "mobilização de recursos" emerge como um enfoque que, baseado na suposição de que o conflito é uma estrutura fundamental da ordem política e social, sugere que a ascensão de movimentos sociais está menos relacionada à existência de conflitos e insatisfações per se, mas mais à capacidade das organizações ou agrupações em mobilizar e ativar publicamente essas tensões (RUIZ, 2014, p. 17 - 18).

Assim, elementos como a construção de lideranças, os meios e modalidades de mobilização, e os recursos econômicos ou materiais investidos em uma mobilização, ou na formação de "famílias de movimentos" (alianças e articulações), constituem eixos analíticos na formação do poder em movimento. Conforme indicado por Ruiz, essa perspectiva enfoca na identificação de fatores instrumentais que facilitam o sucesso da mobilização social, contestando a noção de que os movimentos sociais são apenas protestos espontâneos e desorganizados, e realçando a importância da estrutura organizacional de mobilização e a gestão de recursos (RUIZ, 2014, p. 18).

A análise das práticas coletivas dos jovens chilenos revela apontamentos importantes para a compreensão do aumento das mobilizações juvenis entre 2006 e 2011. Essas observações incluem um processo gradual de redefinição dos modelos organizacionais, substituídos por estruturas mais horizontais e não permanentes; uma mudança na forma como o descontentamento é manifestado e contestado, com o abandono de formas tradicionais e centralizadas de protesto em favor de modalidades moleculares locais; e a emergência de múltiplas lideranças juvenis que, em muitos casos,

se formam politicamente dentro das estruturas institucionais existentes (RUIZ, 2014, p. 16 - 17).

Segundo Ruiz, tais processos correspondem às "estruturas de mobilização", uma unidade de análise favorecida por teóricos da perspectiva de mobilização de recursos, de acordo com Delgado, essas estruturas referem-se às bases organizacionais e à formalização e institucionalização dos coletivos sociais. A mobilização é, então, conceituada como o processo de criação de estruturas de movimento para preparação e realização de ações coletivas, necessitando de diversos recursos. Contudo, essa análise dos movimentos juvenis, focada nas capacidades e estratégias políticas dos atores coletivos, é frequentemente subestimada ou ignorada em análises e coberturas midiáticas (RUIZ, 2014, p. 19).

Seguindo essa perspectiva, leva-se ao rótulo de "novos" ou "surpreendentes" para os movimentos juvenis emergentes, aprisionando interpretações em contextos macrossociais, como a crise do modelo neoliberal de educação. Por isso, a noção de "processo político" emerge como uma ferramenta analítica importante para as práticas coletivas, explicando o surgimento de movimentos sociais como resultado de três processos simultâneos: oportunidades políticas em expansão, organizações estabelecidas e desenvolvimento de conhecimentos compartilhados que legitimam e motivam a atividade de protesto (RUIZ, 2014, p. 19).

Para além das contribuições de teorias que abordam os planos gerais do social (oportunidades políticas) e aquelas que focalizam as capacidades e potencialidades dos atores coletivos (mobilização de recursos). Ruiz também explora as abordagens as quais propõe-se construir uma mediação teórica entre esses dois níveis para compreender integralmente as razões e emoções que impulsionam as ações coletivas e a formação de movimentos juvenis. Tais mediação teórica pode ser estabelecida considerando as dimensões interacionais que fundamentam todas as formas de ação coletiva. Assim, a ação social é entendida como o resultado de processos individuais e coletivos nos quais os sujeitos se tornam atores sociais em relação a outros que conferem sentido às suas ações. Nesse contexto, é essencial valorizar as dimensões culturais e simbólicas que foram negligenciadas em modelos analíticos mais centrados em racionalidade instrumental (RUIZ, 2014, p. 19 - 20).

O conceito de "frame" ou "quadro" de Erving Goffman²⁴, é introduzido por Ruiz, para analisar esses mediadores. Os "frames" são os processos interpretativos pelos quais um sujeito confere sentido ao mundo social que habita, sintetizando e simplificando a realidade por meio de complexos processos de codificação. Nos movimentos sociais, esse conceito se traduz em uma preocupação com os aspectos simbólico-discursivos que significam a realidade social e desenvolvem os movimentos sociais como uma forma de constituir comunidade e legitimar sua ação. Este enfoque permite uma compreensão mais completa da politização juvenil, considerando as dinâmicas culturais e interacionais que impulsionam a ação coletiva (RUIZ, 2014, p. 20).

Como tal, a análise dos 'frames' ou 'quadros' em movimentos sociais enfoca os processos pelos quais esses grupos interpretam e atribuem significado à sua realidade social, criando uma comunidade e legitimando sua ação. Este enfoque enfatiza a importância dos aspectos culturais e simbólicos em tais movimentos, considerando que eles não são apenas reativos a estruturas sociais ou políticas existentes, mas também agentes ativos na criação de novos significados e formas de organização. Este foco em 'frames' culturais e simbólicos complementa as abordagens mais tradicionais que se concentram nas oportunidades políticas ou na mobilização de recursos. Juntos, eles fornecem uma visão mais completa e holística dos movimentos sociais, levando em conta tanto os fatores estruturais e organizacionais quanto as dimensões culturais e interacionais (RUIZ, 2014, p. 20).

Esta abordagem integrada permite uma melhor compreensão dos processos de politização juvenil e das dinâmicas de ação coletiva, considerando tanto as condições sociais e políticas quanto as maneiras pelas quais os indivíduos e grupos atribuem sentido a essas condições e agem coletivamente para transformá-las. No final, esta mediação

²⁴ Erving Goffman (1922-1982) foi um sociólogo canadense, conhecido por suas contribuições significativas para o estudo das interações sociais, da dramaturgia social e das instituições sociais. Uma das principais contribuições de Goffman para a sociologia foi o conceito de "frame", ou "quadro" de referência, presente na obra *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, publicada em 1974. De acordo com Goffman, os quadros ajudam as pessoas a interpretar ou dar sentido ao que acontece ao seu redor, agindo como uma espécie de lente ou filtro através do qual elas percebem o mundo. Essa ideia teve um impacto significativo no estudo dos movimentos sociais, onde o conceito de "enquadramento" se tornou uma ferramenta importante para entender como os movimentos sociais interpretam e apresentam suas causas e ações para o público.

Goffman também é bem conhecido por seus estudos sobre a vida em instituições totais, como hospitais psiquiátricos e prisões, onde ele explorou como as identidades individuais são formadas e reformadas sob condições extremas de controle social; seu trabalho permanece altamente influente na sociologia e em campos relacionados, sendo frequentemente citado como um dos sociólogos mais importantes do século XX.

teórica entre as dimensões macro e micro das ações coletivas oferece uma visão mais rica e complexa dos movimentos sociais, permitindo uma análise mais profunda das motivações, processos e estratégias que impulsionam a ação coletiva e a formação de movimentos sociais (RUIZ, 2014, p. 20).

Os processos de enquadramento, tal como conceituados por Ruiz, consistem na análise dos quadros simbólicos que estruturam a ação coletiva. Esses processos são reconhecidos como pivotaes na constituição da prática coletiva, instrumentalizando a configuração de uma situação específica como problemática e articulando os conflitos que antecipam a emergência das práticas coletivas. Ruiz, ainda sublinha a relevância da solidariedade, do espírito comunitário e do conceito de comunidade imaginada na matriz cognitiva que dá forma à ação coletiva. A identidade, como segundo elemento, diz respeito à construção cultural de uma entidade coletiva - um "nós" - que permite a identificação mútua e a mobilização para a ação. Esta perspectiva, primeiramente direcionada para a identificação de "novos loci de conflito"²⁵ nas obras iniciais de Alberto Melucci²⁶, vem se transfigurando para enfatizar os processos que sustentam a prática coletiva e a preponderância das questões interacionais, relacionais e identitárias em todo movimento social, não limitando-se a grupos específicos predefinidos (RUIZ, 2014, p. 21).

Dentro destas perspectivas, os movimentos sociais são percebidos como intrinsecamente instáveis, alocando uma parcela significativa de seus recursos na

²⁵ "Loci de conflito" é uma expressão que se refere aos lugares ou pontos de conflito em um determinado contexto. "Loci" é a forma plural de "locus", uma palavra do latim que significa "lugar". O termo é frequentemente usado em várias disciplinas acadêmicas, incluindo sociologia, ciência política e estudos culturais, para se referir aos locais onde ocorrem tensões, desacordos ou lutas. Alberto Melucci usa esse conceito em seu trabalho sobre os novos movimentos sociais, os quais emergem de "novos loci de conflito", ou seja, novos espaços ou questões que geram tensão social e política. Melucci discute o conceito de "loci de conflito" em várias de suas obras, mas uma de suas discussões mais conhecidas está em "*Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*" (1996). Onde explora como as mudanças sociais e tecnológicas criaram locais de conflito, que por sua vez deram origem a novas formas de ação coletiva e movimentos sociais.

²⁶ Alberto Melucci (1943-2003) foi um sociólogo italiano conhecido por seu trabalho sobre a teoria dos movimentos sociais e a teoria dos sistemas de ação coletiva; particularmente reconhecido por seu foco nos chamados "novos movimentos sociais", um termo que é frequentemente usado para descrever movimentos sociais que surgiram na segunda metade do século XX, como o movimento feminista, os movimentos de direitos civis, o movimento ambientalista, e outros. Melucci argumentava que esses novos movimentos sociais não eram apenas reações a problemas econômicos ou políticos, mas também expressões de questões culturais e de identidade. Ele sustentava que esses movimentos eram significativos não apenas pelas mudanças que buscavam na sociedade, mas também pelo modo como desafiavam e alteravam as formas dominantes de vida e pensamento.

manutenção da estabilidade do "sistema de ação". As variáveis cognitivas e afetivas emergem como componentes cruciais para a ação coletiva e a mobilização social. A dimensão cognitiva está associada aos processos pelos quais uma situação particular é construída como problemática, portanto, delineando os conflitos que precedem a consolidação das práticas coletivas. Este processo ultrapassa a mera lógica racional, englobando uma compreensão cultural dos processos cognitivos, nos quais a solidariedade e o espírito comunitário são elementos centrais (RUIZ, 2014, p. 21 - 22).

Segundo Ruiz, a dimensão afetiva, outrora subvalorizada em estudos sobre movimentos sociais, ganhou destaque com o advento de práticas políticas que aspiram não apenas alterar o mundo, mas também a vida. Tais práticas, exemplificadas pelo feminismo, ecologia e movimentos LGBTQIA+, revalorizaram a relevância das emoções e sentimentos na formação de manifestações coletivas. Em suma, a perspectiva da identidade enfatiza a formação de um "nós" reconhecível ao redor do qual indivíduos se mobilizam. Isso implica na criação não apenas de um "nós", mas também daqueles "outros" contra os quais nos mobilizamos. Os quadros interpretativos ("frames") são elementos essenciais para interpelar e interagir com o mundo social, bem como o complexo processo de constituição de identidades coletivas e a sua significância na configuração de movimentos sociais (RUIZ, 2014, p. 22).

Enquanto o foco primordial desta investigação remete aos movimentos juvenis, é imperativo inicialmente reconhecer a distinção da juventude enquanto emergência identitária e constituição de um agente social, bem como uma categoria de análise das ciências sociais. A aparição de jovens como agentes sociais pode ser situada de maneira mais precisa no início do século XX, partindo das organizações artísticas e literárias da época, o que culminou na formação e desenvolvimento da Federação de Estudantes da Universidade do Chile em 1906 (RUIZ, 2014, p. 23).

Segundo Ruiz, este período histórico é ainda acompanhado de uma produção ensaística robusta que se dedica a enaltecer e tornar visível o ator juvenil emergente nas sociedades latino-americanas. Isso é ilustrado pela publicação de obras notórias como "Ariel", "Sete Ensaios sobre a Realidade Peruana" e "Carta à Juventude". Estas obras contribuíram decisivamente para consolidar uma identidade geracional entre os setores

juvenis, predominantemente entre as elites “pequeno-burguesas²⁷”, com acesso à educação universitária. Os trabalhos acadêmicos deste período demonstram a maneira pela qual os jovens se inseriram em uma sociedade chilena em processo de mudança social e política, tendendo a apoiar posições políticas que visam à transformação social democrática e o encerramento da etapa oligárquica (RUIZ, 2014, p. 23).

Ruiz, destaca especialmente quanto à juventude como categoria das ciências sociais, destacam-se os trabalhos de Aníbal Ponce²⁸, que abordou a psicologia da adolescência e a ambição e angústia dos adolescentes. Além disso, houve um aumento de pesquisas durante os anos 50, impulsionadas pelas políticas modernizadoras da CEPAL²⁹, que reconheceram a especificidade do ator juvenil. No entanto, essas abordagens tendiam a homogeneizar a juventude aos estudantes universitários, deixando de lado as particularidades e singularidades que transcendem esse grupo específico. Segundo Ruiz, na América Latina, a pesquisa social sobre a juventude tem sido predominantemente focada na reforma universitária e nos processos políticos continentais e mundiais, negligenciando outras manifestações do ator juvenil (RUIZ, 2014, p. 24).

A categoria social da juventude só começou a ser estudada sistematicamente pelas ciências sociais chilenas a partir dos anos 1970; a primeira publicação sobre o assunto, intitulada "*Juventud Chilena. Rebeldía y Conformismo*" de Armand e Michelle Mattelart,

²⁷ "Pequeno-burguesa" é oriundo da terminologia marxista e se refere a uma classe social que se situa entre a burguesia (os proprietários dos meios de produção) e o proletariado (os trabalhadores). Esta classe é composta por indivíduos e famílias que possuem algum grau de propriedade ou controle sobre pequenas empresas, comumente estabelecimentos comerciais ou de serviços, mas que não possuem riqueza ou influência suficientes para serem considerados parte da burguesia. A classe pequeno-burguesa pode também incluir profissionais liberais, técnicos e servidores públicos com certo grau de autonomia em suas ocupações. Em contextos de transformações sociais e políticas, a classe pequeno-burguesa pode desempenhar diferentes papéis e alinhar-se a diferentes forças políticas, dependendo de suas condições econômicas, aspirações e percepções da situação social e política.

²⁸ Aníbal Ponce (1898 – 1938), foi um ensaísta, intelectual e pedagogo argentino; conhecido principalmente por suas contribuições no campo da psicologia e sociologia da educação. Seu trabalho mais conhecido é "Psicologia da Adolescência", publicado em 1938, no qual ele analisa o processo de desenvolvimento psicológico dos adolescentes e as questões sociais e educacionais relacionadas a tal fase. Ponce também escreveu sobre temas como educação popular, filosofia da educação e marxismo. Sua obra influenciou significativamente os estudos sobre a juventude e a educação na América Latina.

²⁹ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Foi criada em 1948 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e sustentável da região, a qual desempenha um papel importante na formulação de políticas econômicas e sociais, no fornecimento de análises e pesquisas sobre questões econômicas e sociais e na prestação de assistência técnica aos países da América Latina e do Caribe. A CEPAL tem sido um importante organismo regional de cooperação e integração na América Latina, promovendo o diálogo e a colaboração entre os países membros.

foi lançada em 1970. Esse estudo reflete as preocupações teóricas da época, buscando compreender os processos de continuidade e mudança social presentes na sociedade chilena, bem como o papel desempenhado pelos diferentes atores sociais. Embora baseada em uma dicotomia entre "rebeldes e conformistas", a análise retrata a diversidade da juventude em suas formas de interação, projeção do futuro e posicionamento no presente (RUIZ, 2014, p. 24).

Segundo Ruiz, durante esse período, houve uma forte presença estudantil e juvenil nos processos sociais, assim como o surgimento de grupos juvenis associados à indústria cultural. Também ocorreu a reforma universitária, iniciada na Universidade Católica de Valparaíso em 1967 e estendida para Santiago em 1968. Paralelamente, o movimento musical da "*nueva ola*" ganhou destaque, sendo divulgado pela revista "Ritmo", que difundia a versão local em espanhol do *Rock and Roll*. No entanto, é importante ressaltar que o estudo dos Mattelart é uma exceção, pois somente na década de 1980 houve uma preocupação sistemática com a juventude como ator social nas ciências sociais (RUIZ, 2014, p. 24 - 25).

Esse interesse se intensificou durante o período da ditadura (1973-1989), quando as universidades estavam sob forte controle estatal pelos dispositivos de repressão, e muitos intelectuais e acadêmicos foram perseguidos. Nesse contexto, a maioria das pesquisas sobre juventude foi realizada por organizações não governamentais (ONG's) e pela Igreja Católica. Os estudos tinham abordagens qualitativas e exploratórias, focando nas ações dos jovens voltadas para a reconstrução do tecido social e político em meio à ditadura. Então, somente nos anos 1980 que a juventude popular emergiu como uma categoria resultante dos processos de transição social, envolvendo modernização econômica e crise política. A expansão da educação possibilitou um período de "moratória" para os jovens de setores populares, sem assumirem integralmente os papéis sociais de adultos, semelhante ao que ocorria na classe média. Esse contexto proporcionou mais tempo livre e recursos limitados para os jovens populares (RUIZ, 2014, p. 25).

No contexto chileno dos anos 1980, surge a categoria da juventude popular como resultado dos processos de transição social, envolvendo modernização econômica e crise política. A preocupação central desse período reside nas formas de ação juvenil nesse contexto. O livro "*Juventud Chilena, Razones y Subversiones*" (1985), escrito

coletivamente por Irene Agurto, Gonzalo de la Maza, Manuel Canales, aponta que as ações juvenis não são um processo finalizado e com um sentido prístino. Pelo contrário, elas podem ser compreendidas como uma tentativa persistente de superar a ação do poder, que envolve punição e exclusão (RUIZ, 2014, p. 26).

Ruiz relaciona esse texto coletivo com uma publicação anterior, "*La rebelión de los Jóvenes*", de Eduardo Valenzuela (1984). Nessa obra, as ações dos jovens de Santiago são analisadas a partir da categoria de anomia, destacando o conflito normativo entre uma estrutura social em processo de modernização, que promove metas econômicas a serem alcançadas, e a impotência de amplos setores da juventude popular urbana. Segundo Ruiz, essa tensão explica as diversas formas de protesto e divergência social em que os jovens se envolvem. Além disso, o texto discute a formação de setores "dentro da sociedade", que acumulam capitais sociais e culturais, permitindo uma mobilização adequada, enquanto outros setores se caracterizam por ações delitivas ou de cunho comunitarista (RUIZ, 2014, p. 26).

Ruiz infere por intermédio das obras mencionadas, que no campo dos estudos sobre juventude, foram desenvolvidas perspectivas teóricas que abordam o sujeito jovem, as quais apresentam divergências entre si. A primeira perspectiva, denominada de sujeito parcial, postula que a juventude é caracterizada pela busca de alternativas diante de um panorama de escassez, sendo concebida como uma "cultura jovem" que engloba práticas e significados atribuídos pelos jovens. Por outro lado, a segunda perspectiva, conhecida como sujeito anímico, sustenta que a falta de integração nas instituições de participação leva ao declínio das formas tradicionais de engajamento dos jovens, resultando em uma ação social guiada por motivações individualistas e uma desintegração de normas e valores fundamentais (RUIZ, 2014, p. 26 - 27).

Ao abordar os direcionamentos dos estudos sobre juventude na década de 1990, Ruiz aponta que após o fim da ditadura, houve uma conscientização explícita da dívida social para com a juventude, resultando em sua problematização e intervenção por meio de políticas sociais, levando assim, à ampliação dos estudos encomendados pelo Estado, cujo objetivo era diagnosticar as situações-problema enfrentadas pelos jovens. Nesse contexto, observou-se uma estagnação na discussão conceitual sobre o sujeito jovem, uma vez que o foco principal estava na aplicação e integração de políticas, em vez de uma abordagem mais crítica e problematizadora (RUIZ, 2014, p. 27 - 28).

Segundo Ruiz, tal mudança de perspectiva, impulsionada pelo próprio Estado, teve um impacto duradouro, moldando os temas, metodologias e abordagens teóricas nos estudos sobre juventude, enfatizando a inclusão social dos jovens, o que resultou em estudos específicos e políticas governamentais voltadas para a educação e formação profissional dos jovens. Os diagnósticos produzidos durante esse período priorizavam a descrição do comportamento juvenil em detrimento da interpretação de seus sistemas de ação (RUIZ, 2014, p. 28).

Porém, em uma perspectiva política, ocorreu uma transição gradual de abordagens centradas na integração social para aquelas que enfatizavam o controle dos jovens. Embora houvesse o reconhecimento da dívida social com os jovens, havia também uma desconfiança em relação à sua participação ativa durante a ditadura. A "apatia" dos jovens em relação à participação no processo de democratização foi interpretada como uma crítica impotente ao sistema democrático emergente, sendo considerada uma resposta à percepção de um ordenamento social pré-estabelecido, baseado em fluxos de integração e exclusão (RUIZ, 2014, p. 28).

A participação política dos jovens é frequentemente discutida com base em um paradigma específico de participação juvenil, referenciado nos movimentos de protesto de 1968 em Paris e na reforma universitária em Santiago. Os jovens das décadas de 1960 e 1970 são vistos como ícones da preocupação e influência dos jovens na sociedade. No entanto, essa abordagem nostálgica tende a interpretar os movimentos juvenis atuais à luz do passado. A geração de 1980 foi considerada uma continuação desse paradigma, enquanto a geração pós-1988 se afastou da política. Hoje, ao insistir nessa perspectiva, a juventude parece menos envolvida com questões políticas e não possui denominações claras (RUIZ, 2014, p. 28).

Ao examinar informações sobre gerações anteriores, percebe-se que o relato da participação juvenil associada ao "mito de 68" perde sua força simbólica. As características associadas à juventude que vivenciou o período da Unidade Popular, tais como engajamento social, mobilização e caráter dissidente, são colocadas em questão diante dos dados de uma pesquisa realizada em 1972 com jovens estudantes secundaristas da comuna de Santiago. Alguns desses dados são convergentes com as atuais formas de participação dos jovens no novo milênio, como o interesse predominante em participar de grupos (RUIZ, 2014, p. 28 - 29).

Embora seja necessário reconhecer as limitações na comparação entre as duas gerações, é possível estabelecer algumas analogias que permitem traçar comparações gerais entre elas. Ruiz ressalta, que tal argumentação não busca reduzir os jovens atuais a meros consumistas nem atribuir exclusivamente aos jovens do final dos anos 1960 muita politização. Segundo o antropólogo chileno, durante os anos 1960, era tão improvável ter afinidades alheias à política quanto o contrário é verdadeiro hoje, e essa dinâmica não se restringe unicamente aos jovens. Portanto, adotar uma abordagem que privilegie o passado em detrimento da compreensão histórica do presente resulta em um jogo perverso de imagens que desvincula os processos políticos juvenis contemporâneos de sua continuidade histórica. (RUIZ, 2014, p. 29).

Segundo Ruiz, a juventude, enquanto categoria social, apresenta-se como um fenômeno político de destaque, sendo associada tanto à expectativa de futuro como ao potencial de risco social, tal complexidade exige um olhar mais atento no contexto chileno, pois é necessário atentar-se as tensões transicionais que permeiam a sociedade até os dias atuais. Dessa forma, é fundamental reconhecer as transformações do significado político, resgatar as experiências históricas mencionadas anteriormente e investigar as interconexões entre juventude e política como primeiro passo para evitar a perpetuação de mitos juvenis (RUIZ, 2014, p. 30 - 31).

Ruiz chama atenção para a atual especificidade da juventude, que se manifesta e se consolida em diferentes esferas sociais organizadas, como associações profissionais, sindicatos e até mesmo dentro do próprio âmbito político governamental, por meio da articulação de políticas sociais. Tais processos contribuem para o fortalecimento das identidades juvenis, mesmo em setores nos quais a dimensão geracional era previamente negligenciada, e até mesmo a importância da categoria juventude como motor das principais lutas sociais contemporâneas no Chile, com protagonismo ímpar. Diante disso, estabelece-se pontes entre movimentos sociais e juventude, ao distinguir entre movimentos que contestam a ordem vigente e movimentos que propõem uma nova ordem. Ruiz ainda reconhece a existência de um ator social jovem que não apenas expressa pontos de vista de classe ou gênero, mas também é portador de vivências particulares e visões de mundo específicas construídas a partir de sua condição geracional (RUIZ, 2014, p. 31).

Os movimentos juvenis são entendidos como formas de organização coletiva que reúnem grupos de jovens que compartilham uma visão de sociedade e buscam promover transformações sociais, ao se envolverem em disputas e conflitos para a construção de uma ordem alternativa. Destaca-se por Ruiz, que nem todos os atores juvenis se consolidam como um movimento juvenil em si, mas permanecem presentes de forma individual em diversos movimentos sociais. Nesse sentido, a análise das relações intergeracionais desempenha um papel essencial para compreender como persiste uma cultura de oposição, uma ideologia de resistência ou a estrutura organizacional de um movimento (RUIZ, 2014, p. 31).

Ruiz demonstra a pertinência de apreender a categoria etária para a análise dos movimentos juvenis, tal abordagem representa um esforço classificatório que não implica necessariamente uma ruptura epistemológica com o senso comum. Portanto, é necessário investigar de que maneira o dado estatístico da idade se converte em um processo sociocultural que revela modos particulares de viver e de se sentir inserido no mundo. Ao considerar a especificidade dos jovens, torna-se possível avaliar a relevância de se falar em geração, seja em termos de unidade cultural ou de unidade geracional. Para o antropólogo, o cerne da questão consiste em avançar em uma compreensão da realidade social para além das classificações formais baseadas em períodos históricos, por meio da análise das dinâmicas culturais que se contrapõem às normas estabelecidas e gradualmente se configuram como pré-condições para a ação coletiva (RUIZ, 2014, p. 31).

Assim, o contexto histórico pós-redemocratização impôs a diferentes gerações uma precarização contínua e perda da qualidade de vida, além das cicatrizes das diferentes formas de violência empregadas pelo Estado, a herança de condições de vida e trabalho que em si, inviabilizava o cumprimento das promessas da suposta elevação de qualidade de vida que o modelo chileno vendia aos vizinhos de continente. Assim, as gerações mais novas são constantemente confrontadas com tal realidade, e por vezes, desde o início do século XXI tem se erguido como resistência ao capitalismo selvagem do primeiro laboratório neoliberal registrado, assim, Ruiz demonstra ainda o que mais pode-se apreender das dimensões analíticas da juventude e dos movimentos coletivos chilenos.

3.6. O protagonismo do movimento estudantil no Chile nas lutas contemporâneas

Segundo Ruiz, a definição e delimitação da ação coletiva são temas disputados no campo acadêmico, revelando a importância de considerar as perspectivas individuais e coletivas, assim como os elementos estruturais que moldam as ações. No contexto do movimento estudantil chileno, duas dimensões analíticas se destacam: as políticas de visibilidade e as políticas de identidade. Essas dimensões permitem uma compreensão mais abrangente das práticas juvenis, considerando tanto as motivações individuais quanto o papel desempenhado pelos grupos e pela "estrutura social" (RUIZ, 2014, p. 33).

A expressão, manifestação e visibilidade são elementos essenciais para a compreensão dos movimentos juvenis. Por meio de estratégias e linguagens específicas, esses movimentos se tornam presentes e visíveis, revelando tanto suas características culturais como as formas pelas quais a sociedade constrói e constitui os diversos grupos sociais que nela coexistem. Para analisar os movimentos juvenis, é necessário considerar os diferentes níveis de organização social, já que nem todas as agrupações juvenis se encontram no mesmo plano: desde grupos informais ou "gângues" juvenis, passando por coletivos juvenis, até movimentos juvenis ou identidades políticas organizadas. Essa distinção analítica permite examinar os graus de articulação social das propostas políticas construídas a partir do campo cultural (RUIZ, 2014, p. 33 - 34).

Segundo Ruiz, os espaços públicos estão sendo ocupados novamente, jovens e outros grupos estão retornando às ruas em festas comunitárias, atividades lúdicas e manifestações políticas. A lógica do fluxo, tão característica da ordem neoliberal, não parece ser tão efetiva nesses contextos. É observável, que as pessoas se encontram e engajam-se, de forma autônoma e aparentemente espontânea. Dessa forma, ao discutir os modos de nomear e ser nomeado no espaço midiático, nos deparamos com o debate sobre as políticas de visibilidade adotadas pelos grupos juvenis, bem como as estratégias de poder hegemônicas (adultocêntricas) que predominantemente são mediadas pela imprensa escrita e audiovisual. Em consequência, há a emergência de compreensão da produção de visibilidade como acesso equitativo ao espaço público e às condições de enunciação dos próprios movimentos sociais. O desafio reside em superar a condição de

"refêns da fotografia" imposta pela mídia na representação dos movimentos sociais (RUIZ, 2014, p. 34).

Ruiz traça sua análise abordando tanto as políticas institucionais direcionadas aos jovens quanto as estratégias comunicacionais adotadas pelos próprios jovens no contexto da construção do movimento estudantil. Pois, a esfera comunicacional desempenha um papel central nas disputas pela visibilidade, tanto no âmbito hegemônico quanto no contra-hegemônico, e constitui um elemento estrutural fundamental na configuração da política juvenil. A produção cultural, por meio de manifestações artísticas, uso de tecnologias e práticas performáticas, revela-se como um espaço de questionamento e elaboração de significados que possibilitam a ação política dos jovens no novo milênio. A performance juvenil, caracterizada por discursos propositivos, esperançosos e lúdicos, não é apenas uma manifestação superficial, mas está intrinsecamente ligada aos conteúdos essenciais do movimento estudantil, contribuindo para a construção de uma subjetividade juvenil engajada (RUIZ, 2014, p. 34 - 35).

Segundo Ruiz, tal contexto suscita desafios analíticos que nem sempre são adequadamente abordados; por exemplo, algumas análises do movimento estudantil secundarista no Chile em 2006, nas quais a experiência mobilizadora aparece explicada de forma simplificada e causal, atribuindo-se seu peso significativo exclusivamente ao modelo neoliberal ou à autonomia dos partidos políticos. No entanto, a realidade das mobilizações e ações coletivas revela-se mais complexa e diversificada, caracterizada por uma multiplicidade de interesses que variam de acordo com a posição dos atores envolvidos, e frequentemente permeada por estados emocionais nem sempre visíveis (RUIZ, 2014, p. 35 - 36).

Dessa forma, é evidenciado que muitas das ações coletivas são constituídas por uma heterogeneidade que enriquece a análise dos processos de produção simbólica na sociedade. Dessa forma, é possível compreender a ação coletiva como resultado das intenções, recursos e limitações dos indivíduos, construída por meio das relações sociais em um sistema de oportunidades e restrições. Portanto, a ação coletiva não pode ser compreendida simplesmente como o efeito de precondições estruturais ou de expressões de valores e crenças, afinal, ao agirem conjuntamente, os indivíduos constroem sua ação por meio de investimentos "organizados", definindo, cognitivamente, afetivamente e racionalmente, o campo de possibilidades e limitações percebido, enquanto ativam suas relações para

conferir significado ao "estar juntos" e aos objetivos que perseguem (RUIZ, 2014, p. 35 - 36).

A perspectiva trazida por Ruiz, mostra-se pertinente para ser vinculada à produção antropológica sobre o ritual, pois permite uma compreensão mais completa das orientações culturais que os jovens expressam em suas ações, bem como das projeções que fazem sobre horizontes simbólicos específicos. Nesse sentido, faz-se relevante questionar as definições clássicas do ritual, que pressupõem que os rituais possuem significados intrínsecos, fixos pela tradição, desafiando constantemente a apreensão que os atores podem ter deles, e apelam para uma espécie de repetição mecânica. Esse modelo desconsidera tanto os mecanismos de apropriação do sentido pelos grupos quanto os atores individuais, imaginativos e minuciosos por meio dos quais os rituais são recriados, transformados, construídos e reinventados na história (RUIZ, 2014, p. 35 - 36).

O ritual juvenil revela uma dimensão mobilizadora que não se limita à repetição mecânica, mas sim à realização performativa e situacional. Os afetos desempenham um papel essencial na constituição dessas práticas, permitindo aos jovens processarem emoções e expressar suas identidades. Na história social do Chile, os jovens têm sido frequentemente invisibilizados, sendo subsumidos em categorias como trabalhadores ou moradores, no entanto, desde a criação da Federação de Estudantes do Chile no início do século XX, há um processo contínuo de formação de um ator juvenil especificamente associado aos estudantes. Exemplos desse engajamento incluem a "rebelião da chaucha" em 1957, na qual os estudantes secundaristas tiveram uma participação destacada, juntamente com setores de trabalhadores e moradores, unidos pela reivindicação de transporte público acessível. Além disso, as mobilizações estudantis nas décadas de 1960 e 1980 também evidenciaram o protagonismo juvenil e contribuíram para transformações sociais mais amplas, embora os jovens muitas vezes tenham sido retratados como atores secundários nesses processos (RUIZ, 2014, p. 37).

Segundo Ruiz, os jovens no Chile engajam-se em diversas formas de ação coletiva, que abrangem desde expressões lúdicas até mobilizações políticas convencionais; essas ações podem ser entendidas como uma afirmação de identidade e como resposta a demandas que afetam um maior número de atores sociais. Por um lado, há mobilizações que visam à criação e sustentação de espaços de sociabilidade juvenil,

como shows, concertos e festas temáticas, organizados de forma autônoma pelos próprios jovens (RUIZ, 2014, p. 38).

Há também, mobilizações que buscam alcançar demandas sociais mais amplas, como os movimentos estudantis, a luta por condições de trabalho dignas e a busca por moradia acessível fora do sistema bancário privado. Essas mobilizações frequentemente adotam estratégias mais tradicionais, como marchas e protestos públicos, bem como o diálogo direto com as autoridades institucionais. Em resumo, os jovens no Chile utilizam uma variedade de formas de ação coletiva, que refletem tanto a expressão cultural quanto a busca por mudanças sociais mais amplas (RUIZ, 2014, p. 38).

Ruiz chama atenção para o fato que, a mobilização juvenil envolve tanto restrições identitárias quanto conflito social, apresentando um repertório diversificado que abrange formas lúdicas e violentas, clássicas e emergentes. Essas modalidades de ação coletiva juvenil estão reconfigurando o repertório de mobilização e protesto, evidenciando três processos interligados: a transição de protestos sociais massivos para ações específicas de grupos direcionadas a demandas específicas; a reconfiguração do espaço político, com a descentralização geográfica das ações e a ocupação de espaços semipúblicos; e a substituição de planejamentos centralizados por ações de protesto localizadas, aparentemente espontâneas, mas que exigem uma coordenação significativa, como observado nas mobilizações estudantis (RUIZ, 2014, p. 38).

A relação dos jovens com a política é influenciada por sua subjetividade, que é moldada por experiências como a relação com a polícia e o desencanto aprendido. Existe uma lacuna significativa entre as experiências cotidianas dos jovens e a ação política institucionalizada, o que contribui para uma crise de representação. A política precisa reconhecer e interpretar a subjetividade dos jovens para estabelecer uma conexão significativa com eles, a fim de compreender, a razão pela incorporação de formas pré-figurativas massivamente aplicadas ao longo das manifestações juvenis no contexto do Chile do século XXI (RUIZ, 2014, p. 39 - 40).

Ruiz compreende que a relação dos jovens chilenos com a política é influenciada por três processos socioculturais. Primeiramente, há uma relação adultocêntrica na qual a juventude é vista como uma fase de preparação para o futuro, limitando sua capacidade de agência no presente. Em segundo lugar, há uma indiferenciação dos projetos políticos

na sociedade chilena, resultando em um distanciamento cultural profundo em relação à política e aos mecanismos utilizados. Por fim, o consumo exerce um poderoso papel na reconfiguração das práticas políticas e nas relações interpessoais, substituindo a política como um meio de realização pessoal. Esses processos contribuem para a dificuldade dos jovens em se engajarem politicamente e encontram-se enraizados nas estruturas sociais e culturais contemporâneas (RUIZ, 2014, p. 41).

Outro ponto destacado por Ruiz, são as dimensões identitárias como parte importante na construção dos movimentos juvenis, ao reconhecer as identidades como resultado de tensões, negociações e intercâmbios entre os atores juvenis, e não essências fixas (RUIZ, 2014, p. 42). A construção de laços afetivos e de uma sensação de pertencimento, aliada à partilha de valores comuns, contribui para o bem-estar dos participantes e para a formação de projetos conjuntos. Embora a amizade não seja necessariamente a motivação inicial para o engajamento, ela se desenvolve ao longo das interações cotidianas, contribuindo para a construção da identidade coletiva do grupo (RUIZ, 2014, p. 43).

Segundo Ruiz, esses vínculos não se limitam a uma dinâmica harmoniosa ou afável, pois a afetividade também pode despertar desinteresse e raiva, sendo responsável por motivar tanto a adesão quanto o afastamento dos grupos. Nesse sentido, a dimensão afetiva assume importância na formação dos laços sociais, os quais ultrapassam as escolhas racionais tradicionais. A confiança emerge como um valor central nessa prática juvenil, tanto na organização interna dos grupos quanto no recrutamento de novos membros. Existe uma busca por uma prática política que esteja mais próxima da vivência cotidiana, na qual a afetividade encontra-se com a ética, gerando uma solidariedade mecânica que promove o reencantamento da política a partir de uma perspectiva ética (RUIZ, 2014, p. 43 - 44).

Para Ruiz, o consenso ético em torno dos valores que fundamentam a prática coletiva, busca criticar as estruturas tradicionais, promover a igualdade e obter reconhecimento. No entanto, essas bases éticas podem ser quebradas por ações individuais ou por grupos, afetando a estabilidade do grupo. Para Ruiz, os jovens têm a capacidade de se envolver em múltiplos espaços de participação, desde que haja compatibilidade entre os valores defendidos por esses espaços (RUIZ, 2014, p. 45). O autor conclui:

Por isso, a definição dos valores que mobilizam uma determinada ação e a busca por compatibilidades com outras causas às quais se juntar é um exercício muito delicado, que aparentemente requer uma dose de relativismo nas crenças centrais do grupo. No entanto, uma vez acordados, espera-se que sejam expressos em todos os níveis possíveis. Talvez uma das temáticas que melhor evidencie esse processo dentro das organizações juvenis seja a questão de gênero, tanto em sua dimensão de equidade nas tarefas e atribuições da organização, quanto na vigilância em relação ao que ocorre na vida cotidiana e nos relacionamentos afetivos, muitas vezes desenvolvidos dentro desses mesmos espaços (RUIZ, 2014, p. 45: tradução nossa).

A história recente do Chile revela a consolidação de uma cultura política que considerava aceitável a perda de vidas humanas em troca de estabilidade econômica, realidade essa a qual as gerações mais novas são confrontadas e atingidas diretamente em suas concepções de futuro. A jornalista Sylvia Colombo, demonstra que outro ponto de tensionamento social no Chile em 2019 na explosão social, juntamente com a questão geracional, foi justamente as demandas de gênero e abordagens feministas (COLOMBO, 2021, p. 57).

Um marco relevante foi a aprovação de uma legislação que despenalizou parcialmente o aborto em casos de estupro, inviabilidade fetal e risco de vida da mãe. As feministas engajaram-se em protestos e se expressaram através de movimentos artísticos, como o grupo chileno *Las Tesis*, que realizou a encenação da coreografia intitulada "*El violador eres tú*" em diversos países da região. Durante as manifestações de 2019, as mulheres chilenas juntaram-se ao movimento reivindicando uma nova Constituição que ampliasse os direitos femininos, incluindo o acesso seguro, legal e gratuito ao aborto. A cantora Mon Laferte³⁰ também teve destaque ao exibir a mensagem "No Chile, torturam, estupram e matam" durante uma cerimônia de premiação Grammy Latinos (COLOMBO, 2021, p. 57).

Tais ações das feministas chilenas foram impulsionadas por uma série de demandas históricas e refletem a busca por uma sociedade mais igualitária e justa. Elas desempenharam um papel crucial na conscientização pública sobre questões relacionadas

³⁰ Mon Laferte é o nome artístico de Norma Monserrat Bustamante Laferte; cantora e compositora chilena. Ganhou notoriedade no Chile e internacionalmente com sua música que mescla diferentes gêneros, como pop, rock, música folk e música tradicional chilena. Mon Laferte é conhecida por abordar temas como, desigualdade social e direitos das mulheres. Além de sua carreira musical, ela também reconhecida por seu ativismo social, especialmente em relação às questões de gênero e direitos humanos. Sua participação nas manifestações no Chile, utilizando sua plataforma artística para expressar mensagens de protesto, tornou-se um símbolo do engajamento político dos artistas no país.

aos direitos das mulheres, à violência de gênero e à desigualdade estrutural que afeta as mulheres no país. A presença marcante das feministas nas manifestações chilenas contribuiu para ampliar o debate público sobre questões de gênero e promover mudanças sociais significativas (COLOMBO, 2021, p. 57-58). O feminismo trouxe à tona demandas urgentes, como a igualdade salarial, o combate à violência contra as mulheres e a garantia dos direitos reprodutivos, auxiliando também no fomento de uma imaginação radical e na busca por zonas de autonomia.

3.7. O protagonismo feminista no *Estallido Social* chileno

Para a historiadora Luna Folegatti, docente na Universidade do Chile, a manifestação do feminismo no contexto chileno expressa-se de forma visual e verbal, assim, apropriando-se das ruas e do espaço público durante crises políticas e econômicas ao longo da história recente; o que fez o movimento tornar-se crucial para apreender as motivações intrínsecas a efervescência social de 2019. Para Folegatti, a jornada feminista está intimamente entrelaçada aos processos históricos pelos quais o Chile tem passado. Observa-se que manifestações diversas e movimentos de resistência surgiram em resposta ao arbítrio e os acirramentos do neoliberalismo no país, entre eles o movimento feminista de 2018, tais mobilizações expressaram a exaustão e o desgosto acumulado pelos cidadãos. (FOLEGATTI, 2021, p. 262)

O dia 18 de outubro tornou-se um divisor de águas, um momento de tornar públicas essas emoções latentes que vinham se desenvolvendo subterraneamente durante a transição do Chile para a democracia; uma gama de movimentos e organizações sociais e políticas se formaram a partir dessas mobilizações. Segundo a historiadora, para esses grupos, os eventos ocorridos não foram uma surpresa, pois, em uma perspectiva mais ampla, o que se apresenta no cenário local, constitui uma clara expressão de injustiça social. (FOLEGATTI, 2021, p. 262).

Nos últimos anos, o feminismo tem desempenhado um papel crucial na socialização dessas experiências, ao passo que traz para o espaço público aquilo que tem sido vivenciado de forma íntima, cotidiana e, muitas vezes violenta no âmbito privado. Essa violência, com um caráter profundamente enraizado na sociedade chilena, a qual manifesta-se nas formas de precariedade da vida das mulheres, desde o alto custo dos

planos de saúde à limitada aposentadoria acessível a elas e, na violência de gênero sofrida dentro de suas próprias casas (FOLEGATTI, 2021, p. 262-263).

O feminismo passou a operar como um elo para compreender e questionar tal dicotomia entre os espaços públicos e privados, tornando-se uma força vital na demanda pela transformação do que antes parecia inalterável: os papéis e tarefas historicamente designados ao feminino e ao masculino. O movimento durante o *estallido social* direcionou-se com grande intensidade num sentido de apropriação coletiva de tais demandas que norteiam a transformação dos dispositivos patriarcais da sociedade chilena. (FOLEGATTI, 2021, p. 263)

Pensar em todo o processo de reformulação da Constituição ou da busca pela erradicação do neoliberalismo no Chile, sem a força do feminismo que diz "basta", seria inconcebível. Este movimento confrontou o estabelecido, alterando a ordem social e, desafiou a normalidade predatória neoliberal do modelo chileno. A transformação necessária não se restringe à reformulação legal ou governamental, mas requer uma mudança nas micro-relações de força nas relações sociais. O feminismo, evidenciando sua capacidade de transformar as relações de poder profundamente enraizadas na sociedade, tem ocupado um lugar essencial nas lutas em níveis cotidianos (FOLEGATTI, 2021, p. 263).

Essa nova forma de organização do feminismo chileno, possui características distintas na atualidade, essas ligadas ao seu caráter jovem, estudantil e autonomistas. O envolvimento de estudantes no movimento feminista, provenientes da "Revolução dos Pinguins" de 2006, foi além das demandas históricas, como o direito ao aborto. Essas estudantes destacaram como as organizações político-estudantis reproduziam divisões de gênero em termos de papéis e ações políticas. Assim, iniciaram um movimento para redefinir a educação, desenvolvendo uma noção de educação não sexista, cujo marco foi o Congresso de Educação Não Sexista de 2014 (FOLEGATTI, 2021, p. 264).

Desde o início das insurreições, observa-se uma expansão de um formato de organização feminista que as distingue entre as demais organizações políticas convencionais ou daquelas associadas à esquerda estudantil. Tais organizações começam a criar seus próprios espaços, permitindo-lhes abordar suas questões específicas e expressar uma série de demandas que a esquerda tradicional, tanto estudantil quanto institucional, enfrentava dificuldades para integrar (FOLEGATTI, 2021, p. 264).

O feminismo atual se manifesta de forma muito mais abrangente em comparação com a tradição das organizações feministas, espalhando-se por redes profissionais,

espaços acadêmicos, ambientes de trabalho, círculos estudantis, movimentos juvenis e comunidades locais. Segundo Folegatti, considera-se que o movimento estudantil conseguiu expandir-se por todo o tecido social urbano pautas de convergência histórica com o feminismo. Além de uma especificidade feminista, a qual está intrinsecamente ligada ao tipo de organização horizontal desenvolvida nesses períodos (FOLEGATTI, 2021, p. 264).

Segundo a historiadora, no Chile o feminismo tem aspectos relevantes, tanto em termos de forma e organização, quanto de conteúdo político. Nos últimos anos, houve uma reflexão feminista mais profunda e diferenciada nas ruas, onde o feminismo destacou a associação dos dispositivos social do papel reprodutor da mulher dentro do patriarcado e como isso se relaciona na realidade vivida nas subjetividades e à governamentalidade neoliberal que tange as mulheres, em contraste aos estudos acadêmicos de gênero que nas últimas duas décadas focaram em políticas públicas, não considerando tal elemento de assujeitamento (FOLEGATTI, 2021, p. 265).

Historicamente, o feminismo passou por três períodos principais no Chile: o movimento sufragista do início do século XX, as organizações feministas dos anos 1980 contra a ditadura e, o *estallido social*. Frequentemente marginalizado, o feminismo pode ser apreendido como máquina de guerra, ativando-se e mantendo um tensionamento contínuo visando uma democracia verdadeiramente popular e efetiva (FOLEGATTI, 2021, p. 266-267). Segundo Folegatti, o feminismo surge para redefinir os limites do político, o que pode ser refletido nas afirmações das feministas dos anos 1980 de que "o pessoal é político" e, a necessidade de "democracia no país e em casa", no período de tensionamento pela redemocratização chilena (FOLEGATTI, 2021, p. 267-268).

Atualmente, há a necessidade de revisar não apenas a democracia liberal, mas os dispositivos de poder da sociedade como um todo, destacando a violência institucional contra os diferentes grupos transversais, como uma questão política, das cicatrizes de tempos pretéritos. As feministas dos anos 1980, mantendo-se críticas à institucionalidade estatal, buscavam a democratização em vários planos, desde o institucional até o social. No entanto, durante a transição para a democracia nos anos 1990, a unidade do movimento feminista começou a se fragmentar. Uma tendência dominante foi a ocupação conservadora do Estado através da criação de espaços institucionais de gênero, especialmente sob a Democracia Cristã (FOLEGATTI, 2021, p. 268-269).

Segundo a historiadora chilena, ao analisar o movimento feminista contemporâneo, torna-se evidente que uma de suas principais características é a

pluralidade. E dentro do efêmero da contemporaneidade, sem uma voz múltipla e diversa, nenhuma organização pode reivindicar a representatividade exclusiva. Nem partidos políticos, nem grupos orgânicos, nem coletivos podem declarar: "este é o feminismo". Juntos, eles compõem a diversidade que hoje caracteriza o movimento feminista no Chile. Embora existam esforços significativos por parte dos movimentos sociais, como o 8M, que conseguiram reunir convocações e formas de encontro de diversidades feministas, o conceito de uma plataforma de ação é algo novo e pode condicionar essa coordenação, dado que o feminismo permanece extremamente multifacetado (FOLEGATTI, 2021, p. 270).

Houve no Chile, nos anos 1980, um setor do movimento feminista denominado feminismo popular, que se articulava em áreas populares e se diferenciava das demais correntes feministas. Essas organizações abordavam questões relacionadas à sobrevivência das mulheres e desenvolviam ações de resistência durante a ditadura. No entanto, nos anos de 1990, muitas dessas organizações começaram a enfraquecer devido a medidas de cunho neoliberal adotadas pelo Estado. Tais medidas fragmentaram a trajetória do feminismo popular, e poucas organizações conseguiram resistir a essa transformação (FOLEGATTI, 2021, p. 271).

Segundo Folegatti, em perspectiva história, há a emergência de revisão do conceito de feminismo popular no Chile, diante das transformações nas formas de associatividade popular. No passado, o feminismo popular estava ligado às práticas de sobrevivência das mulheres nos territórios, enquanto hoje presencia o surgimento de um feminismo de esquerda que articula práticas libertárias em diversos espaços territoriais (FOLEGATTI, 2021, p. 271-272).

As feministas jovens enfrentam realidades distintas das estudantes da década de 1980, como a precariedade, dívidas estudantis e dificuldades no mercado de trabalho. Embora tenham acesso à educação superior, não desfrutam necessariamente de privilégios. Ao considerar a presente realidade da juventude num recorte de gênero das mulheres; o coletivo feminista chileno *Las Tesis* exemplifica a participação política em massa das mulheres em diferentes espaços. Isso está relacionado à compreensão mais flexível da participação política, resultante das transformações causadas pelo neoliberalismo no tecido social (FOLEGATTI, 2021, p. 273-275).

A performance realizada pelo grupo, amplamente divulgada nas redes sociais, aborda a violência e a violação, utilizando a arte e práticas que são apropriadas e politizadas pelo feminismo. A performance de *Las Tesis*, ganhou caráter massivo e

global, evidenciando o internacionalismo do feminismo e sua relação com a violência de gênero. As *Las Tesis*, conseguiram trazer para o espaço público a violência privada por meio de uma coreografia e música, abordando um assunto sério de forma lúdica e que se apropria dos dispositivos de comunicação de massa na atualidade. Esse exemplo demonstra como um texto de performance pode ter ressonância mundial através do espaço cibernético, enfatizando a necessidade de um feminismo internacional e a relevância da crítica feminista em escala global (FOLEGATTI, 2021, p. 273-275).

O feminismo contemporâneo é um movimento transversal e global, composto por diferentes ondas feministas ao longo do tempo; tais ondas representam uma concatenação de movimentos que mobilizam indivíduos. Dessa forma, o feminismo tem enfrentado questões específicas em momentos históricos, como o direito ao voto e a luta pela democracia na América Latina nos anos de 1980, porém, atualmente, a violência de gênero se tornou uma questão central e internacionalizada, o que não significa apenas que demandas particulares se tornam externas, mas sim o processo inverso, no qual o privado se torna público (FOLEGATTI, 2021, p. 276)

O reconhecimento das experiências comuns entre as mulheres estabelece uma solidariedade e uma demanda transversal, esse movimento busca superar a impossibilidade de estabelecer pontes causada pelo individualismo neoliberal. Pelo exemplo de assuntos substantivos, como a violência de gênero, e questões mediáticas, como os movimentos *#MeToo*³¹ e *#NiUnaMenos*³², exemplificam essa transversalização das demandas feministas. (FOLEGATTI, 2021, p. 275-276)

Para progredir, o feminismo deve fortalecer essas conexões, considerando as demandas locais sem perder seu caráter crítico e contingente. Embora haja uma dimensão

³¹ O movimento *#MeToo* (*#EuTambém*, em português) foi um movimento de denúncia nas redes sociais, que ganhou destaque a partir de outubro de 2017, com o objetivo de combater o assédio sexual e a violência sexual, especialmente contra mulheres. Apesar de seu início nos Estados Unidos, espalhou-se rapidamente para outros países, impulsionado pela divulgação de acusações de assédio sexual contra o produtor de cinema Harvey Weinstein, feitas por várias atrizes de Hollywood. A partir dessas denúncias, muitas outras mulheres começaram a compartilhar suas próprias experiências de assédio sexual nas redes sociais, usando a hashtag *#MeToo*. O movimento teve um impacto significativo, gerando discussões sobre o assédio sexual e encorajando mais pessoas a denunciarem suas experiências.

³² O movimento *#NiUnaMenos* ("Nem uma a menos" em português), foram manifestações públicas múltiplas através de campanhas de mídia e ativismo nas redes sociais originário da Argentina, que busca combater a violência de gênero, especialmente o feminicídio e a violência doméstica. Seu início em 2015, ocorreu após uma série de assassinatos brutais de mulheres argentinas, que despertaram uma onda de indignação e protestos. O movimento *#NiUnaMenos* buscou conscientizar a sociedade sobre a gravidade da violência de gênero e pressionar as autoridades a tomar medidas efetivas para preveni-la e punir os agressores. O objetivo incide na garantia que nenhuma mulher seja vítima de violência, destacando a importância de respeitar os direitos das mulheres e promover a igualdade de gênero.

transversal, é essencial não perder de vista as particularidades e desafios específicos enfrentados em diferentes países, como questões constitucionais, legais e políticas. O feminismo deve equilibrar a transformação contingente e local com uma perspectiva histórica e estrutural, considerando os processos de internacionalização e transversalização das demandas (FOLEGATTI, 2021, p. 276).

Segundo Folegatti (2021), a reflexão feminista é fundamental para evitar a reprodução de sistemas, práticas políticas e formas institucionais tradicionais, dessa forma, o desafio é imaginar e construir formas alternativas, de tensionamento dos dispositivos de poder, e esgarçamento dos pilares do patriarcado no Estado democrático liberal. A transformação social exige a socialização do feminismo em uma diversidade maior, superando obstáculos históricos e alcançando toda a sociedade, incluindo homens, idosos, irmãos e partidos políticos. A autora, não nega as formas tradicionais da política, alertando para a pertinência do feminismo adentrar nos partidos políticos, porém, chama a atenção para ir além disso, incluindo o feminismo como uma possibilidade de transformação política (FOLEGATTI, 2021, p. 277).

Por meio dessa perspectiva, a exigência de paridade de gênero no processo constituinte é um marco histórico que reflete as demandas feministas e a mobilização social no Chile. A participação ativa das feministas na formulação de propostas paritárias demonstra a necessidade de considerar vozes que antes estavam excluídas do debate político, considerando a realidade chilena, mas também em toda a América Latina, e no mundo. Além disso, a busca por uma nova Constituição é uma demanda histórica e um ponto de partida crucial para a transformação radical do país, pois a Constituição desempenha um papel simbólico significativo na democratização social (FOLEGATTI, 2021, p. 278 - 281).

Segundo a historiadora, a convenção constituinte não deve ser apenas um exercício político, mas um espaço para materializar a imaginação coletiva e as aspirações de um "outro Chile". Sendo imprescindível estabelecer uma conexão entre o âmbito social e territorial e o espaço constituinte, promovendo uma construção coletiva que faça pressão no Estado, a fim de incorporar as perspectivas feministas, e dar luz as necessidades das mulheres. Esse processo está em aberto e deve ser continuamente explorado, buscando uma articulação entre o campo político tradicional e a construção coletiva de uma nova sociedade (FOLEGATTI, 2021, p. 278-281).

Em diálogo com o texto de Folegatti (2021), o texto intitulado "*Feminismos en las revueltas*" (em português; "Feminismos nas revoltas" ou "Feminismos nas

manifestações"), da socióloga Rosario Fernández, e da pesquisadora Claudia Moreno, ambas vinculadas ao *Centro Núcleo Milenio Autoridad y Asimetrías de Poder* (núcleo de pesquisa dedicado ao estudo da autoridade e das assimetrias de poder) da Universidade de Santiago de Chile. No texto as pesquisadoras apontam que em outubro de 2019, foi crucial na história do país, e ocorreu após um outro despertar significativo, em maio de 2018, quando jovens mulheres se levantaram em massa contra o assédio e o abuso sexual. (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 273).

Para Fernandez e Moreno (2019), atualmente, a situação no Chile encontra-se em um estado de "construção", caracterizado por um constante movimento e alerta; este processo está imbuído de uma urgência por transformações sociais para melhorar a qualidade de vida para todos. Neste contexto, a reflexão e a escuta das experiências de mulheres e das feministas como grupo dissidente com protagonismo ímpar nas lutas desde a redemocratização do Chile. As autoras referem-se ao trabalho da filósofa búlgaro-francesa, Julia Kristeva em "O Futuro da Revolta" (1999), no qual a revolta é apresentada como um espaço para reflexão e questionamento constante, além disso, tem o potencial transformador de repensar os vínculos sociais, e as formas de sociabilidade. Por meio da escrita, pensamento e arte, a revolta convida à rememoração do conflito para criar possibilidades (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 274-275).

Esta revolta é vista como um exercício de liberdade e uma multiplicação do simbólico, que critica o modelo econômico e a democracia representativa e convida a criar formas de interação social e reprodução da vida. Tal reflexão situa-se na perspectiva do feminismo, promovendo a revolta feminista como um meio para um questionamento ontológico em um contexto coletivo, envolvendo variadas relações e tensionamentos sociais. Fernandes e Moreno (2019), propõe a apropriação das experiências e das subjetividades emergidas do despertar de 2019, para reavaliar os laços sociais e questionar a relação com o poder, as figuras de autoridade e suas fontes de legitimidade (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 275).

As pesquisadoras, argumenta que o maio Feminista de 2018, questionou o abuso de autoridade dentro das instituições universitárias, expondo a violência patriarcal inerente aos dispositivos de poder estatais. Este questionamento serve como um importante antecedente para a demanda por justiça em relação à violência política e sexual exercida pelos carabineiros em 2019. Adicionalmente, a crítica feminista à violência nas manifestações e à autoridade policial permite uma análise do caráter violento e autoritário institucionalmente absolvido em todos os níveis, do Estado às instituições universitárias.

Esse enfoque, busca enquadrar a violência de gênero como um fenômeno cotidiano e intrinsecamente ligado à própria democracia liberal (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 276).

Em maio de 2018, estudantes mobilizaram-se ativamente, denunciando casos de assédio e abuso sexual dentro das instituições de ensino, evidenciando a insuficiência dos protocolos de denúncia existentes. Essa ação permitiu o escrutínio das relações de poder e hierarquia no contexto acadêmico, além de revelar a revitalização das denunciantes durante processos de investigação. A resposta a esses problemas adotou uma abordagem eminentemente feminista, que se traduziu em ação política. Tal mobilização, ancorada em uma subjetividade coletiva, reinvocou o feminismo como eixo ético e político, reforçando a visibilidade do termo "feminismo", previamente ofuscado por uma concepção despolitizada de gênero. O impacto desse movimento foi marcado pela adesão visual, com ruas e universidades sendo coloridas nas cores roxo, verde e arco-íris (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 277).

Evidentemente, o movimento associado ao mundo universitário, possui em suas raízes as Secretarias de Gênero e Diversidade Sexual formadas em federações estudantis durante as mobilizações de 2011. Contudo, as demandas relacionadas ao feminismo, gênero e diversidade sexual eram secundárias às exigências por educação de qualidade sem fins lucrativos, que alimentavam o movimento estudantil (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 278).

Fernandes e Moreno (2019), evidenciam que com a autodidática e uma interação limitada com a geração mais velha de feministas, as teorias de dissidência sexual tiveram maior ressonância ao iluminar os problemas da geração mais jovem. Esta descontinuidade intergeracional pode ser compreendida à luz da tensão entre uma lógica que optou por institucionalizar questões de gênero no Estado e a emergência de uma "tecnocracia de gênero", e uma lógica que defendia a permanência fora do Estado, resultando em um afastamento do movimento social e do feminismo como um ator neste cenário (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 278-279).

No entanto, durante as mobilizações, começou a se estabelecer um diálogo mais direto com as gerações mais velhas: líderes, ativistas, intelectuais e pesquisadoras feministas foram convidadas a participar das várias atividades organizadas durante as greves e ocupações. As mesas de diálogo institucionais também incluíram professoras e alunas para debater e refletir sobre os fundamentos e o futuro da mobilização (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 278-279).

O movimento feminista estudantil de maio adotou as estratégias já desenvolvidas por movimentos estudantis anteriores. Organizadas em assembleias, algumas delas separatistas, interromperam as atividades cotidianas de suas instituições e ocuparam seus espaços; marcharam pelas ruas. As estudantes atacaram com nova força criativa, abalando os símbolos da sociedade patriarcal e “heterossexista”; invocaram os nomes das mulheres pioneiras na luta por admissão na universidade; feminizaram os ícones institucionais; em gestos performativos, decoraram seus corpos e desnudaram seus torsos; trouxeram à cena os seios como telas de suas reivindicações, parodiaram a masculinidade que impõe sem pudor sua genitalidade. Para as pesquisadoras, a propriedade sobre os próprios corpos está no centro do conflito, deslocando seus significantes do sexualizado e do maternal, para empregá-los um sentido de expressão política (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.279).

A universidade, enquanto instituição de formação acadêmica, reproduz a ordem patriarcal, tornando-se objeto de uma proposta radical de reforma por parte do movimento feminista. Este apelo pela transformação, engloba uma mudança abrangente na estrutura e governança das universidades, na inclusão de uma perspectiva de gênero e feminista na educação e na reforma dos estatutos de governo universitário. Desse modo, a demanda por uma educação não sexista sugere um profundo repensar das instituições universitárias (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.279-280).

Ainda é cedo para discernir completamente o impacto da mobilização feminista nas universidades e na sociedade como um todo. Contudo, é inegável que uma série de ações alinhadas com as demandas por uma educação não sexista começaram a ser implementadas nas instituições na sequência do movimento feminista de maio. Paralelamente, o feminismo ganha novo fôlego. A junção do movimento estudantil com a crítica feminista resulta em uma série de transformações no terreno político-educacional, mas também em "uma interpelação às formas clássicas de compreender o feminismo" (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.280).

O início do descontentamento coletivo de longa data no Chile pode ser rastreado até 18 de outubro, quando um aumento na tarifa do metrô desencadeou uma série de protestos. O incidente evocou uma memória coletiva de abuso e exaustão devido aos altos custos de vida e à precariedade generalizada, tal sentimento compartilhado, unificou uma vasta gama de grupos precarizados, incluindo mulheres, feministas e sujeitos dissidentes.

Em resposta a essa explosão de descontentamento, várias organizações feministas começaram a se mobilizar, articulando demandas por justiça social e condenando a

impunidade diante da violência do Estado. As violações dos direitos humanos, particularmente em relação a mulheres, lésbicas, homossexuais, mapuches, migrantes e sujeitos dissidentes, foram trazidas à luz (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.280-281). Este cenário de revolta implicou a violência e repressão por parte do Estado. Segundo a Anistia Internacional³³ e o Instituto Nacional de Direitos Humanos³⁴, as denúncias e queixas indicam que a violência, incluindo a violência sexual, não são casos isolados, mas parte de uma estratégia sistemática, especialmente contra mulheres e crianças. Até 25 de novembro de 2019, setenta e nove casos de violência sexual foram registrados, dos quais sessenta e quatro envolveram mulheres e meninas vítimas de tortura com violência sexual por agentes do Estado (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.281).

Em consequência dos esforços feministas no período, algumas instituições, como museus, teatros e centros culturais, disponibilizaram seus espaços para o diálogo entre mulheres, feministas, artistas e escritoras. Além disso, assembleias foram realizadas em bairros, praças e associações de moradores, promovendo a criação de laços afetivos e políticos fora do âmbito institucional. Esses encontros buscaram enfrentar as consequências da precarização da vida e da impunidade frente à violência do Estado. Também foram realizados encontros focados nos cuidados, nos afetos e nos laços, como os círculos de mulheres e dissidências. Essas múltiplas iniciativas refletem a diversidade e a amplitude do movimento feminista no Chile (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.284-285).

Essas manifestações refletem articulações cotidianas enraizadas nas experiências individuais e coletivas, resultando em transformações políticas e culturais significativas. A reunião e o compartilhamento de experiências se tornam atos políticos que impulsionam a memória coletiva, o diálogo e a busca por uma nova forma de viver baseada no cuidado mútuo e na luta por uma constituição feminista e plurinacional

³³ A Anistia Internacional é uma organização não governamental (ONG) de direitos humanos que atua em âmbito internacional. Fundada em 1961, a organização tem como objetivo promover e defender os direitos humanos em todo o mundo; dedica-se a investigar e denunciar violações dos direitos humanos, como tortura, pena de morte, prisões arbitrárias, restrições à liberdade de expressão, discriminação, entre outras. A organização trabalha tanto em situações de conflito armado como em contextos de paz, buscando responsabilizar os governos e outras entidades pelo descumprimento das normas e tratados internacionais de direitos humanos.

³⁴ O Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH) é uma instituição autônoma e independente criada em 2010. O INDH tem como principais funções monitorar a situação dos direitos humanos no Chile, investigar denúncias de violações, fornecer assistência jurídica e psicossocial às vítimas, e emitir relatórios sobre a situação dos direitos humanos. Além disso, ele também realiza atividades de educação em direitos humanos e promove a sensibilização da sociedade sobre essas questões. Sua criação foi uma resposta aos abusos cometidos durante a ditadura militar (1973-1990) e busca garantir que tais violações não se repitam.

(FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.285-286). Segundo as pesquisadoras, a mobilização coletiva desses encontros desafia a violência política-sexual e o medo imposto às mulheres, crianças e pessoas dissidentes. Essas reuniões massivas e autoconvocadas possibilitam o diálogo, a formação de alianças e a politização dos sujeitos precarizados pelo sistema patriarcal. Ao se reunirem no espaço público, esses corpos reivindicam reconhecimento, valorização e uma vida digna, rompendo com as imposições da democracia liberal e reafirmando sua liberdade e direito à aparição (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.286).

A violência política sexual, perpetrada pelas forças de segurança sob o comando do presidente Sebastián Piñera no Chile, foi denunciada pela Anistia Internacional. Essa forma de violência, direcionada a mulheres, crianças, dissidências e sujeitos feminizados, tem como objetivo prejudicar, causar medo e discriminar com base na condição sexual. A Anistia destaca que existiu uma política deliberada de violência e a necessidade de responsabilizar não apenas os executores diretos, mas também os superiores que ordenaram ou toleraram tais atos. Essa denúncia ressalta a importância de combater a impunidade e garantir a justiça para as vítimas (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.287).

A violência política sexual tem sido uma estratégia de controle e despolitização das mulheres e corpos feminizados ao longo da história do Chile. Durante a ditadura de Pinochet, essa forma de violência foi especialmente utilizada como meio de opressão. Segundo Fernández e Moreno (2019), esse tipo de violência está enraizado em uma cultura autoritária que permeia diversas instituições do país. Portanto, é necessário transformar essas estruturas para prevenir e combater a violência política sexual (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.288).

Em uma performance intitulada "*Orden y patria*" (ordem e pátria, no português), realizada em 31 de outubro de 2019, o coletivo *La Yeguada Latinoamericana*, composto por mulheres e dissidências sexuais, denunciou a violência política sexual. Durante a performance, as integrantes do coletivo utilizaram coroas de flores para formar um banner com a palavra "violadores" e posaram semidespidas e com os rostos cobertos em frente a polícia. Essa performance foi repetida em diferentes locais, visando denunciar a violência política sexual perpetrada pela polícia nas ruas e nas prisões (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.288-289).

Algum tempo depois, na sexta-feira, 1º de novembro, o grupo "*Mujeres de Luto*" realizou uma marcha silenciosa do metrô Salvador até o Palácio de *La Moneda*. Vestidas

de preto e carregando flores brancas, entoaram o coro "justiça, verdade, não à impunidade". Durante o percurso, algumas participantes realizaram uma performance em frente a um grupo de policiais: primeiro ergueram um "corpo morto", simulando um funeral, e em seguida, com um tapa-olho, ergueram os braços. As feministas autônomas e aquelas envolvidas na campanha "*Ni una menos Chile*" também realizaram demonstrações em relação às mulheres desaparecidas neste despertar, estabelecendo uma conexão entre violência de Estado e violência sexual. Em um encontro no Museu da Memória e em várias marchas em Santiago, exibiram uma faixa que diz: "Há mulheres desaparecidas, estupradas e torturadas na ditadura de Piñera" (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 289).

A performance "*Un violador en tu camino*" criada pelo coletivo *Lastesis*, juntamente com os grafites nas ruas, como "*Chile habrá despertado cuando muera el patriarcado*" e "*No quiero tu autoridad, solo quiero caminar con dignidad y conquistar mi libertad*", destacam a crítica à violência política sexual e o desafio à autoridade opressora. Essas expressões artísticas e manifestações públicas demonstram a busca por reconhecimento, liberdade e dignidade das mulheres, feministas e dissidentes, desafiando o medo e a despolitização impostos pelo sistema patriarcal e pelo exercício do biopoder do Estado chileno. Além disso, o trabalho de memória e denúncia realizado por coletivos como *Mujeres sobrevivientes siempre resistentes*, amplia a visibilidade das violências sofridas e a luta contra a impunidade. Essas expressões culturais e políticas têm um impacto profundo na transformação social e na construção de um futuro feminista e igualitário (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 290-291).

Segundo Fernández e Moreno (2019), a legitimidade da autoridade está intrinsecamente ligada à liberdade dos sujeitos e sua existência livre de violência. Quando tal liberdade é suprimida, questiona-se o reconhecimento da autoridade; embora os afetos, como medo, admiração e respeito, possam conferir poder autônomo à autoridade na prática, a denúncia da violência política sexual e a busca por justiça levam a uma reavaliação da legitimidade da autoridade. Exercícios de memória, performances, denúncias coletivas e grafites nas ruas são meios pelos quais mulheres, feministas e os demais movimentos sociais, tem questionado a violência de Estado e exigido reparação. Nesse contexto, o grafite "não quero sua autoridade, só quero caminhar com dignidade e conquistar minha liberdade", representa a rejeição de uma autoridade patriarcal violenta e a demanda por justiça como base para o exercício da autoridade estatal em uma democracia efetiva e popular (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p. 291-292).

Nos últimos trinta anos, as demandas feministas por uma sociedade mais justa e igualitária têm se expandido, revelando as persistentes brechas de gênero em diferentes áreas da vida. Diante disso, o feminismo surge como uma força crítica e ativista que busca resistir e desarticular discursos e práticas neoliberais, visando à construção de novas formas de vida mais justas e inclusivas. Essa luta encontra ressonância nos movimentos estudantis e no "maio feminista" de 2018, ambos frutos de uma longa trajetória de denúncias e questionamentos das promessas não cumpridas da modernidade e da democracia (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.294).

É um esforço de politização e utilização do espaço político, tensionando as normas de gênero e construindo alianças entre sujeitos precarizados, a fim de construir uma forma de democracia diferente e cada vez mais inclusiva, que possibilite pensar a justiça como princípio de legitimidade da autoridade, elegendo assim, novos símbolos na luta por uma sociabilidade alternativa e por uma democracia efetiva e popular (FERNÁNDEZ, MORENO, 2019, p.295).

3.8. A face do Coringa: a precariedade como símbolo insurrecional

Ao olhar mais de perto sobre o peso dos símbolos no *estallido social* chileno, e observar a ressignificação que os diversos movimentos transversais fizeram da imagem de Allende, percebe-se a preocupação de restabelecer uma coesão comunicacional tanto com as gerações anteriores, como um chamado a um modelo alternativo; o qual houve uma tentativa com a experiência da Unidade Popular, porém interrompida pela imposição externa de um modelo de fragilização do Estado e do cuidado social. A hipótese de não necessariamente uma replicabilidade do ideal socialista instaurado institucionalmente sem revolução de Allende, mas sim, uma apropriação positiva de um mártir que se opôs e até mesmo deu a vida contra o voraz apetite neoliberal, ganha força ao observar os demais símbolos adotados pelos manifestantes em outubro de 2019.

Um símbolo importante, foi a presença de manifestantes caracterizados, ou até mesmo somente com o rosto pintado de Coringa (*Joker*, no original), o antagonista do

Batman³⁵, não era a primeira vez que um personagem de histórias em quadrinhos é tomado como símbolo em protestos, a máscara de Guy Fawkes referente ao quadrinho V de Vingança, havia sido apropriada por manifestantes nos protestos das praças ocorridos na década de 2010, ao longo do mundo.

O filme "*Joker*" (2019), dirigido por Todd Phillips, constitui uma obra cinematográfica de destaque que transcende os paradigmas convencionais dos filmes de super-heróis. Por meio da criação de uma história de origem alternativa a qual se passa na década de 1980, em referência ao período do governo Ronald Regan, o diretor apresenta uma narrativa sombria que se propõe realizar uma crítica incisiva ao estado neoliberal. O protagonista recebe o nome de Arthur Fleck, interpretado por Joaquin Phoenix (papel que lhe rendeu o Oscar de melhor ator no ano seguinte), é retratado como um indivíduo marginalizado e desamparado que luta para encontrar seu lugar na sociedade.

O enredo do filme se desenvolve em Gotham City, um cenário caótico e decadente que espelha de forma contundente a desigualdade e a alienação decorrentes do sistema neoliberal. A população é abandonada pelo governo e pelas instituições sociais, ao passo que uma elite rica e corrupta prospera, assim, ao longo da trama, acompanha-se a gradual transformação de Arthur Fleck em Coringa, figura simbólica de resistência contra a injustiça e a opressão, também no contexto da trama.

A trajetória do personagem infere consequências devastadoras da ausência de um sistema de proteção social adequado, a falta de acesso a serviços de saúde mental, a precariedade do sistema de assistência social e a indiferença do governo em relação aos mais vulneráveis, pontos sensíveis a sociedade contemporânea, e em consequência de tais temas abordados pela obra, a utilização de tal caracterização tornou-se frequente nas manifestações do Chile em 2019, ano do lançamento mundial do filme de Todd Phillips.

³⁵ Batman: um dos super-heróis mais emblemáticos e populares da cultura pop. Criado por Bob Kane e Bill Finger, fez sua primeira aparição na revista "*Detective Comics #27*" em 1939. O personagem Batman, alter ego de Bruce Wayne, é um vigilante sem poderes sobrenaturais. Após testemunhar o assassinato de seus pais, passa a dedicar sua vida a combater o crime em *Gotham City*. Usando sua inteligência, habilidades físicas e tecnologia avançada. Batman é conhecido por sua galeria de vilões e seu código de ética que o impede de matar.

O texto intitulado “Una mirada dorsal del Joker” (Uma visão essencial do Coringa), dos pesquisadores Mauricio Sepúlveda e Ana Vergara³⁶; discute a capacidade das imagens, especialmente no filme *Joker* (2019), de tocar a realidade e provocar uma gama de respostas emocionais e cognitivas nos espectadores. Os autores utilizam a leitura do filósofo Slavoj Žižek e do cineasta Michael Moore, a respeito dos símbolos imagéticos de maior relevância na obra constituem de representações menos óbvias. Assim, entende-se as imagens não somente como meras representações de uma realidade ausente, mas enquanto a potência de trazer à tona o real, distinguindo-se da mera fantasia (SEPÚLVEDA & VERGARA, 2019, p. 323 - 324).

Segundo os autores, a imagem específica em questão é a do dorso nu e esquelético de Arthur Fleck, a potência dessa imagem reside na sua capacidade de provocar reflexão, emoção e uma necessidade de compreensão por parte do espectador, tal imagem atua como um ponto de perturbação que engaja o espectador de maneira profunda. Dessa forma, a competência em decifrar imagens envolve discernir o local em que a imagem "arde", o espaço onde a beleza potencial da imagem dá lugar a um sinal secreto, uma crise latente, um sintoma. Sepúlveda e Vergara (2019), chamam a atenção para as seguintes questões: qual é o sinal secreto na imagem das costas nuas de *Joker*? Onde reside a persistência ardente dessa imagem? (SEPÚLVEDA & VERGARA, 2019, p. 323 - 324).

Sepúlveda e Vergara (2019), convidam a refletir a respeito da imagem do dorso de Arthur Fleck, como um elemento simbólico que reflete a precariedade, o sofrimento e a vulnerabilidade presentes na existência social. Ao invés de focar na busca de culpabilidade biográfica do personagem, a trama ressalta a fissura dos signos arrastados na imagem, revelando a condição precária e corpórea dos marginalizados. A imagem ardente, se impõe como um requisito ético, evidenciando a tragédia e o derrocada dos serviços públicos comuns no contexto de acirramento neoliberal, dessa forma, a fragilização social resultante da precariedade torna vidas invisíveis e as expõe ao sofrimento, gerando uma problemática social.

Segundo Sepúlveda e Vergara (2019), a angústia de ser (a)normal configura a cena subjetiva do precário. Nesse contexto, a pergunta sobre o valor de uma vida, os autores aludem a Judith Butler, e ao conceito de "vida precária" o qual refere-se às formas de vida

³⁶ Mauricio Sepúlveda e Ana Vergara: ambos pesquisadores vinculados a Universidade de Santiago de Chile.

que são consideradas menos valiosas e mais vulneráveis na sociedade devido a fatores como raça, classe social, gênero e status migratório, tais vidas enfrentam exclusão, violência e falta de reconhecimento e proteção, conceito trabalhado mais detalhadamente na obra “Quadros de guerra” (2015). A imagem ardente do dorso do Coringa, marcada pelas experiências sociais, representa o sofrimento e a vulnerabilidade inerentes aos corpos construídos socialmente. Esses corpos estão sujeitos a outros, assim como expostos a negação de existência e violência (SEPÚLVEDA & VERGARA, 2019, p. 324 - 325).

O dorso faminto do Coringa apresenta-se como um local de memória encarnada, que evidencia os efeitos devastadores das operações necropolíticas dos projetos neoliberais na história presente. Tal imagem representa uma precarização econômica, social e simbólica, marcada pela expansão das zonas de exclusão e pela negação da capacidade de construir projetos de vida. Contrariando expectativas, a imagem não se enquadra em uma política do sofrimento, mas revela uma resistência estética-política de contra-informação. Ela arde na memória, simbolizando a vocação pela sobrevivência, dessa forma, a memória evocada é a do sofrimento dos corpos acorrentados ao poder e à busca da liberdade. Infere-se que a imagem do Coringa não reflete um niilismo extremo, mas sim uma experiência do corpo inscrito na multidão sem rosto (SEPÚLVEDA & VERGARA, 2019, p. 325 - 326).

Se faz pertinente retomar uma impactante frase de Arthur Fleck, ao perceber sua potência como símbolo insurrecionário e de identificação com sua situação de precariedade, assim, transformando-se de fato no Coringa. A frase é a seguinte: "Durante toda a minha vida, não sabia se realmente existia, mas existo e as pessoas começam a notar". Igualmente ao despertar do Coringa, no dia 18 de outubro, ocorreu uma explosão de protestos e tumultos nas ruas da cidade, que continuaram a se desenrolar desde então (SEPÚLVEDA & VERGARA, 2019, p. 330 - 332).

Essa efervescência social deixou marcas profundas na paisagem urbana e na narrativa coletiva; a imagem do fogo incandescente evoca um palimpsesto simbólico, onde resíduos e metáforas se sobrepõem. Nesse contexto, emerge a voz marginalizada dos renegados, cuja sobrevivência diária é uma verdadeira odisseia. Além disso, atraídos pelo espetáculo da violência, os poderes dominantes perpetuam a circulação da insegurança como uma estratégia de controle, para isso colocando em exercício a Bio-necropolítica (SEPÚLVEDA & VERGARA, 2019, p. 332 - 333).

Sepúlveda e Vergara (2019), destacam tal exercício Bio-necropolítica com a expressão "hordas"; utilizada para referir-se aos grupos marginalizados e contestadores. Essa escolha lexical ressalta a ruptura e o colapso da linguagem diante desses sujeitos sociais que desafiam as fronteiras da ordem estabelecida. Tais "hordas" representam uma experiência política efetiva enraizada nas periferias urbanas, que levam seus pesadelos até o coração das cidades e confrontam os bairros privilegiados, por meio de zonas de autonomia (SEPÚLVEDA & VERGARA, 2019, p. 332 - 333).

Os autores prosseguem:

De acordo com Deleuze (1999), cada dispositivo possui seu próprio regime de luz, determinado pela forma como ela incide, desaparece e se difunde ao distribuir o visível e o invisível, ao fazer nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela. Nesse sentido, a hipercorporalização do lumpen não é fruto do acaso, mas sim resultado de determinados princípios de sujeição. As categorias humanas em excesso frequentemente coincidem com setores sociais discriminados, explorados e oprimidos (SEPÚLVEDA & VERGARA, 2019, p. 334).

Interessante notar o uso do termo “*lumpen*”, palavra de origem alemã que refere - se a um estrato social marginalizado e empobrecido, o qual é frequentemente associado a indivíduos que não têm vínculos estáveis de emprego, que vivem à margem da sociedade e que estão envolvidos em atividades ilegais ou dissidentes. Dessa forma, essa hipercorporalização subalterniza a alteridade, inscrevendo-a na barbárie, como ocorre com Arthur Fleck em *Joker* (2019). Porém, ao observar os eventos no Chile, pode-se utilizar a juventude como marcador social de descontrole e dissidência, resultando na luta por liberdade e autonomia em detrimento daqueles que possuem plena humanidade e podem determinar suas próprias vidas e as dos outros. Por outro lado, a carência obscurece e torna invisíveis os sinais de agenciamento, deliberação e desejo. Isso implica em um apagão de gestos e traços de uma política afirmativa, especialmente no contexto das hordas juvenis que incendeiam a cidade (SEPÚLVEDA & VERGARA, 2019, p. 334 - 336).

Assim, conforme percebido por Sepúlveda e Vergara (2019), o que caracteriza as hordas como experiências libertárias nas ruas chilenas é a potência de uma luta que se dá à margem das regras e estratégias institucionalizadas, configurando uma aparente irracionalidade. Através da perspectiva das novas formas de anarquismo, levanta-se a proposição, que o desejo de ser ouvido e de exigir mudanças imediatas, para além das

promessas constituintes, foi o que levou os manifestantes a retornarem repetidamente à praça da dignidade para suas performances de caos e transgressão. Neste contexto, surge a hipótese de que a corrente teórica e social do pós-anarquismo destacou-se nas manifestações ocorridas no Chile em outubro de 2019, tais formas de manifestações efêmeras serão abordadas a diante.

Capítulo IV - Pós-anarquismo e práticas libertárias: as formas pós-estatistas na contemporaneidade

4.1. Do Anarquismo ao Pós-anarquismo: uma contextualização

As manifestações ocorridas no Chile em 2019, potencialmente impulsionadas pela corrente do pós-anarquismo, ilustram bem a dinâmica de poder que se desenrola na contemporaneidade. Dessa forma, para além do entendimento convencional de tecnologias, este termo também é utilizado para descrever uma sistematização abrangente do poder social. Essas tecnologias de poder podem ser observadas em diversos contextos históricos e sociais. Por exemplo, a soberania do poder régio nas sociedades pré-modernas durante o absolutismo, ou a disciplinarização da lógica moderna e contemporânea resultante das revoluções técnico-científicas. Estas últimas são evidentes nas práticas corporativas e nas instituições estatais.

O biopoder, distinto do poder soberano, funciona através da gestão da vida como uma condição massificante de organização social. Está diretamente ligado às diretrizes político-administrativas dos Estados. A respeito das noções de Poder, conforme descrito por Peters:

Para Foucault, o poder é produtivo. O poder está disperso por todo o sistema social, estando estreitamente vinculado ao saber. O poder é produtivo porque ele não é apenas repressivo, mas também cria novos saberes – que podem não apenas oprimir, mas também libertar. Ele está disperso porque não está localizado, em um único centro como por exemplo, o Estado. Além disso, o poder faz parte da constelação do “saber-poder”, o que significa que o saber, no sentido das práticas discursivas, é produzido por meio do exercício do poder, a serviço do controle do corpo (PETERS, 2000, p. 44).

Por meio da perspectiva de poder produtivo e das formas de articulação a partir dele e suas implicações nas experiências libertárias, buscar-se-á trabalhar no decorrer da

presente pesquisa o modo pelo qual as dinâmicas do poder no tempo e no espaço debruçando-se a fim de refletir o contemporâneo em seu caráter fluido e temporário, agenciando um diálogo de aproximações teóricas metodológicas entre Foucault e o Pós-Anarquismo. Para isso, é pertinente debruçar-se sobre as relações entre Foucault e os Anarquismos contemporâneos.

A aproximação entre autores do anarquismo clássico e o modo com o qual Foucault organiza suas ideias e para onde aponta sua artilharia, faz com que exista uma relação agri-doce com a possibilidade teórica de classificá-lo enquanto anarquista. Porém, a aproximação é real, principalmente pelas motivações do próprio autor, como observa o cientista social brasileiro Edson Passeti (2013), professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisador em Ciência Política nas áreas relacionadas a anarquismos. Segundo a alegoria do encontro entre os rios Negro e Solimões proposta por Passeti:

As duas entradas dos rios Negro e Solimões, têm sim um momento de mistura natural e não naturalizada que se encontra a certa distância possível. Foucault não é nocivo ou útil (ao anarquismo) mas um parceiro para andar juntos (PASSETI, 2013, p. 14).

Uma contraposição em duas vertentes do anarquismo científico é disposta por Passeti (2013), ao passo que as proposições revolucionárias do anarquismo clássico se distanciam da microfísica do poder foucaultiana. Tal característica delinea uma justaposição entre diretrizes evocadas por Foucault e autores de “adjacência libertária” como Todd May e Saul Newman (PASSETI, 2013, p. 6). A conclusão do mal-estar advindo da relação entre Foucault e os anarquismos se deve à concepção dos imediatismos das “lutas antiautoritárias” (FOUCAULT, 2009, p. 5) e sua aproximação a autores “laterais à anarquia” como a adoção da genealogia de Friedrich Nietzsche (PASSETI, 2013, p. 6).

Segundo Passeti, há um debate no interior dos autores referências dos anarquismos, que pode ser exemplificado nas divergências de Max Stirner, representante do denominado anarquismo individualista e Pierre-Joseph Proudhon anarquista acadêmico que obteve seu pacifismo contraposto pelo filósofo russo revolucionário Mikhail Bakunin (PASSETI, 2013, p. 4). Durante a década de 1840, Stirner questionava o próximo passo após a superação do Estado, a problemática colocada pelo autor é que

as diretrizes da sociedade moderna estavam intrinsecamente relacionadas ao Estado e sua demolição acarretaria a destruição da sociedade ocidental em si (PASSETI, 2013, p. 9).

É mostrado por Passeti que na perspectiva de Proudhon “a propriedade ultrapassou a comunidade na luta pela justiça, na medida em que um novo direito derivado da guerra fincou os pilares da repressão, da ardilosa da razão e instituiu a paz como convenção”, assim o direito na sociedade burguesa caracteriza-se como pacto “*sinálgmático e comutativo*” (PASSETI, 2013, p. 9). Entende-se então, que a defesa da propriedade era garantida com a ascendência da justiça social na sociedade burguesa, mesmo com sua manutenção baseada na violência como princípio de reciprocidade, porém Proudhon deixa a questão da justiça a se reabrir a posteriori (PASSETI, 2013, p. 10).

É possível estabelecer uma confrontação filosófica e motivação política entre Stirner e Proudhon. Em Stirner de forma muito mais no presente do que num futuro utópico “a ultrapassagem institui, no presente, não mais a nova sociedade, mas outras maneiras de vida que negam a sociedade” (PASSETI, 2013, p. 9), aproximando-se assim de Foucault, que delineia em sua obra, ao tratar de práticas de liberdade, o anseio por um “direito antisoberania”, enquanto Proudhon por meio de sua “dialética sem síntese” preocupa-se “em como se dá a passagem da comunidade pra a propriedade e desta para a anarquia”, com uma terceira fase em aberto, pensando na questão da justiça social a qual remonta a provocação de Stirner sobre as bases da sociedade a serem abolidas conjuntamente ao Estado (PASSETI, 2013, p. 10).

A disputa no presente pelos mecanismos de subjetivação que guiam a conduta dos homens e que sedimentam e fornecem terreno para a edificação da racionalidade neoliberal na contemporaneidade, era um dos referenciais que dialogam com Stirner segundo Passeti, para além da dicotomia “individualismo-coletivismo”, e sim a “dissolução do sujeito universal”, substituindo por uma autogestão livre dos assujeitamentos existentes na sociedade burguesa, a “vida modificada na coexistência associativa e nas lutas” e “no rompimento com a competição e a igualdade na desigualdade”, inerentes a formação dos assujeitamentos do capitalismo contemporâneo desde sua gênese na modernidade (PASSETI, 2013, p. 10).

Há mais confluência entre Stirner e Foucault, do que com Proudhon. Todavia se considerarmos que Stirner foi uma anarquista na anarquia, suas considerações não serão excludentes, mas instigadoras às práticas de liberdade.

De modo similar Foucault pode ser visto assim em relação à anarquia (PASSETI, 2013, p. 10).

Um ponto de fundamental importância trazido por Passeti é sobre a cooptabilidade por parte das alianças existentes na sociedade burguesa, como partidos políticos e movimentos sociais os quais transferem as possibilidades de ação à centralidade da classe política formal, as “coalizões” que instrumentam e “capturam” diversas ações, movimentos, palavras, termos e ideias anarquistas mobilizados como instrumento de participação indireta na política institucional, em detrimento da ação direta, utilizando-se de termos como “autogestão, libertário, horizontalidade ou mesmo ação direta”. Em contraste a isso, o autor então nos convida a refletir sobre uma alternativa que considere a “história relacionada ao presente, livre das utopias”, ações sem mediações, como a já citada TAZ (PASSETI, 2013, p. 10).

Outra perspectiva trazida por Passeti é a de Bakunin, a qual anseia pelo fim das relações de poder, teoricamente a contraposição do saber anarquista contra a autoridade visava em seu estopim a demolição de qualquer hierarquia na sociedade, fundamentada em instituições as quais comprometem e sujeitam cientistas ao “sacerdócio moderno” que seria “análogo a propriedade”. Esses seriam pontos que precisariam ser derrubados no caminho de uma meta a ser atingida, ou seja, a delegação das experimentações de liberdade somente a uma utopia pós-revolucionária (PASSETI, 2013, p. 10), o autor prossegue dizendo:

A luta pelas práticas de liberdades avança em progressão geométrica provocando o recuo das relações de autoridade que tenderiam à progressão aritmética, ou seja, são as práticas de liberdade que contêm a expansão dos exercícios de autoridade, obstaculizam e inibem o exercício da soberania: elas provocam a abolição do Estado. No entanto este progresso na série liberdade não tem como resultante um ponto final na abolição das relações de autoridade, apenas se dispensam nesta vida outra do governo centralizado no Estado, do regime da propriedade, e situa o novo agonismo em torno da justiça. Enfim, o poder pode ser suprimido das relações (pelo direito sinalagmático e comutativo em Proudhon, os únicos em Stirner, a reversão do domínio pacificador propriamente dito em Bakunin). (PASSETI, 2013, p. 10).

A principal divergência entre a perspectiva da demolição da hierarquia incide na perspectiva sobre o poder, e não na crítica ao Estado. Registrado na aula de 30 de janeiro de 1980 do *Collège de France*, intitulada “O governo dos vivos”, Foucault ressignifica o poder ao tirar a avaliação de caráter de legitimidade do poder por si só, e realoca para

quais os caminhos tomados das relações de saberes que se encontram no poder e quais os usos possíveis desse saber-poder. Não há valor moral no poder nessa perspectiva, o enfoque somente negativo/repressivo, mas um caráter de produção de mais poder, o que vai em outra postura a da tentativa de abolição das relações de poder contida nas teorias anarquistas clássicas. O autor francês afirma que:

A posição que proponho não exclui a anarquia, mas ela não a implica, não a recobre e não se identifica com ela. Trata-se de uma atitude teórico-prática concernente à não necessidade do poder, e para distinguir essa posição teórico-prática acerca da não necessidade do poder como princípio de inteligibilidade de um saber, melhor que empregar a palavra anarquia, anarquismo que não conviria, gostaria de jogar com as palavras porque jogar com as palavras não está muito em voga, atualmente, porque provoca problemas; portanto, estejamos ainda um pouco na contracorrente e façamos um jogo de palavras; então, eu diria que isso que proponho é um tipo de anarqueologia (FOUCAULT, 2007, p. 76).

Um ponto de fundamental entrelaçamento entre Proudhon, Stirner e Foucault é a ratificação da pertinência da subjetividade, tanto a disciplinada como a dissidente, o saber como agente do poder, e assim o saber-poder como produtor das experiências de liberdade nos campos dos discursos e nas produções estratégicas de sociabilidade na qual consistia a razão da ciência política para Proudhon, apropriando-se da “produção dos enunciados como problemas das lutas políticas de direito pela vida e uma nova vida, uma vida outra, modo pelo qual se ultrapassa a organização do governo dos outros (sujeição) e do governo de si a este atrelado (assujeitamento)” (PASSETI, 2013, p. 10).

A sociabilidade outra em Foucault não tem a obrigatoriedade de continuidade revolucionária, porém não se opõe à anarquia como prática de liberdade, entende a “revolta” na dimensão da microfísica do poder e admite apontar tal artilharia para o Estado e as demais instituições que produzem assujeitamentos e sujeições entre os homens; além disso, em todos esses fluxos concebe a resistência. Passeti afirma que “há sim uma anarqueologia possível”, o que se evidencia nas colaborações de Foucault realizadas por uma escavação conceitual em busca de tensionar os enunciados e dar sentido às dissidências ao olhar por de trás do véu que permeia os assujeitamentos, em si tal postura teórica se mostra digna de um anarquista (PASSETI, 2013, p. 13).

No livro “Foucault, História e Anarquismo” (2015), a historiadora brasileira, Margareth Rago, pesquisadora e professora da Universidade de Campinas (UNICAMP), busca evidenciar a relação entre Michel Foucault e o anarquismo, a qual segundo ela, é frequentemente questionada por mais estudiosos; alguns deles, argumentam que Foucault

nunca se declarou anarquista, além de ter rejeitado qualquer forma de territorialização “sedentarizante” nunca se afiliou a grupos anarquistas contemporâneos. No entanto, há autores anarquistas que veem Foucault como profundamente libertário e consideram sua abordagem teórico-metodológica como uma forma contemporânea de anarquismo (RAGO, 2015, p, 9).

Rago nota que alguns autores, como Todd May e Edson Passetti, sugerem uma continuidade entre essas duas correntes de pensamento, argumentando que a teoria foucaultiana pode ser melhor compreendida dentro do contexto mais amplo da tradição histórica do anarquismo, argumentando até mesmo que a corrente filosófica conhecida como pós-estruturalismo³⁷, seria uma continuidade e uma forma de anarquismo. Assim, tais autores, reconhecem o pensamento libertário como descentralizado, plural, antiautoritário e renovador ao abordar questões contemporâneas.

A autora enfatiza que não pretende enquadrar Foucault, mas sim destacar os estreitos vínculos entre seu pensamento e o anarquismo, buscando novas formas de contar a história e lidar com o passado. O filósofo libertário italiano salvo Vaccaro conduziu um levantamento onde demonstra o alinhamento de Foucault com os anarquistas em questões políticas relacionadas à delinquência e à ilegalidade de base. Embora Foucault não se identifique como anarquista, sua crítica ao poder e sua busca por novas formas de subjetividade podem ser consideradas como libertárias, segundo Rago:

Longe de querer enquadrar Foucault, trata-se, na minha insistência, de mostrar os vínculos estreitos existentes entre ele e o pensamento libertário e de, ao mostrar a forte presença anarquista em sua forma de pensamento, de criar condições para se revisitar a história do anarquismo e a “vida dos homens (e mulheres) infames”. Sobretudo, busco novas formas de contar a história e de acertar as contas com o passado. Neste texto, portanto, pretendo trazer subsídios para esta discussão, ampliando o leque das informações históricas disponíveis sobre as relações entre o pensamento de Michel Foucault e a tradição libertária (RAGO, 2015, p, 9).

³⁷ O pós-estruturalismo é um movimento teórico e filosófico que surgiu nas décadas de 1960 e 1970 como uma crítica e rejeição das concepções estruturalistas da linguagem, da sociedade e do conhecimento. Enquanto o estruturalismo buscava identificar estruturas e sistemas que organizam a realidade. Questionava a ideia de que existe uma estrutura fixa e essencial que determina o significado e o comportamento humanos; é caracterizada por sua ênfase na instabilidade, multiplicidade e contingência. Os pós-estruturalistas entendem que a realidade é construída por meio de discursos e práticas sociais, e que não há verdade objetiva ou essência subjacente que possa ser descoberta, mas que as formas de conhecimento e poder estão inextricavelmente ligadas, e as relações de poder influenciam a produção de conhecimento. Alguns dos principais pensadores associados ao pós-estruturalismo incluem Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Judith Butler e Jean-François Lyotard.

Outra aproximação feita pela autora demonstra que tanto Michel Foucault quanto Luce Fabbri, autora anarquista italiana do século XX, propõem uma arqueologia do presente para enfrentar os desafios contemporâneos e identificar o que está sendo abandonado e o que está emergindo em seus respectivos períodos históricos. Ambos acreditam no poder criativo e emancipador de racionalidades libertárias, embora submetam esse poder a críticas contundentes. Ambos recusam a concepção jurídica do poder e buscam visualizá-lo em todos os campos da vida social; opondo-se à representação política e defendendo a tomada de decisões diretas em todas as áreas da vida social. Assim, buscam desenvolver novos conceitos e estratégias interpretativas para compreender fenômenos históricos ainda não nomeados, Rago faz a seguinte aproximação:

Libertários, ambos fazem do poder em suas inúmeras manifestações e ramificações o principal alvo de ataque, procurando evidenciá-lo e desmistificá-lo nos mínimos movimentos, no caso de Luce a partir dos textos políticos e históricos em que aborda temas específicos; no caso de Foucault, criando sofisticados conceitos, a exemplo de práticas discursivas, poder disciplinar, microfísica do poder, que operacionaliza na análise da emergência da prisão, assim como métodos de análise, a exemplo da genealogia da História. Trata-se, portanto, nos dois autores, de uma recusa da concepção jurídica do poder e da produção de um deslocamento que permite visualizá-lo nos múltiplos campos da vida social, enquanto positividade. E que, portanto, valoriza a “ação direta”, enquanto estratégia de resistência ao poder. Autonomistas, ambos se colocam como críticos radicais da representação política, entendida como delegação do poder a outrem, e assim, como recusa da possibilidade da tomada de decisões diretas, exercida em todas as áreas de atuação na vida social (RAGO, 2015, p, 12).

No entanto, há diferenças entre Foucault e Fabbri, pois eles pertencem a diferentes gerações e têm experiências de vida distintas. Uma das principais diferenças em suas elaborações filosóficas está na questão do sujeito e na crença nas necessidades fundamentais do ser humano. Foucault se inscreve no "pensamento da diferença" e vê o anarquismo como parte de um campo ideológico compartilhado com o materialismo histórico-dialético. Por outro lado, Fabbri, ao contrário dos anarquistas mais jovens, não aceita o anti-humanismo presente nas leituras pós-modernas. Essas divergências se refletem em suas análises e interpretações (RAGO, 2015, p, 13).

Ambos os autores trabalham interdisciplinarmente, questionando os saberes estabelecidos e as explicações cristalizadas, e desafiam as práticas do presente ao

desvendar a dimensão imperceptível e molecular da dominação. Eles valorizam a história como forma de compreender e enfrentar os problemas do presente, mas também reconhecem a dificuldade em captar a historicidade singular dos acontecimentos passados. Ambos procuram estabelecer novos elos com a tradição, refazendo vínculos perdidos e buscando práticas de liberdade ocultas pela memória histórica (RAGO, 2015, p, 13).

Em síntese, Foucault e Fabbri compartilham uma preocupação em produzir conhecimento histórico que seja relevante para a compreensão de um recorte do presente e enfrentamento dos desafios contemporâneos. Ambos questionam o poder, desfazem fronteiras disciplinares, buscam novos conceitos e estratégias interpretativas e valorizam a história como instrumento de compreensão e transformação da realidade. Luce Fabbri, em seu livro "El Camino. Hacia el Socialismo sin Estado" (1952), aponta para o esgotamento de determinados conceitos e perspectivas de análise; ao enfatizar a multiplicidade da vida, que escapa às construções teóricas, passa a negar generalizações e sínteses. Nesse sentido, destaca a importância da liberdade; já Foucault, décadas depois, também aborda a dimensão do instante, a fratura e o dilaceramento que escapam à história. Ambos os autores expressam uma sensação de limite das formas tradicionais de conhecimento e uma inquietação em captar o acontecimento em sua temporalidade própria (RAGO, 2015, p, 14).

Ambos entendem a história como uma construção libertária que incorpora diferentes categorias sociais, sexuais, étnicas e geracionais. Os autores compartilham uma preocupação com os limites das formas tradicionais de conhecimento e a necessidade de novas abordagens discursivas e históricas, as quais buscariam a valorização da liberdade, reconhecendo a importância do registro historiográfico como preservação e conquista da liberdade, rompendo com os dispositivos tradicionais sedimentados na história do pensamento, visando a produção de formas libertárias de vida (RAGO, 2015, p, 21).

Foucault é colocado como proponente de uma perspectiva libertária e genealógica da história, buscando desconstruir as noções de continuidade e tradição; propondo que a história fosse encarada como um campo de disputa de forças, em que diferentes práticas e concepções emergem e entram em conflito, a autora prossegue:

Em outro famoso, “Nietzsche, a Genealogia e a História” (1971), Foucault distingue a “história dos historiadores” fundada na ideia de continuidade e na lógica da identidade, da “história genealógica”, voltada para o despedaçamento daquilo que constitui o jogo consolante das imagens refletidas no espelho. Fundado em Nietzsche, mostra algumas ilusões sobre as quais assenta nosso métier: a noção de verdade objetiva, a noção de essência a ser desvelada pelo trabalho do conhecimento, à qual se junta a de continuidade, necessidade e totalidade. Para ele, essa ilusão antropológica, que constrói um discurso legitimador da figura do sujeito unitário e racional deveria ser ela mesma investigada para a possibilidade de um repensar do trabalho do historiador. A busca do passado, a reconstrução histórica, nesse sentido, não buscaria reencontrar os fios da continuidade e nossa própria imagem na origem límpida do acontecimento, na fundação, no abrigo silencioso do útero, mas perceber, de um lado, para que tal discurso é necessário; de outro, que conflitos de forças em disputa ele mesmo elimina para poder construir a tranquila imagem de continuidade do passado em direção ao presente. Busca, nesse projeto, libertar a história do modelo antropológico da memória, segundo o qual a história seria reminiscência, reconhecimento (RAGO, 2015, p, 22).

Além disso, destaca-se a importância de romper com uma visão autoritária do passado, que suprime o contato direto com as experiências de liberdade inventadas e usufruídas pelos antepassados. É pertinente também a importância da linguagem e dos mecanismos de poder no campo do conhecimento histórico, destacando o livro "A Ordem do Discurso" (1971), como uma obra fundamental para a prática historiográfica, no qual é posta a necessidade da libertação do discurso das proibições, exclusões e limitações impostas, mas sim, a defesa da análise das práticas discursivas em sua materialidade e potencialidade instituinte (RAGO, 2015, p, 23).

Ao longo do texto, é reforçada a perspectiva anarquista em Foucault, ao demonstrar sua crítica aos micropoderes, ao Estado e à representação teórica e política. Foucault é descrito como um crítico persistente desses poderes e como um autor que teoricamente instrumentaliza possibilidades como as práticas de "ação direta", que visam explodir os micropoderes e inverter as relações de poder. Suas análises das transformações nas relações de autoridade, entre os sexos e na percepção da loucura e da doença são citadas como exemplos dessas lutas parciais e imediatas (RAGO, 2015, p, 26 - 27).

As lutas parciais não buscam o "inimigo número um" ou uma solução futura baseada na promessa de liberação ou revolução, porém questionam o governo de si, por individuação, propondo práticas dessubjetivantes, as quais colocam em pauta o estatuto do indivíduo e afirmam o direito à diferença. Essas lutas se opõem a tudo que pode isolar o indivíduo, separá-lo dos outros e constrangê-lo a se dobrar sobre si mesmo. Por fim, é

citada a reflexão de Reiner Schürmann, que enxerga no pensamento foucaultiano a proposta de constituição de um sujeito anárquico, destacando que o anarquista se faz por meio de micro-intervenções contra os padrões de sujeição e objetivação, buscando desqualificar e destruir os sistemas de poder (RAGO, 2015, p, 26 - 27)

Assim, o termo "anarquista" atribuído a Foucault por Rago é usado para descrever uma postura crítica em relação aos micropoderes, ao Estado e à forma tradicional de representação teórica e política, trazendo uma perspectiva das lutas parciais e imediatas, e que busca a criação de novas formas de subjetividade e sociabilidade (RAGO, 2015, p, 27). Assim, é pertinente debruçar-se sobre o conceito de práticas de liberdade em Foucault, e como tal ideia relaciona o autor ainda mais com as diretrizes do pós-anarquismo contemporâneo.

Na dissertação intitulada “TAZ (zona autônoma temporária) como prática de liberdade e resistência política” (2016) do filósofo e educador Alan dos Santos, é explorado o conceito de práticas de liberdade em Foucault, a partir da entrevista chamada “A ética do cuidado de si como prática de liberdade”³⁸, na qual Foucault apresenta a importância das lutas pela liberação e adverte sobre o perigo filosófico que essas lutas podem apresentar; baseando-se na ideia de uma suposta natureza humana anterior às relações políticas e de poder, que levaria à concepção ingênua da liberdade como um componente "natural" do ser humano. Essa visão sugere que basta eliminar as restrições repressivas (relações de poder) para alcançar a plena liberdade, porém, essa liberdade excluiria o caráter relacional e político inerente à condição humana (SANTOS, 2016, p, 71).

A partir de tal debate, Foucault distingue entre liberdade e libertação, destacando a importância das práticas de liberdade em relação aos processos de libertação. As práticas de libertação, como por exemplo a luta pela libertação de um povo colonizado, são importantes, mas não são suficientes para definir todas as formas práticas de liberdade. É demonstrada a necessidade de práticas de liberdade que permitam que as pessoas e as sociedades definam formas aceitáveis e satisfatórias de existência política para si mesmas. Foucault adverte sobre a tendência de remeter a libertação a uma suposta natureza humana

³⁸ Entrevista concedida ao sociólogo estadunidense Howard S. Becker e ao filósofo Raul Fornet Betancourt, em 20 de janeiro de 1984 para a Concórdia Revista Internacional de Filosofia, contida no livro “Ditos e Escritos V – Ética, Sexualidade, Política” (2004).

prévia, enfatizando que o ser humano é constituído por elementos históricos e contingentes, em vez de ser um dado natural. Ele discute o conceito de subjetivação para enfatizar a construção histórica do sujeito (SANTOS, 2016, p, 72).

Além disso, Santos (2016) menciona brevemente Karl Marx e Mikhail Bakunin como exemplos de pensadores políticos que podem ilustrar a noção de liberação descrita por Foucault. No entanto, é importante observar que essa referência é usada apenas para ilustrar o conceito de liberação e não para uma análise aprofundada das ideias desses autores. Assim, Santos traça uma distinção entre liberdade e liberação, ressalta a importância das práticas de liberdade em relação aos processos de liberação e adverte sobre os perigos de conceber a liberdade como um componente "natural" do ser humano, sem levar em conta sua construção histórica (SANTOS, 2016, p, 72).

Porém, o autor utiliza do recorte do conceito de práticas de liberdade para argumentar que as formas pós-anarquistas e pós-estatistas contemporâneas, podem ser lidas numa perspectiva enquanto práticas de liberdade, além das libertações subservientes aos dispositivos de controle do poder hegemônico, descrito por Foucault. A partir da perspectiva histórica de Foucault e dos diálogos com teses libertárias é que autores, como o filósofo brasileiro Nildo Avelino, denominam esse movimento teórico de “Anarqueologia dos saberes”. No texto intitulado “Michel Foucault: anarqueologia e ortologia dos saberes” (2010), demonstra a introdução do conceito, o qual propõe-se enquanto postura metodológica e filosófica de transgressão em relação ao poder da verdade.

Enquanto a filosofia tradicionalmente aceita o poder da verdade, a anarqueologia busca inverter essa posição, questionando o poder e seus efeitos no sujeito do conhecimento. Em contraposição à ligação voluntária com a verdade, a anarqueologia parte do questionamento do poder para analisar sua influência na constituição do sujeito e na relação com a verdade. A postura anarqueológica implica em uma atitude de transgressão e desobediência como ponto de partida para a análise. Foucault destaca que é o movimento de separação do poder que revela a transformação do sujeito e suas relações com a verdade (AVELINO, 2010, p, 8).

A anarquia epistemológica busca estabelecer relações de conhecimento sem submeter-se ao poder da verdade, o que envolve um aspecto político complexo. A ortologização dos saberes, promovida pela cultura escolástica desde o Renascimento, é

apresentada como um processo de uniformização e submissão dos diferentes campos de conhecimento à lógica aristotélica. A Escolástica impôs as regras da lógica como princípios de autoridade, estabelecendo práticas de submissão, reverência e obediência. A lógica tornou-se a polícia do pensamento, segregando e excluindo tudo que não estivesse de acordo com suas regras; a ortologia dos saberes, ao disciplinar e normalizar o conhecimento, permitiu à Igreja exercer controle sem recorrer a medidas mais onerosas e perigosas, como a censura e a perseguição (AVELINO, 2010, p, 9-11).

A anarqueologia busca analisar a relação entre poder, verdade e exploração, enfatizando a submissão imposta pelos discursos e a obediência dos sujeitos ao conhecimento estabelecido. Ela ressalta a importância do anarquismo como uma abordagem que questiona os discursos que moldam o pensamento, a linguagem e as ações, tratando-os com a mesma importância atribuída aos eventos históricos. Um aspecto significativo é a introdução do relativismo epistemológico, que se assemelha ao anarquismo epistemológico de Paul Feyerabend, pois ambos lidam com questões políticas e de poder (AVELINO, 2010, p. 9).

Não se trata apenas da relação entre sintaxes linguísticas, mas do governo dos indivíduos, buscando evidenciar as conexões entre poder e verdade, desestabilizando os jogos de verdade e seus efeitos nas subjetividades. Avelino destaca:

O poder da verdade referido aqui e contra o qual a anarqueologia se opõe opera sobretudo sob a forma da subjetividade: é no momento em que somos chamados a nos constituir como sujeitos que aceitamos o império dos discursos científicos e não científicos que tem por função revelar aquilo que somos verdadeiramente. Do mesmo modo como o austríaco Paul Feyerabend (1993, p. 23) que, no começo dos anos 1970, propôs o anarquismo como um “tratamento médico para a epistemologia e para a filosofia da ciência” e localizou a possibilidade de uma metodologia e “ciência anarquista” no ato de transgressão metodológica. De maneira semelhante, Foucault propôs, com o nome de anarqueologia dos saberes, a anarquia como atitude crítica frente ao poder da verdade (AVELINO, 2010, p, 9).

Em síntese, a anarqueologia propõe uma postura de transgressão frente ao poder e a verdade, invertendo a posição tradicional da filosofia. Ao mesmo tempo, critica a ortologização dos saberes promovida pela cultura escolástica, que submeteu o conhecimento à lógica e estabeleceu práticas de submissão. Assim, infere-se que anarqueologia faz um convite a repensar a relação entre poder, verdade e conhecimento, o que é em síntese a provocação do pós-anarquismo contemporâneo.

4.2. Heterotopias Anarquistas: contra-espços de resistêcia

Ao considerar o caráter produtivo do poder em Foucault, o conceito de resistêcia assume diferentes contornos, relacionando-se à capacidade dos indivíduos e grupos de contestar, refrear, desafiar e, potencialmente, transformar as relações de poder existentes. Ao invés de conceber a resistêcia como uma força externa ao poder, a resistêcia assume um papel inerente às relações de poder, emergindo internamente a elas, possibilitando a criação de espaços, agenciamentos³⁹ e mudança. Vale ressaltar nesse ponto, a ênfase das práticas cotidianas, das táticas subversivas e das micro-resistências como meios de desafiar e transformar os dispositivos de soberania.

No texto “Heterotopias Anarquistas” (2002) de Passeti, o autor apresenta uma visão geral da utopia anarquista e sua relevância nos contextos histórico e contemporâneo no que se trata a movimentos de resistêcia. A utopia anarquista é caracterizada por buscar a superação da desigualdade social, preservando as diferenças entre os indivíduos e evitando a uniformidade. Essa utopia é fundamentada em relações de afinidade entre os membros de associações voluntárias e se opõe à autoridade e ao poder hierárquico.

Os anarquistas atuam através de movimentos sociais e constroem relações livres dentro da sociedade desigual, sem a necessidade de um comando superior, assim, propondo soluções para a abolição da propriedade, do Estado e dos tribunais; defendendo estilos de vida que integram lazer e trabalho, arte e objeto, e que promovem a liberação sexual e a educação libertária, como segue:

Sendo utópicos, mas não crentes na instituição de uma nova sociedade após a tomada do Estado, como os socialistas científicos, os anarquistas, pacifistas ou revolucionários, constroem heterotopias, lugares de contra-posicionamentos no interior dos desvios insuportáveis para a nossa sociedade. Eles se diferenciam radicalmente dos socialistas científicos estatistas. As verdades afirmadas pelos anarquistas alojam-se no interior do discurso humanista e outrossim encerram lutas para afirmar sua veracidade. Tais embates descrevem arcos não só no interior do discurso socialista, mas também entre os anarquistas, expondo combates e adversidades entre os diversos grupos de

³⁹ Agenciamento, em Deleuze e Guattari, refere-se à combinação de elementos heterogêneos que interagem e se conectam, formando uma rede complexa e produtiva de relações. Esses agenciamentos podem ser compostos por componentes humanos e não humanos, materiais e imateriais, e são fundamentais para a produção de novas formas de subjetividade, poder e resistêcia – conceito trabalhado ao longo do livro “Mil Platôs: volume 5”, precisamente na “Proposição VI: A existêcia nômade implica necessariamente os elementos numéricos de uma máquina de guerra. – Capítulo VII: Tratado de nomadologia a Máquina de Guerra (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 65).

afinidade. Utópicos e heterotópicos, críticos da sociedade hierarquizada, analíticos e científicos, são estilistas da existência libertária. Amam, dançam, embriagam-se (PASSETI, 2002, p,142).

Ao longo do século XIX, os anarquistas foram identificados de diversas formas, como libertários, coletivistas, comunistas libertários, terroristas e anarco-sindicalistas, além de serem vistos como perigosos destabilizadores da ordem capitalista e socialista. Em outro texto de Passeti, intitulado “Foucault libertário: heterotopia, anarquismo e pirataria” (2005), é trabalhada mais profundamente a ideia de heterotopia em Foucault. É percebido que em "Outros Espaços", Foucault também discute as utopias piratas e como representavam a dissidência e a formação de novas sociabilidades, frente à ordem estabelecida. Foucault e Bey percebem nos piratas, com sua presença e ações imprevisíveis, a criação de espaços de diferença e desafio às normas sociais. Eles representavam a liberdade, a aventura e a resistência às forças do Estado, os quais podem-se referir chamando de heterotopia ou de zonas autônomas temporárias (PASSETI, 2005, p, 6).

Os piratas surpreendiam mares e oceanos, abalavam os itinerários dos comerciantes, inventavam percursos para cada navio e possíveis encontros em espaços estranhos e ao mesmo tempo paradisíacos como o Caribe. No imaginário europeu, o exotismo, a liberdade, o calor, o suor, os corpos semidespidos e a transparência das águas, o sexo livre, ouro, prata, pérolas e joias eram transformados em adornos circunstanciais sobre corpos marcados pelo sol. Os piratas eram espertos, mesmo quando lhes faltavam partes do corpo. Eram estrategistas: abalavam fragatas e caravelas, e por vezes outros corsários. Inventavam percursos e desafiavam as forças de contenção do Estado. Eles apareciam e reapareciam sob circunstâncias históricas, mas não deixavam de habitar e contaminar imaginários juvenis, femininos, aventureiros. Considerados desaparecidos dos espaços marítimos, segundo as autoridades navais, devido a eficácia da regular vigilância policial, reapareceram recentemente, no século XX, no interior do trânsito livre e surpreendente gerador de outros espaços navegáveis propiciados pela história atual de constituição da sociedade de controle (PASSETI, 2005, p, 6).

No entanto, com a modernização e a vigilância policial, os piratas desapareceram dos mares e oceanos. Eles ressurgiram no final do século XX, adaptando-se à sociedade de controle, como *hackers* que perturbam os fluxos eletrônicos da economia global. Esses novos piratas também criam heterotopias ao desafiar as normas e estruturas de poder estabelecidas. Mas, assim como os piratas do passado, muitos *hackers* acabam sendo cooptados pelo Estado e pela ordem, tornando-se parte do sistema que antes desafiavam. A resistência, no entanto, continua a ser uma força que desafia o status quo e provoca a invenção de outros espaços e heterotopias (PASSETI, 2005, p, 6)

Além dos *hackers*, Paseti também menciona os terroristas como outra forma de dissidência e produção de práticas de liberdade em oposição à normatividade hegemônica. Os grupos terroristas segundo o autor, também buscam um novo tipo de ordem e Estado. A resistência, assume formas multifacetadas, desde a criação de heterotopias até a implantação de novos posicionamentos e contrapoderes, caracterizando uma força motriz para a mudança e para a invenção de novos caminhos e possibilidades na sociedade de controle⁴⁰. Segundo o autor:

Estamos fora das noções de superfície e profundidade, noutros espaços. Resistência pirata é contra-poder, contra-posicionamento, uma heterotopia. Os institucionalizados lembrarão que um pirata poderia ser apanhado, julgado e morto; ou capturado e morto; ou ainda transformado pela mocinha em comerciante honesto e marido religioso... Enfim, não há pirata como conceito ou idealização, mas práticas que inclusive podem levar à captura, integração e moralidade do pirata. Importa a invenção de outros espaços, diferentes da vigilância policial do Estado que guarda fronteiras. Piratas provocam diversidades, incômodos; Estado exige uniformidades, muitas vezes como sinônimo de pluralidade democrática. Os hackers, piratas de hoje, também não são indivíduos. (...) Piratas, modernos ou de hoje, são inventores de espaços, de percursos, de heterotopias que recusam a convocação à participação democrática. Os piratas provocam resistências, e tanto nas redes da sociedade disciplinar quanto nos fluxos da sociedade de controle, abalam, incomodam e anarquizam. (PASSETI, 2005, p, 8).

A heterotopia anarquista pode ser entendida enquanto espaço de problematização no contexto da transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle; destacando-se pela capacidade de justapor espaços, romper com a temporalidade tradicional e permanecer penetrável. Essa heterotopia é comparada a um barco, uma reserva de imaginação, e difere das utopias das metanarrativas. Os anarquistas buscam a utopia de uma sociedade igualitária, na qual a sociedade substituirá o Estado, a posse superará a propriedade, e a razão livre das religiões, o mutualismo econômico e o federalismo político prevalecerão, onde ocorra efetivamente uma educação livre para as

⁴⁰ No texto "*Post-escriptum* sobre a sociedade de controle", contido no livro "Conversações: 1972-1990" (1992). Gilles Deleuze desenvolve a ideia de "sociedade de controle"; conceito que descreve um novo tipo de estrutura social e política que surgiu no final do século XX, sucedendo a sociedade disciplinar estudada por Michel Foucault. Na sociedade de controle, o poder não é mais exercido por meio da disciplina em espaços fechados e instituições (como escolas, prisões, fábricas etc.), mas através de um controle contínuo, descentralizado e mais sutil que permeia todos os aspectos da vida cotidiana. Essa sociedade é caracterizada pela disseminação de tecnologias da informação e comunicação, vigilância constante, monitoramento de dados e um foco na individualização e na autorregulação. Assim, os indivíduos são constantemente rastreados e avaliados, e o poder é exercido através do acesso à informação e ao conhecimento; diferentemente da sociedade disciplinar, as fronteiras e limites físicos tornam-se menos importantes, dando lugar a dispositivos de controle mais fluidos. O resultado é uma sociedade onde as pessoas são incentivadas a se auto monitorar e se auto regulamentar, muitas vezes sem perceber a extensão do controle a que estão sujeitas.

crianças, e a vida amorosa livre do casamento, findando à história dos castigos e medos (PASSETI, 2005, p, 9).

Porém, para os anarquistas, a superação dos percursos e itinerários conhecidos, necessitam da invenção de trajetos alternativos já no presente. A criação de contra-espços e refreamento de racionalidades governamentais instauradas verticalmente, nesse ponto diferenciam-se das demais teorias dissidentes, como os socialistas que buscam tomar o Estado de forma pacífica ou revolucionária (PASSETI, 2005, p, 10). Edson Passeti prossegue:

A associação é nômade. Todavia, se há heterotopias anarquistas que se fazem na associação, há também a problematização da utopia da Sociedade em lugar do Estado, uma prática que atravessa para demolir, anarquizar o anarquismo. Foucault fez ranger os anarquismos e se hoje é um nocivo saudável, no século XIX, Max Stirner o foi ao problematizar o liberalismo social de Proudhon, em O único e a sua propriedade, de 1845, imediatamente após os primeiros escritos do anarquista francês, no início da década de 1840, que empolgaram os hegelianos de esquerda, incluindo Marx e Bakunin (PASSETI, 2005, p, 10).

Contudo, as formas de representação são intimamente relacionadas a uma ideia de opressão pelos anarquistas, diferenciação esta que figura no cerne do rompimento entre Mikail Bakunin e Karl Marx, na Primeira Internacional; tal questão se relacionava na organização do proletariado no enfrentamento à burguesia, segundo o filósofo político estadunidense Todd May, no texto “Pós-estruturalismo e Anarquismo” (1995), como demonstra: A representação como conceito político, é a transmissão de poder de um grupo de pessoas a uma outra pessoa ou a um outro grupo de pessoas, com o objetivo explícito de ver realizados os objetivos dos primeiros. A representação política difere da representação administrativa por não requerer transferência fundamentais de poder simplesmente por delegar capacidades administrativas.

(...) A representação política, ao contrário, requer uma transferência de poder de decisão do representado àquele que o representa. O indivíduo ou o grupo representante age em nome e, portanto, com a legitimação do grupo representado; as suas decisões não podem ser desacatadas pelo grupo representado (MAY, 1995, p, 14).

Para May, o anarquismo “se põe as diversas maneiras pelas quais o indivíduo tornar-se subordinado a algo que lhe é exterior” (MAY, 1995, p, 17), sendo assim importante a concepção individualista do sujeito, a fim de não o amalgamar por uma governamentalidade exterior que o subordine aos bens maiores e necessidades do todo

social. Para os anarquistas, a democracia liberal despreza o indivíduo e é arbitrária; entende-se que a soberania popular demanda não haver governantes e governados. Nessa perspectiva, a democracia liberal opera como perpetuadora da aristocracia governamental (PASSETI, 2002, p, 160).

Porém, os anarquistas reconhecem que a democracia liberal, em comparação com o socialismo autoritário, é mais valiosa, pois permite progresso e liberdade. Eles acreditam que a sociedade deve evoluir para a abolição do Estado por meio de associações livres e federações; assim, constitui uma tensão entre individualismo e coletivismo, entre mutualismo e federalismo. O anarquismo, busca criar associações livres que permitam a experimentação e a contestação tanto da sociedade quanto do Estado; defendendo a educação com ênfase na solidariedade, reciprocidade, generosidade, desobediência, desconfiança da tirania e rebeldia (PASSETI, 2002, p, 161).

Ao longo da história, o anarquismo adotou diferentes nomes e formas, como federalismo, coletivismo, socialismo libertário, comunismo libertário e anarcosindicalismo; os anarquistas historicamente se reúnem em assembleias sem lugar fixo, mandatos ou reuniões regulares e consideram cada caso um caso específico (PASSETI, 2002, p, 161-162). Hodiernamente, o anarquismo busca inventar heterotopias e formas de vida livres, desafiando a democracia representativa e outras formas consideradas por essa perspectiva autoritária de organização social e política; afirmando-se como um autogoverno, ou mesmo governamentalidade dissidente, buscando fomentar contrapoderes e práticas de liberdade. Tais características descritas marcam o movimento denominado na presente pesquisa de pós-anarquismo.

4.3. Uma governamentalidade dissidente: o advento do sujeito radical

Como demonstrado anteriormente, a governamentalidade é um conceito desenvolvido por Michel Foucault; refere-se ao conjunto de práticas, técnicas e racionalidades empregadas na condução e gerenciamento de populações; dos comportamentos individuais aos coletivos dentro de uma sociedade. Esse conceito vai além do simples exercício do poder político, englobando como o poder é exercido e

distribuído em diferentes esferas da vida social em sua dimensão espectral na microfísica do poder.

A governamentalidade envolve a relação entre governo, poder e conhecimento (saber-poder), abordando a maneira pela qual as instituições políticas e discursos são utilizados para moldar e influenciar a conduta das pessoas. Objetivando a produção de verdade, de condutas e comportamentos desejáveis em conformidade com as normas e expectativas sociais. Esta perspectiva tem sido fundamental para a compreensão das formas modernas de governança, incluindo o papel do Estado, as práticas neoliberais e a crescente importância das tecnologias de vigilância e controle; relaciona-se às ideias de Foucault sobre biopolítica, disciplina dos corpos e normalização; considera-se as práticas e instituições políticas, sociais e culturais como agentes de uma arquitetura social; essa projetada para moldar e influenciar não apenas o comportamento, mas as identidades dos sujeitos sociais.

Embora os conceitos de governamentalidade e heterotopia sejam distintos, relacionam-se no sentido de que ambos lidam com o poder, espaço e ordenamento social. Ambos os conceitos desenvolvidos por Foucault, buscam compreender as relações de saber-poder e como tais relações conformam a experiência e a organização dos espaços e das instituições de poder. Enquanto a governamentalidade refere-se ao modo como o poder é exercido através de técnicas e estratégias de governança que visam regular e controlar as populações, as heterotopias, por seu turno, buscam descrever espaços sociais e culturais alternativos, que existem fora ou em oposição às normatizações, e aos padrões de organização; são axiomas que operam como contra-espaços ou "espaços alternativos", que desafiam e subvertem as formas dominantes de organização social e espacial. Pode-se citar como exemplos de heterotopias, os cemitérios, prisões, manicômios e jardins.

No texto “Outros espaços” (2013), Foucault descreve:

(...) todas as épocas, todas as formas e todos os gostos a ideia de constituir um espaço de todos os tempos, como se este próprio espaço pudesse estar definitivamente fora do tempo, essa é uma ideia totalmente moderna: o museu e a biblioteca são heterotopias à nossa cultura. Em contrapartida, as heterotopias que são ligadas ao tempo, não ao modo da eternidade mais ao modo da festa, heterotopias e não eternárias, mas crônicas. (...) As cabanas de Djerba, por exemplo, são parentes em certo sentido, das bibliotecas e dos museus, pois são utopias de eternidade – os homens são convidados a reatar com a mais antiga tradição da humanidade – e, ao mesmo tempo, são a negação de qualquer biblioteca e de qualquer museu, pois não se trata mais, através delas, de acumular o tempo, mas, ao contrário, de apagá-lo e volver à nudez e à inocência do primeiro pecado. (FOUCAULT, 2013, p, 25 – 26).

As heterotopias configuram a afirmação fática do mundo; uma concepção de espaço existente entre a utopia de Thomas Morus⁴¹ e as distopias de George Orwell⁴², Aldous Huxley⁴³ e Philip K. Dick⁴⁴. Dessa forma, a criação de tais contra-espços destaca a necessidade no contemporâneo de reivindicar a autonomia e práticas de liberdade. Observa-se uma potência libertária intrínseca ao conceito, ao passo que é possível apropriar-se de espaços alternativos e refrear as relações de poder, mesmo que temporariamente; buscando experimentações livres e dissidentes da normatização burguesa.

As relações entre governamentalidade e heterotopia podem ser lidas tanto como práticas de governança e poder, influenciando a criação e a experiência de espaços heterotópicos, concebidos como resultado de práticas de governamentalidade visando a exclusão, isolamento ou até mesmo controle de determinadas populações e comportamentos indesejáveis; ao mesmo tempo, as heterotopias também podem servir como locais de resistência e contestação às práticas de governamentalidade e às normas predominantes.

Nesse prisma, a relação entre governamentalidade e heterotopia é complexa e multifacetada, envolvendo tanto a imposição do poder quanto a resistência a ele. Essas abordagens alternativas geralmente são encontradas em teorias e movimentos críticos que se opõem às formas convencionais de poder e governança, como o pós-anarquismo, o feminismo, a teoria pós-colonial, entre outras ideais contemporâneas. Essas formas alternativas de governamentalidade, como proposto na presente pesquisa, podem operar

⁴¹ Thomas Morus (1478-1535) foi um estadista, humanista e escritor inglês, conhecido por sua obra "Utopia" (1516), na qual apresenta uma sociedade idealizada. Além de sua contribuição literária, Morus teve uma carreira política de destaque, chegando a ser conselheiro do rei Henrique VIII. Entretanto, sua recusa em aceitar o rei como líder da Igreja da Inglaterra levou à sua execução, sendo posteriormente canonizado como mártir pela Igreja Católica.

⁴² George Orwell (1903-1950) foi um escritor, jornalista e crítico político inglês, cujas obras, como "A Revolução dos Bichos" (1945) e "1984" (1949), destacam-se por suas críticas contundentes ao totalitarismo e à opressão governamental. Suas obras abordam temas como a liberdade individual, o abuso de poder e a manipulação da linguagem, tornando-o uma figura influente na literatura e no pensamento político do século XX.

⁴³ Aldous Huxley (1894-1963) foi um escritor e intelectual britânico, conhecido por sua obra-prima distópica, "Admirável Mundo Novo" (1932). Huxley explorou temas como o controle social, a manipulação da ciência e a tecnologia, e a supressão da liberdade individual.

⁴⁴ Philip K. Dick (1928-1982) foi um influente escritor de ficção científica estadunidense, cujas obras exploram temas como realidade versus ilusão, paranoia, tecnologia e controle social. Dick é conhecido na cultura pop, por obras como "O Homem do Castelo Alto" (1962), "Andróides Sonham com Ovelhas Elétricas?" (1968), que inspirou o filme "Blade Runner" (1982) de Ridley Scott, e "Ubik" (1969).

focando na descentralização do poder e na busca por promoção da autonomia individual e coletiva, desafiando os dispositivos de dominação advindos da sociedade moderno-colonial.

Tal leitura a respeito de uma governamentalidade dissidente (a qual pode ser lida enquanto um tipo de contra-governamentalidade), associa-se a movimentos, teorias e práticas que buscam resistir, desafiar ou subverter o poder e a autoridade de governo. Buscando abranger uma variedade de abordagens, desde a desobediência civil e a ação direta até o desenvolvimento de alternativas comunitárias e cooperativas que desafiam a lógica do Estado. Tal governamentalidade dissidente, pode ser entendida como uma crítica às práticas de governança que restringem a liberdade e autonomia dos indivíduos ou comunidades.

Nesse sentido, a governamentalidade dissidente busca promover a descentralização do poder, o empoderamento individual e coletivo, promovendo a construção de arcações sociais mais justos e igualitários, na produção de heterotopias libertárias. Busca-se basear tais argumentos na concepção da “Hipótese Foucault”, sobre governamentalidades do filósofo Thomas Lemke, que chama atenção pela aparente fragilidade do conceito, uma vez que a analítica do governo de Foucault, não possui uma discussão sedimentada e elaborada em sua bibliografia oficial, apesar da realização de distinções e apontamentos em entrevistas e cursos, não há um livro dedicado a tal conceito (LEMKE, 2017, p, 111). O autor nos conta:

Esse *boom* nos estudos de governamentalidade deu-se por motivos teóricos e políticos. Nos anos 1970 e 1980, muitos intelectuais radicais tornaram-se mais e mais insatisfeitos com formas marxistas de análise e de crítica. As formas economicistas de explicação baseadas no modelo dogmático de infra e superestrutura bem como conceitos funcionalistas de ideologia como “falsa consciência” perderam em grande medida sua credibilidade teórica desde o início dos anos 1980. (...) Nos anos 1980 e 1990, os modos de governos fordistas e relacionados ao estado de bem-estar em vários países foram paulatinamente substituídos por programas neoliberais e por soluções guiadas pelo mercado. Essas transformações radicais requereram novos instrumentos teóricos e ferramentas analíticas para dar conta das rupturas sociais e políticas (LEMKE, 2017, p, 113 - 114).

A análise de Lemke (2017) aborda um texto que examina a governamentalidade e as alterações políticas na sociedade contemporânea. O autor sustenta que concepções como "recuo do Estado" e "dominação do Mercado" são inadequadas para apreender a complexidade das transformações políticas e das relações de poder na atualidade. Em

oposição a essa visão simplista, o autor britânico propõe a utilização dos estudos de governamentalidade como instrumento analítico para desvelar as metamorfoses políticas, como parte intrínseca de um programa político. Tal abordagem busca decodificar o suposto "fim da política" e revelar como o neoliberalismo e o "recuo do Estado" constituem, de fato, ampliações do governo e formas de reconfiguração das relações de poder na sociedade (LEMKE, 2017, p, 122).

O autor questiona a perspectiva neoliberal, que defende a falsa distinção entre política e economia. A análise indica que a transferência de funções governamentais para entidades não estatais, como ONGs e organizações supranacionais, as quais representam uma modificação substancial na esfera estatal e nas relações entre sociedade civil e Estado. Portanto, ressalta as transformações de cunho político na contemporaneidade, as quais não implicam necessariamente um enfraquecimento da soberania estatal, mas sim a promoção de modalidades de governo que fomentam a responsabilização individual, a administração de riscos privatizada; técnicas de empoderamento e a atuação das forças de mercado e modelos corporativos em várias áreas sociais (LEMKE, 2017, p, 122).

Todavia, seria relevante discutir como essas novas formas de governamentalidade podem ser contestadas e resistidas por movimentos sociais e políticos que almejam reivindicar maior autonomia e participação democrática, tais formas de auto-orientação são designadas por Foucault como “técnicas de si⁴⁵”. Lemke, demonstra:

Não é suficiente acusar o neoliberalismo de “destruição de uma civilização” ou uma dissolução de formas de identidade sem levar em conta a produção de uma nova topografia do social e de modos de subjetivação alternativas ligados às tecnologias governamentais. Com o neoliberalismo emerge uma concepção diferente dos sujeitos a serem governados, dando ênfase ao sujeito ativo, autônomo, prudente, responsável e calculador. Foi elaborada uma série de estudos acerca de vários aspectos da transformação das “tecnologias de si” (LEMKE, 2017, p, 124).

Dessa forma, o novo contexto global traz consigo uma série de questionamentos, tanto em direção à afirmação dos conjuntos de racionalidades governamentais que

⁴⁵ As "técnicas de si" em Foucault referem-se às práticas pelas quais os indivíduos se moldam, se transformam e se constituem como sujeitos. Essas práticas estão relacionadas à preocupação com o cuidado de si, que desempenha um papel central na ética e na filosofia moral. As técnicas de si, configuram um conjunto de exercícios e práticas, tanto mentais quanto físicas, que permitem aos indivíduos desenvolver uma relação consciente consigo mesmos e assumir responsabilidade por suas próprias ações e pensamentos. Essas práticas estão intimamente ligadas à noção de governamentalidade, pois abordam como os indivíduos são governados e governam a si mesmos em diferentes contextos históricos e sociais. Conceito trabalhado no livro *"Technologies of the Self: a seminar with Michel Foucault"* editado por Luther H. Martin, Huck Gutman e Patrick H. Hutton (1988), pela *Tavistock Publications*.

constituem a governamentalidade neoliberal, quanto formas dissidentes de organização autônoma, as quais optou-se chamar de “governamentalidade dissidentes” no presente tópico, emergindo o potencial libertário em um cenário de disputa de forças e afirmações livres, em fomento a modos radicais de assujeitamento contemporâneos, que despertaram em resposta a suposta retração estatal, na vida dos atores sociais, os quais mais se viam necessitados dele.

Assim, o surgimento de abordagens com essas concepções alternativas de articulação coletiva é encontrado em diversos trabalhos acadêmicos e ativismos políticos. Embora Foucault não fosse explicitamente anarquista, sua análise do poder e da governamentalidade influenciou muitos pensadores nessa direção, seu trabalho pode ser encarado como uma ponte entre o anarquismo e outras correntes críticas. Em Hakim Bey (Peter Lamborn Wilson), é proposto espaços temporários de liberdade e resistência aos dispositivos de poder. O conceito de TAZ pode ser visto como uma forma de governamentalidade alternativa em oposição à governamentalidade neoliberal.

Nessa mesma direção, David Graeber⁴⁶, antropólogo estadunidense e ativista anarquista, que estudou formas alternativas de organização social e política, utilizou-se do método etnográfico em sua obra “*Direct action: an ethnography*” (2009), onde estudou movimentos dissidentes antineoliberais internamente. Embora Graeber não aborde explicitamente o conceito de governamentalidade, suas pesquisas sobre democracia direta e ação direta se relacionam com o tema e oferecem instrumentos teóricos para refletir sobre formas alternativas de governança e poder.

Aos autores contemporâneos já demonstrados anteriormente, podem auxiliar enquanto ponto de inflexão para explorar como o conceito de governamentalidade apropriadamente para o contexto hodierno. Uma vez que a crítica da representação e do sujeito moderno, como modelo comportamental e espiritual a ser seguido, é essencial no pós-anarquismo e os demais movimentos preponderantes para o século XXI. May alerta

⁴⁶ David Graeber, também responsável pela obra “*The Democracy Project: A History, a Crisis, a Movement*” (2013). O autor tratou participativamente do movimento *Occupy Wall Street* (OWS); protesto iniciado em setembro de 2011, em Nova York, que visava denunciar a desigualdade econômica, a influência corporativa na política e a falta de responsabilização dos responsáveis pela crise financeira de 2008. Sob a égide do lema “Nós somos os 99%” representava a ideia de que a riqueza e o poder estavam concentrados no 1% mais rico da população, enquanto os outros 99% sofriam com a precariedade econômica. Apesar de não possuir lideranças ou plataforma política clara, o *Occupy Wall Street* teve um impacto significativo na conscientização pública sobre a desigualdade de renda e a influência do *lobby* de grandes corporações na política dos Estados nacionais.

que os possíveis vícios do humanismo⁴⁷, os quais os anarquistas clássicos, assim como liberais e marxistas carregam, trazem os fundamentos teórico-políticos os quais herdamos do século XIX, tornando-se dominante desde então. Como a necessidade de tal fundamentação, propõe-se ter “perspectivas insuperáveis sobre a opressão” (MAY, 1995, p, 35), o que segundo o autor, é inviável no momento presente da história.

Contrariando tal prepotência humanista, os teóricos contemporâneos, os quais May denomina como continuidade espiritual do anarquismo (nomeadamente, Foucault, Deleuze e Lyotard⁴⁸), oferecem “análises precisas da opressão, da forma como está funciona de acordo com toda uma série de manifestações”, olhando mais proximamente a dinâmica fractal do poder na sociedade, na “micropolítica” (MAY, 1995, p, 35). O autor descreve como:

(...) uma teorização política peculiar de regiões, tipos ou níveis de atividade política, mas que não pretende oferecer uma teoria política geral. Oferecer uma teoria política geral, iria, de fato, contra o assunto comum deles, segundo o qual a opressão deve ser analisada e combatida nas muitas manifestações e nas várias conexões onde é descoberta. Seria como convidar a retornar aos problemas criados pelo humanismo, que se tornou instrumento de opressão exatamente por ter se constituído como fundamento conceitual para o pensamento político e social (MAY, 1995, p, 35).

A anarqueologia de Foucault apresenta outra questão central para a superação da governamentalidade neoliberal e a implementação de uma prática dissidente, pois ao considerar a constituição do sujeito algo externa a ele próprio, relacionada em “redes do saber”, concomitantemente “redes do poder”, iniciada na implementação enunciativa da “psique moderna”, a qual apresentada como “viagem de descoberta científica pode da mesma maneira ser compreendido como uma explicação sempre mais sutil de técnica

⁴⁷ O Humanismo, foi um movimento intelectual, filosófico e cultural que se originou na Europa durante o Renascimento (aproximadamente séculos XIV a XVII). Caracteriza-se pelo retorno ao estudo dos clássicos da literatura, arte, filosofia e ciências greco-romanas, bem como pela valorização do ser humano e de suas capacidades racionais, criativas e morais. Enfatizava a dignidade e o potencial humano, buscando a realização pessoal e o bem-estar social por meio do conhecimento e da educação. Alguns humanistas conhecidos incluem Francesco Petrarca, Desiderius Erasmus, Thomas More e Niccolò Machiavelli.

⁴⁸ Jean-François Lyotard (1924-1998) filósofo francês e um dos principais teóricos do movimento conhecido como pós-modernismo. Sua obra mais famosa, "A Condição Pós-Moderna" (1979), aborda a fragmentação do conhecimento e a desconfiança em relação às metanarrativas, ou seja, as grandes narrativas que explicam a história e a experiência humana. Lyotard também escreveu extensivamente sobre questões de estética, linguagem e política, contribuindo significativamente para o pensamento filosófico do século XX.

disciplinar”; May completa afirmando que “no nexo entre ciência e disciplina constitui-se o sujeito” (MAY, 1995, p, 27).

Outro ponto discutido por May é a concessão de autonomia ao indivíduo, considerado como um domínio pessoal a ser conformado por diversos especialistas como: “diretores das cadeias, aos psicólogos, aos assistentes sociais, aos educadores e a outros”, objetivando estabelecer constructos aceitos socialmente. A correlação entre subjetividade e normalização é exposta como uma implicação direta, onde a efetividade de um conceito depende do ajuste do outro. A série "História da Sexualidade" (1976), de Foucault é mencionada, a fim de expandir tais tópicos, analisando a inter-relação entre veracidade e sexualidade legada pelo século XIX.

Por meio dessas investigações, Foucault proporciona fundamentos históricos, políticos e teóricos para repudiar a noção de subjetividade como um suporte ideal para contrapor-se à ordem vigente (MAY, 1995, p, 28). Tais pontos é que diferenciam os autores tidos como pós-anarquistas e os anarquistas advindos do humanismo iluminista, reafirmando as diferenças, May comenta o seguinte:

Não é, portanto, uma surpresa que na crítica das prisões feita por Kropotkin⁴⁹, ele louve Pinel⁵⁰ por seu papel de libertador dos loucos, deixando de individualizar os novos vínculos psicológicos introduzidos por Pinel e analisados por Foucault na *História da Loucura*. Para o anarquismo tradicional, a anomalia deve ser curada ao invés de exposta, e mesmo que seja muito mais tolerante nas questões do desvio das normas no que diz respeito à sexualidade e a outros comportamentos, permanece nessa concepção de anarquismo o conceito de norma como protótipo do propriamente humano (MAY, 1995, p, 36)

Assim, o compromisso teórico do pós-anarquismo é distanciar-se dos dispositivos de controle subjacentes à sociedade disciplinar que se expandiram na sociedade de controle, porém, vale ressaltar que a noção de individualismo e liberdade tanto no

⁴⁹ Piotr Kropotkin (1842-1921), geógrafo anarquista russo. Um dos principais defensores do anarquismo comunista ou socialismo libertário, suas obras mais notáveis incluem "A Conquista do Pão" e "Campos, Fábricas e Oficinas". Kropotkin defendia uma sociedade baseada na cooperação voluntária, na abolição do Estado e da propriedade privada.

⁵⁰ Philippe Pinel (1745-1826), psiquiatra francês pioneiro e figura fundamental na história da medicina mental. Seu trabalho revolucionou a reforma do tratamento de pacientes com doenças mentais, Pinel aboliu o uso de grilhões e correntes no Asilo de Bicêtre em Paris, promovendo um tratamento humanizado e baseado no diálogo. Também autor da obra "Tratado Médico-Filosófico sobre a Alienação Mental ou Mania".

anarquismo clássico como no contemporâneo, diferem-se essencialmente daquela elegida como ídolo do liberalismo.

A anarquia distancia-se do individualismo liberal, ao buscar a valoração da liberdade em prejuízo da igualdade, pois liberdade e igualdade são conceitos interdependentes, sendo ambos fundamentais para a promoção do bem-estar humano. May enfatiza que “liberdade sem igualdade, significa que todos somos escravos” (MAY, 1995, p, 18).

Assim, a ênfase recai sobre a liberdade material em detrimento da jurídica, pois esta reflete as opções tangíveis disponíveis aos sujeitos. Da mesma forma que o anarquismo não descarta a moralidade, mas se opõe à submissão dos indivíduos a um ideal moral único, tal recusa institui-se por motivos igualmente morais, uma vez que a imposição do "bem" externo pode minar o respeito mútuo entre as pessoas. É destacado por May que: “a anarquia, acima de tudo, não é um liberalismo tornado selvagem” (MAY, 1995, p, 18).

Um ponto importante sobre os sujeitos da contemporaneidade é com respeito à identidade insurrecional do momento presente. Segundo Newman, o horizonte contemporâneo é radical e demanda um novo assujeitamento político, uma vez que a dissolução das metanarrativas inviabiliza um “agente revolucionário privilegiado e identificável, como podia ser dito no proletariado no tempo de Marx” (NEWMAN, 2022, p, 47). Newman traz a problemática a respeito de uma “situação opaca”, a qual atribui a ideia de “não-poder” em Foucault, tal conceito pode relacionar-se à ideia de resistência e contra condutas.

Ao longo de sua obra, Foucault percebe também o poder não como uma entidade centralizada ou estática, mas como uma rede complexa de relações e práticas que permeiam a sociedade. Tais relações fluidas são passíveis de contestação e transformação de maneira produtiva; assim, a resistência são maneiras pelas quais os indivíduos ou grupos desafiam e subvertem dispositivos de soberania, poder e controle disciplinar. A questão central em Newman, baseando-se no panorama posto por Foucault, baseia-se na não existência de um “Projeto revolucionário” que “guia a ética e a ação pós-anarquista” (NEWMAN, 2022, p, 47). O autor britânico, argumenta:

(...) se olharmos para as insurreições contemporâneas, podemos perceber, em meio as suas chamas e intensidades, um novo modo de subjetividade política

que toma a *opacidade* como sua própria forma de expressão. Os sujeitos pós-anarquistas de hoje, em sua resistência aos regimes de visibilidade e representação, esculpem o terreno de vida e uma forma de existência que é ingovernável na medida em que é opaca ao poder (NEWMAN, 2022, p, 47).

De fato, a análise da anarquia ontológica (denominação de Hakim Bey referente à condição inerentemente desordenada e imprevisível da vida, que desafia a governança e o controle), na medida em que não se pode dizer que tenha qualquer identidade, padrão ou *Telos*⁵¹ predeterminados é fundamentalmente ingovernável. Essa visão não implica que a individualidade seja imune à opressão, mas sim que há constantemente um elemento anárquico inerente que transcende e desafia tal domínio (NEWMAN, 2022, p, 48).

Newman propõe-se que, ao ponderar sobre nossa autoidentificação e dispositivos de resistência no cenário atual, contornem-se enfoques baseados em estratificação de classes sociais. Embora esta continue a ser pertinente em outras áreas, atributos particulares ou, mais crucialmente, na noção de um coletivo aguardando uma comunidade soberana no território. Destaca-se igualmente a importância das peculiaridades dos sujeitos autogeradores, desvinculados de identificação estável ou propósito. Tais peculiaridades, em sua própria subsistência, progressivamente politizada, configuram uma expressão de manifestação de vida autônoma enquanto governamentalidade alternativa (forma de existência caracterizada pela autodeterminação e resistência à subjugação externa) (NEWMAN, 2022, p, 48).

Newman procede a partir de uma análise do contexto recente, o qual demonstra-se bastante desafiador, segundo ele, mesmo assim, pode-se observar sinais encorajadores de resistência. Embora haja um regime de controle abrangente, concomitantemente surgem lampejos de insurreição que proporcionam vislumbres de formas alternativas de engajamento político, caracterizadas pelo desejo de autonomia e liberdade, o que é denominado por Newman como “sujeitos radicais” (NEWMAN, 2022, p, 58).

O autor baseia-se nas práticas que incorporam uma nova maneira de ação e identificação as quais escapam da interpretação dentro dos moldes tradicionais da

⁵¹ Noção empregada pelo próprio Saul Newman; *Telos* é um termo grego o qual refere-se ao propósito, objetivo ou finalidade inerente de algo, especialmente no contexto da filosofia e da ética. Altamente central na filosofia aristotélica, onde se entende que tudo na natureza possui uma função ou fim específico, determinantes de sua essência e valor moral. Também pode ser aplicado a sistemas éticos, políticos e sociais, sugerindo uma direção ou um ideal a ser alcançado. O conceito foi amplamente debatido e reinterpretado ao longo da história da filosofia, com diferentes correntes e pensadores oferecendo variadas interpretações sobre a natureza e a relevância do *Telos* na compreensão do mundo e da ação humana.

política. Em vez disso, destacam-se pela recusa em se encaixar em identidades pré-determinadas. Assim, as lutas radicais contemporâneas insurgem-se contra tanto o estilo de vida capitalista, e sua governamentalidade, quanto o sistema financeiro apoiado pelo Estado neoliberal, que tem explorado e prejudicado predatoriamente os meios de subsistência das pessoas em todo o mundo, tanto quanto o meio-ambiente.

Questões econômicas são fundamentais nessas lutas, pois emergem das dificuldades enfrentadas no trabalho, das incertezas e até mesmo do desemprego. Além disso, com a intensificação do neoliberalismo em todo o mundo, com sua exploração implacável de seres humanos e recursos naturais, bem como sua distribuição desigual de riqueza, podemos identificar um processo amplo de opressão e dominação. Embora esse processo seja vivenciado de maneiras diferentes em diferentes contextos, a lógica subjacente é a mesma em todas as partes (NEWMAN, 2022, p, 59).

Segundo Newman, nas sociedades pós-industriais atuais a concepção marxista do proletariado como uma classe revolucionária universal, organizada e liderada por um partido comunista, não é mais aplicável, o autor britânico chama atenção para o fato de que mesmo no contexto de vivência de Marx, os anarquistas argumentavam que uma política revolucionária centrada exclusivamente na classe trabalhadora industrial era restrita e não abrangente o suficiente, preferindo a ideia de uma "massa" que incluísse diferentes grupos, como camponeses e trabalhadores marginalizados (NEWMAN, 2022, p, 59).

Atualmente, as subjetividades são muito diversificadas e fragmentadas para se encaixarem em uma única identidade de classe proletária ou em um movimento operário unificado. A ideia de uma grande revolução proletária perdeu sua força e, pelo menos nas sociedades ocidentais, o movimento trabalhista tem se desviado para os partidos social-democratas e sindicatos, que agora estão estagnados (NEWMAN, 2022, p, 59).

Atualmente, a noção de “povo” tornou-se cada vez mais antiquada no contexto político, associada a um Estado-nação em declínio, cuja desintegração parece apenas estimular o nacionalismo e o racismo. Embora nem todo populismo seja necessariamente racista - de fato, em alguns casos, ele pode ser socialmente progressista e emancipatório -, porém nacionalismo e o racismo permanecem como tentações constantes do populismo (NEWMAN, 2022, p, 61 - 62).

Ainda na perspectiva dos desafios coletivos para a formação de um sujeito radical contemporâneo, no texto “Notas sobre o nacionalismo” (2012) de Hakim Bey, traz alguns pontos importantes em consonância à provocação de Newman (2022). Bey aborda as relações complexas entre dinheiro, Estado e religião ao longo da história humana, explorando suas interações, conspirações e conflitos. Enquanto a sociedade pode existir sem o Estado, o surgimento do Estado está ligado à centralização do poder e da riqueza, muitas vezes por meio da instituição do dinheiro como forma simbólica de troca. No entanto, dinheiro e Estado nem sempre estão alinhados e podem agir como forças opressoras ou libertadoras, dependendo das circunstâncias.

A essência do Estado é encontrada na simbolização como mediação e na mediação como alienação, envolvendo a separação e expropriação de recursos e poder (BEY, 2012, p, 114 – 115).

(...) o dinheiro existe para além do Estado. Numa situação em que o dinheiro é “livre” para se mover através das fronteiras em oposição a toda economia política, como em um internacionalismo “neoliberal” de livre-mercado, o Estado pode se encontrar abandonado pelo dinheiro, e redefinido como uma zona de escassez mais que de riqueza. O Estado permanece por definição baseado na produção, enquanto o dinheiro almeja a transcendência da representação pura (BEY, 2012, p, 112 – 113).

Logo no embrião da sociedade sedentária, segundo Bey, com a criação de sistemas monetários permitiu a consolidação do poder estatal e a acumulação de riqueza. O autor estadunidense argumenta que o dinheiro pode existir sem o Estado e vice-versa, mas ambos são influenciados e moldados pelas governamentalidades existentes em cada época, ao exemplo das forças religiosas no Estado de outrora. Ao longo da história, a luta pelo poder entre dinheiro e Estado levou a diferentes configurações políticas e econômicas, incluindo sistemas feudais e de redistribuição de riqueza. (BEY, 2012, p, 112).

A era moderna testemunhou a ascensão do Estado capitalista, caracterizado pela união do poder do dinheiro e da guerra. No entanto, a vitória do capitalismo sobre o comunismo e a crescente globalização do capital enfraqueceram o poder do Estado em relação ao dinheiro, levando a um processo de privatização e desmantelamento do Estado, regidos pela neoliberalização do mundo e o fortalecimento do sistema financeiro, o qual

captura o poder estatal e redefine as regulamentações da globalização neoliberal. A este respeito, Bey provoca:

Com poucas exceções, as nações estão hoje caindo sobre si mesmas em sua ânsia por “privatizar” tudo, da saúde às prisões, do ar e água à própria consciência. A “proteção” – a única desculpa real para a existência real do Estado – evapora em toda esfera de influência governamental, das tarifas aos “direitos humanos”. O Estado parece de alguma forma acreditar que pode renunciar não só ao seu poder residual sobre o dinheiro, como também às suas funções básicas, e ainda sobreviver como um exército de ocupação eleito! Mesmo nos EUA, que se vangloriam como a última e final “superpotência”, encontram-se no momento em que sua vitória apocalíptica se reduziu a uma força mercenária subserviente ao Capital internacional – se gabando infantilmente (BEY, 2012, p, 117).

O autor anarquista conclui com uma ode ao surgimento de formas alternativas de sociabilidade, as quais busquem erigir um movimento de resistência anticapitalista a partir dos resquícios do radicalismo e enfrentar a política no sentido clauswitziano. A revolução pode ser uma "guerra pela paz" não beligerante, porém é essencial estar preparado (BEY, 2012, p, 126– 127).

No texto intitulado “Sobre a Anarquia” (2008), a concepção de governo apontada por Bey diferencia-se da ideia de autogoverno enquanto prática de liberdade em dissidência dos assujeitamentos predominantes na sociedade neoliberal, como inferido na presente pesquisa a partir da concepção de Lemke, em sua “hipótese Foucault” (LEMKE, 2017, p, 111). Para Bey, o governo caracteriza-se por:

O Governo talvez tenha surgido como uma forma de relação estruturada entre os humanos no momento em que o poder passou a ser desigualmente distribuído, em que a vida criativa de alguns foi reduzida pelo engrandecimento de outros. Por isso, o governo opera em todas as relações em que os membros não são realmente considerados como parceiros em uma estrutura de mutualidade e simetria. O Governo pode ser observado em unidades sociais tão pequenas como a família nuclear ou tão “informais” como o encontro casual entre alguns vizinhos na rua – por outro lado onde quer que o governo não possa sequer tocar, certamente surgirão organizações muito maiores como uma mobilização de amotinados ou multidões de entusiastas do compartilhamento (BEY, 2012, p, 13).

Assim, Bey entende que a não governabilidade, é uma forma livre de sociabilidade, as quais sem relações de poder indivíduos poderiam até reunirem-se, surgindo grupos heterogêneos, como rebeliões ou pessoas que se unem por interesses comuns, recreativos ou até em grupos de estudo e formação política, porém de forma espontânea e autônoma (BEY, 2012, p, 13 – 14).

E é exatamente nesses pressupostos nos quais Bey funda seu anarquismo ontológico, uma importante vertente do pós-anarquismo, a qual é pertinente debruçar-se para buscar uma leitura das potencialidades criativas das convulsões sociais recentes no início do século XXI até o presente momento, comoções ativadas pelo neoliberalismo.

3.4. Territorialidade anarquista: a experiência histórica das zonas autônomas temporárias

A proposição da presente pesquisa opta por direcionar-se por meio da noção “operacional” de governo em Foucault, entendido como ação em exercício; governar a si mesmo ou instituições, que concerne na criação de verdades e indicativos de condutas, segundo Foucault:

(...) governo entendido seguramente não no sentido estreito e atual de instância suprema de decisões executivas e administrativas em um sistema estatal, mas no sentido largo e antigo de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens” (FOUCAULT, 2009, p. 21).

Ao considerar os processos de sujeitamento e seus impactos no corpo social, é preciso considerar não apenas uma razão técnica, descrita pelas tradições filosóficas advindas do racionalismo do século XVII, mas também diversas racionalidades, o que pode ser observado por meio da arqueologia de movimentos dissidentes e alternativos no próprio embrião do capitalismo realizada por Hakim Bey, em sua obra “Utopias Piratas” (2001) na qual é introduzida a noção da TAZ, porém ainda escrita com seu nome de registro civil, Peter Lamborn Wilson. O próprio autor conclui:

Acredito que fazendo extrapolações a partir de histórias do passado e do futuro sobre as “ilhas na rede” possamos reunir evidências que surgiram, que um certo tipo de “enclave livre” é não só possível em nosso tempo como também já existente. Todas as minhas pesquisas e especulações se cristalizaram em torno do conceito de ZONA AUTONOMA TEMPORÁRIA (doravante abreviada como TAZ). (BEY, 2018: p.13)

Ao apropriar-se do conceito de Bey, no trabalho já citado “TAZ (zona autônoma temporária) como prática de liberdade e resistência política” (2016), Santos parte do campo social como ambiente heterogêneo de forças para formular os dispositivos de

liberdade em uma subversão dos dispositivos de controle. A TAZ é entendida como uma operação do dispositivo de liberdade, em um contexto social embrionário para o momento atual no qual presenciamos. O texto de 2016 foi produzido em outra conjuntura, nas quais encontravam-se democracias liberais em pleno funcionamento orgânico, porém em disputas burocráticas impactadas por insatisfações ao redor do mundo.

Nesse contexto, o autor compreende com otimismo as possibilidades de lutas políticas horizontais com transversalidade de forma não mediadas, independentes e autônomas; a TAZ é utilizada como tática de aprofundamento de tais experimentações e até mesmo pensando pressionamentos coletivos em direção a conquistas democráticas e avanços progressistas, as quais, forneceram um ambiente para a busca por movimentos de maior participação dos mecanismos de tomada de decisão. A respeito desse contexto, Santos descreve:

(Hakim Bey) elaborou uma estratégia capaz de descrever a dinâmica processual das manifestações políticas contemporâneas - dos zapatistas ao Movimento Passe Livre e até os *black blocs*, todos esses acontecimentos ou movimentos políticos contemporâneos refletem características constituintes da TAZ -, e o porquê da nossa opção por problematizá-la a partir dos conceitos de Foucault. Falamos em problematização filosófica, é preciso esclarecer, porque, no caso da TAZ, trata-se de algo externo à filosofia; externo, mas não alheio. Sendo assim, existe com esta pesquisa um esforço transformado em objetivo de fazer da TAZ um objeto de estudo da filosofia política contemporânea (SANTOS, 2016, p. 11).

A relação saber-poder evidenciada em Foucault, implica em deslocamentos teórico-metodológicos em Hakim Bey, o qual foca nas dinâmicas da TAZ para delimitar as relações de poder pela ótica da maior potência libertária possível de tais feitos. Um ponto pertinente de destacar é o não acionamento de um dispositivo de autoria para com a TAZ, que deliberadamente Bey não define (BEY, 2018, p. 14). Tal postura teórica-metodológica ambiciona um saber-poder autônomo, visando evitar a criação de um “dogma político”, enfatizando ainda mais o caráter efêmero e fluído de tais contra-espacos, comparável a um ritual místico da seita herética dos *ranter*s do século XVII, pois, “no final, TAZ é quase autoexplicativa. Se a expressão se tornar corrente, será compreendida sem explicativa... compreendida em ação” (BEY, 2018, p. 14).

E o que seriam tais zonas? O coletivo “Escola de ativismo”⁵², em um artigo escrito para a plataforma de jornalismo social *Medium*, intitulado “Teoria: zonas autônomas temporárias - ZAT”⁵³ pelo colaborador chamado John Jordan, define TAZ como “uma alternativa aos modelos tradicionais de revolução, a Zona Autônoma Temporária é um levante que cria enclaves de autonomia livres e efêmeros aqui e agora”. Podemos inferir que as TAZ se manifestam em uma temporalidade, no compartilhamento voluntário e ativo de determinados espaços e motivações entre os indivíduos.

Um desses eventos históricos de experiências de sociabilidade autônoma territorializada é primeiramente o Estado livre de Fiume, entre 1920 e 1924, tal território é hoje pertencente a cidade de Rijeka, na Croácia. O artigo referido do coletivo Escola de Ativismo, reconhece nesse estado livre uma ativação da TAZ, um dos pontos em defesa do argumento está na constituição de Fiume, escrita por poetas e anarquistas. Outros dois exemplos de TAZ foram estudados também por Santos: o Zapatismo no México, enfocando especificamente a constituição do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), e o movimento denominado Provos, responsável pelo surgimento e consolidação da contracultura em Amsterdã, capital da Holanda, nação constituinte do Reino dos Países Baixos. Santos infere, que a terminologia empregada, e as práticas implementadas estão em maior consonância com a abordagem da TAZ, do que com os princípios convencionais dos partidos socialistas (SANTOS, 2016, p. 88).

O movimento Provos constituiu-se como um elemento determinante na enigmática metamorfose que, em meados da década de 1960, deu origem a um despertar de consciências, inclusive em esferas políticas. Tal geração impulsionou o Ocidente e a cultura europeia a reexaminar suas trajetórias e a desabilitar o curso automático em direção ao progresso tecnológico e científico, ofertando a um contingente expressivo de indivíduos a percepção de opções de vida mais libertas e autônomas. Santos cita Matteo Guarnaccia, representante da psicodelia europeia, tanto por sua atuação como ensaísta e escritor quanto por sua contribuição artística, em sua obra denominada "Provos: Amsterdam e o nascimento da contracultura" (2001), na qual elucida que por ter

⁵² O coletivo “Escola de Ativismo”, foi fundado em 2011 e visa a educação não formal como ferramenta de conscientização para o ativismo em diferentes demandas sociais. Mais informações disponíveis no site: <https://escoladeativismo.org.br/>

⁵³ Contribuição de JORDAN, John. Teoria: Zonas Autônomas Temporárias (ZAT), 2016. Medium. Disponível em: <https://medium.com/@EAtivismo/teoria-zonas-aut%C3%B4nomas-tempor%C3%A1rias-zat-dcc9dd8ab73c>. Acesso em 04/05/2023).

transcorrido nos Países Baixos, o movimento Provos foi praticamente obliterado pelo panorama cultural estadunidense, relegando ao esquecimento os audazes pioneiros holandeses cujas ações anarquistas e tribais prenunciaram os *Merry Pranksters*, *Diggers* e *Yippies*.

A insurgência Provo configurou-se como o primeiro episódio no qual a juventude, enquanto agrupamento social independente, tentou exercer influência direta no domínio político, adotando uma abordagem absolutamente pioneira, sem propor ideologias já estabelecidas, mas instituindo um estilo de vida inovador, generoso, antiautoritário e ecologicamente consciente (SANTOS, 2016, p. 88).

Para Santos (2016), em consonância com Matteo Guarnaccia, sem a presença dos Provos, Amsterdam não teria se metamorfoseado no laboratório de audaciosas experimentações socioculturais, a única metrópole europeia com autonomia suficientemente a ponto de proporcionar a aterrissagem da imaginação. Afinal, a imaginação constituiu-se como a única arma ao alcance dos Provos. Em contraposição ao maio francês em 1968⁵⁴, que almejava conduzir a imaginação ao poder, o Provo empregou a imaginação contra o poder – não objetivando suprimi-lo, mas sim desestabilizá-lo (SANTOS, 2016, p. 89). Nesse sentido, o filósofo brasileiro prossegue:

(...) a cidade de Amsterdam significou, nos anos 1960, a primeira grande Zona Autônoma Temporária do planeta. A primeira cidade na qual as ideias de autonomia e criatividade fincaram suas raízes. Foi ali que as bandeiras negras do anarquismo ressurgiram de maneira inusitada entre os jovens nas ruas, e dessa vez não para celebrar o funeral de algum militante, pois os próprios jovens não eram necessariamente militantes, mas por diversão e liberdade. O primeiro lugar em que a mistura por vezes confusa entre poesia, drogas e cultura popular conseguiu dar vida a um movimento contracultural gigante. E

⁵⁴ Maio de 1968, episódio histórico caracterizado por uma intensa agitação social e política na França e em outros países. Inicialmente desencadeado por protestos estudantis contra o sistema educacional conservador e autoritário, o movimento rapidamente se expandiu para abranger demandas mais amplas de reforma política e social. Foi marcado por uma série de protestos, greves e confrontos violentos entre manifestantes e forças de segurança. Os estudantes exigiam uma reforma do sistema educacional, buscando maior liberdade de expressão e igualdade, o apoio a essas reivindicações logo se estendeu a outros grupos sociais, como sindicatos, trabalhadores e intelectuais, que também expressaram sua insatisfação com as condições sociais e políticas existentes. Em Paris, os eventos foram especialmente intensos, com as ruas se tornando cenários de conflito, caracterizados por barricadas, incêndios e confrontos diretos. Palavras de ordem, cartazes e pichações foram usados pelos manifestantes para expressar seu descontentamento e exigir mudanças. O movimento desencadeou transformações culturais e sociais duradouras, incentivando o surgimento de novas formas de expressão artística e levando à discussão de questões como gênero, sexualidade e direitos civis; influenciando movimentos e protestos em outras partes do mundo, contribuindo para uma onda global de contestação e ativismo. Ainda hoje, esse período é reconhecido como um marco emblemático na luta por liberdade, igualdade e justiça social, e continua a inspirar movimentos e debates contemporâneos; (é possível entender tal fenômeno a partir do livro "68: como incendiar um país" de Maria Teresa Mhereb e Erick Corrêa, da editora Veneta: coleção Baderna, 2018).

isso ocorreu pouco antes do maio francês, antes da *Swinging London*, antes de *Haight-Ashbury* (SANTOS, 2016, p. 89)

O Provo jamais constituiu-se como um movimento propriamente organizado; tratava-se, em vez disso, de um conjunto heterogêneo de indivíduos capazes de despertar simpatias e cumplicidades atípicas nos espaços públicos de sua cidade, engajando centenas e, por vezes, milhares de pessoas em suas ações. Porém, não legaram à posteridade nenhum programa ideológico para dar continuidade ao movimento; seu empenho estava exclusivamente voltado para um embate breve e temporário, voltado unicamente ao presente premente. A insurreição Provo foi pautada pela liberdade de experimentação e não pelo atendimento de necessidades humanas básicas. A "provolação" (expressão cunhada por Guarnaccia) talvez tenha sido o primeiro exemplo de rebelião a eclodir sem causa aparente, senão a própria ânsia de ocupar as ruas e celebrar a liberdade (SANTOS, 2016, p. 89).

Outro evento trabalhado por Santos (2016), como exemplo de prática de liberdade que se aproxima das características principais da TAZ, é o levante ocorrido em Chiapas em 1º de janeiro de 1994, liderado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Embora existam diversas interpretações sobre a dinâmica desse movimento, que variam de uma perspectiva marxista contemporânea, alinhada às ideias de Gramsci⁵⁵ e Lukács⁵⁶, conforme demonstrado na obra do jornalista Alejandro Buenrostro y Arellano intitulada "As raízes do fenômeno Chiapas" (2002); também uma abordagem anarquista e libertária, como exemplificado no livro de Marco Fernandes Bridge e Massimo Di Felice intitulado "*Votán-Zapata: A marcha indígena e a sublevação temporária*" (2002). (SANTOS, 2016, p, 92).

É apontado por Santos (2016) que o zapatismo e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) podem ser compreendidos a partir de dois deslocamentos

⁵⁵ Antônio Gramsci (1891-1937) foi um teórico marxista italiano, conhecido por suas contribuições à teoria política e cultural; foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano e escreveu extensivamente sobre questões como hegemonia, intelectuais orgânicos e cultura. Preso durante o regime fascista de Mussolini, Gramsci escreveu os Cadernos do Cárcere, sua obra mais famosa. Suas ideias, especialmente sobre hegemonia, tiveram grande influência no campo da teoria social e política.

⁵⁶ Georg Lukács (1885-1971) foi um filósofo, crítico literário e teórico marxista húngaro. Sua obra mais famosa, "História e consciência de classe" (1923), aborda a importância da consciência de classe na luta revolucionária. Lukács aplicou o marxismo à literatura, defendendo a representação realista das condições sociais dos trabalhadores.

paradigmáticos. O primeiro deslocamento refere-se à concepção de uma revolução por meio da sublevação temporária e do levante, enquanto o segundo deslocamento diz respeito à transição da política da identidade dialética para uma atuação popular anônima e indistinta. O autor demonstra:

(...) observando o funcionamento das estrelas alguns astrônomos descobriram Mira, que tinha um comportamento singular se comparado com as outras estrelas. Como ocorre com as demais estrelas, esperava ser que sua luz, tendo resplandecido por milhares de anos, termina-se por extinguir-se, resultando num buraco negro. No entanto, à diferença das outras estrelas, o desaparecimento de Mira não era definitivo: de repente a sua luz voltava a brilhar. Tal fenômeno pôs em questão o conceito de vida no universo ligado ao paradigma evolutivo das fases da existência (nascimento, crescimento, amadurecimento e morte). O comportamento de Mira parece superar essa lógica, pois ela não nascia nem morria, apenas aparecia e desaparecia constantemente (SANTOS, 2016, p, 92).

O termo "zapatismo" deriva de Emiliano Zapata, um dos líderes da revolução mexicana de 1910. O espírito de rebeldia personificado por Zapata foi assimilado pela luta dos indígenas e guerrilheiros contra as forças opressoras. O EZLN emergiu da geração que participou dos movimentos políticos que marcaram o desfecho dos anos 1960. Após a repressão policial, que culminou no massacre de *Tlatelolco* em 1968, onde centenas de manifestantes foram brutalmente assassinados, a esquerda e os setores progressistas enfrentaram uma divisão significativa. Enquanto alguns líderes se integraram ao sistema político mexicano, outros se engajaram em movimentos sociais urbanos e rurais, fundaram novos partidos de esquerda ou optaram pela via da guerrilha armada (SANTOS, 2016, p. 92).

O levante zapatista emerge como um reflexo e, de certa forma, como um precursor de novas formas de conflitos que seriam desencadeados por diversos setores da sociedade civil internacional, em diferentes partes do mundo, no final do século XX e início do século XXI. Tais conflitos transcendem meramente uma base ideológica, expressando um sentimento global renovado de rejeição às concepções econômicas totalitárias, bem como uma preocupação cada vez maior com questões ambientais, desigualdades na distribuição de riquezas, defesa dos direitos humanos e reconhecimento das diferenças (SANTOS, 2016, p. 92).

A exemplo dos levantes ocorridos em *Seattle*, Praga e Gênova, entre outros, muitos desses atos contestatórios, frequentemente marcados por um caráter violento, que

se disseminaram em novas praças midiáticas – as quais se tornaram espaços políticos significativos –, juntamente com o movimento zapatista no México, podem ser interpretados como eventos inaugurais dessas novas formas de conflitualidades sociais. São "conflitos sem lugares" ou "pós-ideológicos", caracterizados por sua autonomia em relação aos circuitos políticos institucionais, e frequentemente distanciados da lógica política partidária tradicional, baseada na busca pelo poder estatal (SANTOS, 2016, p. 92). O autor prossegue:

Desde a sua aparição, em 01 de janeiro de 1994, o levante zapatista caracterizou-se por uma forma de atuação não permanente, tal como a estrela Mira. A ocupação de sete municípios foi planejada desde sempre de forma temporária e logo cedeu lugar à retirada dos rebeldes para as aldeias da floresta de Chiapas, de onde haviam saído. Também em seguida da organização da Convenção Nacional Democrática, da consulta internacional para melhoria da condição de vida indígena nos países latino-americanos, dos encontros internacionais pela humanidade e contra o neoliberalismo, o aspecto não convencional e politicamente efêmero parece ter-se mantido na vida política mexicana. As ações zapatistas aparecem e desaparecem rapidamente, não constroem uma prática política institucional e duradoura, fazendo com que as suas ações não possam se enquadrar nas práticas dos movimentos guerrilheiros tradicionais nem naquelas dos demais movimentos sociais que marcaram as décadas do fim do século XX na América Latina. (SANTOS, 2016, p. 93).

Os insurgentes zapatistas adotaram estratégias distintas durante um período caracterizado pelo declínio das utopias. Cobrindo seus rostos com lenços vermelhos (paliacates) e utilizando gorros negros (passa-montanhas), os zapatistas buscaram visibilidade global, concomitantemente empunhavam armas, muito mais de forma simbólica e imagética do que uma intenção bélica, aponta Santos. Essa forma de ação armada durou apenas doze dias, mas os zapatistas continuaram a combater o totalitarismo econômico por mais de duas décadas, valendo-se de discursos, resistência, autonomia e dignidade (SANTOS, 2016, p. 94).

Durante esse período, os zapatistas desenvolveram novas formas de democracia, relações sociais, acesso à justiça, saúde, terra e educação em seus territórios autônomos em rebeldia, os quais são caracterizados pela expressão "Aqui quem manda é o povo e o governo obedece", conforme anunciado na placa de entrada desses territórios. Ao longo de mais de vinte anos de insurreição, os zapatistas mexicanos promoveram transformações teóricas e práticas que desafiaram e inovaram diversos princípios dos movimentos de esquerda, especialmente na América Latina (SANTOS, 2016, p. 94).

Sua organização autogestionária, táticas de luta, identidade indígena, concepções de ação coletiva, linguagem e questionamentos políticos, estatais e democráticos os distinguem dos movimentos anteriores. Ao contrário das guerrilhas armadas tradicionais, o EZLN não almeja disputar eleições ou tomar o controle das instituições estatais. Essa abordagem crítica e autocrítica do EZLN representa um despertar marcante em um novo ciclo de protesto social, que surgiu nos anos 1990 e início dos anos 2000, caracterizado por uma perspectiva antineoliberal e anticapitalista (SANTOS, 2016, p. 94).

Santos então traça um paralelo, ao referir-se a estratégia da TAZ, proposta por Hakim Bey, para ilustrar as ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e diferenciá-las de outros grupos guerrilheiros latino-americanos que eventualmente assumiram posições dentro da estrutura estatal. O EZLN demonstra distinguir-se pelo caráter de sublevação temporária, que busca liberar áreas e espaços de maneira efêmera, rompendo assim com a lógica dialética de revolução e subsequente reorganização do Estado. Outro ponto é o anonimato, o qual os zapatistas adotam através do uso de capuzes, substituindo a figura do líder carismático pela ação coletiva de indivíduos anônimos (SANTOS, 2016, p. 95). Santos pontua a pertinência de ler tais eventos sobre o prisma da TAZ:

Deve-se ter, para a realização da TAZ, uma mínima unidade entre seus participantes, mas também, e mais importante, deve-se admitir a dispersão e a talvez rápida durabilidade das práticas de liberdade. Isso faz parte da sua estratégia operacional. Trata-se de enfatizar, portanto, as formas de condicionamento e as contingências históricas (que chamamos simplesmente de relações de poder, com Foucault, mas poderíamos lembrar também da autoridade, em Proudhon), que capturam continuamente práticas perigosas para si como a TAZ, mas, também, e principalmente, as possibilidades de abertura – aberturas efetivas e concretas. Somos historicamente condicionados, mas assumimos nosso lugar em um sistema aberto e contingente, sempre passível de combates, e até mesmo de combates criativos, como é o caso da TAZ. Os poderes, eles não são capazes de nos obstruir; não antes de desfrutarmos, por um tempo determinado, das práticas que aspiramos realizar (SANTOS, 2016, p. 98).

Santos (2016) percebe que o zapatismo antecipa e influencia uma série de movimentos de protesto e formas heterogêneas de luta que surgiram nas últimas décadas. Esses movimentos compartilham uma recusa coletiva das lógicas econômicas neoliberais e socialistas, buscando uma transformação radical da ordem vigente. Um aspecto notável é a participação ativa dos jovens nessas manifestações políticas. Os estudantes, juntamente com intelectuais não comprometidos com setores relacionados ao poder

institucional, desempenham um papel central na busca por mudanças estruturais nas sociedades capitalistas (SANTOS, 2016, p. 96).

A influência do zapatismo evidencia-se nas ações que rompem com a hegemonia do proletariado urbano como força motriz da transformação social ao longo do globo no século XXI (SANTOS, 2016, p. 96). Em síntese, as práticas zapatistas, por meio da TAZ, representam uma estratégia política que promove a experimentação de práticas criativas de liberdade. A TAZ se caracteriza pela resistência através da criação e constituição de espaços autônomos. Nesse sentido, desafia as relações de poder estabelecidas e busca a concretização da liberdade no presente, em oposição a uma visão utópica e futura (SANTOS, 2016, p. 96).

Porém, a TAZ possui como característica central, a não mediação por dispositivos de controle, mas sim a formação de espaços ou momentos efêmeros de liberdade e autogestão, as quais emergem dentro dos dispositivos de soberania, baseando-se na criação de comunidades autônomas e em princípios como autodeterminação, horizontalidade e cooperação, assim, proporcionando um espaços/tempo onde indivíduos e grupos podem experimentar práticas libertárias, explorar novas formas de organização social e desafiar as normas e hierarquias impostas pela sociedade.

O imediatismo é uma interface da filosofia de Hakim Bey, que enfatiza a experiência direta do presente e a rejeição de mediações e representações alienantes; visando proporcionar possibilidades do fomento de princípios do imediatismo, ao permitir que os indivíduos vivenciem uma realidade imediata e autêntica, ao passo que explorassem novas possibilidades de organização social, enfatizando uma natureza sem mediações do mundo, caracterizando-se no que Hakim Bey denomina de anarquismo ontológico.

3.5. Imediatismo: a propulsão do anarquismo ontológico em Hakim Bey

A partir da ideia de relações não mediadas e espontâneas que propiciam a criação de uma TAZ, há a necessidade de uma recontextualização em um olhar a partir do atual momento do avanço tecnológico, tornando-se apropriado as provocações de Bey, ao considerar as mediações e instrumentalização da comunicação em proporções planetárias, expandindo-se exponencialmente no mundo hiper-conectado da informação rápida, das

redes sociais e da indústria de produção de conteúdo massivo em uma quantidade sem precedentes históricos (BEY, 2019, p. 23).

A não mediação, ou imediatismo como denomina Bey, é a postura principal do anarquismo ontológico, consiste em alocar o anarquismo no contemporâneo, buscando uma perspectiva genealógica das relações de poder além dos mecanismos de estruturação sociais burgueses como o próprio Estado. Nesse ponto, há um entendimento do anarquismo como saber-poder, aceitando a imprevisibilidade e maleabilidade das redes e dos diferentes fluxos de informações (BEY, 2019, p. 12).

Através da leitura da referida obra, defende-se aqui a possibilidade de entender que o anarquismo ontológico como um modo de autogoverno, ou uma governamentalidade em oposição ao conjunto de racionalidades neoliberais, as quais atribuem ao Estado o papel de propulsor e mediador das relações com o mercado⁵⁷, configurando o principal fundamento do capitalismo hoje. Hakim Bey admite o cenário de conflito permanente de guerra como condição política, pois, para ele, o papel do anarquismo ontológico é criar sua própria condição de existência “ainda que à sombra do Estado, este gigante pustulento que dorme e cujos sonhos de Ordem formam metástases em espasmos de espetacular violência” (BEY, 2019, p. 12).

Antes de traçar os diálogos e encaixar a epistemologia anárquica ontológica, cabe delinear seus principais anseios em seu movimento teórico, o entendimento das relações possíveis de serem mesmo que momentaneamente invisíveis ao grande jogo, pequenos movimentos de afirmação de uma sociabilidade mais livre e mais próxima da arte e do comum; a prática utópica da constante fuga dos poderes de cooptação e massificação de ideias outrora virtuosas, assim, uma estratégia que visa não negar as condições do presente mas sim, subvertê-las (BEY, 2018, p. 17).

A principal modulação do anarquismo ontológico é justamente a condição contemporânea de fluidez que possibilita o jogo da microfísica do poder, de uma forma ativa de criação de possibilidades. Assim, o uso da estética (arte), como objeto de crítica

⁵⁷ O mercado pode ser definido como um sistema organizado de trocas de bens e serviços entre produtores e consumidores, que ocorre em um determinado espaço físico ou virtual; é regulado por meio da oferta e demanda. Nesse sistema, os preços dos bens e serviços são determinados pelo equilíbrio entre a quantidade ofertada pelos produtores e a quantidade demandada pelos consumidores. Além disso, o mercado é influenciado por diversos fatores, como as condições econômicas, políticas, sociais e tecnológicas, que afetam tanto a oferta quanto a demanda, e consequentemente, os preços dos bens e serviços.

e contemplação, para a partir desse prisma, propor uma forma de movimento político, no sentido da ocupação de espaços comuns a todos, espaços esses físicos, ideológicos e de imaginação (BEY, 2018, p, 17). Hakim Bey, apresenta sua contestação:

Em resumo, não queremos dizer que a TAZ é um fim em si mesmo, substituindo todas as outras formas de organização, táticas e objetivos. Nós a recomendamos porque ela pode fornecer a qualidade do enlevamento associado ao levante sem necessariamente levar à violência e ao martírio. A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se refazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la. Uma vez que o Estado se preocupa primordialmente com a Simulação, e não com a substância, a TAZ pode, em relativa paz e por um bom tempo, "ocupar" clandestinamente essas áreas e realizar seus propósitos festivos. Talvez algumas pequenas TAZs tenham durado por gerações - como alguns enclaves rurais - porque passaram despercebidas, porque nunca se relacionaram com o Espetáculo, porque nunca emergiram para fora daquela vida real que é invisível para os agentes da Simulação (BEY, 2018, p, 17).

Quando encaramos as principais diretrizes da modernidade burguesa, seja a busca por regras universais encampadas pelos sistemas de abstração formados pelo iluminismo até a alta arte, todas essas são respostas aos anseios e desejos comuns de uma época, uma revolução arquitetada em prol de uma ordem ambiciosa, é justamente nesse momento que as instituições e anseios maiores subjagam o indivíduo. O primeiro sistema de abstrações ao qual Bey renúncia são as utopias, ao invés disso busca-se na relação um para um, ou até de pequenos grupos, das festividades até as pequenas insurreições, mas acima de tudo da potência dos encontros cotidianos, como confirma:

O Capitalismo que alega criar Ordem através da reprodução do desejo, de fato se origina da criação da escassez e somente pode reproduzir a si mesmo na insatisfação, negação e alienação. Conforme o Espetáculo se desintegra (como um programa de realidade virtual que não funciona), ele revela os ossos descarnados da mercadoria. (...) Indivíduo vs Grupo – Eu vs outro – uma falsa dicotomia propagada pela Mídia Controladora e acima de tudo pela linguagem. (...) Eu e Outro se complementam e se completam. Não existe Categoria Absoluta, nem Ego nem Sociedade – somente uma caoticamente complexa rede de relações – e uma “Estranha que atrai”, a *atração mesma*, que evoca ressonâncias e padrões na torrente do vir-a-ser. (BEY, 2019, p. 13).

Desta forma, a renúncia aos universalismos pode ser interpretada como a abolição das metanarrativas e do uso estratégico das experimentações de liberdade. Tais diretrizes são encontradas também em Saul Newman, importante expoente do anarquismo ontológico, ou pós-anarquismo, conjuntamente a Hakim Bey. A visão de Newman afirma

que o pós-anarquismo não espera por uma utopia pós-revolucionária para afirmar-se a “capacidade imanente para uma vida autônoma e a sempre presente possibilidade de liberdade” (NEWMAN, 2022, p. 30).

Ao colocar a visão das experimentações livres, o autor faz uma crítica à própria tradição a qual se insere, ao argumentar que “a revolução deve ser libertária tanto em seus meios quanto em seus fins” (NEWMAN, 2022, p. 30), assim os meios do anarquismo tradicional estão fincados em metanarrativas vinculadas ao ideal de liberdade moderno, tão entranhadas nesse sistema de crenças quanto a utopia revolucionária socialista, a qual admite o Estado em uma transição pela tomada dos meios de produção (NEWMAN, 2022, p. 32).

Algumas das afirmações mais radicais dentro do espectro anarquista inserem no questionamento ético e científico para a existência de uma entidade a qual unicamente detém o poder de coerção sobre os indivíduos, a violência seria o ordenamento racional do Estado, porém, nem todas as correntes se ocupam de fundamentar formas de abolição de tal “incômodo” (NEWMAN, 2022, p. 32). O anarquismo para Newman pode ser descrito como “um agrupamento diverso e heterodoxo de ideias, sensibilidades morais, práticas e movimentos históricos e lutas animado pelo que chamo de impulso antiautoritário” (NEWMAN, 2022, p. 31).

A recusa ao poder soberano, seja na figura do Estado ou de agentes de assujeitamentos que partam de estratégias de saber-poder que ganharam força nas disputas no campo subjetivo das identidades e do consumo na era pós-industrial, uma vez que as metanarrativas, enunciações universalistas as quais caracterizavam-se como pilares da modernidade e que professavam uma racionalidade técnica a qual guiaria o mundo para o progresso, entrou em crise no ceticismo da era pós-moderna.

Segundo Jean-François Lyotard, filósofo francês referência no debate a respeito da pós-modernidade, tal processo geraria assim a “atomização do social em redes flexíveis” (NEWMAN, 2022, p. 37). A teia rizomática em que se encontra a contemporaneidade enquanto abraça o efêmero e o fluxo, segundo Newman permitem a experiência da vida política autônoma:

Somos testemunhas da emergência de um novo paradigma de pensamento e ação política radical, um paradigma que toma forma de uma insurreição autônoma. Serei ainda mais ousado, e direi que, se desviarmos nosso olhar do espetáculo vazio da política soberana, podemos vislumbrar um mundo alternativo e dissidente de vida e ação política, que só pode ser descrito como

anarquista. (...) um modo de política em que autogoverno e organização livre e espontânea, ao contrário de organização pelo (e através) do Estado, são centrais (NEWMAN, 2022, p. 24).

O autor sugere o conceito de “singularidades”, subjetividades de não disputa de representação e “opaca” ao poder, a retomada do indivíduo em oposição ao indivíduo do neoliberalismo baseado no consumo, mas sim uma singularidade a não ser cooptada nem pela microfísica do poder, articulando-se suficientemente para escapar aos mecanismos disciplinares de controle do corpo e da vida. Tanto Hakim Bey quanto Saul Newman apreendem o indivíduo em suas dimensões subjetivas, pensando na desconstrução dos assujeitamentos que guiam as condutas e impelem à autodeterminação dos sujeitos. Então é emergente nas lutas e ativismos contemporâneos delimitar-se um “*ethos*’ anarquista no qual a autonomia e auto-organização são elementos-chave” (NEWMAN, 2022, p. 28).

Ao buscar não evocar uma definição, mas dissertar sobre o que seria o anarquismo ontológico, Bey aborda a noção de que não se pode fazer previsões definitivas sobre a "verdadeira natureza das coisas". E justamente por considerar tal incerteza, se faz crucial o projeto imediatista das experimentações libertárias, pois ao resistir a categorizações pretéritas, estabelece-se do "nada", a partir do vazio absoluto, a fim de criar uma rebelião contra qualquer afirmação que proclame uma natureza absoluta e imutável da realidade (BEY, 2019, p. 10).

E por meio da inventividade é possível traçar valores próprios. Assim, a pertinência do Caos e todos os mitos relacionados a ele, aos quais Bey alude, o chamado “devaneio paleolítico” – o caos como a manifestação do nada rumo ao algo, mas não calcado em metanarrativas pré-estabelecidas. O caos evoca a plenitude da vida. Toda desordem, todo movimento – tudo remete ao caos. Sob essa perspectiva, a Ordem surge como morte, cessação, cristalização e silêncio imposto por dispositivos de controle externos (BEY, 2019, p. 11). Bey prossegue:

O anarquismo diz que “o Estado deve ser abolido” somente para instituir uma nova forma mais radical de ordem em seu lugar. O anarquismo ontológico, no entanto, responde que não pode “existir” nenhum “Estado” no caos, que todas as reivindicações ontológicas são espúrias exceto a reivindicação pelo caos (que, entretanto, é indeterminada) e, por isto, que qualquer espécie de governo é impossível. “O caos nunca morreu”. Qualquer forma de “ordem” que nós não tenhamos imaginado e produzido pela direta e espontaneamente pura “liberdade existencial” para nossos próprios propósitos celebráveis – é uma ilusão (BEY, 2019, p. 11 – 12).

A anarquia ontológica propõe agir para além da ordem estatal, visando a concepção de uma realidade própria, mesmo na presença do Estado, o qual como um gigante adormecido com sonhos de ordem, tende a se manifestar com violência em resposta às demandas libertárias. Essa perspectiva postula que a única forma de governo viável é baseada no desejo e na autodeterminação; a civilização, por sua vez, é vista como uma camuflagem da veridicidade de que, para Bey, apenas o desejo tem o poder de criar valores, enquanto os valores da civilização são baseados na negação do desejo (BEY, 2019, p. 12).

Em contraste com o capitalismo, que segundo Bey origina-se na produção de escassez e perpetua-se por meio da insatisfação, negação e alienação progressiva, à medida que a “sociedade do espetáculo⁵⁸” toma proporções mais amplas no atual momento da era da informação, revela-se a essência desprovida de vida da mercadoria, deixando uma sensação de vazio e decepção. A dicotomia entre o indivíduo e o grupo, o eu e o outro, é considerada uma falsa distinção criada e perpetuada pelos dispositivos de controle, especialmente através da linguagem (BEY, 2019, p. 13) O autor observa:

O Nomadismo e o Levante nos fornecem modelos possíveis de “vida cotidiana” do Anarquismo Ontológico. Os acabamentos cristalinos da Civilização e da Revolução deixam de interessar quando já experimentamos ambos como forma de Guerra, variações da velha e enfadonha Fraude Babilônica, o mito da Escassez. Como o beduíno nós escolhemos uma arquitetura de peles – e uma terra cheia de espaços de desaparecimento. Da mesma maneira que a Comuna. Nós escolhemos um espaço líquido de celebração e risco ao invés da gélida ruína do Prisma (ou Prisão) do Trabalho, a economia do Tempo Perdido, o rito da nostalgia por um futuro sintético (BEY, 2019, p. 15).

O anarquismo ontológico por meio da criação de redes de convivência, como a TAZ, potencializaria o surgimento de valores que desafiam a moralidade e a ética da civilização hodierna em seus vícios modernos. Tais valores dissidentes, seriam baseados na abundância em vez da escassez, na potência individual e solidariedade, em vez da mercadoria, e no aprimoramento sinérgico e mútuo tanto do indivíduo quanto do coletivo;

⁵⁸ O escritor situacionista francês, Guy Debord, em sua obra "A Sociedade do Espetáculo" (1967), analisa a sociedade contemporânea como dominada pela lógica do espetáculo, onde as relações sociais são mediadas e distorcidas pela presença constante da imagem. O autor critica a alienação e a separação resultantes desse fenômeno, destacando o papel dos meios de comunicação de massa. A obra provoca reflexões sobre a cultura de consumo e busca por resistência contra o domínio espetacular. Obra referida: DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

em contraste com a ênfase da civilização ocidental na negação do desejo e na disposição da vida em torno da morte (BEY, 2019, p.14). O autor faz a seguinte provocação:

Utopias poéticas nos ajudam a conhecer nossos desejos. O espelho da Utopia nos fornece uma espécie de teoria crítica que nem a mera prática política, nem a filosofia sistemática podem esperar desenvolver. Mas nós não temos tempo para teorias que apenas se limitam à contemplação da utopia como um “lugar do lugar nenhum” enquanto se lamentam pela “impossibilidade do desejo”. A penetração do maravilhoso na vida cotidiana – a criação de “situações” – pertence ao “princípio material corpóreo” e à imaginação e à fábrica viva do presente (BEY, 2019, p. 15-16).

Diferentemente das utopias advindas das tradições modernas, Bey evoca a heterotopia como alternativa no momento presente de resistências e dissidências às racionalidades governamentais as quais a sociedade neoliberal é subjugada. A fim de demonstrar tal dinâmica, o autor cita o exemplo das “*tongs*” chinesas; importante ressaltar que o significado exato de *tong* pode variar dependendo do contexto cultural, histórico e linguístico em que é utilizado. Em certos contextos, *tong* pode se referir a uma organização (muitas vezes secretas, como colocado por Hakim Bey), ou sociedade tradicional chinesa, tais organizações podem ter propósitos variados, como promoção cultural, assistência mútua, negócios ou mesmo atividades criminosas (BEY, 2019, p.37 - 38).

Um exemplo famoso são as tríades chinesas, organizações criminosas secretas que têm uma longa história; consideradas uma das mais antigas formas de máfia e operam principalmente na China, Hong Kong, Taiwan e outras comunidades advindas da Ásia Oriental no exterior, porém, *tong* também pode ser entendida como uma unidade administrativa: em alguns lugares da Ásia, como Macau e Hong Kong, o termo refere-se a uma subdivisão administrativa menor, equivalente a um bairro ou uma vila (BEY, 2019, p.39).

Na ideia de imediatismo, exploram-se formas de liberdade e autonomia através da criação de redes com as *tongs*, nas quais Bey enfatiza a experiência direta e, uma busca por formas de organização não mediadas por estruturas hierárquicas ou instituições de controle, a fim de explorar alternativas sociais e culturais que promovam a liberdade individual e coletiva (BEY, 2019, p.40). O autor traça a pertinência do sigilo de experimentações libertárias, as quais as *tongs* exemplificam tal dinâmica, a seguir:

Se o imediatismo começar com grupos de amigos tentando não só superar o isolamento, mas também melhorar a vida uns dos outros, logo assumirá uma forma mais complexa: - núcleo de aliados mutuamente escolhidos trabalhando (brincando) para ocupar mais e mais tempo e espaço fora de toda estrutura mediada e todo controle. Então ele vai querer se transformar em uma rede horizontal de tais grupos – daí em uma “tendência” – daí em um “movimento” – então em uma rede cinética de “zonas autônomas temporárias”. Por fim, vai empenhar-se por se tornar o cerne de uma nova sociedade, dando vida a si mesma dentro da concha corrupta da velha. Por todos esses propósitos a sociedade secreta promete promover uma estrutura útil de clandestinidade protetiva – um manto de invisibilidade que só cairá no caso de algum confronto final com a Babilônia da Mediação... (BEY, 2019, p. 47).

Hakim Bey aponta a superação da TAZ, a qual segundo o autor tratava da "vontade de poder como desaparecimento", ressaltando a natureza evasiva e ambígua do momento de "liberdade". Ao tratar sobre as dinâmicas imediatistas, o foco se desloca para a concepção de uma “*práxis* de reaparecimento” e, conseqüentemente, para a problemática da organização a partir de tal estratégia (BEY, 2019, p,19).

Efetivamente, a elaboração de uma teoria da estética do coletivo - em contraposição a uma abordagem sociológica ou política - por meio de tais táticas de reaparecimento; um manifesto de indivíduo com “espírito livre”, ao invés da criação de instituições governamentais. O coletivo Imediatista, dedicar-se-ia ao experimento da “comunhão festiva” - não possuidora ambições maiores de durabilidade, preferindo “atrair antes co-conspiradores a leitores” (BEY, 2019, p,19).

O ordenamento do controle social, esse arquitetado pela civilização ocidental do bio-necropoder é questionado por Bey face a outras sociabilidades alternativas, pois suas mediações e vícios tendem a afligir grande parte da população mundial, apesar de seus avanços tecnológicos. A civilização é apontada por Bey como uma entidade presa a uma paixão pela morte, como evidenciado pelos dispositivos de poder e pelo culto à racionalidade que permeiam a história humana recente (BEY, 2019, p,19).

3.6. A instauração das zonas autônomas temporárias: ação direta e terrorismo poético

No texto “Resistências contemporâneas e experimentações políticas: problematização filosófica da TAZ (zonas autônomas temporárias)”, Santos (2016) traça uma aproximação da TAZ com a concepção de resistência em Foucault. Santos chama a

atenção para a perspectiva da TAZ como uma estratégia política de experimentação imediata da liberdade, como tratado anteriormente na presente pesquisa, cujo objetivo primordial é criar condições propícias para essa vivência, mesmo que temporariamente.

No entanto, a TAZ também pode ser compreendida como uma tática ou estratégia de resistência política. Santos reforça a descrição da TAZ como uma operação de guerrilha que não confronta diretamente o Estado, mas concentra-se em dismantelar, em um espaço físico ou imaginativo (enunciativo ou no embate de governamentalidades), restando os dispositivos de poder; uma estratégia de ataque e fuga, evitando reações diretas (SANTOS, 2016, p, 8).

Para que a TAZ efetivamente seja praticada como resistência política, Santos anuncia uma re-modulação da palavra "resistência" de sua conotação reativa. Traçando um paralelo entre a estratégia da TAZ e a abordagem de Foucault sobre as resistências contemporâneas como ações estratégicas. Por fim, a liberdade experimentada por meio da realização da TAZ não é um "resultado" derivado de lutas políticas, mas sim um 'processo' contínuo de experimentação" (SANTOS, 2016, p, 8).

(...) o traço distintivo da TAZ não é o combate reativo aos poderes em busca de uma possível liberação do homem ou da humanidade, mas sim a afirmação da liberdade via práticas ou experiências criativas e constitutivas de si no tempo histórico presente e a partir das múltiplas relações de poder que o constitui e também nos constitui. Em suma, a TAZ é uma estratégia política que visa proporcionar experimentações práticas de liberdade hoje, no tempo presente, na atual economia das relações de poder e de nossas vidas (SANTOS, 2016, p, 9).

A interpretação da TAZ em Santos é fundamentada em sua concepção como uma estratégia política criativa e em constante renovação. Segundo o filósofo brasileiro, a formulação da hipótese da TAZ reflete uma atualização do pensamento anarquista, abrangendo demandas políticas radicais atuais e elementos externos ao anarquismo tradicional. Assim, a TAZ se apresenta como uma estratégia inclusiva, direcionada não apenas a militantes profissionais ou anarquistas, mas a qualquer indivíduo interessado (SANTOS, 2016, p, 9).

Dentre os elementos destacados por Foucault no texto "O sujeito e o poder" (2009) que permanecem relevantes tanto para as lutas contemporâneas quanto para a prática da TAZ, destaca-se a transversalidade. Essas formas de resistência não se limitam a um contexto nacional específico, mas são exercidas em diversos locais, independentemente

do regime político ou do governo vigente. A TAZ propõe uma abordagem transgressora e fluida, capaz de operar em diferentes espaços e enfrentar múltiplas realidades políticas (SANTOS, 2016, p, 9).

A estratégia da TAZ reflete uma profunda desconfiança em relação à capacidade dos governos e à política institucionalizada, abrangendo desde o Estado democrático de direito até regimes totalitários, de propiciar processos de subjetivação ou experimentações de liberdade para os sujeitos políticos ou indivíduos. A TAZ não está ancorada em um projeto ideológico abrangente que abarque toda uma sociedade ou nação. Ela não encontra aceitação favorável em nenhum regime político, inclusive provocando desconforto em alguns círculos anarquistas (SANTOS, 2016, p, 11).

As lutas políticas contemporâneas, das quais a TAZ pode ser considerada um exemplo, têm como objetivo confrontar a tecnologia política empregada pelos poderes sobre os indivíduos - este é o segundo componente identificado por Foucault, pois tais lutas são imediatas e críticas em relação aos poderes que se encontram mais próximos. Trata-se de responder ao imediatismo dos poderes com ações de resistência e experimentações de liberdade igualmente imediatas (SANTOS, 2016, p, 10).

E enfim, o componente essencial das lutas contemporâneas: a natureza horizontal. A realização completa da TAZ não pode ser previamente planejada devido à necessidade de preservar a espontaneidade, resultando em sua natureza horizontal que se mantém ao longo de todo o processo. Trata-se de uma recusa completa e indispensável em relação à figura do líder ou intelectual que busca dirigir as massas (SANTOS, 2016, p, 11).

Assim, outro componente da TAZ é seu potencial uso enquanto estratégia de ação direta, tática amplamente empregada em levantes anarquistas hodiernos, a qual pode-se traçar um diálogo com a perspectiva de Graeber (2009). Segundo o autor, os anarquistas são atraídos pela ideia de ação direta devido à sua rejeição do Estado e de todas as formas sistemáticas de desigualdade que o Estado permite; em sua busca por destruir o poder do Estado, em vez de pressionar por reformas ou tomar o poder para si mesmos, a ação direta mostra-se pertinente, pois é entendida como uma forma consistente com seus fins, agindo de forma livre diante de dispositivos de autoridades injustas. A diferença entre ação direta e desobediência civil reside no fato de que a ação direta vai além do protesto e envolve a

criação de novos dispositivos que operam em princípios diferentes (GRABER, 2009, p,204).

Embora a ação direta possa levar a confrontos com representantes do Estado, seu objetivo é agir como se esses representantes não tivessem o direito de impor sua visão sobre a situação. Os ativistas diretos tratam os representantes do Estado como tratariam qualquer pessoa que ameaçasse o bem-estar comum, evitando geralmente o uso de violência física. O autor segue em pontuações que o alinham diretamente com a lógica do imediatismo:

O posto-chave, porém, é que ainda estamos agindo como se, pelo menos como uma entidade moral, o estado não existisse. De qualquer forma, seria possível ter uma ação direta secreta. É, por definição, impossível de se realizar um ato secreto de desobediência civil. O que venho desenvolvendo aqui é o que pode ser chamado de definição clássica de ação direta - aquela desenvolvida e elaborada ao longo de pelo menos um século e meio de reflexão anarquista. Frequentemente, hoje em dia, o termo é usado em um sentido muito mais amplo. "Ação direta" torna-se qualquer forma de resistência política que é aberta, militante e confrontadora, mas que fica aquém de uma insurreição militar total (por exemplo, Carter 1973). Nesse sentido, se alguém está fazendo mais do que marchar com sinais, mas ainda não está pronto para ir às montanhas com AK-47s, então é um ativista direto (GRAEBER, 2009, p, 204: tradução nossa).

O autor prossegue exemplificando seu ponto, para isso, ele cita o levante conhecido como *Boston Tea Party* (A festa do chá de Boston), ocorrido no estado de Massachusetts, Estados Unidos em 1773, no qual revolucionários coloniais se vestiram como índios e despejaram cargas de chá britânico altamente taxado no porto de *Boston*. Tal evento é frequentemente citado como um exemplo clássico de ação direta. Tais ações são caracterizadas por envolver intervenções físicas e simbólicas, que abrangem uma ampla gama de atividades que podem variar desde protestos pacíficos em locais específicos, até ações mais drásticas, como atear fogo a propriedades.

Essas ações podem visar tanto a resistência a injustiças sociais quanto a proteção e preservação do meio ambiente. Por meio dessas formas de ativismo, desafia-se abertamente as normas e instituições estabelecidas, buscando impactar a opinião pública e promover mudanças sociais (GRABER, 2009, p, 204).

Segundo Graber (2009), é frequentemente debatido no meio ativista contemporâneo a distinção entre ação direta e desobediência civil; usualmente abordando-a como uma questão de militância e disposição em aceitar a prisão. Enquanto os praticantes da desobediência civil podem se entregar voluntariamente à polícia, ou aguardar pacificamente a prisão ao realizar bloqueios ou interrupções simbólicas, os ativistas diretos, ao realizar ações mais ousadas, como danificar propriedades ou ocupar espaços industriais, buscam evitar punições legais e escapar impunes (GRABER, 2009, p, 204).

Outra maneira de diferenciar essas formas de ação, reside na proximidade das táticas utilizadas com as definições convencionais de "violência". Um exemplo histórico evocado por Graeber (2009) é quando as sufragistas inglesas, entre 1830 e 1840 no século XIX, recusavam-se a pagar impostos, eram comumente consideradas praticantes de desobediência civil, porém, quando passaram a quebrar deliberadamente vitrines de lojas, sua ação era descrita como ação direta.

O antropólogo estadunidense, destaca que, de acordo com as definições clássicas anarquistas, o ato de quebrar janelas com o intuito de pressionar o governo a implementar reformas no sistema de votação seria considerado indireto, e não uma ação direta em seu sentido verdadeiro. No entanto, o uso corrente do termo "ação direta", indica como ele se tornou amplamente associado a um nível específico de militância nas discussões contemporâneas (GRABER, 2009, p, 204-205).

A questão da "ação direta" tem sido amplamente debatida no contexto político ao longo da história, ao exemplo do movimento trabalhista, surgiram discussões significativas sobre o papel e o caráter da ação direta. Os anarquistas, em particular, foram atraídos por essa forma de engajamento político devido à sua rejeição ao Estado e às desigualdades sistêmicas por ele possibilitadas. Graeber demonstra que, ao invés de pressionar por reformas governamentais ou buscar o controle do Estado, os anarquistas buscam dismantelar seu poder; tais ações ocorrem por meio de estratégias que sejam consistentes com os próprios princípios anarquistas. Buscando conceber uma sociedade a partir das ruínas da antiga (GRABER, 2009, p,205).

Diferentemente da desobediência civil, a ação direta vai além do protesto e da resistência passiva. Buscando-se agir de forma concreta, seja boicotando instituições,

ocupando espaços ou realizando outras formas de resistência que demonstrem sua rejeição ao poder estatal. Destaca-se que a ação direta não se limita a confrontos diretos com representantes do Estado (embora possa envolver confrontos e possíveis consequências legais), o cerne da ação direta reside na recusa em reconhecer a autoridade do Estado e agir como se essa autoridade não existisse, ou ao menos refrear mesmo que temporariamente sua influência em determinado território. Os ativistas diretos questionam a legitimidade dos dispositivos legítimos de poder e, buscam alternativas autônomas e horizontais para a organização social (GRAEBER, 2009, p,205).

Numa perspectiva histórica, observa-se que a ação direta tem sido utilizada em uma ampla gama de situações e causas. Estas abrangendo desde a resistência contra a segregação racial em lanchonetes, até ações mais radicais, como a destruição de propriedade ou interrupção de atividades consideradas prejudiciais ou injustas. No entanto, vale ressaltar que a definição e interpretação da ação direta, podem variar de acordo com o contexto e as conjunturas políticas envolvidas (GRAEBER, 2009, p,205).

Nos Estados Unidos, as divergências filosóficas no âmbito sindical, frequentemente foram combatidas por meio de discussões estratégicas durante o início do século XX. Tal divisão, surgiu entre sindicatos tradicionais como os *Knights of Labor*, que posteriormente formaram a espinha dorsal da AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais), e sindicatos revolucionários, como o *Industrial Workers of the World* (IWW), conhecidos como "*Wobblies*". O objetivo final desses últimos era a abolição do sistema salarial e eles se recusavam a cooperar com o Estado, que consideravam uma instituição ilegítima. Esses sindicatos revolucionários, em essência anarco-sindicalistas, divergiam dos sindicatos tradicionais, que enfatizavam salários mais altos e segurança no emprego, ao priorizar a redução da jornada de trabalho (GRAEBER, 2009, p, 206).

Nesse contexto, destaca-se a discussão em torno da "ação direta", na qual os *Wobblies* se engajaram, principalmente por meio da sabotagem no local de trabalho. Graeber, ressalta que a prática da sabotagem nunca foi particularmente considerada indecorosa entre os trabalhadores, uma vez que a destruição de propriedade corporativa, ocupações de locais de trabalho, trabalho intencionalmente negligente e outros meios de resistência têm sido parte integrante do repertório histórico do movimento trabalhista há séculos. Embora essas ações ainda sejam observadas atualmente, é essencial salientar que

elas não são oficialmente endossadas pelos líderes sindicais, que frequentemente as condenam ou negam sua ocorrência (GRABER, 2009, p, 206).

Tal atitude se deve, em parte, ao fato de os sindicatos possuírem autorização legal paradoxal para realizar ações diretas, mas sob regulamentações restritivas que limitam quando e como essas ações podem ser executadas, incluindo restrições em relação a piquetes, boicotes secundários e campanhas publicitárias. Qualquer forma de ação que ultrapasse essas restrições é rotulada como ação direta e, conseqüentemente, é oficialmente proibida, demonstrando seu nível de captura pelos dispositivos jurídicos estatais. Em contextos nos quais tal evidência é nítida, os líderes sindicais se esforçam para desencorajar a participação dos trabalhadores em ações diretas. Para os membros sindicalizados, envolver-se em tais ações não apenas implica atividades ilegais, mas também coloca em risco a própria base de sua relação especial de liderança com o Estado (GRAEBER, 2009, p, 206).

Nesse ponto de captura da ação direta por dispositivos relacionados ao poder estatal, a reinvenção de tais estratégias se faz necessário. Graeber ao questionar o que é um anarquista hoje, defende a pertinência de pensar o anarquismo na contemporaneidade em termos estratégicos, para além do anarco-sindicalismo, estendendo-se a dimensão de sociabilidade (GRAEBER, 2009, p, 212). Essa perspectiva aproxima-se às demandas de Hakim Bey, Saul Newman e Todd May. Visando tais pontos, outro conceito de Hakim Bey se faz presente nas formas de ativismos contemporâneos, a tática denominada “Terrorismo Poético” ou TP.

O terrorismo poético pode ser entendido como uma estratégia de ação direta que visa desestabilizar e subverter os dispositivos de poder legitimado, por meio de intervenções artísticas e poéticas. O termo "terrorismo" aplica-se não no sentido literal de violência física, mas sim como uma forma de atuação provocativa e subversiva que visa despertar a consciência e provocar o incomodo face as normatividades sociais estabelecidas. Tal forma de ação direta envolve a criação de momentos de ruptura e, disrupção, nos quais a realidade cotidiana é transformada em um evento de estranhamento e surpresa.

Em entrevista concedida à revista *Hard Times* em 20/03/2002, lançado no Brasil em 2018, pela editora com foco em publicações anarquistas Monstro dos Mares, Hakim

Bey é questionado sobre o significado do terrorismo poético e responde de maneira mais direta que seu texto no ensaio “Caos: terrorismo poético e outros crimes exemplares” (2003), o autor disserta:

Por terrorismo poético eu entendo ações não violentas em larga escala que podem ter um impacto comparável ao poder de um ato terrorista – com a diferença de que o ato é de mudança de consciência. Digamos que você tem um grupo de atores de rua. Se você chamar o que você está fazendo de ‘performance de rua’, você já criou uma divisão entre o artista e a audiência, e você alienou de si mesmo qualquer possibilidade de colidir diretamente nas vidas diárias da audiência. Mas, se você pregar uma peça, criar um incidente, criar uma situação, pode ser possível persuadir as pessoas a participar e a maximizar sua liberdade. É uma estranha mistura de ação clandestina e mentira (que é a essência da arte) com uma técnica de penetração psicológica de aumento da liberdade, tanto no nível individual quanto no social (BEY, 2018, p, 7).

Essas intervenções artísticas podem assumir várias formas, como performances públicas, manifestações, instalações de arte, escrita subversiva, entre outras expressões criativas. Ao desafiar as normas e expectativas sociais, o terrorismo poético busca criar momentos de liberdade e possibilidades alternativas, nos quais novas formas de relacionamento e ação política podem emergir. É uma forma de resistência cultural e política que busca transformar a realidade por meio da estética e da criatividade (BEY, 2003, p, 13).

Em essência, o terrorismo poético é uma estratégia que combina a poesia, a arte e a ação direta como formas de resistência e intervenção no tecido social, buscando instigar mudanças profundas e subversivas no pensamento e nas práticas cotidianas. Apesar de não obter uma definição objetiva, Bey demonstra tratar de intervenções urbanas através da arte de rua, ou manifestações que provoquem desconforto:

A reação do público ou choque-estético produzido pelo TP tem de ser uma emoção menos tão forte quanto o terror – profunda repugnância, tesão sexual, temor supersticioso, súbitas revelações intuitivas, angústia dadaísta – não importa se o TP é dirigido a apenas uma ou várias pessoas, se é “assinado” ou anônimo: se não mudar a vida de alguém (além da do artista), ele falhou. TP é um ato num Teatro da Crueldade sem palco, sem fileiras de poltronas, sem ingressos ou paredes. Para que funcione, o TP deve afastar-se de forma categórica de todas as estruturas tradicionais para o consumo de arte. (BEY, 2003: p, 13).

O uso da arte de rua e do teatro como instrumentos para a prática do terrorismo poético (TP) e das zonas autônomas temporárias (TAZ) é algo possível, Bey valida a possibilidade, apesar de questioná-la, pois “mesmo as táticas da guerrilha Situacionista

do teatro de rua talvez já tenham se tornado conhecidas e previsíveis demais” (BEY, 2003: p, 13). Portanto, os exemplos de terrorismo poético retratam práticas associadas à ação direta, que busca desafiar e subverter as normas e estruturas dominantes por meio de intervenções artísticas e poéticas (BEY, 2003, p, 13).

Essas intervenções assumem várias formas, como performances públicas, manifestações, instalações artísticas e ações subversivas, tais práticas têm como objetivo criar rupturas e desordens, despertar a consciência, questionar as normas sociais estabelecidas e estimular a imaginação e a criatividade e, ao desafiar as convenções sociais, buscar abrir espaços para possibilidades alternativas e novas formas de relação e ação política. Entretanto, destaca-se, que as ações mencionadas podem envolver questões legais e éticas. (BEY, 2003, p, 13).

São destacadas pelo autor, características fundamentais do anarquismo ontológico como prática, por exemplo, a não utilização de dispositivos de autorias e a clandestinidade; muitas vezes o anonimato, que evoca as ações diretas habituais, como uso de máscaras para despersonalizar as ações libertárias. O destaque é primordialmente da insurreição e do espírito anticapitalista (no atual contexto antineoliberal). Tais performances, assumem uma postura de “trapaceiros”, cujo objetivo não é a aquisição de riquezas materiais, mas sim a busca pela transformação coletiva, ao passo que se insere rupturas no espaço-geográfico no nível do cotidiano. Para tal efetividade “vista-se de forma intencional. Deixe um nome falso. Torne-se uma lenda. O melhor TP é contra a lei, mas não seja pego. Arte como crime; crime como arte” (BEY, 2003, p, 14).

E ao “lado negro do terrorismo poético” existe a “arte sabotagem”, a qual refere-se a uma forma de expressão artística que se baseia em ações subversivas e disruptivas. Essa abordagem é fundamentada nos princípios anarquistas e busca criar rupturas e intervenções criativas no tecido social, visando promover uma consciência crítica e estimular transformações políticas e culturais (BEY, 2003, p, 22).

A arte sabotagem, conforme concebida por Bey, abarca um amplo espectro de atividades, que variam desde intervenções urbanas e práticas de vandalismo artístico até manifestações poéticas e performances que desafiam e subvertem normatividades e convenções sociais. Essas ações são empreendidas com o intuito de perturbar o *status quo*, contestar a autoridade institucional e fomentar a liberdade individual e coletiva. Ao adotar estratégias de sabotagem como forma de expressão artística, Bey enfatiza a

importância de agir de maneira criativa e resistente diante de dispositivos de poder opressivos (BEY, 2003, p, 21-22).

Desse modo, busca promover a autonomia individual, estimular a imaginação radical e redefinir as relações sociais, desafiando as normas impostas pela governamentalidade neoliberal em consonância com a organização institucional burguesa. Em suma, a arte sabotagem constitui uma prática artística subversiva que visa desestabilizar as estruturas de poder por meio de ações criativas e disruptivas, propiciando uma crítica contundente ao status quo e incentivando a busca por liberdade e transformação social (BEY, 2003, p, 21-22).

Possui-se uma outra questão na expansão da hiper-realidade⁵⁹ online, cada vez mais midiaticizada, a qual traz algumas problemáticas bastante efetivas para as postulações do terrorismo poético enquanto ação direta, na insurgência contra o neoliberalismo em suas diversas formas. No texto intitulado “Midiaticização, intervenções urbanas e cultura marginal: o ativismo terrorista poético na era da convergência” (2014), da jornalista Andressa Kikuti Dancosky e de Denis Porto Renó, livre-docente em Ecologia dos Meios e Narrativas Imagéticas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), demonstram que a emergência da web 2.0⁶⁰ e suas transformações comunicacionais têm desencadeado uma revolução na esfera da comunicação.

Tais mudanças não se restringem ao aspecto tecnológico, mas englobam também uma nova forma de se comunicar, caracterizada pela participação ativa dos indivíduos na construção narrativa. Nesse contexto, os indivíduos assumem a condição de produtores e

⁵⁹ A hiper-realidade é um conceito que foi introduzido pelo filósofo francês Jean Baudrillard. Refere-se a uma condição em que a linha entre o real e a sua representação se torna difusa, levando a uma dificuldade em distinguir o que é autêntico do que é fabricado. Com a proliferação dos meios de comunicação e tecnologias de simulação, como a publicidade e a realidade virtual, as representações simuladas tornam-se tão convincentes que podem suplantar a própria realidade. A hiper-realidade desafia a distinção tradicional entre realidade e representação, resultando em uma fusão entre ambos, tal conceito é apropriado por Hakim Bey na obra "TAZ: zonas autônomas temporárias".

⁶⁰ A Web 2.0 consiste na evolução da internet que enfatiza a participação ativa dos usuários, permitindo a geração de comunidades online, compartilhamento de conteúdo e interação em tempo real. Ela trouxe recursos como redes sociais, blogs e plataformas de compartilhamento de vídeos, promovendo a personalização e colaboração, representando uma mudança significativa na forma como a internet passou a ser usada, tornando-a mais interativa, colaborativa e centrada no usuário. O termo "Web 2.0" foi cunhado pela primeira vez em 2004 por Dale Dougherty, vice-presidente da O'Reilly Media, durante uma conferência sobre design e desenvolvimento web. No entanto a transição para a Web 2.0 não ocorreu em um único momento específico; foi um processo gradual que ocorreu ao longo do tempo à medida que novas tecnologias, plataformas e práticas emergiam na internet.

consumidores de conteúdo midiático, rompendo com o paradigma tradicional de emissor-receptor (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 48).

3.7. Terrorismo poético na era da convergência

A era da convergência é um período de transformação na indústria da comunicação, caracterizado pela integração e fusão de diferentes formas de mídia e tecnologia. Esse fenômeno resulta na convergência de plataformas tradicionalmente distintas, como televisão, internet, telefonia móvel e dispositivos eletrônicos, constituindo maneiras de acessar, compartilhar e consumir conteúdo. Durante essa era, as fronteiras que separavam diferentes meios de comunicação e setores da indústria se tornam cada vez mais porosas.

A transmissão de programas televisivos, por exemplo, não se limita mais à televisão convencional, mas também ocorre por meio de dispositivos móveis e computadores conectados à internet. Além disso, ocorre uma convergência de conteúdos, combinando texto, áudio, vídeo e interatividade em uma experiência multimídia unificada.

A era da convergência implica em mudanças significativas nos padrões de acesso, consumo e interação com informações e entretenimento; fomentando a interconectividade, personalização e participação ativa do usuário, permitindo-os criarem, compartilharem e colaborarem de maneiras anteriormente inalcançáveis. Em síntese, a era da convergência representa a integração e interação entre diversas plataformas de comunicação e tecnologia, promovendo uma nova dinâmica de acesso, consumo e produção de conteúdo. Esse fenômeno desencadeia transformações e oportunidades significativas na forma como a sociedade se envolve com a mídia e a informação.

Tal transformação comunicacional, gera um novo cenário propício ao ativismo, tanto no surgimento de novas formas de engajamento como na reconfiguração de ativismos pré-existentes. Os espaços digitais, embora não exclusivos, desempenham um papel central como espaços cibernéticos de manifestações populares. Sob essa perspectiva, ocorre uma reavaliação dos conceitos de espaço midiático, na qual os fluxos de comunicação não se restringem a uma direção unidirecional, mas abrem-se para

processos interativos de troca de mensagens. Nesse sentido, os cidadãos se congregam, compartilham ideias e organizam-se impulsionados pela nova dinâmica comunicacional (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 48).

A transformação do espaço midiático e a participação ativa dos indivíduos como protagonistas e fontes de informação, têm implicações profundas na esfera social contemporânea. Os espaços digitais assumem o papel de arenas propícias à expressão de ideias, à formação de comunidades e à mobilização social. O ativismo, por sua vez, assume novas configurações, adaptando-se às peculiaridades da era digital e explorando as potencialidades oferecidas pela comunicação participativa (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 48).

Tais mudanças não se limitam ao ativismo social e político; o campo artístico vem sendo impactado, tanto pelas transformações nos espaços de distribuição quanto pela maneira como as manifestações artísticas são produzidas. Os processos artísticos tornam-se mais simples e acessíveis a um número maior de pessoas, munidas com sua criatividade e disposição artística. A produção de obras audiovisuais requer uma ideia narrativa, habilidades artísticas e equipamentos básicos, como uma câmera fotográfica ou um smartphone com câmera. Para a edição, há disponíveis aplicativos *online*, que permitem a edição e a publicação automática no *YouTube*, eliminando a necessidade de mediações que antes limitavam a produção audiovisual (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 50).

Além disso, as transformações impactaram a produção artística, tornando-a mais acessível e permitindo a criação de obras audiovisuais e quadrinhos digitais. Essas mudanças têm ampliado a diversidade narrativa e oferecido oportunidades para a disseminação de mensagens e ideias, em uma velocidade inédita. No âmbito dos espaços folkcomunicacionais⁶¹, é possível identificar uma ampla gama de possibilidades narrativas que são exploradas por usuários comuns na produção de obras audiovisuais (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 50).

⁶¹ O termo "folkcomunicação" foi criado pelo pesquisador brasileiro Luiz Beltrão na década de 1970, refere-se às formas de comunicação tradicionais presentes na cultura popular, como lendas, provérbios, músicas folclóricas e festividades; tais expressões são transmitidas oralmente e desempenham um papel importante na preservação da identidade cultural e na transmissão de valores dentro de uma comunidade. A folkcomunicação é descentralizada, participativa e baseada na oralidade, resistindo à padronização dos meios de comunicação de massa.

Tais manifestações adotam linguagens alternativas que servem como suporte para mensagens elaboradas outrora pelas mídias tradicionais, por exemplo o fenômeno da disseminação das "*selfies*", produzidas por indivíduos com motivos diversos, que variam desde situações desprovidas de sentido até questões de relevância social, como a denúncia da poluição ambiental. Nessa dimensão, as *selfies* podem ser compreendidas como expressões populares destinadas a transmitir opiniões e informações, ao mesmo tempo em que representam formas de ativismo e luta por causas específicas, incluindo a defesa da liberdade sexual (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 51).

Ao adotar a perspectiva da folkcomunicação, é possível interpretar as *selfies* como manifestações comunicacionais que refletem a participação ativa dos cidadãos na construção de narrativas visuais, seja em âmbito individual ou coletivo, com o intuito de engajar o público em diversas temáticas, desde questões pessoais até movimentos sociais voltados à diferentes causas, de afirmação identitária à ecologia (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 51). Os autores prosseguem:

O que torna o terrorismo poético um interessante objeto de estudo pela perspectiva folkcomunicacional é que a sua origem é essencialmente antimidiática: segundo Bey (2003) é um tipo de ativismo que precisa se afastar de todas as estruturas tradicionais para consumo de arte (galerias, publicações, mídia) para que funcione. Contudo, neste novo cenário comunicativo convergente, é possível observar inúmeras ações terroristas poéticas registradas e postadas na internet, na forma de fotos, vídeos caseiros e até mesmo produções cinematográficas criadas a partir de dispositivos móveis e postadas em espaços como o Youtube, disseminadas em redes sociais como o Facebook, Twitter e Instagram (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 51).

Segundo Dancosky e Renó, considerando a convergência midiática, a sociedade passou a dispor de maior condição comunicacional, o que representa uma revolução no cenário folkcomunicacional; hodiernamente com as inovações, em fase de consolidação ou transição, alteram as possibilidades de criação heterotópicas de autonomia, porém, a essência do terrorismo poético, por sua vez, permanece inalterada, com a "profetização do caos" alcançando limites além das ações efêmeras praticadas nas ruas (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 52).

O conceito da TAZ, apresenta conexões com movimentos característicos da cibercultura, como a cultura *hacker*, que cria espaços temporários na internet para

intervenções de protesto, utilizando técnicas como o *flood*⁶² - frequentemente organizado pelo coletivo *Anonymous*⁶³ - em sites governamentais e empresariais. Tais ações se aproximam do conceito de terrorismo poético, uma vez que buscam estabelecer o caos por meio de interrupções temporárias na navegação de sites escolhidos, manipulação de informações, postagens com teor crítico ou ameaçador, entre outras táticas que visam a subversão das instituições capitalistas (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 53).

A produção e compartilhamento de conteúdo midiático sobre ações poético-terroristas em plataformas como o *YouTube* e *Vimeo* e redes sociais como o *Facebook* e *Instagram*, possibilitam a transposição das Zonas Autônomas Temporárias (TAZs) criadas nas ruas para a web; evidenciando que o atual cenário de convergência midiática e tecnológica tem modificado as formas de ativismo contemporâneo. Embora as ideias advindas das teorias radicais de Bey sobre as ações poético-terroristas tenham um número restrito de seguidores, muitos coletivos anarquistas e indivíduos, artistas ou não, se apropriam de sua ideia central para produzir intervenções urbanas que provocam o questionamento social e moral (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 54).

Um exemplo de bastante notoriedade é o artista urbano britânico Banksy; conhecido por suas intervenções ativistas as quais são frequentemente compartilhadas em redes sociais, blogs e outras plataformas digitais, por meio de compartilhamento horizontal de conteúdo cultural. Embora Banksy mantenha o anonimato, suas ações frequentemente se aproximam da rotulação de práticas terroristas-poéticas, como no caso da intervenção em 500 cópias do disco da cantora e atriz Paris Hilton, na ação conhecida como "*The Punking of Paris Hilton*"⁶⁴, na qual o artista misterioso substituiu o conteúdo interno por seus próprios remixes e fez mudanças no encarte.

⁶² A estratégia hacker do "*Flood*" é um tipo de ataque cibernético que sobrecarrega sistemas e redes de computadores, tornando-os inoperantes. Isso é feito por meio do envio massivo de pacotes de dados, que esgotam os recursos de processamento e comunicação. O ataque *Flood* também pode ser usado legitimamente para testes de segurança.

⁶³ *Anonymous*: grupo internacional de ativistas digitais sem liderança formal; realizam ações controversas, como ataques DDoS em sites de empresas e governos, e vazamentos de informações sensíveis. O grupo é habilidoso em manter o anonimato, mas a falta de liderança formal torna difícil definir suas motivações e ações. O grupo já foi compreendido por alguns como uma força para a liberdade de expressão e transparência, mas suas ações levantam questões éticas e legais.

⁶⁴ A tradução da frase "*The Punking of Paris Hilton*" seria "A *sacaneação* de Paris Hilton". O termo "*punking*" vem do verbo "*to punk*", que pode ser traduzido como "enganar", "pregar uma peça", "sacanear" ou "zoar" alguém. Portanto, a expressão significa que Paris Hilton foi vítima de uma brincadeira, ou nesse

As cópias foram espalhadas em lojas de discos no Reino Unido, sendo trocadas pelas cópias originais. Além disso, outras ações atribuídas a Banksy como *stencils* de ratos, um homem de balaclava lançando um buquê de flores, e pinturas eruditas com máscaras de gás, foram compartilhadas em redes sociais por fãs que assumem um papel de ativistas folkmediático (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 55).

Um caso bastante emblemático que pode ser entendido como performance terrorista-poética, ocorreu em março de 2019, quando o então presidente brasileiro Jair Bolsonaro publicou um vídeo em sua conta na rede social *Twitter*, no qual mostrava uma aparente performance, onde um homem urinava em outro, com vestimentas características de BDSM⁶⁵ sobre um ponto de taxi, durante um Carnaval de rua em São Paulo.

O vídeo era acompanhado da seguinte legenda: "É isto que tem virado muitos blocos de rua no carnaval brasileiro. Comentem e tirem suas conclusões". A postagem gerou grande controvérsia e indignação em todo o país, com muitos críticos acusando Bolsonaro de compartilhar um conteúdo ofensivo e vulgar, que violava a dignidade das pessoas envolvidas.

A cena mostrada no vídeo também levantou questionamentos sobre o consentimento e o respeito à privacidade dos indivíduos retratados, e para alguns juristas como Miguel Reale Junior, professor titular de direito penal da Universidade de São Paulo (USP) e ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso, a postagem do líder de extrema-direita, representava um desvio que se enquadraria em quebra de decoro e desrespeito à liturgia do cargo de líder do executivo da República brasileira, o que justificaria um processo de *impeachment* contra o ex-presidente.

Algumas semanas depois, em uma entrevista coletiva, Bolsonaro afirmou que havia compartilhado o vídeo para mostrar a "depravação" que, segundo ele, havia se infiltrado no Carnaval brasileiro e que não havia feito nada de errado. Ele também afirmou

caso, de uma ação de terrorismo poético conferindo crítica aos ídolos efêmeros da sociedade de consumo contemporânea.

⁶⁵ BDSM é uma sigla que se refere a práticas eróticas consensuais, que envolvem *bondage*, disciplina, dominação, submissão, sadismo e masoquismo. As práticas são realizadas em um contexto de jogo erótico e exploração mútua de fantasias sexuais e parafilias, cujos praticantes adotam um código de ética rígido que enfatiza a segurança, o respeito mútuo e o consentimento informado. O BDSM é uma forma legítima de expressão sexual que tem recebido visibilidade e aceitação na sociedade contemporânea.

que havia sido vítima de "*fake news*"⁶⁶ e acusações falsas por ter sido criticado por compartilhar o vídeo. O caso do "*Golden Shower*"⁶⁷ voltou a repercutir quando o ex-mandatário realizou outra postagem na sua conta do *Twitter*, apenas com a pergunta: "O que é *Golden Shower*?" e em sua conta oficial na qual também eram atualizadas informações oficiais do governo brasileiro.

O caso tornou-se emblemático do confronto entre um líder de Estado e a cultura popular brasileira, especialmente o Carnaval, que representa uma expressão da diversidade e da criatividade do povo brasileiro, outra crítica deveu-se após a polêmica gerada pelo episódio: o governo brasileiro decidiu cortar verbas para projetos culturais que envolviam temas como sexualidade e gênero, argumentando que estes estariam promovendo uma "ideologia de gênero", o que não seria adequada para a sociedade brasileira.

Alguns críticos argumentaram que tanto a postagem do presidente, quanto as medidas oficiais tomadas a posteriori, representaram uma tentativa de censurar e reprimir a liberdade de expressão e, a cultura popular, enquanto outros acreditam que a postagem do vídeo foi uma forma de ataque aos grupos minoritários e marginalizados que participam do Carnaval.⁶⁸

Inferese a partir de tal contextualização que a análise das ações de terrorismo poético pode ser realizada sob a perspectiva da folkcomunicação, especialmente na atual era de convergência midiática e tecnológica, em que os indivíduos desempenham o papel de produtores e consumidores de conteúdo. O ativista assume, nesse contexto, a função de líder folkcomunicacional, que compartilha essa responsabilidade com outros usuários da web ao disseminarem mensagens na rede e incentivarem outros amigos a compartilharem-nas, modificá-las ou discuti-las, provocando ruídos, estranhamentos e

⁶⁶ *Fake news* são notícias falsas ou deliberadamente enganosas, essas divulgadas para enganar e promover uma agenda política, distorcendo a percepção dos fatos e influenciando negativamente a opinião pública.

⁶⁷ *Golden Shower* é uma prática sexual que envolve urinar sobre o parceiro ou a parceira durante o ato sexual. É considerada uma das diversas formas de fetichismo e pode ser praticada tanto por homens quanto por mulheres.

⁶⁸ Notícia disponível no link: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/apos-postar-video-com-pornografia-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower.ghtml>. Acessado em 05/05/2023.

Disponível: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/jair-bolsonaro-golden-shower-twitter-video-brazil-president-rio-carnival-a8810186.html>. Acessado em 05/05/2023.

Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/para-reale-jr-postagem-de-bolsonaro-com-golden-shower-justifica-impeachment/>. Acessado em 05/05/2023.

importantes debates políticos e sociais na sociedade contemporânea (DANCOSKY & RENÓ, 2014, p, 58).

Porém é importante salientar a postura do próprio Hakim Bey a respeito da internet e a problemática da liberdade dentro desse espaço. Na entrevista concedida ao *High Times* (2002), o autor comenta rapidamente sobre a questão do advento da internet, no fragmento em questão, Bey expressa sua discordância em relação à visão sobre o espaço cibernético como uma zona autônoma, enfatizando que a liberdade não pode ser alcançada sem considerar o corpo, o qual não está presente fisicamente. Assim, concebe que o espaço cibernético é abstrato e conceitual, desprovido de sensações como cheiro, gosto, sentimento e sexo, os quais, se presentes seriam simulacros e não suas expressões reais (BEY, 2018, p, 6).

No entanto, Bey reconhece que a *internet* e o espaço cibernético pode ser visto como instrumentos para alcançar e produzir dispositivos de experimentação de liberdade, especialmente para proteção e promoção das liberdades de expressão e comunicação contra ações governamentais repressivas. Bey ainda sugere a utilização da Internet para a organização de festivais, para criação de uma rede econômica alternativa. Dessa forma, abrindo a possibilidade de organização temporária e efêmera de levantes a ocorrer no espaço tangencial, demonstrando a importância de sempre considerar o quão imprescindível é a afirmação da autonomia no espaço geográfico em níveis cotidianos (BEY, 2018, p, 6).

Assim, é pertinente debruçar-se sobre a ocorrência do espírito anarquista na contemporaneidade e pensar o como os acirramentos do neoliberalismo empurram o *zeitgeist* contemporâneo para tais insurreições e busca por autonomia, mesmo que tais diretrizes conceituais advindas do anarquismo não estejam claras aos participantes desses levantes. Pensar a ebulição insurrecional e todas as convulsões sociais no início do século XXI demonstra a emergência das heterotopias dissidentes, suas possíveis continuidades no ambiente neoliberal da guerra civil e o consenso entre agentes do mercado e os estados-nacionais pela efetivação do bio-necropoder, principalmente em solos vitimados pelo colonialismo, como a América Latina.

3.8. Globalitarismo e dissidências: ativismos contemporâneos e as formas de política pré-figurativas

No final do século XX, a neoliberalização do mundo originou outra medida de seu receituário ideário e econômico: o Consenso de *Washington*, caracterizado por um conjunto de políticas econômicas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos na década de 1980. Essas políticas enfatizaram a neoliberalização do comércio, a privatização de empresas estatais, a redução do tamanho do Estado (entenda-se negligência do poder estatal e recusa de um *Welfare State*) e a austeridade fiscal. Tal plano econômico, passou a ser frequentemente associado ao processo de globalização econômica, o qual intensificou-se a partir dos anos 1990, logo na aurora do século XXI.

As políticas neoliberais defendidas pelo Consenso de *Washington* foram adotadas por muitos países em todo o mundo como uma forma de integração ao mercado global e, atração de investimentos estrangeiros. Na América Latina, esse receituário obteve um grande impacto, especialmente na década de 1990; vários países seguiram essas políticas em troca de empréstimos e assistência financeira do FMI e do Banco Mundial. Tais medidas levaram a uma série de reformas econômicas, incluindo a abertura de mercados, a privatização de empresas estatais e a redução de subsídios governamentais.

Desta forma, o Consenso de *Washington* tornou-se um símbolo da globalização neoliberal, visto que suas políticas eram vistas como os meios para a prosperidade econômica em um mundo cada vez mais interconectado. No entanto, a realidade experimentada pela periferia do capitalismo contemporâneo foi de aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas. Presenciou-se a perpetuação da dependência econômica em relação aos países desenvolvidos.

O século XXI nasceu trazendo uma onda de protestos e insatisfações, conjuntamente de promessas de um mundo multipolar, pós-industrial com um desenvolvimento tecnológico nunca experimentado anteriormente. Nesse contexto, se faz pertinente trazer um importante pensador brasileiro, o qual em suas obras derradeiras assumiu uma postura muito mais libertária: o geógrafo Milton Santos (1926-2001). Ele foi professor e intelectual e passou seus anos finais como livre docente da Universidade de São Paulo (USP), autor de contribuições teóricas pela defesa de uma geografia crítica e engajada, buscava compreender as relações sociais e econômicas que moldam o espaço geográfico

global e tornou-se um crítico sobre o mundo da globalização neoliberal e dos contornos os quais vinham se configurando.

É de Santos (2011) o termo “globalitarismo”, ou totalitarismo de mercado, referindo-se à tirania dos agentes neoliberais na fase mais recente da globalização, na qual o capitalismo impõe-se sobre todas as esferas da vida social e cultural, transformando as sociedades em escala planetária. Esse conceito descreve como o processo de globalização, ao invés de levar a uma maior diversidade cultural e social, impôs um modelo de desenvolvimento econômico que beneficia apenas uma pequena elite, enquanto empobrece e marginaliza grande parte da população mundial. O globalitarismo, segundo Santos, é uma forma de dominação e exclusão que coloca em risco a diversidade cultural e a dignidade humana:

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo (SANTOS, 2011, p,38).

O geógrafo brasileiro destaca a relação entre a ciência, mercado e técnica, e como essa relação gera um ideário consagrado pela ciência, levando à unicidade do pensamento, convergindo com a perspectiva neoliberal do mundo contemporâneo. Destaca-se a matematização da própria existência, a sedução pelos números como parte da realidade, onde o enunciado da razão econômica justifica as mais atroz decisões, as quais favorecem grandes corporações em detrimento do interesse público dos Estados-nacionais.

Santos demonstra que essas condições, geram totalitarismos na esfera do trabalho, política e relações interpessoais, invadindo também o mundo da pesquisa e do ensino universitário e na comunicação de massa. Propõe-se a elaboração de um novo discurso para desmitificar a competitividade e o consumo, a fim de atenuar a “confusão dos espíritos”, o que inclui revisões das categorias de democracia, opinião pública e cidadania, preceitos a muito negados em sociedades que legam as cicatrizes do colonialismo (SANTOS, 2011, p, 54-55). Como afirma o autor?

Ao nosso ver, a violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas, nessa era da globalização, do dinheiro em estado puro, da

competitividade em estado puro e da potência em estado puro, cuja associação conduz à emergência de novos totalitarismos e permite pensar que vivemos numa época de globalitarismo muito mais que de globalização. Paralelamente, evoluímos de situações em que a perversidade se manifestava de forma isolada para uma situação na qual se instala um sistema da perversidade, que, ao mesmo tempo, é resultado e causa da legitimação do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, consagrando, afinal, o fim da ética e o fim da política (SANTOS, 2011, p,55-56).

Assim, Santos chega à conclusão de que o “Projeto Racional” parece estar chegando aos seus limites, como previsto por Weber em seu trabalho "Economia e Sociedade" de 1922, quando o processo de expansão da racionalidade capitalista se tornaria ilimitado. Vivemos em uma era de “racionalidade totalitária”, que resulta em uma perda da razão em diferentes níveis da vida econômica, social e individual. A crescente carência e escassez experimentadas por uma parcela da sociedade humana indicam a realidade dessa perda (SANTOS, 2011, p,120).

Uma boa parte da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não consegue mais obedecer às leis, normas, regras, mandamentos e costumes derivados dessa racionalidade hegemônica, levando à proliferação de "ilegais", "irregulares" e "informais". Essa incapacidade mistura práticas e teorias herdadas e inovadas, religiões tradicionais e novas convicções, produzindo uma redescoberta pelos homens da verdadeira razão. Não é surpreendente que tal descoberta ocorra em espaços sociais, econômicos e geográficos não condizentes à racionalidade dominante. (SANTOS, 2011, p,120).

Certas esferas da governamentalidade neoliberal tendem a restringir a criatividade, a espontaneidade e a diversidade. No entanto, em contrapartida, emergem outras formas de racionalidade que são produzidas e mantidas por aqueles que estão subordinados, incluindo os pobres. Essas racionalidades paralelas são comumente rotuladas de irracionalidades, mas de fato representam alternativas à racionalidade hegemônica, constituindo assim o conjunto das racionalidades dissidentes (SANTOS, 2011, p,120).

No momento atual, o número de pobres está aumentando e as possibilidades das classes médias estão se estreitando, o que indica uma mudança significativa em relação às expectativas pós-guerra. Além disso, Santos alerta, para a realização cada vez mais densa da globalização que está levando ao caldeamento das filosofias produzidas em

diferentes continentes, em detrimento do racionalismo europeu que é ancestral das ideias de racionalismo tecnocrático atualmente dominantes (SANTOS, 2011, p,120).

Indo ao encontro a uma perspectiva política radical contemporânea, percebe-se na vida nas cidades, a importância das manifestações efêmeras. Santos alerta que, na luta diária pela sobrevivência, a cidade cria e recria uma cultura que reflete o seu tempo e espaço: a política dos pobres. Essa política baseia-se nas suas visões do mundo e dos lugares os quais a impactam, alimentada pela simples necessidade de continuar existindo, criando assim, contra-espacos. Enquanto isso, a política institucional, baseada no receituário do crescimento e da globalização neoliberal, passa a ser conduzida pelo cálculo dos partidos e das empresas (SANTOS, 2011, p,132).

Em contraponto, a política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres. Nos lugares, uma e outra se encontram e confundem, daí a presença simultânea de comportamentos aparentemente contraditórios, alimentados pela ideologia do consumo. Este acaba por servir às forças socioeconômicas hegemônicas, também se entranha na vida dos pobres numa micropolítica, suscitando suas expectativas e desejos que não podem ser satisfeitos (SANTOS, 2011, p,133). O autor prossegue:

Na realidade, uma coisa são as organizações e os movimentos estruturados e outra coisa é o próprio cotidiano como um tecido flexível de relações, adaptável às novas circunstâncias, sempre em movimento. A organização é importante, como o instrumento de agregação e multiplicação de forças afins, mas separadas. Ela também pode constituir o meio de negociação necessário a vencer etapas e encontrar um novo patamar de resistência e de luta. Mas a obtenção de resultados, por mais compensadores que pareçam, não deve estimular a cristalização do movimento, nem encorajar a repetição de estratégias e táticas. Os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade (SANTOS, 2011, p,134).

A globalização neoliberal acaba por influenciar direta ou indiretamente todos os diversos aspectos da condição humana, abrangendo a vida econômica, cultural, as relações interpessoais e a subjetividade. No entanto, a sua difusão é heterogênea, encontrando obstáculos na diversidade das pessoas e dos espaços, ao passo que cria escassez e contradições. Tal dinâmica resulta em um arcabouço ainda mais heterogêneo, que dá lugar a uma nova significação da cultura popular, capaz de rivalizar com a cultura de massa e à produção das condições necessárias à emergência das massas. O geógrafo

brasileiro aponta para o surgimento de um novo período histórico, denominado de período demográfico ou popular. (SANTOS, 2011, p,142-143).

Santos passa a examinar a relação entre a cultura de massa e a cultura popular em distintos contextos sociais. Segundo ele, a cultura de massa busca homogeneizar a cultura popular por meio de um processo impulsionado pelo mercado, que tende a enfatizar elementos exóticos e padronizados. Não obstante, esse processo encontra resistência e, muitas vezes, resulta em formas sincréticas que combinam elementos da cultura de massa com elementos da cultura popular (SANTOS, 2011, p,143).

Em oposição a essa tendência, é proposta a possibilidade de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, na qual a cultura popular emerge como um discurso que provém "de baixo" e que se fundamenta na exaltação do cotidiano dos pobres, das minorias e dos excluídos. Desse modo, a cultura popular acaba por exercer uma crítica social implícita, que questiona os valores e as práticas dominantes da cultura de massa. Destaca-se que há uma complexa relação dialética entre a cultura popular e a cultura de massa, que envolve não somente conflito, mas também diálogo e intercâmbio cultural (SANTOS, 2011, p,144).

Embora a cultura de massa tenda a impor-se sobre a cultura popular, há momentos em que a cultura popular consegue subverter e transformar a cultura de massa, por meio do uso criativo de seus instrumentos e técnicas. Conseqüentemente, a cultura popular pode ser vista como um espaço de resistência e reinvenção cultural, que tem implicações políticas e simbólicas relevantes para a sociedade como um todo (SANTOS, 2011, p,144).

O autor prossegue:

No fundo, a questão da escassez aparece outra vez como central. Os "de baixo" não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações. (...) Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercurso e solidariedade entre as pessoas. E tudo isso evolui de modo inseparável, o que assegura a permanência do movimento (SANTOS, 2011, p,144).

A produção de símbolos pela cultura de massas, que são utilizados para atender aos interesses do poder e do mercado, seja na representação do ideário político, seja nos ídolos da sociedade de consumo; todavia, a cultura de massas precisa constantemente substituir seus símbolos por outros que, mesmo sendo fixos e ideologicamente carregados de significados, possam aparentar renovação e movimento. A simbologia ideológica serve ao propósito de manter a ilusão de mudança e renovação, enquanto reforça os dispositivos de poder legitimados. Dessa maneira, a cultura de massas é usada como um meio de controle social que impede a expressão autêntica e criativa das demandas e necessidades sociais, porém “os símbolos ‘de baixo’, produtos da cultura popular, são portadores da verdade da existência e reveladores do próprio movimento da sociedade” (SANTOS, 2011, p.144-145).

Santos trata dos “de baixo”, tanto sem sentido de sujeitos subalternizados das sociedades urbanas erguidas sobre a égide do neoliberalismo, financeirização, competitividade ostensiva como primazia das relações interpessoais como, também das nações subalternizadas pelos agentes do poder econômico, do *lobby* e os novos totalitarismos os quais sujeitam nações inteiras a lógicas perversas de mercado e fluxo financeiro em detrimento de suas infraestruturas e o cuidado de um Estado previdenciário (SANTOS, 2011, p,166-167).

As demandas de Milton Santos, e o sentimento de uma nova geopolítica global iniciando com um aprofundamento democrático popular radical, esse iniciado nos grandes conglomerados urbanos e na qualidade de vida dos de baixo, foi compartilhado entre muitos sujeitos ao longo do século XXI. A obra do historiador, psicanalista e fotógrafo André Ryoki e do filósofo Pablo Ortellado, intitulada “Estamos vencendo: resistência global no Brasil” (2004), demonstra esse sentimento antineoliberal compartilhado entre camadas significativas das classes médias, estudante universitários e secundaristas a respeito da demanda de acesso a um mundo negado a grande parte da população, principalmente em países emergentes; no qual os autores acompanharam e fotografaram um grupo aparentemente difuso e horizontal na cidade de São Paulo, maior cidade da América Latina (ORTELLADO, 2004).

O movimento acompanhado pelos autores, tem as percepções de ORTELLADO seguidas das fotos de Ryoki, no texto que abre a obra, intitulado “Sobre a passagem de um grupo de pessoas por um breve período da história”, assinado unicamente por

ORTELLADO, ressoa dos movimentos iniciados em Seattle contra a ALCA⁶⁹ em 2001, os quais ecoavam a revolta zapatista de 1994.

A história do movimento anarquista e do movimento estudantil independente e autogestionário no Brasil, particularmente nos anos 1980 remonta a uma tradição política de longa data no Brasil, remontando pelo menos do final do século XIX. Nos anos 1980, emergiu um movimento estudantil independente e autogestionário que compartilhava dos mesmos valores e princípios do anarquismo, mas muitas vezes não o reivindicava como herança, caracterizando assim, uma nova perspectiva e abordagem pós-anarquista (ORTELLADO, 2004, p, 10), um dos pontos referentes as novas abordagens libertárias refere-se à horizontalidade, ponto este também demonstrado por Santos:

As horizontalidades, pois, além das racionalidades típicas das verticalidades que as admitem a presença de outras racionalidades (chamadas de irracionalidades pelos que desejariam ver como única a racionalidade hegemônica). Na verdade, são contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades (SANTOS, 2011, p, 110).

Os autores destacam que a emergência desses movimentos foi influenciada pelo legado político dos movimentos dos anos 1960 e 1970, bem como pela abertura democrática do Brasil, iniciada em 1985 a qual concretizou-se com a constituição vigente, efetivada em 1988. No entanto, desde o final dos anos 1970 até o presente, diversas gerações de militantes autogestionários passaram pelo movimento estudantil, construindo experiências efêmeras e ganhando posições que foram perdidas com a chegada de novas gerações de estudantes os quais passaram a identificar-se cada vez mais com a esquerda institucional e movimentos socialistas (ORTELLADO, 2004, p, 10).

A questão central versa sobre a convergência casual entre duas vertentes do movimento social libertário, que foram atraídas pelos eventos de Seattle, a qual constituiu meramente a “vitrine midiática” de um movimento já existente preteritamente, em sua vertente radical, a qual ecoa à inspiração da revolta em Cuba em 1994 e às articulações

⁶⁹ A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi um projeto de integração econômica liderado pelos Estados Unidos, que visava criar uma zona de livre comércio entre os países das Américas. A proposta encontrou forte resistência de países como o Brasil e foi considerada subordinada aos interesses dos EUA. Em 2005, o projeto foi oficialmente cancelado durante a IV Cúpula das Américas, na Argentina. Desde então, outros projetos de integração regional têm sido propostos considerando uma ordem multipolar internacional.

dos dias de “Ação Global”⁷⁰, movimento constituído após um encontro bem-sucedido em Genebra (1998), sob a intenção de explorar novas redes de comunicação, que se tornaram mais dinâmicas com o barateamento da internet, para mobilizar simultaneamente, em todas as partes do mundo, movimentos sociais contra as instituições que promoviam o neoliberalismo (ORTELLADO, 2004, p, 10).

A intensificação dos protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMS) após o sucesso das ações de 18 de junho de 1999, contra o G8⁷¹, e das ações contra a Organização Mundial do Comércio em *Seattle*, em 30 de novembro de 1999. O bloqueio efetivo da rodada do milênio da OMS teve grande impacto político, levando grupos e indivíduos em São Paulo e outras cidades do mundo, a considerarem a possibilidade de reproduzir e generalizar os eventos de *Seattle*. Em maio de 2000, cerca de cinco meses após os eventos em *Seattle*, a coalizão de grupos e indivíduos inspirados pela Ação Global dos Povos emergiu em São Paulo, os quais obteve como objetivo a mobilização de movimentos sociais de base, visando a promoção de uma frente global contra o neoliberalismo e as instituições internacionais que o promoviam (ORTELLADO, 2004, p. 10).

O movimento em São Paulo teve seu início marcado pelo desafio de criar mobilizações de grande escala que fossem verdadeiramente autônomas. Tal cenário refletiu uma tendência generalizada e difusa, já que *Seattle* se transformou em um paradigma incontornável. A conquista da vitória com o fim da Guerra do Vietnã exigiu anos de mobilização nos Estados Unidos durante os anos 1960. Por sua vez, *Seattle* foi um evento distinto que lembrou o maio de 1968 na França. Ambos os eventos, impressionantes e inesperados, inflamaram a imaginação e inspiraram multidões espalhadas ao redor do mundo (ORTELLADO, 2004, p, 10).

Sob a influência de *Seattle*, foi buscada a elaboração de uma mobilização ampla e autônoma para os protestos contra o FMI e o Banco Mundial em São Paulo no dia 26 de

⁷⁰ A Ação Global dos Povos (AGP) foi uma manifestação organizada por movimentos sociais e sociedade civil, que ocorreu em 1998 em mais de 70 países. A AGP protestou contra o modelo econômico neoliberal e a globalização liderada pelas grandes corporações, e contou com a participação de milhões de pessoas em todo o mundo, considerada assim, um marco na história dos movimentos sociais e da luta contra a globalização neoliberal, e inspirou outras mobilizações globais.

⁷¹ O G8, ou Grupo dos Oito, constitui uma organização informal composta pelos oito países mais industrializados do mundo, criada em 1975 para promover a cooperação econômica, política e cultural entre seus membros; frequentemente criticado por sua falta de representatividade e transparência, além de não abordar adequadamente questões globais importantes, foi substituído pelo G7 em 2014.

setembro de 2000 (S26). Realizado com um esforço significativo para mobilizar movimentos sociais amplos, ao mesmo tempo em que se procurava limitar a participação de partidos políticos que historicamente controlam, capturam e instrumentalizam movimentos dissidentes. Com o decorrer do tempo, tornou-se evidente que o movimento seria composto principalmente por ativistas de grupos contra-culturais e socialistas libertários, bem como dos movimentos estudantis independentes, ecologistas radicais e da parte jovem e radical dos movimentos feministas e LGBTQIA+, a partir desse núcleo, mobilizou-se um contingente heterogêneo de diferentes partes da cidade (ORTELLADO, 2004, p, 11).

Após a consolidação da identidade mais claramente autonomista e libertária, tornou-se necessário estabelecer uma estratégia de relacionamento com o restante da esquerda que não comprometesse a autonomia e que evitasse o sectarismo. Esse processo de aprendizado em que, inicialmente, houve uma postura sectária, a qual destoava da forma de organização em rede adotada pelo movimento de Ação Global dos Povos. Segundo ORTELLADO (2004), inicialmente a esquerda institucional foi evitada em razão de históricos de cooptação de pautas radicais, aparelhamento organizacional de movimentos dissidentes, burocratização e autoritarismo nas tomadas de decisões nas ruas. Contudo, essa atitude foi sendo revista à medida que o movimento adquiriu maior maturidade e explicitando a importância de se estabelecer alianças com outras correntes políticas referentes ao mesmo espectro e com ambições similares (ORTELLADO, 2004, p, 11). Os autores descrevem:

Para lidar com esse problema, com o qual se depararam grupos autônomos em todo o mundo, foi desenvolvida uma estratégia chamada de “contaminação”. Essa estratégia consistia em abandonar a tendência ao isolamento dos grupos antiautoritários e fazer um esforço consciente e deliberado para articular atividades conjuntas com a esquerda institucional a fim de envolvê-la em nossa forma de fazer política, “contaminando-a” com práticas mais libertárias. A ideia, foi sobretudo aplicada aos fóruns sociais e, até onde eu sei, com relativo grau de sucesso (ORTELLADO, 2004, p, 12).

Pode-se verificar a partir das publicações jornalísticas de 1999, o surgimento do termo "anticapitalista" com maior frequência a partir do final da década de 1990, após as primeiras reflexões teóricas decorrentes dos protestos realizados em 18 de junho de 1999; manifestações que ocorreram simultaneamente em diversas partes do mundo contra a reunião do G8 na cidade de Colônia, na Alemanha. Ademais, o termo também se

popularizou após as manifestações em dezenas de cidades no mundo inteiro no dia 30 de novembro de 1999, que foram realizadas em protesto contra a reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, nos Estados Unidos (ORTELLADO, 2004, p, 13).

Nessas manifestações, com milhões de pessoas nas ruas de Seattle para protestar contra as políticas de neoliberalização e desregulamentação da economia, houve o bloqueio de acessos ao local da reunião por grupos de ação direta. Esses eventos foram tão impactantes que levaram ao cancelamento da chamada "rodada do milênio". O uso do termo "anticapitalista" naquela época não se referia necessariamente a uma postura revolucionária ou anti-sistêmica, mas sim à convergência das lutas que supostamente tinham sido fragmentadas nos movimentos dos anos 1960 e 1970 (ORTELLADO, 2004, p, 13).

Os autores comentam que no contexto, observa-se os movimentos sociais, tais como o ambientalismo, o feminismo e o sindicalismo, separando-se cada qual em suas lutas e demandas específicas. No entanto, essas lutas faziam parte de uma cultura ativista e dissidente, em que as especificidades se transformaram em componentes em enfrentamentos ao neoliberalismo contemporâneo. A campanha J18 (18 de junho de 1999), tinham como objetivo unir essas diferentes lutas em uma frente comum antineoliberal (ORTELLADO, 2004, p, 13).

A unidade dessas lutas não se dava por meio da oposição ao capitalismo entendido como um sistema econômico, mas sim por meio da oposição à sociedade existente, através da ideia de autonomia, igualdade, respeito às diferenças em todos os níveis e liberdade entendida como o direito à participação direta nas decisões e de uma democratização efetivamente popular, dessa forma, as lutas contra a hierarquia, homofobia, sexismo, racismo, militarismo e destruição ambiental orientavam-se todas pela ideia da autonomia (ORTELLADO, 2004, p, 13).

A aparente confusão das demandas apresentadas nos protestos em *Seattle* dizia respeito à convergência conjuntural das lutas em oposição às políticas de liberalização e desregulamentação discutidas na “rodada do milênio” da OMC. Grupos LGBTQIA+ protestavam contra patentes de remédios, ambientalistas protestavam contra o extermínio de baleias no Pacífico e sindicalistas protestavam contra a flexibilização das leis trabalhistas, mas todas essas lutas locais se uniram diante do inimigo comum: o agressivo

processo de neoliberalização econômica que havia iniciado com as políticas de Thatcher e Reagan (ORTELLADO, 2004, p, 14).

As crises econômicas asiática, russa e brasileira foram exemplos dos piores resultados dessa política, que também ameaçava a privatização generalizada de serviços sociais e a completa desregulamentação nas legislações ambientais, trabalhistas e sanitárias. Essa união em torno da oposição à política neoliberal oferecia o pretexto para a convergência das lutas locais em uma luta comum (ORTELLADO, 2004, p, 14).

No final do ano 2000 ou início de 2001, a imprensa começou a usar a expressão "anticapitalistas" para se referir aos manifestantes de cunho radical. Nesse período, houve uma divisão entre os próprios manifestantes, que passaram a distinguir o movimento entre uma parte anticapitalista e outra reformista. O termo anticapitalismo deixou de se referir à convergência de todas as lutas, passando a ser utilizado para diferenciar aqueles que se opunham à sociedade capitalista dos reformistas, que incluíam ONGs, sindicatos e movimentos sociais moderados. Essa distinção remete ao debate histórico sobre reforma e revolução, que teve lugar no início do século XX entre os partidos social-democratas (ORTELLADO, 2004, p, 14).

As experiências passadas dos movimentos sociais ofereciam modelos claros e bem definidos de transformação coletiva, como o modelo leninista de tomada do poder, ou o modelo anarco-sindicalista da greve geral revolucionária. No entanto, a realidade contemporânea exigia a invenção de novos caminhos, ORTELLADO chama atenção para esboços teóricos existentes na teoria radical, como o municipalismo libertário de Murray Bookchin e a economia participativa de Michael Albert, embora não oferecessem um projeto de sociedade combinado com um processo de implementação consistente de tais medidas (ORTELLADO, 2004, p, 15).

Enquanto essas teorias se desenvolviam com base em pequenas experiências, a revolta zapatista no México consolidou-se e abriu novas possibilidades de renovação do pensamento e práticas do movimento social. A revolta deflagrada pela implementação do NAFTA contribuiu ao deslocar-se das distinções tradicionais ao embaralhar conceitos como reforma e revolução. Os zapatistas se insurgiram contra o governo federal e criaram zonas autônomas que buscavam a democracia direta, a igualdade de gênero e o respeito às diferenças. No entanto, não se preocuparam em tomar o poder estatal, criando espaços autônomos dentro da sociedade mexicana (ORTELLADO, 2004, p, 15).

O movimento zapatista foi visto com ressalvas por grupos políticos tradicionais anarquistas e trotskistas, que o consideraram uma forma de "reformismo". Como já demonstrado, essa revolta trouxe importantes subsídios ao movimento social libertário, mostrando que a transformação social pode ser alcançada através da criação de espaços autônomos e da implementação da democracia direta, sem necessariamente tomar o poder estatal, traçando uma rede geográfica ao longo do território mexicano, de ocupação de espaços, uma produção cartográfica 1:1, agindo nos pontos cegos da vigilância estatal (ORTELLADO, 2004, p, 15).

A organização em rede foi uma das características distintivas do movimento em oposição às lutas dos anos 1960 e 1970. Embora a teoria da organização em rede tenha se desenvolvido desde o final dos anos 1970, somente nos anos 1990 as grandes redes sociais começaram a surgir, entretanto, mesmo na atualidade, quando algumas redes sociais já estão consolidadas há anos, grande parte da literatura sobre redes permanece excessivamente abstrata, tendo como único referente as redes de comunicação, como a internet. Por conseguinte, torna-se necessário, em primeiro lugar, realizar uma distinção concreta entre as redes e as organizações tradicionais (ORTELLADO, 2004, p, 16).

Organizações são instituições sociais que possuem uma estrutura determinada e se apresentam publicamente como uma entidade coesa e coerente. Do ponto de vista externo, as orientações políticas, opiniões e pareceres da organização são vistas como totalmente respaldadas pelos seus membros, conferindo-lhe uma imagem uniforme e comum. Entretanto, na prática, sobretudo em organizações democráticas, ocorrem debates e divergências constantes sobre as decisões tomadas. Ainda assim, a lógica da organização é a unificação das posições para apresentá-las como a força da totalidade dos membros (ORTELLADO, 2004, p, 16).

Dessa forma, uma organização com milhares de filiados não apresenta suas posições como a de um grupo dominante, mas como a posição da organização como um todo, conferindo-lhe poder político de negociação, pressão ou barganha com outras organizações, é o que se percebe no jogo da política parlamentar legislativa e a relação dos partidos políticos e como articulam sua militância (quando se possui uma base social orgânica), principalmente a utilização dos meios de comunicação para pressionar determinados grupos de interesse em determinadas pautas (ORTELLADO, 2004, p, 16). Com respeito das redes, os autores distinguem:

A forma de funcionamento da rede é bastante diferente. Redes não são organismos com uma estrutura organizacional definida ou com posições uniformes – elas são flexíveis, fluidas, plurais e descentralizadas. Redes são uma forma relativamente nova de associação, na qual as “partes” (que podem ser indivíduos, organizações ou mesmo outras redes) se unem para perseguir objetivos específicos respeitando apenas princípios gerais acordados. Dessa forma, as redes permitem a convivência e o trabalho comum de grupos e indivíduos bastante diferentes, que não precisam sacrificar suas posições particulares para atuarem em conjunto. O que une aqueles que atuam na rede são apenas objetivos bem determinados e princípios gerais que restringem numa média razoável a participação para que se mantenha uma mínima orientação política (ORTELLADO, 2004, p, 17).

Um diálogo pertinente, é a relação dialética traçada por Hakim Bey entre a rede a teia (*net* e a *web*)⁷². Segundo Bey, uma rede ou *net*, é uma estrutura descentralizada e horizontal, na qual os indivíduos se conectam livremente para trocar informações, recursos e ideias. Uma rede ou *web*, por sua vez, é formada por relações livres e voluntárias entre seus membros, sem a imposição de uma autoridade centralizada. Em uma rede, cada membro é autônomo e tem liberdade para agir de acordo com suas próprias necessidades e interesses, ao mesmo tempo em que colabora com os demais membros. Já a teia é uma forma mais complexa de organização, que se caracteriza por uma interconexão de redes, formando uma estrutura mais ampla e flexível (BEY, 2018, p, 29 – 33).

Em uma teia, as redes se conectam livremente, formando uma trama interconectada que se adapta às necessidades e demandas de cada momento. Bey afirma que uma teia é capaz de se adaptar a mudanças e imprevistos com mais facilidade do que uma estrutura hierárquica, pois é formada por uma rede de relações mais flexíveis e autônomas. Assim, as redes e as teias são formas alternativas de organização social, que

⁷² Importante salientar, que na entrevista concedida a Revista *Hard times*, Hakim Bey traz uma atualização do seu pensamento a respeito das redes e teias em sua relação com a hiper-realidade *online*, o autor refere-se a uma dinâmica do mundo tangencial a qual faz a época uma analogia aproximando com as possibilidades tecnológicas do final dos anos 1980, início da década de 1990. Nesse contexto, Bey ainda acreditava que a internet poderia fomentar trocas livres de informações e ideias, isso em um tempo anterior aos domínios das *big techs* como as conhecemos, onde empresas como META (*Facebook*), *Amazon*, *Apple*, *Microsoft* e *Google*, as quais possuem receitas equivalentes ao produto interno bruto (PIB) de países em desenvolvimento, traçando um extenso monopólio informacional, exigindo marcos regulatórios por parte dos Estados-nacionais, como por exemplo a Lei de Mercados Digitais (DMA), e a Lei de Serviços Digitais (DSA), ambos aprovados pelo parlamento da União Europeia em 05 de julho de 2022. Tais eventos, modificam significativamente a perspectiva otimista nesse ponto, e traz novamente a pertinência da criação de redes geográficas no espaço tangencial cotidiano. Notícia sobre a regulamentação informacional na EU. disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/parlamentares-da-ue-aprovam-marco-de-regulacao-de-gigantes-da-tecnologia/>. acessado em: 06/05/2023. Notícia disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/08/18/essas-7-empresas-de-tem-receita-anual-maior-do-que-pib-de-alguns-paises.htm>. acessado em: 06/05/2023.

se opõem ao modelo hierárquico e autoritário predominante em muitas sociedades. As redes e teias oferecem maior liberdade e autonomia para os indivíduos, permitindo a formação de comunidades mais colaborativas e horizontais, como afirma:

A TAZ possui uma localização temporária, mas real no tempo, e uma localização temporária, mas real no espaço. Porém, obviamente, ela também precisa ter uma localização dentro da web, outro tipo de local: não real, mas virtual; não imediato, mas instantâneo. A web não fornece apenas um apoio logístico à TAZ, também ajuda a criá-la. Grosso modo, poderíamos dizer que a TAZ "existe" tanto no espaço da informação quanto no "mundo real". A web pode compactar muito tempo, em forma de dados, num "espaço" infinitesimal. Dizemos que a TAZ, por ser temporária, não oferece algumas das vantagens de uma liberdade com duração e de uma localização mais ou menos estável. Mas a web oferece uma espécie de substituto para parte disso - ela pode informar a TAZ, desde o seu início, com vastas quantidades de tempo e espaço compactados que estavam sendo "subutilizados" na forma de dados (BEY, 2018, p, 31)

Retomando a perspectiva de ORTELLADO, as redes são uma forma relativamente nova de associação que apresentam uma estrutura flexível, fluída, plural e descentralizada. Diferentemente das organizações, que possuem uma estrutura organizacional definida e composições uniformes, as redes são compostas por partes que se unem para perseguir objetivos específicos, respeitando princípios gerais acordados. As redes permitem a convivência e o trabalho comum de grupos e indivíduos bastante diferentes, sem que seja necessário sacrificar suas posições particulares para atuar em conjunto (ORTELLADO, 2004, p, 17).

O que une aqueles que atuam na rede são apenas objetivos bem determinados e princípios gerais que restringem a participação para que se mantenha uma mínima orientação política. Dessa forma, as redes permitem a participação de atores bastante distintos e heterogêneos, desde organizações até indivíduos, para a consecução de objetivos compartilhados sem a necessidade de permanência de unidade ao longo de todo um projeto de poder institucional, como as organizações (ORTELLADO, 2004, p, 17).

Os exemplos de redes tratados por ORTELLADO incluem aquelas que se envolveram nas campanhas contra a NAFTA e o AMI nos anos de 1990, bem como a rede AGP a partir de 1998. Em todos esses casos, grupos muito diferentes uniram-se para atuar conjuntamente em uma campanha específica, tendo em comum apenas uma rejeição aos acordos de livre comércio os quais eram realizados em uma ótica neoliberalizante, tais críticas ocorriam sob uma perspectiva de esquerda ou radical, no caso da AGP. A

construção de redes é baseada em alianças *ad hoc* que duram apenas durante o tempo da campanha, em contraste com a construção de organizações que pressupõem uma afinidade prática e política que resulta em posições unitárias e uniformes no futuro (ORTELLADO, 2004, p, 17).

Se o objetivo é impedir a implementação de um acordo multilateral de investimentos, a rede subsiste até que o acordo seja rejeitado na OCDE ou até que a rede se dissolva por algum outro motivo, como a falta de empenho das partes. Outra característica marcante da rede é seu caráter fluido e flexível. As redes não precisam se desfazer e refazer a cada oportunidade, podendo adquirir diferentes formatos e composições. Em um determinado momento, um grupo que tenha um desentendimento pontual não precisa abandonar a rede, mas pode simplesmente colaborar naquele ponto (ORTELLADO, 2004, p, 17).

Da mesma forma, em momentos específicos, a rede pode incorporar a colaboração extraordinária de novos agentes que se interessam apenas por uma ação específica. Isso significa apenas levar o velho princípio anarquista da livre associação até a sua consequência lógica: a livre dissociação (ORTELLADO, 2004, p, 17).

As redes apresentam duas outras características distintas que as diferenciam das organizações tradicionais. A primeira delas é a sua não-exclusividade, uma vez que a participação em uma rede não impede ou desencoraja a participação simultânea em outras. De fato, as redes de uma mesma orientação geralmente se sobrepõem e se entrecruzam, com organizações e indivíduos participando de forma embaralhada em diversas alianças pontuais que constituem um verdadeiro “emaranhado social” (ORTELLADO, 2004, p, 17).

A segunda característica consiste em inviabilizar os espaços para a centralizações hegemônicas. Em organizações tradicionais, há frequentemente uma grande disputa pela posição dominante, pois esta posição é vista como representativa do grupo como um todo. Entretanto, na rede, os acordos são geralmente muito gerais e há poucas posições comuns tornadas públicas. A rede normalmente apenas estabelece princípios e objetivos comuns, evitando declarações unitárias e permitindo a convivência e trabalho conjunto de grupos e indivíduos bastante diferentes, que não precisam renunciar a suas posições particulares para atuar em conjunto. Tudo isso leva a uma forma de organização flexível, fluida, plural

e descentralizada, que permite a livre associação e dissociação (ORTELLADO, 2004, p, 17).

A rede se destaca por suas características de autonomia e descentralização, que são vistas como sua força e capacidade de união. Ao contrário da organização tradicional, a rede não busca estabelecer posições unitárias, o que pode parecer uma fraqueza para a primeira, mas é uma vantagem para a segunda. Enquanto uma organização tradicional fala por todos os membros de uma categoria, mesmo que haja desacordo entre eles, a rede não pretende estabelecer um sistema representativo. Ela valoriza a participação direta e horizontal, e incentiva a mobilização dos indivíduos e grupos sem sacrificar suas posições particulares (ORTELLADO, 2004, p, 18).

A autonomia dos membros na rede permite que as diferenças não sejam sufocadas e que o dissenso parcial não seja um desestímulo à participação. A rede adota poucas posições e objetivos, que são consensuais, e os membros têm liberdade para colaborar com outras redes e grupos sem exclusividade. Em contrapartida, a organização tradicional mantém a unidade aparente, mas pode ter dificuldades em contar com o apoio ativo dos membros, já que a instância representativa precisa ser respaldada por uma decisão direta. A rede, assim, busca incorporar a prática da decisão direta em sua própria estrutura e incentivar a autonomia dos membros como forma de evitar conflitos e favorecer a mobilização (ORTELLADO, 2004, p, 18).

Esse modelo de articulação foi definidor para uma das conquistas mais significativas do movimento: a criação de uma alternativa bem-sucedida à mídia corporativa, exemplificada pelo Centro de Mídia Independente (CMI). O CMI surgiu em novembro de 1999, especialmente para cobrir os protestos contra a OMC em Seattle, como resultado de um encontro de mídia alternativa. Tal iniciativa foi concebida como um banco de dados multimídia que permitiria a troca de conteúdo entre diferentes veículos alternativos, dispensando o direito autoral (ORTELLADO, 2004, p, 28).

Durante os protestos, no entanto, não apenas jornalistas utilizaram o site, mas os manifestantes também publicaram diretamente seus relatos, entrevistas, fotos e vídeos, dispensando a mediação do jornalista. Essa apropriação foi percebida pelos envolvidos no projeto, que a transformaram em base para um novo conceito de “contra-informação”, que buscava abolir o próprio papel de mediador do jornalista, criando um sistema

participativo de publicação aberta. Os altos índices de acesso e difusão do site CMI indicam que essa escolha foi acertada (ORTELLADO, 2004, p, 28).

De certa forma, evocando ao exemplo entre o xadrez enquanto jogo de Estado, e o go, enquanto máquina de guerra (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 9), ocupando espaços além das predeterminações das sistematizações do Estado e das corporações, como espaços estriados em sobreposição ao espaço liso (utilizando de outra expressão de Deleuze e Guattari). O sucesso do CMI - Centro de Mídia Independente (como máquina de guerra ou/e uma TAZ) evidencia a dimensão construtiva e afirmativa de um movimento que frequentemente é alvo de críticas por não apresentar alternativas concretas ao que se opõe. Tal crítica, entretanto, carece de fundamento, sobretudo quando se considera as alternativas que predominaram no cenário político ao longo da maior parte do século XX. Alternativas como a economia planejada socialista, ainda que dotadas de múltiplas variantes, apresentavam-se relativamente claras e definidas (ORTELLADO, 2004, p, 28).

As alternativas propostas pelo movimento contemporâneo, por outro lado, assumem outra vertente, em primeiro lugar, elas se apresentam como políticas pré-figurativas⁷³, ou seja, políticas em que a forma de atuação anuncia o tipo de mundo que se deseja e está em processo de construção. Em segundo lugar, essas alternativas se materializam em iniciativas concretas criadas dentro e contra o capitalismo, tais como veículos de comunicação independentes, centros sociais e cooperativas (ORTELLADO, 2004, p, 28).

A noção de política pré-figurativa ultrapassa a mera coerência entre os meios e os fins de uma mobilização política, pois sugere que o próprio processo de mobilização e construção política é simultaneamente a construção de uma nova sociedade, caracterizada por uma nova sociabilidade e formas de organização baseadas em valores como participação, igualdade e respeito às diferenças. Ademais, a construção de uma nova sociedade pode ser concretizada mediante a criação de alternativas presentes, tais como

⁷³ A política pré-figurativa, segundo o cientista político Carl Boggs, constitui uma abordagem política a qual concentra-se na construção de estruturas e práticas políticas que espelhem a sociedade ideal que se busca criar. Essa abordagem busca incorporar valores e práticas emancipatórias em suas próprias formas de organização, tomada de decisão e ação política, em vez de simplesmente lutar pelo poder e implementar mudanças futuras. As práticas políticas pré-figurativas se tornam um fim em si mesmas, e não apenas um meio para alcançar um objetivo futuro. A ideia é que a criação de estruturas e práticas políticas igualitárias, horizontais e não hierárquicas, desde o presente, pode levar à construção de uma sociedade mais justa e livre no futuro.

rádios comunitárias, centros de mídia independente, ocupações, centros sociais e cooperativas autogeridas. Embora tais experiências já existissem anteriormente, foi com a revolta zapatista e suas reflexões que tais práticas ganharam novo significado e relevância (ORTELLADO, 2004, p, 29).

A partir da valorização das experiências autônomas como espaços de construção social, o movimento passou a considerar esses locais como legítimas formas de resistência e construção de uma nova sociedade. As iniciativas autônomas, muitas vezes carentes de recursos e instáveis, refletem o desejo de abandonar a sociedade atual e construir uma nova sociedade com outras bases. Tal desejo manifesta-se no movimento pelas rádios livres, coletivos de mídia independente, ocupações autogeridas rurais e urbanas, centros sociais e culturais comunitários, cooperativas de produção e serviços e, em outros países, em revoluções como a argentina (ORTELLADO, 2004, p, 29).

A Rebelião Argentina, sob o lema "*¡Que se vayan todos!*"⁷⁴, serviu como fonte de inspiração e esperança para o movimento, demonstrando que não é necessário esperar indefinidamente pelo dia final da revolução, pois a sociedade do futuro já está em construção. Cabe, portanto, a cada indivíduo fazer a sua parte na construção dessa nova sociedade (ORTELLADO, 2004, p, 29).

Tais movimentos, podem ser compreendidos enquanto o momento, o qual muitas vezes precede a institucionalização de algo, consequência direta ou não em suas articulações. Porém, existe um paralelo entre insurreição e autoritarismo, o qual traz a seguinte problematização: como movimentos inicialmente libertários tendem a fortalecer-se em contra-ataques reacionários? (BEY, 2018, p. 15).

Hakim Bey faz uma inflexão teórica a partir dos termos “sublevação” e “insurreição”, termos recorrentes na história do pensamento para referir-se a esforços revolucionários sem necessariamente uma efetivação e uma mudança real no *status quo*, segundo o autor, tende a existir uma sequência comumente esperada sendo, a “revolução, reação, traição, fundação de um Estado mais forte e ainda mais forte e ainda mais opressor

⁷⁴ A expressão "*¡Que se vayan todos!*" foi usada em algumas ocasiões para expressar insatisfação com a classe política de países Latino-americanos. Na Argentina, por exemplo, a expressão popularizou-se durante a crise econômica de 2001, quando muitos argentinos culpavam a classe política pelo colapso econômico. A expressão também foi usada durante protestos em outros países da América Latina, como no Equador em 2019, no Chile em 2019 e 2020, onde a população manifestou-se contra a corrupção, a desigualdade econômica e a falta de representatividade política em levantes antineoliberais recentes.

(...) coturno na cara da humanidade para sempre” (BEY, 2018, p. 15). A sublevação em Bey é uma alternativa a esforços de longa duração da manutenção da revolução, ou seja, instituir uma racionalidade no jogo estratégico, como pode-se conferir a seguir:

Surgo: levante, revolta. Insurgo: rebelar-se, levantar-se. Uma ação de independência. Um adeus a essa miserável paródia da roda kármica, histórica futilidade revolucionária. O slogan "Revolução!" transformou-se de sinal de alerta em toxina, uma maligna e pseudo-gnóstica armadilha do destino, um pesadelo no qual, não importa o quanto lutamos, nunca nos livramos do maligno ciclo infinito que incuba o Estado, um Estado após o outro, cada "paraíso" governado por um anjo ainda mais cruel. Se a História É "Tempo", como declara ser, então um levante é um momento que surge acima e além do Tempo, viola a "lei" da História. Se o Estado É História, como declara ser, então o levante é o momento proibido, uma imperdoável negação da dialética como dançar sobre um poste e escapar por uma fresta, uma manobra xamanística realizada num "ângulo impossível" em relação ao universo (BEY, 2018, p. 15).

O enfoque passa a ser nas possibilidades das ações políticas possíveis e na valoração de tais. Há uma inversão a partir da perspectiva que as sublevações não são apenas revoluções fracassadas, mas as revoluções muitas vezes são cooptadas e tornam-se exercício reacionário de poder sobre o coletivo, não existe um descarte da ideia de revolução, mas sim um maior peso no processo que potencialmente leva até ela, e uma desconfiança do conceito, que pode ser utilizado por forças conservadoras (BEY, 2018, p. 17).

Ao considerar que a TAZ ocorre fora do tempo, Bey sai da História para abordar a Geografia, a ciência da guerra a qual a espacialidade afirma-se na temporalidade ao nível do lugar e do cotidiano, em que ocorre as mudanças antes de serem sentidas pelo tempo histórico e partir do cotidiano há um jogo da espacialidade do sujeito e dos elementos que o constitui. A TAZ articula-se na microfísica do poder. Bey realiza a seguinte afirmação:

A TAZ deve ser capaz de se defender; mas, se possível, tanto o "ataque" quanto a "defesa" devem evadir a violência do Estado, que já não é uma violência com sentido. O ataque é feito às estruturas de controle, essencialmente às ideias. As táticas de defesa são a "invisibilidade", que é uma arte marcial, e a "invulnerabilidade", uma arte "oculta" dentro das artes marciais. A "máquina de guerra nômade" conquista sem ser notada e se move antes do mapa ser retificado. Quanto ao futuro, apenas o autônomo pode planejar a autonomia, organizar-se para ela, criá-la. E uma ação conduzida por esforço próprio. O primeiro passo se assemelha a um *satori* a constatação de que a TAZ começa com um simples ato de percepção (BEY, 2018, p. 18).

Interessante notar o emprego do conceito de *satori*⁷⁵; termo de origem japonesa utilizado na tradição budista zen para se referir a um estado de iluminação espiritual. Esse estado é caracterizado por um momento de autocompreensão profunda, no qual o indivíduo transcende as limitações da mente e, passa a experimentar a verdadeira natureza da realidade, com sua percepção do mundo efetivamente aberta.

De forma geral, *satori* é descrito como uma experiência intensa e súbita de realização espiritual, que pode ser acompanhada por sensações de alegria, êxtase e liberação. Embora seja considerado um estado temporário, é altamente valorizado pelos praticantes budistas *zen* como uma fonte de inspiração para a prática espiritual e a busca da verdade interior. Segundo seus seguidores, tal experiência pode levar a uma vida mais plena e significativa, além de proporcionar a libertação do sofrimento e do apego, como nota-se, uma analogia em si bastante descritiva da visão que Bey carrega de seu anarquismo ontológico, enquanto alternativa política radical em diferentes níveis de sociabilidade e de política pré-figurativa.

A política pré-figurativa como descrita por ORTELLADO (2004), tem uma relação direta com a democracia das massas, visto que parte da premissa de que a construção de uma nova sociedade se dá no processo de mobilização política. Dessa forma, a política pré-figurativa busca criar uma sociabilidade e uma nova forma de organização que seja baseada na participação, igualdade e no respeito às diferenças, o que se aproxima dos princípios da democracia participativa e radical.

Nesse sentido, a política pré-figurativa não se restringe à mera conquista do poder político, mas sim à construção de novas relações sociais e de novas práticas políticas que antecipam e prefiguram as mudanças sociais desejadas. Assim, infere-se a constituição de um caminho para a realização da democracia em sua plenitude, na medida em que busca criar formas mais igualitárias e participativas de organização social e política.

⁷⁵ Interpretação baseada na matéria intitulada "Significado de *Satori*" de 16 de abril de 2013 por Flávio Shunya. O artigo encontra-se disponível no *website* do movimento Shunya, segundo a biografia concedida pelos editores da plataforma, o Grupo de Estudos e Práticas Budistas "SHUNYA" é um grupo não sectário que tem como proposta reunir pessoas interessadas em conhecer, estudar e praticar os ensinamentos budistas de diferentes tradições religiosas e esotéricas. O objetivo principal do grupo é transcender o conhecimento puramente conceitual e as limitações impostas por pontos de vista restritos, buscando a realização da natureza verdadeira do ser humano, o Estado Primordial, para o benefício de todos os seres. O grupo se fundamenta na aprendizagem com diferentes mestres e linhagens e visa absorver e experienciar os ensinamentos e práticas como instrumentos para uma melhor compreensão da essência do budismo e o despertar da mente de iluminação (Bodichitta). Disponível em: <http://www.nossacasa.net/shunya/o-significado-do-satori/>. Acessado em, 05/05/2023.

Por meio dessa perspectiva, Hakim Bey argumenta que a Zona Autônoma Temporária (TAZ) é um exemplo de como a democracia representativa é inadequada para permitir que as pessoas tenham poder sobre suas próprias vidas. O direcionamento do argumento tende a demonstrar que a democracia representativa é um sistema em que os indivíduos delegam seu poder a representantes eleitos que, muitas vezes, estão distantes das necessidades e desejos populares. Em contraste, a TAZ é um espaço em que as pessoas podem tomar decisões diretamente e experimentar uma forma de democracia mais direta e participativa.

Assim, o anarquismo contemporâneo envolve as dissidências enquanto uma forma de autogoverno que permite participação direta na tomada de decisões prestigiando as horizontalidades. Isso significa que, em vez de depender de líderes ou representantes, as pessoas com estratégias diretas como a TAZ, têm a oportunidade de se envolver diretamente na tomada de decisões e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, caminhando assim, para uma zona autônoma permanente.

4.8.1 O impacto pós-anarquista nos movimentos na década de 2010: um novo tipo de ativismo

As reivindicações por uma democracia efetiva foram a tônica das manifestações sociais ao longo da década de 2010, as quais enunciavam caminhos distintos, porém, com motivações em comum, entre elas, de uma democracia que funcione para maioria das pessoas e não apenas para uma elite oligárquica e para o sistema financeiro. Houve em suma, uma vontade coletiva de superação dos ordenamentos do neoliberalismo.

O sociólogo italiano Paolo Gerbaudo (2022), professor e diretor do *Centre for Digital Culture* do *King's College London*, faz em sua obra “Máscaras e bandeiras: populismo, cidadanismo e protesto global” (2022), uma análise das vertentes identificadas a partir do levantamento documental de movimentos referentes àquele período histórico, resoluções de assembleias e notas oficiais dos movimentos por ele acompanhados ao longo de sua pesquisa a respeito das implicações dos movimentos das praças: o neo-anarquismo (assim denominado pelo autor, mais precisamente outra denominação para o já intitulado nesta pesquisa como pós-anarquismo, o qual o anarquismo ontológico é integrante) e os novos populismos.

Primeiramente, é importante lembrar o que foram e os porquês de tais movimentos de tomadas dos espaços públicos, e como movimentos de ação tão similares em realidades aparentemente tão distintas ocorreram e espalharam-se rapidamente em todo o globo. Nas palavras do pesquisador italiano:

Do Egito à Espanha, da Grécia aos Estados Unidos, da Turquia ao Brasil e depois França, o movimento das praças foi de leste a oeste e depois voltou em uma sucessão vertiginosa de eventos, frequentemente descritos como um “contágio” de protestos que, em seu ponto alto na primavera e no verão de 2011, parecia realmente irrefreável. Espaços públicos icônicos – Praça Tahrir, no Cairo; Puerta Del Sol, em Madrid; Praça Sintagma, em Atenas; Zuccotti Park, em Nova York; Praça Taksim, em Istambul; Avenida Paulista, em São Paulo; e Place De La République, em Paris – foram ocupados por grandes manifestações e acampamentos de protesto, com centenas de ocupações menores nas cercanias, chegando até mesmo a de distantes e conservadores lugares como Castilla y Leon, na Espanha, e Mississipi, no Estados Unidos. Essas mobilizações angariaram tal força que, muitas vezes, deixaram governos à iminência do colapso (GERBAUDO, 2022, p. 63).

Dois elementos históricos serviram como combustível aos levantes denominados movimentos das ruas: a combinação da uma intensa crise financeira somada com a crise de legitimidade das intuições de Estado, e conseqüentemente as medidas tomadas pelos governos para lidar com tal crise, trazendo luz à crise do neoliberalismo que estava incubada desde a bolha imobiliária nos Estados Unidos em 2007 – 2008. Nesse período novos desempregados, endividados sofrendo com as execuções de suas hipotecas, ao mesmo tempo em que presenciavam os governos salvando bancos com capital social; praticando renúncias fiscais bilionárias para salvar determinados setores, agentes perpetuadores do neoliberalismo, visando a manutenção do modelo econômico vigente. Um sistema político “mais preocupado em salvar bancos imprudentes do que cidadãos em dificuldade” (GERBAUDO, 2022, p. 64-65).

Outra dimensão de tal problemática, encontra-se no texto intitulado “Ativismo das ruas e on-line dos movimentos pós-2011”, do sociólogo e educador Geoffrey Pleyers, pesquisador da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris na França. No texto em questão, o autor traça um panorama da história recente, quando a expressão “Movimentos Facebook” e “Revoluções 2.0” surgiram em meio às mobilizações democráticas que ocorreram no início dos anos 2010, principalmente nos países árabes (evento conhecido como “Primavera Árabe”). Pleyers chama atenção para o fato de que as pesquisas que ocorreram a partir de tais eventos cresceram

consideravelmente desde então, mas as análises apontam para a necessidade de entender a relação entre a ação *online* e *offline* desses movimentos (PLEYERS, 2013, p, 88).

A internet e as redes sociais ajudaram a difundir mensagens e práticas dos movimentos e permitiram conexões em nível nacional e internacional, mas não substituíram a importância das mobilizações nos espaços físicos, como as ocupações das praças. Além disso, os usos das redes sociais contribuíram para a construção de movimentos nacionais e locais, e as mídias alternativas tiveram maior visibilidade quando articuladas aos meios de comunicação tradicionais (PLEYERS, 2013, p, 88).

Tais movimentos adquiriram forma online e offline, em sua dimensão tangencial, o movimento das praças contraiu uma extensa coalizão extremamente variável em sua demografia formada por “graduados sem futuro, da chamada ‘geração perdida’: a classe média espremida e os novos pobres atolados no desemprego ou salários miseráveis” (GERBAUDO, 2022, p. 65). O autor busca fundamentação na noção de crise orgânica do filósofo Antônio Gramsci, o qual se baseia na observação de como ocorre a transição de uma regime, e quais impactos observáveis na realidade de tal ruptura:

À medida que o antigo regime morre, desvinculado de sua base social, portanto, incapaz de atender às suas reivindicações, sua agonia permite que as sementes de uma alternativa emergjam, esses novos atores assumem a forma de “monstros”, ou seja, fenômenos complexos e híbridos e, portanto, difíceis de classificar nas categorias políticas existentes. (...) essa metáfora é muito pertinente ao caráter híbrido e enigmático do movimento das praças e de suas respostas por vezes contraditórias ao período de crise e instabilidade (GERBAUDO, 2022, p. 64)

A emergência de um aprofundamento democrático foi o principal alvo das demandas esboçadas ao longo de tais eventos, a percepção de uma deturpação da democracia liberal a qual não se preocupava realmente com a desigualdade e concentração de poder, um sentimento de traição por parte dos governos e a demanda por democracias alternativas, para isso a utilização de estratégias anarquistas de engajamento, como as assembleias realizadas nas ocupações nos espaços públicos, as quais obtiveram maior destaque e mostravam-se presente ao longo de toda extensão da onda de protestos da primeira metade do século XXI, as quais presenciamos suas decorrências até os dias atuais (GERBAUDO, 2022, p. 113).

A expressão do apetite por uma democracia das massas, evidenciou-se largamente durante as revoluções árabes e no Brasil (2013), as quais foram rotulados como

"Movimentos *Facebook*", uma vez que as redes sociais se tornaram um meio privilegiado para mobilização, difusão de informação e troca de experiências; contudo, não se restringiram ao mundo virtual e as pessoas ansiavam por ocupar os espaços públicos para reafirmar o caráter público e político deles. Pleyers reconhece nomeadamente, que tal dinâmica passou a redefinir o sentido e repertório das zonas autônomas temporárias, acampamentos dos ativistas e espaços de experiências democráticas (PLEYERS, 2013, p, 89).

O anseio pela democracia radical não é exclusivo ou criação de tais movimentos, afinal é seguro afirmar que protestos populares através da experiência histórica têm sido elemento determinante da efetividade democrática, tomando para si a pauta e forçando elites a se posicionarem frente à criação de instituições democratizantes. Gerbaudo usa como exemplo do grupo espanhol "*Democracia Real Ya*" - o qual impetrava uma "democracia real" em sua gênese enunciativa e em sua apresentação - como estratégia para a articulação da ideologia contida nos pedidos por horizontalidade dos movimentos das praças (GERBAUDO, 2022, p. 114).

A perspectiva utilizada por Gerbaudo na aplicação do termo ideologia, é retirada de Gramsci, que entende tal conceito como múltiplas concepções de mundo as quais viabilizam a organização de grupos tanto sociais quanto políticos, em sua organização e sociabilidade, em outras palavras um "sistema de ideias" (GERBAUDO, 2022, p. 115).

A restauração da cidadania como bandeira decorre do descrédito da democracia representativa liberal, a qual alia-se ao "poder oligárquico", à "ditadura financeira dos banqueiros" e da classe política corrompida voltada a si própria e de costas ao destino da população. Assim a reivindicação por "democratizar a democracia", produzir sua reconstrução verticalmente de baixo para cima por meio do "empoderamento de cidadão individualmente", resgatando diretrizes claras do anarquismo e do populismo, porém divergentes em seu cerne, uma amálgama e abarcava pedidos de uma democracia direta, deliberativa e participativa tão como plebiscitária (GERBAUDO, 2022, pp. 115-116).

Olhando atentamente é possível perceber no caldo cultural aparentemente caótico do movimento das praças de década de 2010 a presença de demandas condizentes aos ímpetos pós-anarquistas, sendo percebidas na escala da microfísica do poder. Por ocorrerem nessa dimensão propícia a imprevisibilidade, rumou para desejos populistas, e em alguns casos, do populismo autoritário como no Brasil na eleição de 2018 de Jair

Bolsonaro, e anteriormente nos Estados Unidos, na eleição de 2016 do igualmente autoritário e populista Donald Trump.

Ao identificar as bases enunciativas que os movimentos das praças invocam, percebem-se contradições evidentes, ao passo que o populismo voltado à tese de soberania da vontade da maioria detém-se a uma escala macro da política institucional, cobrando medidas globais do interesse coletivo, o pós-anarquismo opera na dimensão da microfísica do poder, ao que Gerbaudo nomeia de microdemocracia em contraste à macrodemocracia populista. Ao considerar as demandas por horizontalidade, os manifestantes professavam a participação em igualdade de condições por meio da autogestão, já por parte das demandas populistas, professavam a soberania popular e a imposição vertical por parte do Estado em prol da unidade popular e diretrizes comuns a todos (GERBAUDO, 2022, p. 116).

As razões da grande insatisfação referem-se basicamente à concentração do poder econômico e conseqüentemente no poder político, obtido através do lobby pelas elites financeiras globais, as quais provocaram a expansão massiva da desigualdade, passando assim a impressão para parte acachapante das pessoas no planeta que a democracia liberal falhou com eles. Assim, retomar o controle por meio de uma “democracia radical”, real e efetiva configura uma emergência, e tal emergência foi nominada, apreendida e incorporada a motivações de grandes massas nos movimentos das praças muitas vezes organizadas por redes sociais, que as tornaram as primeiras de um tipo de evento sem precedentes históricos até a década de 2010 (GERBAUDO, 2022, p. 117).

Nesses movimentos, o ativismo *online* frequentemente reforçou a mobilização nas ruas e praças, como, por exemplo, quando a divulgação de uma manifestação ou atividades em um acampamento do *Occupy*, ocorria *online*, permitindo maior visibilidade. O "espaço protegido" (conceito emprestado de Manuel Castells) que a Internet oferece em relação a regimes autoritários. Esse espaço protegido permite a construção de "redes de indignação", que podem passar do espaço privado e virtual para o espaço público das praças. A atração pela Internet não se limita a regimes ditatoriais, mas também em democracias, onde as redes sociais facilitam a ressonância das indignações e a passagem para o protesto público (PLEYERS, 2013, p. 89).

Porém, tais movimentos, como apontado por Pleyers, também reconectaram muitos "ativistas *online*" com o espaço local de encontros em seus bairros e cidades,

demonstrando que a massificação da Internet e da globalização em geral não eliminam as fronteiras. Além disso, em diversos acampamentos do *Occupy*, o uso das redes sociais era tão intenso que a experiência subjetiva dos ativistas era moldada tanto nas praças como pela interação *online* (PLEYERS, 2013, p, 89).

A sociedade passou por uma série de modificações sensíveis desde o pós-guerra fria, como o advento de uma economia pós-industrial baseada num setor de serviços e financeirização em detrimento da produção, o declínio do socialismo soviético concomitantemente com o enfraquecimento dos movimentos dos trabalhadores no Ocidente, culminando no reaparecimento no norte social das demandas anarquistas, assim como seu espírito insurrecional. Tem-se como exemplos a liberdade de expressão, autodeterminação voluntária, autonomia e mutualismo, incorporados nos chamados “novos movimentos sociais” os quais referem-se aos identitarismos, assim como ocupações, ambientalismo, trabalhadores informais e hackers (GERBAUDO, 2022, p. 118).

A defesa de Gerbaudo da relação dos movimentos das praças com a vertente pós-anarquista em específico, sucede-se pela análise documental e entrevistas com diversos participantes, os quais verbalizaram a respeito da utilização de práticas anarquistas de ação direta e assembleia, porém sem necessariamente um comprometimento com o perdurar de tais ações, uma aceitação da efemeridade e uma crença por parte dos indivíduos na “autogestão espontânea”, porém tal viés libertário expôs uma fragilidade quanto a concepção de autonomia (GERBAUDO, 2022, pp. 118-119).

Ao contrário da percepção comum das novas abordagens de ativismo e militância da geração mais jovem; ativistas ao longo dos movimentos recentes, enfatizaram a importância da mobilização nas praças e da participação ativa nos movimentos, em oposição aos que se limitam a comentar e curtir publicações nas redes sociais (PLEYERS, 2013, p, 90), trazendo novamente a questão da territorialidade na disputa do poder em movimentos pós-estatistas contemporâneos.

Embora a internet tenha se mostrado um espaço importante para conexões, difusão de informações e trocas de experiências, não se pode desconsiderar a centralidade das ocupações de espaços públicos urbanos e praças. Esses locais simbólicos são essenciais para a construção dos movimentos democráticos; o uso das redes sociais pelos ativistas

tem contribuído principalmente para a construção de movimentos nacionais e locais (PLEYERS, 2013, p, 90).

Contudo, as conexões globais também têm contribuído para a emergência de uma elite transnacional, hiper-conectada mundialmente, que nem sempre está ancorada localmente. Esses "conectores" apoiam-se no conhecimento adquirido nos movimentos anteriores e nas conexões internacionais com ativistas altamente ativos na internet. Apesar de insistirem na importância da dimensão global, esses conectores circulam de um continente a outro, conectando as mobilizações democráticas e organizando assembleias "mundiais" em rede (PLEYERS, 2013, p, 90).

A capacidade da internet de ultrapassar as fronteiras nacionais e globais e a ilusão de que a internet pode liberar-nos do espaço físico é uma falácia. O controle exercido pelo governo da Tunísia de Ben Ali e da China sobre a internet e as redes sociais nos lembra que a rede não é capaz de escapar da territorialidade. Além disso, o uso massivo das redes sociais pelos ativistas dos movimentos sociais contemporâneos sempre contribuiu para "nacionalizar" uma mobilização ou onda de opiniões em vez de internacionalizá-la. As redes sociais favorecem a difusão de opiniões, reivindicações e repertórios de ação no âmbito nacional (PLEYERS, 2013, p, 90), dessa forma favorecem uma organização horizontal na busca pela efetivação democrática heterotópica no cotidiano.

Por exemplo, o uso massivo das redes sociais pelos ativistas contribuiu para criar acampamentos de "indignados" em todas as cidades da Espanha com mais de 30.000 habitantes, estabelecendo o caráter nacional de um movimento em um país marcado por correntes regionalistas. O movimento "#YoSoy132" no México, liderado por estudantes, mobilizou-se contra o apoio dos dois grandes grupos de televisão a um dos candidatos nas eleições presidenciais de 2012. Partindo de uma ação do movimento estudantil universitário mexicano, encontrou um eco imediato graças a um vídeo postado no *YouTube* e amplamente compartilhado nas redes sociais (PLEYERS, 2013, p, 91).

Embora os movimentos dos anos 2010 partilhem algumas dimensões globais, a massificação da internet e seu uso pelos ativistas reforçaram as dimensões nacionais da maioria das mobilizações democráticas. Há também o debate sobre o papel das redes sociais na substituição dos meios de comunicação tradicionais. Embora a internet e as redes sociais possibilitem a criação e difusão de mídias alternativas, a articulação com os meios de comunicação tradicionais ainda é importante para a visibilidade dos

movimentos sociais, tendo em vista a novidade da situação e a necessidade de regulamentação por parte dos Estados-nacionais, reforçando a importância da responsabilização jurídica dos meios tradicionais de comunicação em caso de desvio, que por sinal, não aplica-se da mesma maneira para as plataformas digitais, as quais dialeticamente por meio da conexão com jornalistas e a utilização das redes sociais para a divulgação de ações e atividades dos movimentos, acabam por contribuir para uma maior visibilidade na mídia tradicional, num emaranhado ainda novo, com consequências complexas e ainda não completamente conhecidas (PLEYERS, 2013, p, 91).

Por fim, é importante destacar que, embora a internet e as redes sociais possam proporcionar a criação de conexões transnacionais entre ativistas, esses movimentos ainda são enraizados em contextos nacionais. Ainda que a internet facilite a difusão de opiniões, reivindicações e repertórios de ação, a nacionalização das mobilizações é mais comum do que sua internacionalização. As mobilizações democráticas dos anos 2010 compartilham algumas dimensões globais, mas são marcadas por um reforço das dimensões nacionais da maioria das mobilizações (PLEYERS, 2013, p, 91).

A internet tem tido um papel significativo na redefinição dos modos de produzir informação e na crítica à maneira como ela é fabricada e representada. Embora as mídias alternativas e as redes sociais abram espaços de informação alternativa, elas não substituem completamente a mídia clássica. Em vez disso, as novas mídias e a mídia clássica interagem e se articulam entre si. Para compreender os movimentos contemporâneos e como eles utilizam as novas tecnologias de informação e comunicação, é necessário integrar à análise não apenas o papel da mídia clássica, mas também suas interações com as novas mídias (PLEYERS, 2013, p, 92).

Essa relação entre mídias alternativas e mídia clássica muitas vezes se manifesta como um confronto. As mídias alternativas e as redes sociais fornecem espaços de informação alternativa que denunciam a coalizão entre as principais mídias de comunicação e as elites econômicas. Por exemplo, na Rússia, os manifestantes rebatizaram a televisão como "caixa para zumbis" e denunciaram o controle da informação difundida pelos íntimos do poder. Da mesma forma, no México, as manifestações do movimento estudantil #YoSoy132 foram realizadas na sede do principal consórcio midiático (Televisa), a quem denunciavam a informação partidária em favor de um dos candidatos, futuro vencedor das eleições presidenciais (PLEYERS, 2013, p, 92).

No Brasil, em junho de 2013, muitos ativistas denunciavam a maneira como os jornalistas da Rede Globo de Comunicações cobriam as manifestações e suas relações difusas e problemáticas com agentes do poder financeiro. Por causa dessas questões, manifestações e ações passaram a ser organizadas regularmente em frente à sede da Globo, em São Paulo. Para o ativismo *online* e o uso do *Twitter*, a conexão entre as redes sociais e a mídia convencional possibilitou que informações dos movimentos chegassem a muitas pessoas. Por exemplo, ativistas egípcios publicaram dezenas de vídeos curtos de violência policial nas redes sociais, mas somente quando essas imagens foram veiculadas pelo canal *Al-Jazeera* é que alcançaram uma grande audiência nas periferias do Cairo. As reivindicações dos ativistas mobilizados em Nova York e do acampamento do *Occupy London Stock Exchange* também encontraram espaço em editoriais de periódicos neoliberais como o *Financial Times* e o *The Economist* (PLEYERS, 2013, p, 92).

A interação entre mídia tradicional e mídia participativa tornou-se cada vez mais tênue, permitindo que informações e opiniões fluam em ambas as direções. Os grandes meios de comunicação, por exemplo, buscam interagir com as redes sociais dos ativistas, incentivando a contribuição de informações e conteúdo para seus sites de cobertura midiática contínua. Por sua vez, as informações e enquetes dos meios de comunicação tradicionais também alimentam as redes sociais e sites militantes (PLEYERS, 2013, p. 92-93).

Essa interação também pode ser vista em casos em que as mídias alternativas ajudam a levar informações rapidamente aos grandes meios de comunicação tradicionais, que, em troca, ampliam a divulgação e a legitimidade dessa informação. Um exemplo disso é o movimento mexicano #YoSoy132, que divulgou amplamente os resultados de uma enquete realizada por um jornalista do *The Guardian*, revelando documentos detalhando a venda feita pela Televisa⁷⁶, principal grupo de televisão mexicana, de uma

⁷⁶ Na eleição presidencial mexicana de 2012, a Televisa foi acusada de favorecer o candidato de centro-esquerda Enrique Peña Nieto, do Partido Institucional Revolucionário (PRI). A emissora foi criticada por sua cobertura tendenciosa e manipulação de imagens para retratar Peña Nieto de maneira positiva e seus oponentes de maneira negativa. Essas acusações geraram protestos e debates sobre a ética e a objetividade da mídia no México.

Enrique Peña Nieto foi presidente do México de 2012 a 2018; durante seu mandato, promoveu reformas econômicas e sociais, incluindo a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, seu mandato foi marcado por escândalos de corrupção e violações aos direitos humanos, incluindo o desaparecimento de 43 estudantes em Iguala em 2014.

matéria midiática favorável ao candidato que se tornaria o presidente do México (PLEYERS, 2013, p. 93).

Pleyers aponta que a participação política é frequentemente vista como algo separado da vida cotidiana, como se apenas as ações que encontrassem respaldo na política institucional e nos meios de comunicação fossem relevantes. No entanto, os movimentos sociais contemporâneos mostram que as pessoas se engajam politicamente em sua vida cotidiana, seja através de sua própria experiência pessoal ou de amizades e relações interpessoais. Dominique Cardon, especialista em novas tecnologias da informação e da comunicação, destaca que a experiência pessoal e a expressão de si são aspectos fundamentais do engajamento contemporâneo (PLEYERS, 2013, p. 93).

Essa nova forma de engajamento não exige mais o sacrifício da vida privada em prol do interesse coletivo, como na figura do militante tradicional. As redes sociais se apresentam como um meio privilegiado para a expressão desse individualismo engajado, pois permitem a mistura entre a vida privada e a participação política. Jovens ativistas utilizam o *Facebook*, *Twitter* e outras redes para compartilhar fotos, opiniões e informações sobre mobilizações, e essa mistura de assuntos pessoais e políticos é uma das razões pelas quais eles preferem essas plataformas às ferramentas de organização de movimentos criadas por militantes mais experientes em informática (PLEYERS, 2013, p. 94).

A análise dos movimentos sociais contemporâneos exige a consideração das lógicas tanto da ação coletiva quanto da "ação conectiva" e, acima de tudo, de suas interações. Portanto, é preciso ter cautela diante do determinismo tecnológico e da ideia de que a internet é impregnada por uma "cultura horizontal das redes e da participação" que mudará o mundo real. É necessário reconhecer que as subjetividades políticas e os atores dos movimentos sociais emergem da articulação e fertilização mútuas entre a vida cotidiana e a política, entre o mundo virtual e o espaço público, entre as redes sociais e a convivência nos espaços militantes (PLEYERS, 2013, p. 94).

Retornando numa perspectiva histórica, até o presente momento da amplitude da concepção militante, pode-se perceber os impactos do pós-anarquismo desde as grandes manifestações estudantis de maio de 1968 na França, as quais incorporavam pautas tradicionalmente anarquistas como autodeterminação e a crítica à burocracia de Estado, além de importantes lideranças de tais movimentos demonstrarem apreciação pública ao

anarquismo. A Nova Esquerda estadunidense e europeia também dava uma guinada libertária ao adotar métodos caros ao anarquismo como a ação direta (GERBAUDO, 2022, p. 120). A democracia direta se desenvolve como oposição e alternativa à democracia liberal, a qual limita a participação a via eleitoral aparelhada por plataformas burguesas semelhantes em disputa.

Em outras palavras, o anarquismo na visão contemporânea trata de levar a cabo os princípios anarquistas numa possibilidade de participação efetiva por meio da experiência de liberdade e ações de autonomia efetiva, “formas de organização que incorporavam os princípios da democracia direta participativa e eram sustentadas por uma crítica ao autoritarismo e ao centralismo” (GERBAUDO, 2022, p. 120).

A revolução cultural da sociedade pós-industrial que presenciava o mundo a sua volta mudar suas principais bases, comprometendo seus empregos, fragilizando direitos trabalhistas levou a uma revolução cultural que resultou numa nova classe média urbanizada e precarizada, possibilitando que estudantes universitários, trabalhadores liberais e setores voltados à produção de conhecimento e comunicação incorporassem suas motivações cada qual em suas lutas (GERBAUDO, 2022, pp. 121-122).

O trânsito do neo-anarquismo obtinha maior fluxo entre contraculturas ainda a se definir, movimentos de identidade e ambientalistas, por meio de uma postura de “recusa e êxodo”, como observado por autores autonomistas italianos para descrever o deslocamento do capital concomitantemente com a construção de espaços autônomos e livres em ações moleculares resultante da falência das organizações verticalizadas (GERBAUDO, 2022, pp. 121-122).

O ponto alto da preponderância do neo-anarquismo nas lutas contemporâneas pode ser visto com o *Alter-globalization*⁷⁷, movimentos de recusa a globalização neoliberal, que continha aliados estratégicos alheios ao anarquismo, como sindicatos, movimentos camponeses, ONGs, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST), entre outros de diversos campos da esquerda tradicional. O autor afirma que

⁷⁷ O movimento *alterglobalization* foi um conjunto de movimentos sociais que emergiu na década de 1990 como uma resposta crítica à globalização neoliberal e seus efeitos negativos em todo o mundo. Caracteriza-se por sua heterogeneidade, sua abordagem horizontal e sua organização em redes descentralizadas. Teve como objetivo a promoção de uma globalização mais justa e democrática, e buscou-se alcançá-la por meio de ações diretas, protestos pacíficos e mobilizações em todo o mundo. Suas principais pautas incluem a luta contra a desigualdade social, a defesa dos direitos humanos, a proteção ambiental e a crítica ao poder das instituições financeiras internacionais. Mais informações na obra "*Alter-Globalization: becoming actors in the Global Age*", de Geoffrey Pleyers (2010).

dentre os fluxos advindos da amálgama de insatisfeitos, entre a juventude e principalmente movimentos decorrentes das redes, havia uma presença massiva de expressões neo-anarquistas sedimentadas em duas ideias fundamentais e amplamente vistas nas praças: autonomia e horizontalidade (GERBAUDO, 2022, p. 123).

Uma das marcas foi a máscara de Guy Fawkes⁷⁸, símbolo emprestado da adaptação cinematográfica da obra “V de Vingança” (do original *V for Vendetta*) de 2005, de forma que ocultando a identidade daqueles manifestantes, igualava a todos e desarticulava a presença de pretensas lideranças, evocando assim aos aconselhamentos do anarquismo ontológico, igualmente no surgimento de contra-espços heterotópicos, “de aldeias zapatistas, ocupações, grupos *hackers*, centros sociais e comunas rurais” (GERBAUDO, 2022, p. 125).

Mas apesar do ressurgimento do anarquismo soar palatável a uma massa de insatisfeitos, novos pobres, trabalhadores precarizados, entre os quais a valorização da identidade em detrimento de meta narrativas como a luta de classes, parecia despertar direcionamento em direção a uma demanda espontânea por uma democracia radical, houve uma problemática essencial, descrita no trecho a seguir:

Da mesma forma que o neoliberalismo, o neo-anarquismo se inclinou a valorizar a liberdade e a espontaneidade e contra as formas de institucionalização, e formalização, percebidas como inautênticas e alienantes. Essa cumplicidade, inadvertida entre neo-anarquismo e neoliberalismo construída sobre seu individualismo e antiestatismo compartilhados, tornou-se particularmente problemática após a Grande Recessão, levando os manifestantes a renunciarem algumas das típicas orientações neo-anarquistas (GERBAUDO, 2022, p. 124).

Somando a perspectiva anti-lideranças que pudessem surgir organicamente com as possíveis desregulações conceituais a respeito do prisma da liberdade do indivíduo oprimida pela burocratização do Estado e o ódio inadvertido as regulamentações inerentes

⁷⁸ Guy Fawkes (1570-1606) foi um conspirador inglês que participou da chamada "Conspiração da Pólvora" em 1605. Ele e um grupo de conspiradores planejaram explodir a Câmara dos Lordes (*House of Lords*), durante a abertura do Parlamento inglês em 5 de novembro de 1605, com o objetivo de matar o rei protestante James I e restaurar um governo católico na Inglaterra. No entanto, a conspiração foi descoberta e Fawkes foi preso enquanto guardava a pólvora no porão do prédio. Ele foi condenado à morte por traição e executado em 31 de janeiro de 1606. A figura de Guy Fawkes se tornou popular no Reino Unido e em outros lugares como um símbolo de resistência contra a opressão do Estado e, do poder estabelecido, em parte graças ao personagem "V" da história em quadrinhos (1989) de Alan Moore e David Lloyd, sua adaptação cinematográfica: "V de Vingança" (*V for Vendetta*), realizado por James McTeigue e roteiro de Lana e Lilly Wachowski; na história utiliza-se uma máscara de Guy Fawkes como símbolo de luta contra a tirania de um Estado totalitário distópico.

à constituição da relação Estado-Mercado, em meio a fluxos informacionais difusos inerentes ao momento histórico, segundo atribui Gerbaudo (2022, p.128), incorreram em problemas graves, como o fortalecimento de movimentos populistas autoritários nas principais democracias do mundo.

A partir do debate proposto do Gerbaudo (2022), sobre o cenário das mobilizações recentes e a tentativa de apreensão dos espíritos dissidentes e suas motivações, a fim de encontrar uma aproximação teórica para tais eventos, faz um convite a refletir os impactos de tais buscas por horizontalidades nos movimentos contemporâneos. O campo dos movimentos sociais e formas contemporâneas de ativismos e a mobilização configuram como um campo de dimensões internacionais o qual coloca a análise dos coletivos de juventude uma problemática correspondente ao tempo presente.

Evidenciado para além das formas clássicas e institucionais de engajamento, há também grupos os quais destacam-se pela autogestão e autodenominação. No artigo intitulado “Jovens, participação políticas e engajamento” (2021), da educadora Marília Pontes Sposito, professora emérita da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), do sociólogo Felipe de Souza Tarábola, também professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e da socióloga Flávia Ginzler; observa as diversas formas de engajamento, militância e ativismo a partir da autopercepção dos sujeitos, e da forma com a qual se autodefinem.

É percebido por Sposito, Tarábola e Ginzler um deslocamento de significado de expressões como “militante”, pois os atores comprometidos com as diversas causas que lhes atravessam, não necessariamente pensam no engajamento a longo prazo e nas articulações políticas formais para uma produção de solidariedade. Observa-se que “os indivíduos estão mais efeitos à horizontalidade, transformações que implicam também nas articulações com o próximo, o outro, o interesse geral e o comum” (SPOSITO, TARÁBOLA, GINZEL, 2021, p.4). Os autores prosseguem:

Observa-se, também, um consenso na literatura em torno da ideia de engajamento militante, uma vez que este se daria pelo encontro entre um indivíduo, uma causa e uma organização hierarquicamente estruturadas, cujas regras devem ser aprendidas, em um projeto de formação e desenvolvimento de seus afiliados. Há ganhos e perdas em tal tipo de participação. Como retribuição à militância, pode-se ter o sentimento de potência pela luta na transformação da realidade, a sensação de satisfação moral por agir de forma justa, a superioridade ética, autoestima pela admiração de outros, desenvolvimento de diferentes saberes, acesso a redes e espaços de integração, lazeres, sociabilidade, fraternidade (Sposito, Tarábola, Ginzler, 2021, p.5)

Seguindo um ordenamento conceitual diferente do consenso da identidade militante existente na literatura, novas formas de significado contemporâneo surgem das necessidades da sociedade pós-industrial, na qual o dispêndio de tempo e questões objetivas como os custos pessoais de uma vida militante são consideradas por jovens, ao buscar o engajamento possível dentro de suas realidades pessoais (SPOSITO, TARÁBOLA, GINZEL, 2021, p.5).

Assim, existe a preocupação e adesão em determinadas causas, relacionadas muitas vezes por elementos da experiência pessoal, não necessariamente atreladas a uma vertente conceitual e dever ético utópico a determinada filiação, mas por vezes, movidos por questões subjetivas, ou/e identitárias; problemáticas que os sensibilizam pessoalmente enquanto sujeitos. Desta forma, a tônica descentralizada, horizontal e autônoma das ações rizomáticas dos membros, é por vezes preferencial entre a juventude, em torno da “valorização da dimensão individual na ação coletiva” (SPOSITO, TARÁBOLA, GINZEL, 2021, p.5).

Por vezes, pelo mutualismo e pela valoração das micro-relações entre a dimensão das identidades presentes entre os participantes. Um dos pontos característicos da época é a incorporação das formas de ativismos das TICs (tecnologias de informação e comunicações), acoplando ao receituário conceitual dos movimentos sociais, expressões do mundo informatizado, como o “*cyberativismo, clickativismo, hackativismo, slaskativismo* e participação” (SPOSITO, TARÁBOLA E GINZEL, 2021, p. 6).

Apesar das críticas relacionadas ao “ativismo de sofá”, da dicotomia entre real versus digital, a problemática a respeito de quão longe tais ações estão factualmente do mundo tangencial, e quanto tais ações não fomentam objetivamente direcionamentos políticos, potencialmente levando à tomada de espaços públicos, é notável a modificação sensível que essas mudanças de percepção provocaram efetivamente.

Tal impacto vai desde aqueles vistos no movimento das praças, com a adesão de ações diretas e tomadas das ruas, até agrupamentos em fóruns que ensejam direcionamentos de cunho neoliberal e conservador, ao exemplo do Brasil, que perfaz a sedução de setores da juventude pela extrema-direita, com maior evidencia a partir da eleição de 2018, com vitória de Jair Bolsonaro ao cargo máximo do executivo nacional (SPOSITO, TARÁBOLA E GINZEL, 2021, p. 6).

Porém, tais dinâmicas estão efetivamente em meio à sociedade e demonstram uma mudança de paradigma já em curso, é importante afirmar que as novas formas compreendidas de ativismos e de expansão de informações por intermédio dos meios de comunicação, refletem parte fundamental na dinâmica hodierna. Assim, a modulação pelas ações horizontalidades e a emergência das experimentações de liberdade, sendo denominadas de zonas autônomas temporárias, singularidades ou até heterotopias, configuram o *zeitgeist* de crise na sociedade neoliberal, assim, as diferentes formas de engajamento e enfrentamento dos mecanismos de arbítrio e bio-necropoder constituem a proposição primordial para as ciências humanas no primeiro quarto do século XXI.

4.8.2. A pertinência da zona autônoma permanente e o paleolitismo futurista: rumo à dissidência hodierna

Porém, o que constitui exatamente o sujeito radical, do pós-anarquismo? No texto “Sobre a anarquia: perguntas e respostas” (2008), Hakim Bey responde com a analogia a uma suposta afirmação de Maomé, a que todos que lhe desejam “Paz!”, seria passível de ser considerado um mulçumano, tal qual, todos que compartilhem de um espírito dissidente e anseiam a abolição do Estado e dos demais dispositivos de poder, os quais subjagam a maior parte da sociedade, inviabilizando uma democracia radical, podem considerar a si mesmo anarquistas, segundo a lógica de Bey (BEY, 2008, p, 11).

Entretanto, é pertinente perguntar: “Quem é esse anarquista?”, e ele próprio responde:

As picuinhas teológicas insignificantes aumentaram indesculpável e tediosamente entre os sectos anarquistas. Ao invés de exigir definições (ideologias), pergunte “O que você sabe?” – “Quais são seus verdadeiros

desejos?” – “O que você vai fazer agora?” – e como Diaguilev⁷⁹ disse para o jovem Cocteau⁸⁰ – “Me impressione!”⁸¹” (BEY, 2008, p, 12).

Assim, o anarquismo contemporâneo incide em uma postura pessoal especificada, Hakim Bey usa o exemplo do paleolítico para inspirar uma forma de vida alternativa e anticapitalista. Nessa perspectiva, ao invocar o paleolítico, Bey propõe uma espécie de volta às origens como forma de resistência ao mundo contemporâneo e seus dispositivos de poder. Ao conceber a ideia do "paleolitismo psíquico", refere-se a uma dimensão anterior à consciência dominante, a uma época em que as pessoas viviam em comunidades tribais e se conectavam diretamente com o meio ambiente e a natureza (BEY, 2003, p, 39).

O paleolítico psíquico é visto por Bey como um estado de liberdade, criatividade e autenticidade, que foi perdido com o advento da civilização e da sociedade moderna. Hakim Bey provoca de maneira poética a busca pela reconexão com essa dimensão primordial, enquanto forma de resistência ao sistema dominante e uma maneira de alcançar uma vida mais plena e autêntica (BEY, 2003, p, 39-40). O autor prossegue:

Não temos o menor interesse em “voltar `a natureza” se o pacote de viagem incluir a entediante vida de camponês chutador-de-bosta —nem queremos o “tribalismo” se ele vier com tabus, fetiches e má alimentação. Não temos nada contra o conceito de cultura – incluindo a tecnologia; para nós, o problema começa com a civilização. O que gostamos da vida no Paleolítico foi resumido pela escola de antropologia dos povos sem autoridade: a elegante preguiça da sociedade do caçador/coletor, o trabalho de duas horas por dia, a obsessão pela arte, dança, poesia e afetividade, a “democratização do xamanismo”, o cultivo da percepção – em suma, a cultura. O que nós detestamos na civilização pode ser deduzido da seguinte progressão: a “revolução agrícola”; a emergência das castas; a cidade e seu culto do controle hierático (“Babilônia”); escravidão;

⁷⁹ Sergei Diaghilev (também escrito como Diaguilev) foi um influente empresário, produtor de arte e promotor cultural russo. Mais conhecido por ter fundado a companhia de balé russa *Ballets Russes*, que se tornou uma das companhias de dança mais famosas do mundo. Diaghilev foi um importante líder da cena cultural russa no início do século XX e, promoveu uma série de colaborações entre artistas, incluindo a colaboração entre Igor Stravinsky e o coreógrafo Vaslav Nijinsky no balé "A Sagração da Primavera".

⁸⁰ Jean Cocteau (1889-1963) foi um renomado escritor, poeta, artista e cineasta francês. Conhecido por suas inúmeras contribuições para a literatura, cinema e artes visuais. Em seus primeiros anos, ele se destacou como poeta e dramaturgo, escrevendo peças como "Orfeu" (1926) e "A Voz Humana" (1930). Foi também um grande nome do movimento surrealista, colaborando com outros artistas como Salvador Dali e Max Ernst. Além disso, ele também dirigiu e roteirizou vários filmes, incluindo "A Bela e a Fera" (1946) e "Orfeu" (1949).

⁸¹ Diaghilev e Cocteau tiveram uma relação artística e pessoal bastante significativa na *companhia Ballets Russes*. Cocteau escreveu vários libretos para as produções de ballet de Diaghilev, incluindo "Parade" (1917) e "Le Train Bleu" (1924), e colaborou com músicos como Igor Stravinsky e Erik Satie. Além disso, Cocteau teve um relacionamento amoroso com Diaghilev por um tempo. A morte de Diaghilev em 1929 foi um grande golpe para Cocteau e, a cena artística em geral.

dogmas; imperialismo (“Roma”). A supressão da sexualidade no “trabalho” sob a égide da “autoridade”. “O Império nunca terminou” (BEY, 2003, p 39).

A partir de tal proposição, é proposto o “Paleolitismo Futurista”: conceito criado para descrever a atitude de resgate e reconexão com elementos primordiais do passado, mas com uma perspectiva voltada para o futuro. Essa atitude é marcada pelo uso de tecnologias modernas, como a internet e a realidade virtual, para explorar e experimentar novas formas de conexão com esses elementos primordiais.

O Paleolítico Futurista busca uma ruptura com a linearidade histórica e a busca por um novo tipo de temporalidade, que transcenda a temporalidade moderna e capitalista, tendo em vista principalmente que a existência da técnica não é em si, uma garantia de sua democratização e o seu acesso por todos possíveis interessados, provocação pertinente considerando o atual momento da globalização neoliberal, e o papel das grandes empresas de tecnologia no dia a dia das populações mundiais (BEY, 2008, p 40).

Assim, para uma implementação efetiva de um paleolitismo futurista, é pertinente sua afirmação no presente, por meio de uma sedimentação de contra-espacos de autonomia, um dinâmica perceptível em uma cartografia 1:1 do mundo em seu nível fractal: as zonas autônomas permanentes (ZAP). O autor expressa a sua esperança de que o capitalismo, o qual consiste em uma “ideologia obsoleta” e “vazia”, desapareça brevemente. Assim, se mostra importante a concepção de refúgios (BEY, 2010, p, 147).

A Zona Autônoma Temporária (TAZ) e a Zona Autônoma Permanente (ZAP) são vistas como alternativas para a vida em comunidade, assim como festivais são vistos como uma forma importante de congregar e princípio organizacional entre as pessoas. A ZAP desempenha um papel importante como um ponto de encontro para amizades e alianças e os festivais podem proporcionar renovação e avivamento para a comunidade, evocando assim, a utopia paleolítica (BEY, 2010, p, 141-143).

Além do mais, os festivais podem ser considerados como um momento significativo para a prática da poesia utópica, que busca a criação de uma linguagem e de um imaginário que inspirem a construção de um mundo mais justo e equânime. Essa prática poética também pode contribuir para a conscientização dos participantes acerca da importância da Zona Autônoma Temporária (ZAT) e da Zona Autônoma Permanente

(ZAP), assim como dos valores que elas representam, como a liberdade, a solidariedade e a autodeterminação (BEY, 2010, p. 142).

Contudo, é importante destacar caráter heterotópico dos contra-espços do anarquismo ontológico, os quais diferem-se das metanarrativas revolucionárias, Bey se pronuncia:

Então, tivemos que considerar o fato de que nem todas as zonas autônomas existentes são “temporárias”. Algumas são (ao menos nas intenções) mais ou menos “permanentes”. Certas rachaduras no Monolito Babilônico parecem tão vazias que grupos inteiros podem se mudar para elas e lá se instalarem. Certas teorias, como a “permacultura”, tem sido desenvolvida para lidar com essas situações aumentando as possibilidades. “Vilas”, “comunais”, “comunidades”, incluindo aí “arcológicas” e “biosferas” (ou outros modelos de cidade-utopia) estão sendo experimentadas e implementadas. Mesmo nesse contexto a teoria da TAZ pode oferecer ferramentas de pensamento, esclarecimentos e úteis reflexões (BEY, 2010, p, 143).

A ideia de paleolítico futurista proposta por Hakim Bey está relacionada com a noção de Zonas Autônomas Permanentes (ZAPs), pois ambas sugerem uma reconstrução criativa e coletiva do espaço e do tempo em que vivemos. Enquanto as ZAPs são espaços autônomos criados por indivíduos ou grupos que buscam escapar da opressão e do controle do sistema dominante. Nessas zonas, a vida é organizada de acordo com outras lógicas, baseadas em valores como liberdade, cooperação, solidariedade e criatividade.

O paleolítico futurista, por sua vez, propõe resgatar os valores e as práticas livres das sociedades “primitivas” e combiná-los com as tecnologias e possibilidades do presente e do futuro. É uma busca por uma vida mais livre, criativa e autônoma, em que a tecnologia é utilizada de forma consciente e responsável para construir um mundo mais humano e sustentável. Na entrevista para a *High times* (2018), Bey volta a tal proposição:

Se os Libertários tivessem gastado os últimos quinze anos organizando redes econômicas alternativas para potencializar a emergência de uma Zona Autônoma Temporária e levá-la rumo a uma Zona Autônoma Permanente, ao invés de jogar o jogo fútil das políticas de terceiros, que é uma posição fracassada desde o início. (...) um fantasma totalmente abstrato chamado “poder político democrático legislativo” – então eu penso que estaríamos a muito no caminho claro da mudança revolucionária nessa sociedade. Nessas circunstâncias, toda essa boa intenção e grande energia foi mal direcionada em um jogo – um jogo em que a autoridade cria as regras, e nas quais “eles” criaram as regras para que pessoas como eu e você não possam ganhar poder dentro desse sistema (BEY, 2018, p, 7-8).

O que difere o anarquismo das metanarrativas é justamente o aceite fático do mundo e da necessidade permanente de tensionar a configuração do poder em sua microfísica, assim, encontrando contra-espços. Bey conclui provocativamente que: “Sobre o movimento anarquista hoje: pelo menos uma vez, gostaríamos nós de pisar num solo onde as leis são abolidas e o último padre é enforcado com as tripas do último burocrata? Sim, claro. Mas não nutrimos grandes expectativas” (BEY, 2008, p, 111).

Assim como anunciado no final do século XX e, demonstrado nas primeiras décadas do século XXI, os movimentos dissidentes encontraram eco no pós-anarquismo, tornando-o um elemento definidor da combustão social das principais insurreições. No início da terceira década do século XXI, ele novamente tem marcado sua presença, reativado como uma máquina de guerra. O pós-anarquismo se une às pautas de resistência frente aos acirramentos e truculências neoliberais, em consonância com os governos, aos quais não enxergam (aparentemente) problema em optar pela barbárie autoritarista.

A democracia liberal, em sua frágil institucionalidade, vem sendo duramente golpeada em um ambiente perpétuo de guerra civil, evidenciando a emergência de ações pós-estatistas para forçar a horizontalidade e exigir uma democracia efetivamente popular. É preciso começar pelo eco das vozes dissidentes que tanto foram abafadas pelo monopólio da violência estatal, do endocolonialismo e, dos enunciados econômicos que comprometem a proteção do social por parte das instituições estatais. A percepção da ilusão da participação, das falsas promessas de igualdade e do cerceamento sistemático da liberdade tem despertado a cólera, e pode-se ouvir ecoar tal grito principalmente na América Latina, como abordado anteriormente no caso do levante antineoliberal na explosão social chilena em 2019.

Considerações finais: outubro de 2019 não ocorreu

A concepção de guerra, como elemento subjacente à formação do Estado e condição imanente da política, é algo que aparece implicitamente na concepção pré-moderna. Como na ideia de estado natural em Hobbs, a guerra de todos contra todos, a ser regulada por um ente absoluto, foi a justificativa acerca da violência ostensiva do Estado medieval. Muito além da busca pela racionalização iluminista da organização da sociedade, existem movimentos a serem apreendidos sobre a tensão de forças numa

analítica do poder do momento presente. Ocorrências efêmeras que escapam à captura e prospecção de institucionalização, as quais é possível perceber através de um olhar diacrônico em um esforço arqueológico da história.

Entretanto, essas ocorrências ecoam e ressoam num eterno retorno à realidade tangencial das coisas. Justamente a respeito desse contínuo libertário, em uma lógica dos fluxos de temporalidades, porém especificamente alocados em uma geografia de guerra, que a presente pesquisa se propôs refletir. A não ocorrência é o olhar atento para as insurreições ignoradas pela história oficial, consideradas como falhas ou rugas em direção ao progresso dos agentes da modernidade.

Primeiramente, nas palavras do próprio Deleuze, o acontecimento "está em desengate ou em ruptura com as causalidades: é uma bifurcação, um meandro relativamente às leis, um estado instável que abre um novo campo de possíveis" (DELEUZE, 2016, p. 247). No campo dos eventos que não ocorreram, ou não foram capturados e ainda ressoam, Deleuze refere-se a maio de 1968, à revolução de 1917, à revolução de 1789. Curiosamente, esses eventos resplandecem como agenciamentos de forças em contextos de conflitos, agenciamentos de guerra. Esses dois elementos encontram-se intimamente relacionados ao nível do lugar e no cotidiano. Deleuze discorre:

Quando uma mutação social aparece não basta tirar suas consequências ou seus efeitos, segundo linhas de causalidade econômicas e políticas. É preciso que a sociedade seja capaz de formas agenciamentos coletivos que correspondam à nova subjetividade, de tal maneira que ela queira a mutação. É isso: uma verdadeira "reconversão" (DELEUZE, 2016, p.246).

No entanto, não é uma ação possível de uma arquitetura do poder, um engendramento, pois encontra-se no terreno do imponderável. Pode-se conferir tal inflexão teórica em outro recorte de Deleuze. O autor faz referência a Nietzsche e o interpreta a partir de uma perspectiva próxima à imponderabilidade do mundo e da incapacidade do meio social de formular universalismos. A partir da leitura da interpretação de Nietzsche por Deleuze, entende-se que não existe "última instância" na sociedade e seus aparelhos institucionalizados, simplesmente por não ser possível uma captura do inapreensível. Para o autor, "a razão do 'retorno a Nietzsche' talvez seja a redescoberta desse intempestivo, dessa dimensão a um só tempo distinta da filosofia

clássica e em seu empreendimento 'eternitário'[...] um elemento singular de perturbação" (DELEUZE, 2016, p. 168).

O que é referido como intempestivo, é justamente a dimensão capilar em uma dinâmica rizomática, ou até mesmo, numa microfísica do poder, "pequenos acontecimentos silenciosos, que são como a formação de novos mundos: também aí é a presença do poético sob o histórico" (DELEUZE, 2016, p. 169). Há uma aproximação teórica e metodológica entre Deleuze e Nietzsche, ocorre no âmbito de uma postura com o mundo, ao lidar com o imponderável e com uma leitura fática do mundo da vida. Compreender o tensionamento de forças presentes na realidade por meio de elementos além dos enunciados é crucial nessa perspectiva. Dessa forma, outro elemento da filosofia deleuziana, pertinente na presente reflexão, é o do nomadismo.

Neste caso, refere-se à ciência nômade/ambulante que se opõe ao poder hegemônico (régio), ou melhor, não se permite ser capturada por ele. Como sugerido pelo nome, a partir de um fluxo rizomático capilar, tal "ciência ambulante, itinerante, consiste em seguir um fluxo num campo de vetores no qual singularidades se distribuem como outros tantos 'acidentes'" (DELEUZE, 1997, p. 33).

Deleuze estende sua crítica ao poder régio e direciona sua artilharia para a normatização enunciativa do princípio de poder concentrado num Estado. Ou em diversos outros polos de poder como, na contemporaneidade, no atual momento, onde a economia do poder e sua distribuição assumem formas cada vez mais sofisticadas. Contudo, essas formas mantêm seus princípios emergindo de uma geografia de guerra.

Deleuze prossegue:

Vê-se nitidamente o que o pensamento ganha com isso: uma gravidade que ele jamais teria por si só, um centro que faz com que todas as coisas, inclusive o Estado, pareçam existir graças à sua eficácia ou sanção própria. Porém, o Estado não lucra menos. Com efeito, a forma-Estado ganha algo de essencial ao desenvolver-se assim no pensamento: todo um consenso.

Só o pensamento pode inventar a ficção de um Estado universal por direito, de elevar o Estado ao universal de direito. É como se o soberano se tornasse único no mundo, abarcasse todo o ecúmeno, e tratasse apenas com sujeitos, atuais ou potenciais.

Já não se trata das poderosas organizações extrínsecas, nem dos bandos estranhos: o Estado torna-se o único princípio que faz a partilha entre sujeitos rebeldes, remetidos ao estado de natureza, e sujeitos dóceis, remetendo por si mesmos à forma do Estado. Se para o pensamento é interessante apoiar-se no Estado, não é menos interessante para o Estado dilatar-se no pensamento, e dele receber a sanção de forma única, universal (Deleuze, 1997, p. 36).

Por meio dessa perspectiva, pode-se inserir o *estallido social* de 18 de outubro de 2019 no Chile, como um desses momentos que nunca ocorreram, pois suas consequências e motivos de seu surgimento, também se inserem num contexto maior de um contínuo histórico para muito além do que foi observável na superfície, pois pode-se inferir que, o 18 de outubro de 2019, teve seu início em 11 de setembro de 1973; com o golpe que matou Allende. O Chile, como laboratório neoliberal do contexto da guerra fria, que por meio de agentes externos teve sua capacidade de agenciamento usurpada pela brutalidade da ditadura militar, expressão máxima da guerra civil como condição da política capitalista.

O Chile, por ter presenciado o aprofundamento de tais condições mesmo no período de sua redemocratização é um caso exemplar de como o neoliberalismo opera, em consonância com os aparelhos de Estado e, utilizando de um enunciado de não regulações na economia, o que remete à sombra de um já surrado *laissez faire*. Esse contexto de clivagem neoliberal e, opção pelos novos totalitarismos de mercado, caracterizam uma escolha operacional dos Estados nacionais, um acirramento que leva ao despertar de eventos que nunca terminam, poisa na dimensão espectral do poder, ocorrem as resistências as formas de contra-ataque neoliberal, os quais buscam sufocar as dissidências conquistadas nas ruas, por meio da captura e re-modulação de tais demandas sobre a aparente institucionalidade. A tentativa de enquadrar a máquina de guerra no xadrez de Estado.

Então, é pertinente encarar a atual situação, e as consequenciais de toda efervescências política que demonstrou a avidez da população chilena por uma nova Constituição que substitua a carta de Pinochet, mas que ao mesmo tempo, o país que elegeu um presidente jovem de esquerda, vindo dos movimentos sociais estudantis das últimas décadas, resolveu dar um passo para trás; realizando uma re-modulação a ultradireita.

Segundo o jornalista brasileiro, Pedro Dória, escritor e colunista, direcionado na cobertura de temas como tecnologia, mídia, política e democracia no século XXI, editor do Meio, um *newsletter*⁸² diário que cobre uma variedade de temas, incluindo notícias,

⁸² *Newsletter*: publicação periódica enviada por e-mail para assinantes interessados, fornecendo informações e atualizações sobre um determinado tópico; são amplamente utilizadas por empresas, organizações e indivíduos para se comunicar e engajar seu público.

análises e tendências políticas e culturais no Brasil e no mundo, que também conta com um canal no *Youtube*, no qual possuem a coluna imagética “Ponto de Partida”, que se refere ao posicionamento editorial do veículo de comunicação.

No vídeo divulgado no dia 5 de setembro de 2022, intitulado “O Chile faz um alerta para Lula”⁸³, o jornalista sustenta o seguinte argumento: "Os ventos políticos que sopram em nossos vizinhos também exercem influência em nosso país". O jornalista refere-se à tendência política eleitoral compartilhada em toda a América Latina. Segundo Pedro Dória, os debates na região são interligados devido ao histórico e desenvolvimento comum. Nesse sentido, o argumento prossegue ao considerar que, inicialmente, os chilenos elegeram uma assembleia constituinte majoritariamente alinhada à esquerda, a qual redigiu uma constituição estabelecendo mais de cem direitos fundamentais.

Esses direitos pressionam o Estado a adotar abordagens progressistas, como o direito à privacidade digital, proteção de dados pessoais e segurança de computadores pessoais, livre exercício de identidade de gênero, acesso universal à educação, saúde e informação, direito ao aborto voluntário ou ao parto, livre exercício da sexualidade, reprodução e contracepção, direito à moradia e ao saneamento básico, abordagens ambientais sustentáveis, acesso à internet, aposentadoria estatal, tempo livre no trabalho, atividade física e assistência jurídica gratuita, acesso a alimentos culturalmente relevantes e nutricionalmente completos, direito à organização sindical e à greve em todas as profissões. Ademais, a constituição estabelece que metade dos cargos governamentais devem ser ocupados por mulheres, bem como garante a plurinacionalidade aos povos originários, os quais têm a autonomia para formar suas próprias nações.

Por fim, o jornalista alerta que tradicionalmente 45% dos chilenos votam em partidos de direita, situando o Chile como um dos países mais conservadores da América Latina. Até 2006, o divórcio era ilegal e todas as formas de aborto eram completamente proibidas até a reforma liderada por Bachelet em 2017. De acordo com Dória, a democracia liberal, dependente de consensos, tende a operar mudanças de forma gradual e lenta. Em outro vídeo intitulado "Chile: esquerda identitária elegeu direita radical", publicado em 8 de maio de 2023. Dória argumenta que a derrota nos dezesseis estados chilenos era antecipada. A apreciação do texto constitucional serviu como termômetro

⁸³ Ponto de Partida; “O Chile faz um alerta para Lula”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LywWWYSNgB0>. Acessado em 22/05/2023.

para a situação, uma vez que um país moldado pelo conservadorismo e submetido a uma governamentalidade neoliberal intensa tende a resistir a um texto tão progressista. Contudo, a margem de rejeição foi considerável, atingindo 25% da população chilena.

Ao término da presente pesquisa, constatou-se um contra-ataque perpetrado pelos defensores da manutenção do neoliberalismo no Chile. No contexto da eleição para a formação da assembleia responsável pela elaboração da nova Carta Constituinte, realizada em 7 de maio de 2023, observou-se um resultado completamente oposto ao que era previamente esperado.

O Partido Republicano, identificado com a ultradireita, obteve um total de vinte e duas das cinquenta cadeiras disponíveis, ao passo que a Aliança, caracterizada como uma coalizão de orientação centro-direita liberal-conservadora, conquistou onze cadeiras. Consequentemente, a ultradireita alcançará uma representação superior a 60% dos votos na mencionada carta constituinte. O jornalista atribui à esquerda "identitária", entendendo-se por que os representantes populares que emergiram das demandas advindas das manifestações sociais nas ruas, um erro tático decorrente de uma insuficiente capacidade de persuasão junto à população.

Apesar de a leitura de Dória estar alinhada a uma perspectiva eleitoral dentro do complexo cenário político, é possível inferir uma resposta divergente ao considerar a ótica da política radical e a busca pela concretização de uma sociabilidade democrática e popular. Ao examinar as formas pós-estatistas oriundas dos movimentos pós-anarquistas contemporâneos, como as zonas autônomas temporárias, a máquina de guerra e as heterotopias, compreende-se que as formas de resistência à normalização e à hegemonia impostas pelos dispositivos do poder, tal como ocorre com a resistência antinoliberal no Chile, emergem como espaços transitórios de liberdade e resistência à hierarquia. Esses movimentos estão profundamente enraizados em movimentos contraculturais e ativistas inseridos na sociedade em que atuam.

A premissa subjacente aos ativismos pós-anarquistas reside em seu caráter transitório e na propensão ao reaparecimento, características essenciais para a eficácia e sobrevivência desses movimentos. Existem diversas razões pelas quais a funcionalidade desses ativismos está associada à natureza temporária e ao reaparecimento.

Primeiramente, essa temporalidade proporciona uma estratégia de evasão à repressão. Por serem efêmeros e em constante movimento, esses ativismos conseguem evitar a detecção e, conseqüentemente, o desmantelamento por parte das forças estatais e outras autoridades. Sua instabilidade espacial e temporal inerente impede que se tornem alvos fixos, garantindo sua resiliência diante da repressão.

Em segundo lugar, o caráter transitório e o reaparecimento contribuem para a preservação da autonomia desses movimentos. Quando as formas de sociabilidade se estabelecem de maneira permanente, tornam-se suscetíveis à imposição de hierarquias e mecanismos de controle, distorcendo a ideia original de autogestão e resistência.

Além disso, o reaparecimento em diferentes localidades e momentos pode potencializar o impacto social e político dos ativismos. Cada manifestação emergente tem o poder de energizar e mobilizar uma nova comunidade, disseminando ideias e práticas e criando uma rede mais ampla de resistência.

Por fim, a constante renovação e recriação desses momentos de dissidência desempenham um papel crucial na manutenção de sua vitalidade e inovação, evitando a estagnação que pode acompanhar sua longevidade. Essa dinâmica assegura a preservação de espaços de experimentação e inovação, que se revelam fundamentais para a continuidade de sua relevância. Nesse sentido, a eficácia das formas pós-estatistas do pós-anarquismo contemporâneo está intrinsecamente relacionada à sua transitoriedade e à sua capacidade de ressurgimento. Conforme enfatiza Hakim Bey:

Em suma: o desaparecimento não é necessariamente uma “catástrofe” – exceto no sentido matemático de “uma súbita mudança topológica”. Todos os gestos positivos esboçados aqui parecem envolver vários graus de invisibilidade, e não o tradicional enfrentamento revolucionário. A “*New Left*” nunca acreditou realmente em sua própria existência até ver a si mesma no telejornal da noite. A Nova Autonomia, em contraste, ou se infiltrará na mídia para subverter por dentro - ou então jamais será “vista”.

A TAZ existe não apenas além do Controle, mas também das definições, além do olhar e do nomear como atos de escravização, além do entendimento do Estado, além da capacidade do Estado de *ver* (BEY, 2018, p. 66 – 67).

Em síntese, no contexto do *Estallido Social* ocorrido no Chile em 2019, o movimento de protesto nas ruas foi liderado predominantemente por manifestantes urbanos que buscavam contestar as desigualdades sociais e políticas presentes no país. Sobretudo, as lideranças da juventude estudantil desempenharam um papel significativo

nesse processo mobilizador. Além da pauta central voltada à denúncia das disparidades, o movimento abarcou também questões relativas ao feminismo, à preocupação ambiental e à seguridade dos povos originários, englobando a defesa da sua autodeterminação. O método adotado pelos manifestantes apresenta convergência com as orientações do pós-anarquismo contemporâneo.

O desdobramento da redação da nova Constituição chilena, mesmo com suas nuances ambivalentes, explicita a emergência da constância da luta nas ruas, transcendendo as esferas institucionais convencionais. Nesse sentido, a institucionalidade jurídica do Estado se enquadra em um contexto de reconfiguração da guerra civil e de exercício do bio-necropoder.

Por conseguinte, a resistência antineoliberal se configura na ocupação dos espaços marginalizados no âmbito do fechamento do mapa; na dimensão molecular-espectral, emanando daqueles sujeitos indesejados pela governamentalidade vigente e, pelos dispositivos de poder. As zonas autônomas temporárias das lutas dissidentes no Chile perduram, enquanto a luta, tal como tem sido tradicionalmente, prossegue constituindo o princípio essencial da existência dos renegados.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Amsterdã: Querido, 1947. 275p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/fil_dialetica_esclarec.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

ALLENDE, Salvador. **A revolução desarmada: discursos de Salvador Allende**. Organização: Vladimir Safatle. Tradução: Emerson Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 192p.

ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. Tradução: Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 448p.

AUGUSTO, Acácio Sebastião Junior. **Anarquismo contemporâneo, pós-anarquismo, neoanarquismo... Para travar neologismos**. In: IBAÑEZ, Tomas. **Anarquismo es movimiento. Anarquismo, neoanarquismo y postanarquismo**. Barcelona: Virus Editorial, 2014. 151p. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/21729/16008> . Acesso em: 28 de abril 2023.

ARAUJO, Kathya (ed.). **Hilos tensados: para leer el octubre chileno**. 1.ed. Santiago (Chile): Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2019. 476p.

AVELINO, Nildo. **Michel Foucault: anarqueologia e ortologia dos saberes**. V CINFE - Congresso Internacional de Filosofia e Educação, Caxias do Sul RS - ISSN 2177-644X, maio de 2010.

BEY, Hakim. **Caos: terrorismo poético e outros crimes exemplares**. Tradução: Patricia Decia, Renato Resende. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003. 117p.

_____. **Entrevista de Hakim Bey à revista High Times**. Tradução: Guilherme Caon. Editora Monstro dos Mares, 2018. 15p.

_____. **Guerra da Informação e outros textos**. Tradução: Coletivo Protopia S. A.. Porto Alegre: Deriva, 2008. 131p.

_____. **Imediatismo**. Rio de Janeiro: Ed. Cozinha Experimental, 2019.

_____. **Milênio**. Tradução: Coletivo Protopia S. A.. Porto Alegre: Deriva, 2012. 128p.

_____. **TAZ: zona autônoma temporária**. Tradução: Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta (Coleção Baderna), 2018. 84p.

_____. **Zonas Autônomas**. Tradução: Coletivo Protopia S. A.. Porto Alegre: Deriva, 2010. 173p.

BÓRIC, Gabriel. **Prefácio**. In. ALLENDE, Salvador. **A revolução desarmada: discursos de Salvador Allende**. Organização: Vladimir Safatle. Tradução: Emerson Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 192p.

BOLTON, Rodrigo Karmy. **Posfácio**. In. ALLENDE, Salvador. **A revolução desarmada: discursos de Salvador Allende**. Organização: Vladimir Safatle. Tradução: Emerson Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 192p.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Tradução: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C.Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

CALDERÓN, Fernando, CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Tradução: Eliana Aguiar. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 349p.

CHILE EM CHAMAS: A REVOLTA ANTINEOLIBERAL. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2021. 384p.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **DA GUERRA**. [S.L.]: [N.L.], 1984. 857 p. Disponível em: <https://www.amigosdamarinha.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

COLOMBO, Sylvia. **O ano da cólera: protestos, tensão e pandemia em 5 países da América Latina**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2021. 254p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade Neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 416p.

DELEUZE, Gilles. **A gargalhada de Nietzsche**. In: LAPOUJADE, D. (Org.). *A ilha deserta: e outros textos (Textos e entrevistas 1953-1974)*. São Paulo: Ed. 34, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. In: DELEUZE, Gilles. **Post-escriptum sobre as sociedades de controle**. 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219- 226. 2008.

DELEUZE, Gilles. **Maio de 68 não ocorreu**. In: LAPOUJADE, D. (Org.). *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. São Paulo: Ed. 34, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: volume 5**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELLA PORTA, Donatella. **Política Progressista e regressiva no neoliberalismo tardio**. In: GEISELBERGER, Heinrich. **A grande regressão: Um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los**. Ed. Estação Liberdade, 2019. 352p.

DYSTÓPICA, Vitrina. **A revolta nos obrigou a pensar nas instituições que criamos**. In: **CHILE EM CHAMAS: A REVOLTA ANTINEOLIBERAL**. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2021. 384p.

DORIA, Pedro. **Chile: esquerda identitária elegeu direita radical | Ponto de Partida**. YouTube, 8 mai. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lvvgz19BJOI> Acesso em 8 mai. 2023.

DORIA, Pedro. **O Chile faz um alerta para Lula | Ponto de Partida**. YouTube, 5 set. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LywWWYSNgB0> Acesso em: 4 fev. 2023.

FERNÁNDEZ, Rosario, MORENO, Claudia. *Feminismos en las revueltas*. In: ARAUJO, Kathya (ed.). **Hilos tensados: para leer el octubre chileno**. 1.ed. Santiago (Chile): Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2019. 476p.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

_____. **Do governo dos vivos. Aula de 9 de janeiro de 1980 e excerto da aula de 30 de janeiro de 1980**. In *Revista verve*. São Paulo: Nu-Sol, v. 12, 2007.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 382p.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. 269p.

_____. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. 2.ed. Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. 490p.

_____. **Estratégia, Poder-Saber**. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 22.ed. São Paulo: Graal, 2012.

_____. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução: Eduardo Brandão, Claudia Berliner. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022. 480p.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. 1.ed. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **MICHEL FOUCAULT. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2.ed. Tradução: Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução: Eduardo Brandão, Claudia Berliner. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023. 584p.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOLEGATTI, Luna. **O feminismo subverteu os limites do possível**. In: CHILE EM CHAMAS: A REVOLTA ANTINEOLIBERAL. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2021. 384p.

FRASER, Nancy. **Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson**. In: GEISELBERGER, Heinrich - **A grande repressão: Um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2019.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. **O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault**. Revista Subjetividades, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 34–44, 2017. DOI: 10.5020/23590777.16.3.34-44. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/4800>. Acesso em: 21 nov. 2022.

GERBAUDO, Paolo. **Máscaras e bandeiras: populismo, cidadanismo e protesto global**. 1.ed. Tradução: Dafne Melo. São Paulo: Funilaria, 2022.

GOMES, D. de O. **O último Foucault e o retorno transversal aos gregos**. Revista Archai, [S. l.], n. 9, p. 37, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/archai/article/view/8324>. Acesso em: 3 mai. 2023.

GRAEBER, David. **Direct action: an ethnography**. Oakland: AK Press, 2009.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 252p.

IBAÑEZ, Tomas. **Anarquismo es movimiento. Anarquismo, neoanarquismo y postanarquismo**. Barcelona: Virus Editorial, 2014. 151p. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/21729/16008> . Acesso em: 28 de abril 2023.

ORTELLADO, Pablo. **Sobre a passagem de um grupo de pessoas por um breve período da história**. In. ORTELLADO, Pablo, RYOKI, André. **Estamos Vencendo! resistência global no Brasil**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004. 170p.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão do neoliberalismo**. Tradução: Márcia Pereira Cunha, Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020. 320p.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. Tradução: Mario Antunes Marino, Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017. 182p.

LIMA, Fátima. **Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe**. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 3 maio 2023.

LIPPMANN, Walter. **The good society**. 1.ed. Boston: Little, Brown and Company, 1937. 402p.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 204p.

MAY, Todd. **Pós-Estruturalismo e Anarquismo**. Tradução: Gustavo Steinberg. Rio de Janeiro: Achiamé, 1995. 40p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2ªEd. N-1, São Paulo. 2018. 80p.

MIGUEL, Luiz Felipe. **A democracia à beira do abismo**. In: SILVA, Luiz Inácio Lula da. **A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.

NEWMAN, Saul. **Do anarquismo ao pós-anarquismo**. Tradução: Lucas Lazzaretti. São Paulo: Ed. Sobinfluencia, 2022.

PASSETTI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003. 326p.

PASSETTI, Edson. **Foucault e os Anarquismos**, *Facultad de Filosofía y Humanidades de La Universidad de Chile*, 2013.

PASSETTI, Edson. **Foucault libertário – heterotopia, anarquismo e pirataria**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23.ed. 2005. Londrina: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

PASSETTI, Edson. **Heterotopia, anarquismo e pirataria**. In: RAGO, Margareth. **Figuras de Foucault**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PELBART, Peter Pal. Da guerra civil. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 190-198, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400016&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 3 maio 2023.

PELBART, Peter Pál. **Necropolítica tropical: fragmentos de um pesadelo em curso**. São Paulo: N-1, 2018.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O Controle do Arbítrio do Estado e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. In. Direitos Humanos no século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

RAGO, Luzia Margareth. **Foucault, história e anarquismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. 1.ed. São Paulo: Forense universitária, 2011. 195p.

ROMANCINI, Richard. **Ativismo e juventude: os protestos estudantis chilenos (2006 e 2011) e brasileiro (2015)**. [s.l.] [s.n.] 2019. 20p. Projeto de Pesquisa. São Paulo, 2019.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

RUIZ, Oscar Aguilera. **Generaciones: movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal**. 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014. 150p.

SANTOS, Alan. **Resistências contemporâneas e experimentações políticas: problematização filosófica da TAZ (zonas autônomas temporárias)**. Pandei@. Revista Científica de Educação a Distância. Edição especial, 2016. 14p.

SANTOS, Alan. **TAZ (zona autônoma temporária) como prática de liberdade e resistência política**. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução In: SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula - **Epistemologias do Su.** Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174p.

SAUVÊTRE, Pierre; LAVAL, Christian; GUÉGUEN, Haud; DARDOT, Pierre. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo.** 1.ed. Tradução: Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Ed. Elefante, 2021. 394p.

SEPÚLVEDA Maurício, VERGARA, Ana. **Uma mirada dorsal del Joker.** In: ARAUJO, Kathya (ed.). **Hilos tensados: para leer el octubre chileno.** 1.ed. Santiago (Chile): Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2019. 476p.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Conhecimento e Razão Instrumental.** *Psicologia Usp.* [S.L.], v. 8, n. 1, p. 11-31, 1997. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000100002>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.

SPOSITO, M. P., TARÁBOLA, F. de S., GINZEL, F. **Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados.** *Linhas Críticas*, [S. 1.], v. 27, p. e36719, 2021. DOI: 10.26512/lc27202136719. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36719>. Acesso em: 2 jan. 2023.

TELLES, Edson. **Direitos humanos, ação política e as subjetivações oceânicas.** *Philosophos - Revista de Filosofia*, 2018: p. 243.

TELLES, Edson. **Do poder soberano ao inimigo íntimo.** In: SAUVÊTRE, Pierre; LAVAL, Christian; GUÉGUEN, Haud; DARDOT, Pierre. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo.** Tradução: Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Ed. Elefante, 2021. 347p.

TÜRK, Volker (org.). **Comment by UN High Commissioner for Human Rights Volker Türk on Brazil. 2023.** Disponível em:

<https://www.ohchr.org/en/statements/2023/01/comment-un-high-commissioner-human-rights-volker-turk-brazil>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VASCONCELOS, Joana Salém. **A normalidade era o problema**. *In*: CHILE EM CHAMAS: A REVOLTA ANTINEOLIBERAL. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2021. 384p.

WALT, Stephen M. **A world less open, prosperous, and free**. *In*. **FOREIGN POLICY**. **How the world will look after the Coronavirus pandemic**. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/03/20/world-order-after-coronavirus-pandemic/>. Acessado em 22/12/2022.

WILSON, Peter Lamborn. **Utopias piratas: mouros, hereges e renegados**. São Paulo: Conrad Editorado Brasil, 2001.